



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
DOUTORADO EM PSICOLOGIA  
TESE DE DOUTORADO

ELIAS FERNANDES MASCARENHAS PEREIRA

**ENVELHECIMENTO NO CÁRCERE: MULHERES, INTERSECCIONALIDADES E  
A ESCRIVÊNCIA DE UM PSICÓLOGO NEGRO EM CONTEXTO PRISIONAL**

São Cristóvão/SE

Fevereiro/2026

**ELIAS FERNANDES MASCARENHAS PEREIRA**

**ENVELHECIMENTO NO CÁRCERE: MULHERES, INTERSECCIONALIDADES E  
A ESCRIVIVÊNCIA DE UM PSICÓLOGO NEGRO EM CONTEXTO PRISIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe  
– UFS, na linha de pesquisa Processos Sociais e  
Relações Intergrupais, para conclusão de  
doutoramento.

**Orientador:** Prof. Dr. Joilson Pereira da Silva

São Cristóvão/SE

Fevereiro/2026

**ENVELHECIMENTO NO CÁRCERE: MULHERES, INTERSECCIONALIDADES E  
A ESCRIVÊNCIA DE UM PSICÓLOGO NEGRO EM CONTEXTO PRISIONAL**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Joilson Pereira da Silva**  
**Universidade Federal de Sergipe – UFS**  
**Orientadora/Presidente**

---

**Prof. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri**  
**Universidade Federal de Sergipe – UFS**  
**Examinador Interno**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Dóris Firmino Rabelo**  
**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)**  
**Examinadora Externa**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Jeane Saskya Campos Tavares**  
**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)**  
**Examinadora Externa**

---

**Prof. Dr. Laerte de Paula Borges Santos.**  
**Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)**  
**Examinador Externo**

*Dedico este trabalho aos meus ancestrais, que vieram antes e abriram caminhos para que eu pudesse chegar; à minha família; aos meus amigos; e a todas as mulheres que envelhecem e resistem ao encarceramento, tecendo força onde o mundo tentou silêncio. Dedico, sobretudo, àquelas que confiaram em mim suas histórias, fios de vida que atravessam esta tese e a tornam possível.*

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta tese esteve, por muitas vezes, atravessada pelo desejo de não chegar ao fim. Houve momentos em que a desistência pareceu um caminho possível. Mas mãos me sustentaram, vozes me ergueram e presenças me lembraram que seguir também é gesto de coragem. A todas as pessoas que estiveram aqui, ao meu lado, sustentando passos quando fraquejei: meu profundo agradecimento.

A Deus e a toda espiritualidade que iluminou meu ori, abriu meus caminhos e me concedeu mais essa vitória. Salve meu Orixá: Kaô, Justiça, Fogo e Trovões. Eparrei, ventos e tempestades que também ensinam. Agradeço aos que vieram antes, meus ancestrais, que abriram trilhas para que eu pudesse chegar até aqui.

À minha mãe, amor da minha vida, alicerce de tudo que sou, que me deu régua e compasso para existir com dignidade e coragem. Obrigado, mainha: seu filho virou doutor.

Às mulheres da minha família, às minhas avós, mulheres pretas que seguem em mim, herdei de vocês a força, a resistência e a coragem. Em memória, afirmo: sou parte do sonho que vocês semearam.

Estendo minha gratidão à minha irmã, minha sobrinha, minhas tias e às minhas primas, que também carregam a potência dessas mulheres que vieram antes de nós e seguem sendo minha base, meu chão e minha inspiração.

Ao meu pai e a todos os homens da minha família, esta conquista também é de vocês. Cada gesto, cuidado e presença ajudou a sustentar o caminho que me trouxe até aqui. Obrigado por fazerem parte dessa travessia.

Às mulheres encarceradas que ajudaram a tecer esta tese e que seguem sobrevivendo ao cárcere, apesar de tudo. Sem a contribuição de vocês, esta tese simplesmente não existiria. Minha gratidão é atravessada pela responsabilidade e pelo respeito às suas histórias.

A todos os meus amigos e amigas que estiveram ao meu lado nesta jornada, minha profunda gratidão. Em especial a Madson e Laerte, que contribuíram de forma imensa para a construção desta tese. A José Elias, pelo suporte constante e pelo incentivo. A Anderson, Elson, Guilherme, Marcos Salviano, Marina, Thomaz e Uelinton, pela escuta sensível e acolhedora na vida. A caminhada se torna mais suportável, e mais bonita, pelo apoio de vocês.

Aos meus amigos do Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03), pelo apoio, pelo carinho e pela torcida. Em especial, agradeço a Ailena, Luan e Lucas. A vida é boa com vocês.

Ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à Ex-Presidenta Dilma Rousseff, pela construção e fortalecimento de políticas públicas que garantiram acesso e permanência na universidade pública. Sem essas políticas, nós, filhos de mecânicos e de trabalhadoras de serviços gerais, talvez não chegássemos até aqui.

Ao meu orientador, Joilson, pela paciência e pela parceria ao longo deste percurso acadêmico, ajudando-me a atravessar caminhos que, por vezes, pareciam difíceis demais. Agradeço também a todos os membros da banca, que contribuíram com cuidado, rigor e sensibilidade para orientar e fortalecer esta tese. A contribuição de vocês foi extremamente valiosa.

Por fim, agradeço a mim mesmo por não ter sucumbido a todas as violências que vivi na pós-graduação e, apesar de tudo, ter conseguido concluir esta etapa tão importante da minha vida. Eu construí, lutei e venci.

Sem bolsa, trabalhando e estudando, segui sustentando o sonho com esforço diário, disciplina e esperança. Cada conquista aqui inscrita carrega o peso do cansaço, mas também a dignidade de quem não desistiu. Sem bolsas, muitos de nós somos obrigados a escolher entre a sobrevivência e a permanência na pós-graduação, e isso não é justo. É uma pena que a pesquisa, em nosso país, ainda seja pensada para uma elite que não tem a cara do povo.

Desejo que esse caminho seja menos árido para outras pessoas que compartilham marcadores sociais semelhantes aos meus. Este espaço ainda não tem sido acolhedor para pessoas pretas. Mas as armas com as quais eu luto vêm de longe, carregam história, resistência e ancestralidade.

Obrigado a mim, por ter insistido, permanecido de pé e vencido.

Quem cede a vez não quer vitória  
Somos herança da memória  
Temos a cor da noite  
Filhos de todo açoite  
Fato real de nossa história  
(Aragão, 1986)

Não faço cara nem pose  
Caminho na contramão  
E quanto mais eu me envolvo  
Mais namoro a solidão  
Ainda hoje lembrei  
Das tuas risadas sem fim  
E eu me questioneei  
Riram de mim ou pra mim?  
Se lambuzaram no doce  
Levaram o melhor que eu tinha  
E enquanto a boca amarga  
Meu coração desalinha  
Vocês me devem cada lágrima  
Cada desserviço  
Devem meu suor me devem cada gemido  
Me devem cada lágrima  
Cada desserviço  
Devem meu suor me devem cada gemido  
Flutuo nesse vazio  
Mas a tristeza é oceano raso  
E quando eu tocar o chão  
Vou levar todos pra baixo  
E quando eu tocar o chão  
Eu vou te levar pra baixo  
(MC Tha, 2019)

## RESUMO

Nesta tese, convidamos mulheres encarceradas a falar do tempo, das marcas, do envelhecer e da própria velhice. Propusemos que resgatassem de suas memórias histórias atravessadas pela temporalidade do cárcere, uma temporalidade que, embora se inscreva nelas de modo profundo, também produz dobras subjetivas do *apesar de*: Investiga-se como o envelhecimento de mulheres encarceradas é produzido e atravessado por marcadores interseccionais, demonstrando que gênero, raça, classe e outros atravessamentos estruturam diferentes formas de viver o tempo, o corpo e a velhice no cárcere. O estudo também evidencia como a prática do psicólogo no contexto prisional é atravessada por esses mesmos marcadores e, portanto, não pode ser compreendida fora de um horizonte político, ético e social mais amplo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e abordagem biográfica, que articula autobiografia e história de vida. Foram adotadas duas estratégias metodológicas. No Estudo 1, foram realizadas entrevistas narrativas com 11 mulheres encarceradas, que narraram suas experiências de envelhecer no cárcere. As entrevistas foram transcritas, organizadas e analisadas a partir da recorrência de temas e sentidos compartilhados, o que permitiu a construção de categorias analíticas e a comparação entre as narrativas. No Estudo 2, foram produzidas narrativas em primeira pessoa, fundamentadas na escrevivência, nas quais foram elaboradas as afetações subjetivas, políticas e éticas decorrentes do trabalho no sistema prisional. As análises foram interpretadas à luz da interseccionalidade, do biopoder, da necropolítica e de referenciais da psicologia. Os resultados do Estudo 1 demonstraram que, mesmo antes de alcançarem a idade legalmente reconhecida como velhice, as participantes já experienciam efeitos intensos do tempo e do encarceramento em suas vidas. Já o Estudo 2 apresenta que tornar-se psicólogo dentro de unidades prisionais na perspectiva de um homem negro e suas interseções, o posicionam como alvo do sistema prisional: um corpo em constante diálogo com as contradições desse espaço, entre prestar cuidado e ser alvo do racismo estrutural e outras violências. Narrar o entrelaçamento entre minha trajetória e a delas, aproximadas pelos marcadores étnico-raciais e pelas violências históricas que compartilhamos, é compreender que esta escrita também é uma forma de me insurgir. Esta tese conclui que essas mulheres estão aprisionadas não apenas fisicamente, mas também por estruturas simbólicas que perpetuam desigualdades e intensificam violências. São camadas que não se encerram em si mesmas, mas que ecoam umas nas outras, compondo um território de reflexão. Defende-se, assim, a formulação e efetivação de políticas públicas que garantem direitos às mulheres que

envelhecem em privação de liberdade, a visibilização de suas narrativas e reconhecem o caráter inevitavelmente político do cuidado psicológico no cárcere.

**Palavras-chave:** *Mulheres, Envelhecimento, Prisões, Interseccionalidade, Psicologia Prisional.*

## ABSTRACT

In this thesis, we invite incarcerated women to speak about time, traces, aging, and old age itself. We propose that they retrieve from their memories stories shaped by the temporality of prison, a temporality that, although deeply inscribed in their lives, also produces subjective folds of “in spite of.” The study investigates how the aging of incarcerated women is produced and traversed by intersectional markers, demonstrating that gender, race, class, and other structural forces shape different ways of experiencing time, the body, and old age in prison. The study also shows how the psychologist’s practice in the prison context is equally permeated by these markers and, therefore, cannot be understood outside a broader political, ethical, and social horizon. This is a qualitative, exploratory study with a biographical approach that articulates autobiography and life history. Two methodological strategies were adopted. In Study 1, narrative interviews were conducted with 11 incarcerated women, who narrated their experiences of aging in prison. The interviews were transcribed, organized, and analyzed based on the recurrence of shared themes and meanings, which enabled the construction of analytical categories and comparative examination of the narratives. In Study 2, first-person narratives were produced, grounded in *escravivência*, through which subjective, political, and ethical affects arising from work within the prison system were elaborated. The analyses were interpreted in light of intersectionality, biopower, necropolitics, and psychological frameworks. The results of Study 1 demonstrated that, even before reaching the age legally recognized as old age, participants already experience intense effects of time and imprisonment on their lives. Study 2, in turn, shows that becoming a psychologist within prison units, from the perspective of a Black man and his intersecting identities, positions him as a target within the prison system: a body in constant dialogue with the contradictions of this space, between providing care and being subjected to structural racism and other forms of violence. Narrating the interweaving of my trajectory with theirs, connected through ethnic-racial markers and shared historical violences, is to understand that this writing is also a form of insurgency. This thesis concludes that these women are imprisoned not only physically, but also by symbolic structures that perpetuate inequalities and intensify violence. These are layers that do not close in on themselves, but echo one another, forming a territory of reflection. Thus, the thesis advocates for the formulation and implementation of public policies that guarantee rights to women who age in conditions of deprivation of liberty, for the visibility of their narratives, and for the recognition of the inevitably political nature of psychological care in prison contexts.

**Keywords:** *Women, Aging, Prisons, Intersectionality, Prison Psychology.*

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APA – American Psychological Association

AT- Análise Temática

AVC – Acidente Vascular Cerebral

BBC – British Broadcasting Corporation

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BVS – Biblioteca Virtual em Saúde

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

CV – Comando Vermelho

EUA – Estados Unidos da América

LEP – Lei de Execuções Penais

LEP – Lei de Execuções Penais

LGBTfobia – Discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e outras identidades dissidentes

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e outras identidades

MeSH – Medical *Subject Headings Section*

MNPCT – Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

MVI – Mortes Violentas Intencionais

PCD – Pessoas Com Deficiência

PF – Polícia Federal

RELIPEN – Relatório de Informações Penais

RJ – Rio de Janeiro

STF – Supremo Tribunal Federal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

**Figura 1** - Apresenta de forma sistemática temas, códigos associados e respectivas explicações

**Tabela 1** – Características dos 11 estudos incluídos na revisão de escopo

**Tabela 2** – Características das informantes

## SUMÁRIO

|                                                                                                           |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1. Apresentação.....</b>                                                                               | <b>18</b> |
| <b>2. Estrutura da tese.....</b>                                                                          | <b>25</b> |
| <b>3. Introdução.....</b>                                                                                 | <b>27</b> |
| <b>4. Objetivos.....</b>                                                                                  | <b>34</b> |
| 4.1 Objetivo Geral.....                                                                                   | 34        |
| 4.2 Objetivos específicos.....                                                                            | 34        |
| <b>5. Capítulo 1.....</b>                                                                                 | <b>36</b> |
| Velhices plurais: quem pode envelhecer em um país desigual? .....                                         | 36        |
| Quando o gênero define quem vive mais, mas não quem vive melhor.....                                      | 39        |
| Quando a raça define quem pode envelhecer.....                                                            | 42        |
| O direito de envelhecer como ato político.....                                                            | 45        |
| Algumas considerações.....                                                                                | 47        |
| <b>6. Capítulo 2.....</b>                                                                                 | <b>49</b> |
| O cárcere como morte em capítulos: o sequestro do envelhecer.....                                         | 49        |
| Antes das grades, a história.....                                                                         | 51        |
| Mortalidade e condições de encarceramento.....                                                            | 54        |
| Envelhecimento no cárcere.....                                                                            | 58        |
| A arte de sobreviver: resistência para viver, negociações para não morrer.....                            | 62        |
| Algumas considerações.....                                                                                | 65        |
| <b>7. Capítulo 3.....</b>                                                                                 | <b>68</b> |
| Psicologia, encarceramento e envelhecimento: interfaces, desafios e implicações<br>ético-políticas.....   | 68        |
| Interseccionalidade, cárcere e envelhecimento.....                                                        | 71        |
| Quem cuida também é atravessado: interseccionalidade do psicólogo em<br>território de encarceramento..... | 74        |
| Onde o cuidado encontra o limite: o psicólogo frente ao envelhecimento no<br>cárcere.....                 | 76        |
| Algumas considerações.....                                                                                | 81        |
| <b>8. Capítulo 4.....</b>                                                                                 | <b>83</b> |
| Mulheres encarceradas, envelhecimento e Interseccionalidade: Uma revisão de<br>escopo.....                | 83        |
| 8.1 Introdução.....                                                                                       | 83        |

|                                                               |            |
|---------------------------------------------------------------|------------|
| <b>8.2 Método.....</b>                                        | <b>86</b>  |
| <b>Desenho do estudo.....</b>                                 | <b>86</b>  |
| <b>Fontes de dados.....</b>                                   | <b>86</b>  |
| <b>Critérios de elegibilidade.....</b>                        | <b>86</b>  |
| <b>Análise e síntese dos dados.....</b>                       | <b>87</b>  |
| <b>Extração de dados.....</b>                                 | <b>87</b>  |
| <b>8.3 Resultados e discussões.....</b>                       | <b>89</b>  |
| <b>Seleção dos estudos.....</b>                               | <b>87</b>  |
| <b>Gênero, saúde e envelhecimento no cárcere.....</b>         | <b>91</b>  |
| <b>Gênero, história de vida e desenvolvimento humano.....</b> | <b>94</b>  |
| <b>Análise interseccional.....</b>                            | <b>96</b>  |
| <b>8.4 Conclusões.....</b>                                    | <b>99</b>  |
| <b>9. Método.....</b>                                         | <b>102</b> |
| <b>10. Objetivo – Estudo 1.....</b>                           | <b>103</b> |
| <b>Aspectos éticos.....</b>                                   | <b>103</b> |
| <b>Desenho do estudo e aspectos éticos.....</b>               | <b>103</b> |
| <b>Local.....</b>                                             | <b>105</b> |
| <b>Participantes.....</b>                                     | <b>105</b> |
| <b>Coleta de dados.....</b>                                   | <b>106</b> |
| <b>Compreensão das narrativas.....</b>                        | <b>107</b> |
| <b>Construção e Síntese dos Temas.....</b>                    | <b>108</b> |
| <b>11. Objetivo – Estudo 2.....</b>                           | <b>111</b> |
| <b>(Re)desenhando a pesquisa.....</b>                         | <b>111</b> |
| <b>12. Resultados e discussões – Estudo 1.....</b>            | <b>113</b> |
| <b>Perfil sociodemográfico.....</b>                           | <b>113</b> |
| <b>Quem são essas mulheres.....</b>                           | <b>116</b> |
| <b>Mariele.....</b>                                           | <b>116</b> |
| <b>Dandara.....</b>                                           | <b>118</b> |
| <b>Sueli.....</b>                                             | <b>119</b> |
| <b>Stella.....</b>                                            | <b>120</b> |
| <b>Ivone.....</b>                                             | <b>121</b> |
| <b>Audre.....</b>                                             | <b>122</b> |
| <b>Lélia.....</b>                                             | <b>124</b> |
| <b>Luiza.....</b>                                             | <b>127</b> |

|                                                                                       |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Carolina.....</b>                                                                  | <b>128</b> |
| <b>Tereza.....</b>                                                                    | <b>130</b> |
| <b>Ângela.....</b>                                                                    | <b>131</b> |
| <b>Aquele que ouve – eu diante delas.....</b>                                         | <b>133</b> |
| <b>Envelhecimento no cárcere como experiência de abandono institucional.....</b>      | <b>136</b> |
| <b>Efeitos do Encarceramento Sobre a Saúde e Aparência Física.....</b>                | <b>137</b> |
| <b>Lá Fora : Preocupações Extramuros e Vínculos Afetivos.....</b>                     | <b>140</b> |
| <b>Eixos de Opressão.....</b>                                                         | <b>142</b> |
| <b>13. Algumas Conclusões - Estudo 1.....</b>                                         | <b>146</b> |
| <b>14. Resultados e discussão – Estudo 2.....</b>                                     | <b>149</b> |
| <b>O encontro com o cárcere.....</b>                                                  | <b>149</b> |
| <b>A casa caiu.....</b>                                                               | <b>150</b> |
| <b>O racismo institucional: negro psicólogo.....</b>                                  | <b>154</b> |
| <b>As negociações e os espaços possíveis de afeto dentro do cárcere.....</b>          | <b>157</b> |
| <b>Os outros, interdisciplinariedade e interseccionalidade.....</b>                   | <b>160</b> |
| <b>Estratégias de cuidado de si.....</b>                                              | <b>162</b> |
| <b>15. Algumas Conclusões - Estudo II.....</b>                                        | <b>164</b> |
| <b>16. Considerações finais.....</b>                                                  | <b>168</b> |
| <b>17. Notas finais: sobre permanecer vivo em territórios de morte.....</b>           | <b>170</b> |
| <b>18. Iroko (o tempo) dos pretos: um adendo para pensar meu próprio envelhecer..</b> | <b>175</b> |
| <b>19. Referências.....</b>                                                           | <b>186</b> |
| <b>20. Apêndices.....</b>                                                             | <b>201</b> |
| <b>16.1 Apêndice 1: Parecer substanciado do CEP.....</b>                              | <b>201</b> |
| <b>16.2 Apêndice 2: Questionários.....</b>                                            | <b>208</b> |

*Uma das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para a frente (Lispector, 1969).*

## 1. Apresentação

Nesta tese, convidamos mulheres encarceradas a falar do tempo, das marcas, do envelhecer e da própria velhice. Propusemos que resgatassem de suas memórias histórias atravessadas pela temporalidade do cárcere, uma temporalidade que, embora se inscreva nelas de modo profundo, também produz dobras subjetivas do *apesar de*: frestas que possibilitam resistir ao encarceramento e à sua potente maquinaria de morte. Interpretamos essas narrativas a partir da teoria da interseccionalidade, do biopoder, das necropolíticas, e do olhar da psicologia, apresentando aquilo que emerge do encontro e das trocas entre quem narra, quem escuta e quem, mais adiante, lerá.

Permanece também como um convite para mim mesmo homem negro, gay, psicólogo, simultaneamente alvo em potencial do sistema que descrevo a interpretar as minhas próprias vivências no cárcere. O encontro com essas mulheres e com suas narrativas fez emergir perguntas sobre o meu próprio envelhecimento e sobre a possibilidade, ou não, de envelhecer em uma sociedade estruturalmente racista e LGBTfóbica, que seleciona quem pode viver o tempo e quem tem seu tempo interrompido. Narrar o entrelaçamento entre minha trajetória e a delas, aproximadas pelos marcadores étnico-raciais e pelas violências históricas que compartilhamos, é compreender que esta escrita também é uma forma de me insurgir.

Sou um homem negro e gay que burlou o destino tantas vezes imposto, o binarismo fatal entre “cadeia ou caixão”, e que, a partir da psicologia, se posiciona como agente de cuidado, pesquisador e ativista. Ao trazer para a tese fragmentos da minha própria vivência, assumo a escrita como gesto contra-colonial, recusando a neutralidade que despolitiza a experiência e reafirmando que pesquisar é também existir politicamente. Assim, ao escutar e escrever sobre essas mulheres, revisito minhas dores, minhas resistências e minhas próprias dobras de sobrevivência, fazendo desta tese não apenas uma produção acadêmica, mas um ato ético de memória, responsabilidade e vida.

Busco ainda refletir sobre o “tempo morto” que as prisões fabricam e sobre a maneira como essa mortificação se entrelaça às camadas interseccionais que conformam vidas marcadas por gênero, raça, classe, território entre outros. Convido o leitor a percorrer o envelhecimento e a velhice no cárcere pelo olhar de mulheres que ali resistem, reinventando-se nas frestas de um dispositivo que pretende administrar corpos e capturar o tempo. Sendo este um tema ainda periférico no debate nacional e nas pesquisas sobre encarceramento, mas que os acontecimentos históricos que atravessaram a escrita desta tese tornaram incontornável: Há

urgência em trazer ao debate aquilo que o sistema prisional historicamente marginaliza. Tornar visíveis essas vidas, seus tempos e suas marcas significam também explicitar os mecanismos institucionais que, sob a justificativa de ordenar a vida social, produzem processos contínuos de adoecimento, violação e morte.

O envelhecimento no cárcere é um velho conhecido da população preta, que, submetida ao enrijecimento das penas, ao estigma, à seletividade penal e à falta de recursos para uma defesa digna, recebe condenações longas e passa parte significativa do ciclo de vida dentro das prisões. Contudo, muitos desses sujeitos não resistem aos danos produzidos pela máquina penal: morrem sob tortura, abandono e negligência do Estado. Vidas interrompidas antes mesmo de alcançarem a velhice que lhes é prometida como direito constitucional. Há também o fenômeno da entrada de pessoas já idosas no cárcere, o que reabre debates urgentes sobre infraestrutura, salubridade e riscos à saúde associados a essa fase do desenvolvimento humano, para a qual o sistema prisional nunca foi pensado.

No debate público, envelhecer no cárcere, quando se trata da população preta e periférica, parece não convocar empatia: torna-se um destino naturalizado, quase administrativo, como se a velhice desses corpos estivesse sempre fora do campo da dignidade. O corpo velho encarcerado, atravessado por marcadores de opressão, é reiteradamente percebido como descartável, como vida que o Estado pode gerir pela ausência, pela omissão, pelo abandono. Entretanto, a prisão de homens brancos, ricos e detentores de prestígio social reacende, subitamente, discussões sobre a velhice no cárcere, agora iluminada por outra gramática: a da benevolência, da injustiça, da preocupação com a saúde e com a dignidade. Trata-se de um movimento que revela, com precisão, os mecanismos pelos quais o Estado decide quais velhices merecem cuidado e quais podem ser administradas na zona cinzenta entre o sofrimento e a morte.

Merece destaque a prisão do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (70 anos), e de generais do Exército, Augusto Heleno (78 anos), Paulo Sérgio Nogueira (67 anos), Walter Braga Netto (68 anos), entre outros, em sua maioria homens brancos, com alto poder aquisitivo, influência política e capital simbólico. Trata-se da primeira vez, na história do Brasil, que um ex-presidente e generais são condenados por tentativa de golpe de Estado. Esse acontecimento abre uma caixa-preta para se refletir sobre o encarceramento de pessoas idosas no país. No entanto, é preciso questionar: a prisão desses homens produz a mesma experiência de encarceramento vivida por tantas mulheres idosas, ou que envelhecem no cárcere, como aquelas que contribuíram para a tessitura desta tese?

Em entrevista publicada pela BBC News Brasil.<sup>1</sup>, o senador Flávio Bolsonaro declarou: “É um absurdo humanitário ele estar aqui na sede da PF. Isso aqui é uma crueldade. E é um risco muito grande à saúde dele, à vida dele”. A preocupação expressa pelo familiar evidencia a centralidade que a saúde do apenado assume nesse contexto. Diante dessas alegações, a reportagem informa que o ministro do Superior Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, determinou “a manutenção de atendimento médico em tempo integral”, em regime de plantão, bem como autorizou o acesso irrestrito da equipe médica responsável pelo tratamento do réu, sem necessidade de prévia autorização judicial. Bolsonaro encontra-se em prisão preventiva em uma cela especial na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília. O espaço, uma sala de Estado-Maior adaptada, é privativo e dispõe de banheiro reservado, cama, televisão, frigobar, ar-condicionado e mesa de trabalho.

O caso do ex-presidente encarcerado escancara os regimes de verdade que operam na definição de quem é reconhecido como idoso e de quem pode usufruir de prerrogativas e privilégios no interior do sistema penal. Entre esses privilégios, destaca-se um dos direitos mais frequentemente negados à maior parte da população privada de liberdade no país: o direito à saúde e à dignidade. As condições de custódia oferecidas a ele destoam radicalmente do cenário mortificador que caracteriza o cárcere brasileiro. Como esperado o ex. presidente conseguiu converter sua pena para a prisão domiciliar.

Essa discrepância revela, simultaneamente, a produção de discursos que determinam quem merece viver e quem pode morrer, bem como os privilégios raciais e sociais que demonstram, a todo instante, a inexistência de igualdade perante a lei. Nosso sistema prisional, assim como o de justiça e, em larga medida, toda a sociedade, opera por meio de uma lógica que separa aqueles cuja vida deve ser protegida daqueles cuja existência pode ser considerada excedente ou descartável. Por que outras pessoas idosas não podem usufruir das mesmas garantias? Por que saúde e dignidade se tornam privilégios e não direitos fundamentais no cárcere?

Para além da reclusão espacial, essas figuras públicas dispõem, com frequência, de alternativas como a prisão domiciliar, recurso raramente acessível à maioria da população encarcerada. Um exemplo é o do ex-presidente Fernando Collor de Mello (76 anos), cuja prisão domiciliar foi solicitada por sua defesa sob a justificativa de problemas crônicos de saúde, além

---

<sup>1</sup> **BBC News Brasil.** *Bolsonaro começa a cumprir pena de 27 anos de prisão em sala da Polícia Federal.* Brasília. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz0nme79gzzo>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2025.

da idade avançada. De modo semelhante, o ex-deputado Roberto Jefferson (72 anos) deixou a unidade prisional para cumprir prisão domiciliar em razão de seu estado de saúde.

Já a ex-deputada Flordelis, mulher negra, idosa, de 64 anos, recebe um tratamento visivelmente distinto daquele dispensado a ex-parlamentares ou a gerais anteriormente mencionados que se encontram privados de liberdade. Tal constatação não se ancora no mérito de uma análise estritamente jurídica, justamente para evitar o risco da falsa simetria, mas na observação dos contornos sociais, simbólicos e institucionais que atravessam sua experiência de encarceramento. Mesmo após apresentar um quadro de saúde grave, com suspeita de Acidente Vascular Cerebral (AVC), episódios de desmaio, vômitos, fala arrastada e travamento da língua, enquanto custodiada na Penitenciária Talavera Bruce, em Bangu (RJ), não houve a conversão de sua prisão para o regime domiciliar. Seu estado de saúde não mobiliza a mesma comoção pública, institucional ou política observada quando se trata de seus pares masculinos. Flordelis torna-se, assim, expressão concreta da dupla penalização que incide sobre tantas mulheres no cárcere, evidenciando como as interseccionalidades de gênero e raça operam na produção do esquecimento, da negligência e, não raramente, da morte no contexto do encarceramento.

A suposta fragilidade associada à velhice e o declínio decorrente do adoecimento não são suficientes para garantir comoção ou privilégios quando o corpo que envelhece no cárcere é o de uma mulher negra. O acesso efetivo aos saberes médicos e aos dispositivos das biopolíticas concentra-se em outros marcadores sociais, revelando que o reconhecimento da vulnerabilidade não é universal. Percebe-se, assim, que a resposta penal se flexibiliza diante de determinados corpos, trajetórias e capitais sociais, enquanto permanece rígida e punitiva para a maioria das pessoas idosas privadas de liberdade. Essa assimetria evidencia que, no Brasil, a velhice e o envelhecimento no cárcere não é apenas uma questão etária, mas um marcador atravessado por desigualdades raciais, de classe, gênero e poder político, e que o direito de envelhecer com dignidade, mesmo sob responsabilidade do Estado, continua sendo seletivamente distribuído.

Isto posto, outro marco relevante que atravessa a construção desta tese foi o julgamento no qual o STF formou maioria para reconhecer a existência do racismo estrutural no Brasil. Embora haja divergências entre ministras e ministros quanto à configuração jurídica de um “estado de coisas inconstitucional”. Em discurso emblemático, a ministra Cármen Lúcia afirmou que o Brasil vive um estado de coisas inconstitucional em razão da permanência do racismo estrutural. Na sequência, reforçou: “Não é possível continuar preterindo mais da metade da população brasileira por puro, grave e trágico racismo, e é isso que nós temos. E se

a Constituição brasileira tem que ser plena, como ela deve ser, não se trata de aviso, sugestão ou proposta: é lei, é a lei fundamental. É preciso que se tomem providências, uma vez que as medidas até aqui adotadas não foram suficientes”.

Quando a ministra Cármen Lúcia afirma que a Constituição não pode ser plena para uns e “quase” para outros, ela toca o cerne da desigualdade que estrutura o sistema prisional e suas dinâmicas de gestão da vida e da morte. O reconhecimento do racismo estrutural evidencia que não estamos diante de distorções isoladas, mas de um arranjo histórico que define quais corpos são mais vulneráveis à captura penal, ao adoecimento e à privação de direitos básicos, inclusive o direito de envelhecer. Denuncia um Estado que, não raro, decide pela insuficiência: insuficiência de políticas, de cuidados, de garantias, de reconhecimento.

O racismo é o eixo estruturante que produz tanto o encarceramento em massa quanto o genocídio da população negra e periférica no Brasil, população para a qual, historicamente, “cadeia ou caixão” têm sido apresentados como destinos possíveis. As mortes violentas no país têm raça, classe e território bem definidos. Trata-se do mesmo racismo que encarcera e que autoriza, simbolicamente e materialmente, a morte.

Enquanto os regimes de verdade seguirem sustentando a oposição entre a vida do “cidadão de bem” e a morte do “criminoso”, categorias que, no imaginário social, jamais se assemelham aos homens brancos e ricos, as operações policiais continuarão a incidir, majoritariamente, sobre a mesma população-alvo. Todos sabemos o que têm sido as incursões policiais no Rio de Janeiro e em outras cidades do país, e quais corpos elas mais frequentemente vitimam.

O massacre ocorrido em 28 de outubro de 2025, apresentado oficialmente como uma “megaoperação contra o Comando Vermelho (CV)”, resultou na morte de 121 pessoas, sendo 117 classificadas como suspeitas e quatro policiais. A maior parte das execuções ocorreu na área de mata entre os complexos da Penha e do Alemão. À luz das discussões desenvolvidas nesta tese, esse episódio evidencia uma execução planejada, autorizada e acobertada pelo próprio Estado. Pouco importa, nesse regime discursivo, se as vítimas eram ou não envolvidas com o crime organizado. Trata-se de uma demonstração prática, ainda que profundamente trágica, do funcionamento da política de morte que estrutura o controle das populações vulnerabilizadas.

Realizadas em nome de uma guerra que nunca se encerra, essas operações reiteram a lógica necropolítica: não reduzem o tráfico, tampouco a violência dele decorrente. Antes, reafirmam quais vidas podem ser eliminadas sem comoção pública e quais territórios são continuamente administrados pelo medo. Não por acaso, tais incursões não acontecem em

bairros nobres, nem têm como alvos bilionários e suas famílias. O contraste é evidente: Roberto Jefferson, por exemplo, atacou policiais federais com granadas e tiros de fuzil, resistiu por oito horas e, ainda assim, não foi morto nem submetido à violência policial, tendo posteriormente sua pena convertida em prisão domiciliar.

O envelhecimento e a velhice no cárcere não podem ser compreendidos sem considerar esse circuito ampliado de vulnerabilização. Para muitos homens e mulheres negras, a prisão não é apenas um espaço de punição: é a continuidade de uma lógica de gestão da vida que já os havia colocado sob risco muito antes da privação de liberdade. O cárcere, nesse sentido, não inaugura a precarização, ele a intensifica.

Este texto também se constitui como denúncia, na medida em que a psicologia não existe, nem pode existir, como prática apolítica. Sem enfrentar as desigualdades raciais, as violações de direitos e os processos estruturais que produzem sofrimento, a psicologia não cumpre sua função social nem seu compromisso ético.

É preciso reconhecer que a própria psicologia historicamente endossou políticas de exclusão, higienização social e apagamento de sujeitos, ao se aliar a discursos normativos que sustentam práticas de violência e controle. Sabemos que a saúde mental é atravessada por condições concretas, moradia, renda, acesso à saúde, educação, segurança, direitos básicos. Ignorar essa dimensão política é também ignorar parte do sujeito que se pretende compreender. Não existe saúde mental que se sustente fora da realidade social que organiza vidas e define sofrimentos. A neutralidade, longe de ser uma postura técnica, legitima exclusões.

E, por fim, caiba lembrar que nenhuma teoria, nenhuma técnica e nenhum relatório bastam se não formos capazes de olhar para aquilo que insiste em pulsar nos interstícios das vidas vulnerabilizadas. A psicologia só se faz inteira quando se curva para escutar o que o Estado tenta silenciar: o tremor de uma voz cansada, o gesto que resiste, o corpo que ainda insiste em existir apesar de.

No encontro com essas mulheres, aprendi que viver no cárcere é, sobretudo, viver *apesar de*: apesar da dor, apesar da espera, apesar da violência, apesar das mortes ao redor. *Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer.* E, muitas vezes, como elas me ensinam, é o próprio *apesar de* que empurra a vida para a frente. Afirmando que é justamente no *apesar de* que a vida reinventa seus caminhos.

E talvez seja isso que o cárcere, em sua maquinaria minuciosa, nunca previu: que ao administrar corpos, ele também abre brechas pelas quais escapam narrativas, afetos e memórias que recusam a disciplina do esquecimento. E ao escrever esta tese, percebo que faço girar, ainda que lentamente, as engrenagens de uma outra temporalidade, uma que insiste em produzir vida

onde só esperavam ruínas. Quem sabe seja essa a subversão mais radical: transformar a experiência do cárcere em campo de pensamento, gesto de resistência e espaço de reinvenção do possível.

A vista disso, todos esses temas, o racismo estrutural, a necropolítica, o envelhecimento no cárcere, as desigualdades, a psicologia como prática necessariamente política, e as narrativas das mulheres que resistem apesar de, atravessam esta tese como fios que se entrelaçam e revelam a complexidade do que aqui se propõe pensar. São camadas que não se encerram em si mesmas, mas que ecoam umas nas outras, compondo um território de reflexão. Que esta leitura lhe encontre disponível a atravessar fronteiras, a se deixar afetar pelas vozes que aqui emergem e a reconhecer, nas entrelinhas, as vidas que insistem em existir. Desejo, portanto, uma boa leitura.

## **2. Estrutura da tese**

Para responder aos três primeiros objetivos específicos e contextualizar o cenário no qual as discussões se sustentam, apresentam-se inicialmente três capítulos teóricos: (1): Velhices plurais: quem pode envelhecer em um país desigual? (2): O cárcere como morte em capítulos: o sequestro do envelhecer; (3): Psicologia, Encarceramento e Envelhecimento: Interfaces, Desafios e Implicações Ético-Políticas; e (4): Encarceramento Feminino, envelhecimento e Interseccionalidade: Uma revisão de escopo.

Na sequência, apresenta-se o método e, posteriormente, os resultados, que se articulam aos dois últimos objetivos específicos. Optou-se por apresentar, na seção de resultados, versões ampliadas dos artigos científicos submetidos a periódicos. São eles, na sequência: (1): Análise interseccional das narrativas de mulheres encarceradas sobre envelhecimento e velhice no cárcere; e (2): Escrevivências interseccionais de um psicólogo negro no cárcere. Por fim, apresentam-se as considerações finais desta tese.

*As mulheres do presídio são muito parecidas entre si - pobres, pretas ou pardas, pouco escolarizadas, dependentes de drogas, cujo crime é uma experiência da economia familiar (Diniz, 2015).*

### 3. Introdução

Quando se fala de mulheres e prisões é necessário clarificar de qual estrutura de aprisionamento estamos falando. A princípio nenhuma mulher é totalmente livre em uma sociedade sexista, machista e patriarcal (Davis, 2016). Elas compartilham de opressões comuns ligadas a questões de desigualdades de gênero, em maior ou menor grau (Crenshaw, 2002). Portanto utilizaremos o termo encarceramento feminino e suas derivações para nos referirmos as mulheres sob tutela do sistema prisional e de justiça.

Em relação ao encarceramento feminino, o século XIX é marcado como um período oculto, pois a falta de registros concretos dificulta traçar uma conjectura fidedigna sobre a temática na época. Os primeiros registros surgem por volta de 1870, em um relatório breve que informava a existência, no calabouço da Casa de Correção da Corte, de 187 mulheres escravizadas. Em 1905, já no Brasil República, começa-se a pensar em melhorias destinadas às mulheres encarceradas, adaptando alojamentos de um antigo manicômio em instalações carcerárias femininas (Soares, 2002).

No Brasil, a primeira penitenciária especificamente feminina surge em São Paulo, no início da década de 1940, em meio ao Estado Novo de Getúlio Vargas. Era uma instituição cuja gestão ficava a cargo de religiosas da Congregação Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor. Sob a égide do patriarcado, as freiras submetiam as mulheres aos princípios do cristianismo e ao trabalho doméstico (Artur, 2017). Reproduzindo, deste modo, a lógica patriarcal dos papéis de gênero presentes na sociedade, que exigia que as mulheres fossem dóceis, educadas, convertidas e prendadas para os afazeres domésticos.

As mulheres eram levadas ao cárcere por crimes como prostituição, adultério, bruxaria, aborto, furtos e brigas. Nas prisões, eram treinadas para retornarem aos seus matrimônios e respectivas famílias ou exercerem a vida religiosa, tornando-se freiras. Nitidamente, as instituições penais femininas eram conduzidas com propósitos patriarcais e religiosos, objetivando transformar as mulheres “desviantes” (prostitutas, adúlteras e criminosas) em esposas prendadas, mães dedicadas, ou em religiosas puras e caridosas (Soares, 2002; Artur, 2017).

Neste sentido, Borges (2019) aponta que o campo do privado, por vezes, configurava-se como punidor, pois aos maridos era dado o direito de punir suas esposas, fazendo com que dentro das próprias residências a violência contra a mulher fosse naturalizada. Assim, o casamento salvaguardava a relação notadamente marcada pela noção de posse e propriedade que os homens poderiam exercer, em relação às suas esposas.

A autora retoma ainda uma narrativa histórica intersectada do encarceramento feminino, ressaltando as diferenças substanciais entre o encarceramento de mulheres brancas e negras escravizadas, revelando que, no período escravocrata, as mulheres negras eram submetidas a estupro e a outras diversas violências sexuais e físicas determinadas pela raça. Diferenciações e hierarquizações raciais que se fazem presentes na contemporaneidade e, sobretudo no sistema de justiça e segurança pública (Borges, 2019).

Assim, o pensamento humanitário e o ideal de progressiva abolição dos castigos físicos são aplicados apenas aos homens brancos livres (Foucault, 2013), pois para os demais, suas punições são atravessadas por estruturas raciais, sociais e de gênero (Borges, 2019). Essa hierarquização das humanidades influencia a organização social, distinguindo entre aqueles que merecem proteção e os que estão destinados à morte (Mbembe, 2018), influenciando assim as narrativas e os desfechos jurídicos e sociais direcionados à população carcerária (Mallart & Rui, 2017).

Atualmente, no Brasil, o sistema prisional é intrinsecamente deficitário, marcado pela superlotação, condições desumanas e uma clara incapacidade de garantir os direitos fundamentais dos detentos (Friede, 2019). A precariedade do sistema prisional é amplamente reconhecida como um fato notório, documentado em diversos estudos, boletins, relatórios e testemunhos daqueles que fazem parte desse cenário (Brasil, 2016) e para as mulheres esse cenário se torna ainda mais complexo pelas questões de gênero e outros eixos de violência que abalizaram suas penas jurídicas e sociais (Becker et al., 2016; Santos & Silva, 2019).

A situação do encarceramento feminino apresenta semelhanças marcantes em todo o país, caracterizada pela alocação limitada de recursos, que são direcionados prioritariamente para a população carcerária masculina (Brasil, 2017; Santos & Silva, 2019). Além disso, esse cenário é permeado por inúmeras injustiças, violações de direitos e pela imposição de penalidades contrárias à Constituição. Isso inclui a ausência de acesso a serviços de saúde, justiça, creches, oportunidades de trabalho e educação, resultando também no abandono por parte das famílias (Brasil, 2017; Santos & Silva, 2019).

Os papéis de gênero situam as mulheres no cárcere como aquelas que desafiam a lógica social e se envolvem na criminalidade. No imaginário social, as mulheres são frequentemente associadas à bondade e à maternidade, incapazes de se envolver com o crime (Martins, 2009). A prisão feminina expõe a disparidade entre as percepções sociais sobre as mulheres e as desigualdades sociais que contribuem para a entrada dessas mulheres na criminalidade (Borges, 2019).

Ao desafiar a narrativa que as posicionam como dóceis e incapazes de cometer crimes, as mulheres que entram no sistema prisional recebem além das penas jurídicas, penas sociais, que por vezes são mais dolorosas: o abandono sistemático por parte de suas famílias, cônjuges e, conseqüentemente, o abandono e a negligência por parte do Estado (Becker et al., 2016). São responsabilizadas pela desestruturação de suas famílias e pela falta de cumprimento dos papéis sociais de filhas, mães e esposas (Santos & Silva, 2019). Paradoxalmente, a sociedade não concebe a imagem da mulher que comete crimes, porém, empurra especialmente as mulheres negras e periféricas para a criminalidade (Borges, 2019).

Dessa forma, o feminismo negro nos conscientiza sobre as interseções que resultam em experiências singulares para cada mulher, decorrentes das interações complexas entre gênero, raça, classe e outros marcadores identitários e sociais (Crenshaw, 2002). É crucial compreender as múltiplas dimensões da opressão para abordar as diversas vivências das mulheres em toda a sua complexidade (Akotirene, 2019) no cárcere ou nas prisões sociais.

Um aspecto que merece destaque no sistema criminal e de justiça no Brasil é o aumento do encarceramento feminino. Entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres no Brasil aumentou em 455%, tornando difícil estabelecer uma comparação com o grupo de países que lideram o encarceramento feminino em todo o mundo (Brasil, 2017; Fair & Walmsley, 2018). Frente ao exposto, destacamos o art. 82 da Lei de Execuções Penais (LEP), o qual prevê que mulheres sejam recolhidas em estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal, contendo, em sua estrutura física, berçários e a segurança interna desempenhada apenas por agentes do sexo feminino (Brasil, 1984).

Especificidades como maternidade, sexualidade e cuidados em saúde ficam muito aquém do esperado, essa realidade preocupante expõe as fragilidades do sistema prisional feminino, em toda a sua função social complexa (Braga & Angotti, 2019), seja pela sua ineficiência em acolher demandas pertinentes às mulheres encarceradas e diminuir os preconceitos de gênero, ou pela conhecida ineficácia na correta aplicação da sanção penal em conformidade com a LEP.

Isto posto, pode-se conjecturar que se antes as punições as mulheres aconteciam de forma velada no campo da vida privada, atualmente essas violências são tuteladas pela ineficiência das políticas públicas e a construção de narrativas negativas sobre as mulheres encarceradas (Davis, 2018b; Borges, 2019). Se para as mulheres jovens esses desafios são significativos, para as mulheres que envelhecem no cárcere esse cenário torna-se ainda mais desafiador pelas questões inerentes ao envelhecimento.

Ademais, a intercessão de identidades marginalizadas é um elemento que influencia o modelo e a natureza da punição destinada às pessoas que cometem crimes e os desfechos do encarceramento (Davis, 2018b; Borges, 2019; Santos & Silva, 2019). Sendo assim, ser mulher e envelhecer no cárcere tem dimensões que só as mulheres que intersectam esses marcadores experienciam em toda sua diversidade.

Na contramão da visão negativa construída acerca das pessoas que cometem crime, os estereótipos sobre as pessoas idosas às posicionam como frágeis e indefesas, o que contribui para invisibilização dessa população enquanto réu (Vilela et al., 2021). Apesar disso, os estereótipos acerca da fragilidade das pessoas idosas não as preservam do enfrentamento de rotinas exaustivas no cárcere, da realização de atividades incompatíveis com sua capacidade física e da exposição a situações adversas ao envelhecimento bem-sucedido (Leigey & Hodge, 2012).

Conforme apontado por Vilela, Dias e Sampaio (2021), as pessoas idosas que estão encarceradas no Brasil enfrentam insegurança no contexto penal devido à falta de consenso sobre a idade nos documentos jurídicos. Isso resulta na ausência de uma idade normatizada para que essas pessoas possam usufruir de direitos e políticas públicas destinadas a elas (Vilela et al., 2021). Além disso, a infraestrutura precária e a falta de acessibilidade nas cadeias tornam a vida das pessoas mais velhas dentro do cárcere ainda mais difícil (Deaton et al., 2009).

Quando falamos do cárcere feminino, as questões de gênero já supramencionadas também impactam como essas mulheres vivenciam o envelhecimento (Wahidin, 2002; Gueta, 2020). O binômio geração/idade – gênero no encarceramento produz uma vivência muito específica, dado que o cárcere não foi pensado para assegurar questões ligadas ao gênero, tampouco relacionadas à geração/idade (Handtke et al., 2015; Aday & Dye, 2019; Gueta, 2020). Etarismo e sexismo se entrecruzam, reverberando na produção de vulnerabilidade e mortes, simbólicas ou materiais. O cárcere torna-se um terreno fértil para o higienismo etário e a produção de necropolíticas.

A confluência dos fatores mencionados anteriormente destaca a importância de refletir sobre a saúde das mulheres idosas no sistema prisional (Wahidin, 2002; Gueta, 2020). O envelhecimento é frequentemente associado a limitações de saúde e perdas funcionais, e as condições de vida no cárcere podem agravar essas limitações e perdas (Handtke et al., 2015; Aday & Dye, 2019). Isso é especialmente relevante ao considerarmos as especificidades do envelhecimento e a escassez de recursos médicos e de saúde dentro do sistema carcerário (Aday & Farney, 2014; Aday & Dye, 2019).

Isso pode resultar em outros problemas sistêmicos relacionados à saúde e ao envelhecimento feminino no cárcere, como a falta de ações preventivas para condições crônicas e neurodegenerativas, negligência em relação à saúde sexual, incluindo a menopausa e exames ginecológicos preventivos, escassez de exames e consultas de rotina, e a ausência de rastreamento de doenças, como mamografias e hemogramas, entre outros. Essas questões, que envolvem o envelhecimento feminino, não são amplamente documentadas na literatura em relação às mulheres no cárcere.

Na realidade, o acesso à assistência médica dentro das prisões é bastante limitado, com escassez de profissionais de saúde, medicamentos e condições adequadas para o tratamento de doenças (Aday & Farney, 2014; Oliveira et al., 2023). Além disso, há instalações inadequadas e carentes de acessibilidade, rotinas extenuantes, trabalhos físicos exigentes e ausência de programas de promoção da saúde e bem-estar (Williams et al., 2006; Oliveira et al., 2023).

Essas condições tendem a agravar problemas de saúde preexistentes ou predispor ao desenvolvimento de novas doenças. O sistema prisional, desse modo, contribui para a deterioração e o envelhecimento precoce das mulheres encarceradas (Techy et al., 2020; Emerson et al., 2022). No espaço-tempo-prisão todas as urgências e desafios são intensificados, inclusive os efeitos da passagem do tempo. O envelhecimento disfuncional torna-se mais poderoso e implacável em relação a outros contextos (Techy et al., 2020; Emerson et al., 2022).

Além disso, a privação de liberdade, o isolamento social, a insegurança, a solidão e a falta de apoio emocional impactam negativamente a saúde mental dessas mulheres (Handtke et al., 2015). O ambiente prisional é descrito por elas como caótico e hostil, gerando estresse e desconforto, com a ansiedade da morte sendo uma presença constante (Deaton et al., 2009). Mulheres mais velhas no cárcere apresentam índices mais elevados de depressão e ansiedade em comparação com outras populações, tanto dentro quanto fora do sistema prisional (Deaton et al., 2009; Aday & Dye, 2019). Ademais, a ausência de programas específicos para atender às suas necessidades emocionais e de saúde torna o envelhecimento na prisão uma experiência complexa e desafiadora (Aday & Farney, 2014; Techy et al., 2020).

Outro ponto crítico é a manutenção e o fortalecimento dos laços familiares das mulheres mais velhas durante o encarceramento (Handtke et al., 2015). Devido a questões relacionadas aos papéis de gênero e ao etarismo, essas mulheres sofrem perdas ao longo da pena, e o abandono conjugal e familiar acarreta muitas repercussões negativas para sua saúde mental e bem-estar (Becker et al., 2016).

A solidão vivenciada pelas mulheres encarceradas é uma questão que merece atenção e análise (Santos & Silva, 2019). A ausência de apoio e a separação de pessoas significativas,

especialmente durante o envelhecimento, podem se tornar fontes de vulnerabilidade psicológica, contribuindo para o surgimento de diversas psicopatologias (Handtke et al., 2015). Portanto, o apoio familiar é fundamental para a manutenção da saúde mental durante o cumprimento da pena e para a reintegração social (Pereira et al., 2023).

Essas demandas psicossociais e de saúde reforçam a importância do fortalecimento das equipes de saúde prisional e da implementação de estratégias interdisciplinares para fornecer cuidados em saúde, orientação e apoio para questões sociais e de vida (Aday & Farney, 2014; Oliveira et al., 2023). O cuidado prestado nas prisões deve estar alinhado com as demandas dos usuários (Oliveira et al., 2023). Na velhice, a presença de médicos geriatras e profissionais da gerontologia pode promover um envelhecimento menos deletério (Aday & Farney, 2014). Do mesmo modo, o suporte psicológico, a participação em atividades em grupo, laborterapia, prática de exercícios e orientação nutricional são estratégias igualmente importantes (Aday & Krabill, 2012).

A visão dos profissionais que trabalham na assistência prisional em relação aos indivíduos privados de liberdade também é um fator importante para promoção do cuidado. Os estigmas sociais e preconceitos associados as detentas podem dificultar a prestação de cuidados adequados por parte desses profissionais (Aday & Farney, 2014). Os dilemas entre a prestação de cuidados de saúde e as concepções referentes ao crime e segurança pública levantam debates complexos que os profissionais de saúde devem enfrentar, sempre com uma abordagem ética distanciando-se do moralismo (Aday & Farney, 2014). É importante lembrar que a pessoa não deve ser definida apenas pelo crime que cometeu; o crime é apenas uma dimensão da vida do indivíduo, não o resume.

Nesse contexto, a atualização profissional e as discussões em equipe sobre a assistência à saúde das pessoas privadas de liberdade podem promover uma visão mais positiva e eficaz desses indivíduos (Aday & Farney, 2014; Techy et al., 2020). Acrescentamos, que além disso, a referência às concepções éticas e aos códigos deontológicos das categorias profissionais envolvidas na prestação de cuidados aos detentos pode fortalecer a atenção e os cuidados a eles dispensados. A discussão não é sobre o que a pessoa fez para estar dentro da prisão, mas sim sobre quais cuidados pode ser ofertado a ela.

Podemos concluir que o sistema carcerário, tal como o conhecemos, impõe condições adversas e incertezas, sendo uma fonte contínua de sofrimento e violência para as mulheres mais velhas, onde as perdas e limitações são frequentes (Williams et al., 2006; Aday & Farney, 2014; Emerson et al., 2022; Oliveira et al., 2023). A escassez de estudos científicos sobre a temática nos impede de apontar conclusões extensas, além de destacar a necessidade de mais

pesquisas sobre como as prisões operam de forma sexista e idadista, produzindo impactos negativos especialmente na saúde e no bem-estar dessas mulheres.

Os estudos existentes revelam uma realidade complexa e violenta vivenciada por essas mulheres. A maior parte dos artigos sobre o tema aborda aspectos da saúde física e são pesquisas quantitativas, que utilizam escalas e questionários. Isso não representa um problema epistêmico, e não temos a intenção de diminuir a importância dessas pesquisas para a compreensão das questões que surgem do envelhecimento feminino no cárcere.

Contudo, queremos alertar para um ponto de inflexão, pouco explorado, neste cenário, que se estabelece no discurso, na memória e na narrativa bibliográfica, que também necessita ser explorado nos estudos científicos sobre esta população. Há algo a ser ouvido e algo a ser dito. O pessoal também é político. Concordando com as ideias de Davis (2018b), é importante que as pessoas dentro do sistema prisional narrem suas próprias histórias. Dado que as vozes das mulheres aprisionadas, particularmente as mulheres negras, são frequentemente invisibilizadas (Davis, 2018b).

Para a autora, quando começamos a ouvir as pessoas encarceradas, suas histórias revelam mais do que apenas narrativas de morte e desumanização lançadas sobre elas. Essas narrativas clarificam o impacto devastador da prisão, não apenas em suas próprias vidas, mas também nas vidas de suas famílias e em seu entorno (Davis, 2018a).

Ouvir as pessoas encarceradas não é apenas um ato de empatia, mas também uma estratégia para a resistência e a criação de novas narrativas de solidariedade e humanização (Davis, 2018a). As palavras de Davis (2018a; 2018b) nos lembram da importância de dar atenção às vozes das pessoas privadas de liberdade. Mesmo que nem sempre seja fácil garantir a participação e o protagonismo dessas pessoas, mas precisamos sempre reafirmar que a vida das pessoas encarceradas importa. E, tornar essas histórias visíveis é um primeiro passo para humanizar aqueles que foram desumanizados (Davis, 2018a; Davis, 2018b).

## **4. Objetivos**

### **4.1 Objetivo Geral**

Analisar como o envelhecimento de mulheres encarceradas é produzido e atravessado por marcadores interseccionais, analisando também de que modo a prática do psicólogo no contexto prisional é igualmente atravessada por esses mesmos marcadores.

### **4.2 Objetivos específicos**

- Interpretar, à luz de referenciais como interseccionalidade, necropolítica e biopoder, os modos como o Estado administra a vida e a morte das populações encarceradas, especialmente das mulheres idosas ou em processo de envelhecimento;
- Refletir sobre o papel da psicologia no contexto prisional, problematizando suas potências, limitações e responsabilidades diante das desigualdades estruturais que afetam o envelhecimento no cárcere;
- Mapear as evidências disponíveis na literatura acerca da velhice de mulheres vivenciada em contextos de cárcere, bem como analisar a utilização da interseccionalidade nos estudos existentes;
- Analisar as narrativas de mulheres encarceradas sobre o envelhecimento, a partir da perspectiva teórica da interseccionalidade;
- Articular a experiência de tornar-se psicólogo dentro de unidades prisionais a partir da perspectiva de um homem negro, considerando as interseccionalidades que atravessam sua trajetória e prática profissional.

*A carne mais barata do mercado é a carne negra. A carne mais barata do mercado é a carne negra. Que vai de graça pro presídio. E para debaixo do plástico. E vai de graça pro subemprego. E pros hospitais psiquiátricos (Jorge et al., 2002).*

## 5. CAPÍTULO 1

### **Velhices plurais: quem pode envelhecer em um país desigual?**

Diante das múltiplas possibilidades de começar um texto, e talvez contrariando a linearidade esperada de uma introdução, escolho iniciar com uma pergunta. Não uma pergunta que busca respostas prontas, mas que se oferece como convite à inquietação, à deriva do pensamento. Este texto não pretende resolvê-la, mas acompanhá-la em seus desdobramentos, entre fissuras e silêncios, tecendo reflexões a partir de fios analíticos complexos. A pergunta é simples apenas na aparência: a velhice é, de fato, para todos?

A priori, quando perguntamos quem pode envelhecer, a questão parece simples, quase natural. Envelhecer, afinal, seria um processo biológico, um destino partilhado por todos. No entanto, sob o olhar mais atento, essa aparente universalidade se desfaz. A velhice, e o próprio direito de envelhecer, não se distribui de modo igual. Há forças que atravessam o tempo e o corpo, regulando quem tem acesso à duração e quem é interrompido antes que o tempo amadureça.

Sabe-se, a partir das teorias do desenvolvimento humano, que o viver é um processo dinâmico e interativo, constantemente atravessado por forças biológicas, psicológicas e sociais (Doll et al., 2016). Mas, não se trata apenas de um percurso natural: o desenvolvimento é também um campo de disputas, onde se distribuem de forma desigual os recursos, os saberes e as possibilidades de existir.

Assim, o envelhecimento é compreendido como um processo heterogêneo no qual as pessoas experienciam o mundo e moldam suas vivências, utilizando seus recursos biológicos, culturais, sociais, econômicos e políticos (Rabelo, 2020). A complexidade e as interconexão dessas dimensões moldarão a experiência dos indivíduos à medida que envelhecem, e promoverão desfechos singulares para diferentes grupos de pessoas (Doll et al., 2016; Wacheleski & Gershenson, 2018; Rabelo, 2020).

Apesar do aumento da expectativa de vida, ter pessoas vivendo mais, não significa dizer que elas estão vivendo melhor e que conseguem envelhecer com dignidade (Doll et al., 2016). Muitas pessoas idosas estão em condições vulneráveis diante da falta de eficácia das políticas públicas e das racionalidades contemporâneas que posicionam o corpo envelhecido como abjeto e desprezível (Wacheleski & Gershenson, 2018).

O envelhecimento populacional não pode ser analisado apenas como indicador de avanço civilizatório, mas como expressão das contradições sociais, raciais e econômicas que

atravessam o país. Como afirmam Debert (2019) e Camarano (2022), o envelhecer no Brasil é um processo multifacetado, profundamente marcado pelas desigualdades de gênero, raça e classe. O direito à velhice, ou, como diria Foucault (2014), o direito a “persistir como sujeito diante das tecnologias de poder”, é distribuído de forma desigual. Envelhecer, portanto, é um privilégio socialmente produzido, não uma etapa universal da vida.

Dessa forma, os recursos acumulados ao longo da vida são determinantes para o modo como se envelhece (Rabelo, 2020). A velhice não se constitui apenas na velhice, em outras palavras, o envelhecimento é um processo contínuo, vivido cotidianamente e tecido nas experiências, nas oportunidades e nas privações de cada fase da vida. É nesse percurso que se constroem (ou se negam) os recursos materiais, sociais, afetivos e simbólicos que moldam as possibilidades de envelhecer. Assim, o acúmulo, ou a ausência, desses recursos ao longo da trajetória individual orientará as formas singulares de chegada à velhice.

É essencial admitir: nem todos colhem sob o mesmo sol. Há corpos que envelhecem sob o peso das desigualdades, marcados por trajetórias em que o racismo, o sexismo, a pobreza, entre outras opressões que corroem as possibilidades de escolhas. Para alguns grupos, o envelhecimento e a velhice representam um desafio ainda mais complexo e fortemente atravessado por múltiplas vulnerabilidades, como para as pessoas negras (Rabelo, 2018; Alves & Araújo, 2020), aquelas em situação de rua (Menezes & Ferreira, 2020), LGBTQIA+ (Antunes, 2017; Alves & Araújo, 2020; Domingues, 2023) e encarceradas (Leigey & Hodge, 2012; Handtke et al., 2015). Para estes grupos, muitas vezes, alcançar a velhice pode parecer quase uma utopia.

Isso inclui a experiência do racismo enfrentado por pessoas idosas negras, com impactos desastrosos sobre sua saúde, dignidade e qualidade de vida (Rabelo, 2018; Alves & Araújo, 2020); a homofobia durante o envelhecimento de pessoas homoafetivas, que desencadeia um duplo estigma, o de ser idoso e homoafetivo (Antunes, 2017; Alves & Araújo, 2020); o sofrimento ético-político associado à impossibilidade de envelhecer para pessoas transgênero, em razão da transfobia e da falta de oportunidades sociais que empurram essas pessoas para a morte (Domingues, 2023); e o envelhecimento acelerado em função das condições insalubres e hostis, que causam danos físicos e mentais às pessoas encarceradas (Deaton et al., 2009; Aday & Farney, 2014).

O envelhecer é uma construção social que espelha as desigualdades e reproduz as hierarquias que atravessam a vida. Em muitos contextos, carrega a naturalização da precariedade, onde a falta de recursos e cuidado é tomada como destino e não como violação (Debert, 2019). Viver mais não é necessariamente viver melhor. A longevidade, quando

desprovida de justiça social, pode converter-se em continuidade da exclusão. O prolongamento da vida, sem a redistribuição dos recursos que a sustentam, apenas amplia o tempo das desigualdades.

Camarano (2022) aponta que o prolongamento da vida no Brasil convive com a negação dos direitos básicos de grande parte da população idosa, especialmente das mulheres, das pessoas negras e daquelas que vivem em territórios periféricos. Pensar o envelhecimento no Brasil implica em interrogar o próprio pacto social que sustenta a desigualdade e regula o acesso à vida longa e digna. É questionar os regimes de verdade que sustentam as formas de governo da vida e da morte (Foucault, 2021).

A vulnerabilidade das pessoas idosas se intensifica não apenas pelas limitações físicas associadas à idade, mas, sobretudo, pela insuficiência da ação estatal e pela fragilidade das políticas públicas de saúde e assistência social. Mesmo diante de marcos legais que reconhecem o envelhecimento como direito, observa-se, nas últimas décadas, um movimento de retração e desfinanciamento das políticas sociais, característico do contexto neoliberal contemporâneo. Esse processo de desmonte compromete de forma significativa as condições objetivas e subjetivas de envelhecer, incidindo sobre a qualidade de vida, a autonomia e o bem-estar das pessoas idosas (Ribeiro et al., 2022).

Portanto, ao analisar o envelhecimento como um processo social e político, é necessário assumir que o sofrimento humano não pode ser compreendido fora de suas condições históricas e estruturais (Martín-Baró, 1986). Assim, qualquer intento de refletir sobre as possibilidades de envelhecer e de alcançar a velhice deve necessariamente passar por uma análise dessas condições, que conformam as experiências, os limites e as desigualdades do viver e do envelhecer.

Diante disso, este capítulo se organiza-se em três partes: (1) Quando o gênero define quem vive mais, mas não quem vive melhor; (2) Quando a raça define quem pode envelhecer; (3) O direito de envelhecer como ato político. Em todas, destacamos, por meio de uma leitura interseccional, que pensar o envelhecimento no Brasil implica reconhecê-lo como uma encruzilhada étnico-racial e de gênero. Não se trata de anular outros eixos de opressão, mas de analisar como esse entrecruzamento imprime força na produção de desigualdades que determinam quem consegue envelhecer com dignidade, quem apenas sobrevive ao processo de envelhecer e quem sequer alcança a velhice em nosso país. O fio analítico que sustenta estas análises articula as necropolíticas (Mbembe, 2018) e a teoria da interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019), que operam como lentes para compreender como diferentes sistemas de opressão organizam a produção da vida, da morte e do envelhecimento no Brasil.

### **Quando o gênero define quem vive mais, mas não quem vive melhor**

Compreender o gênero a partir das perspectivas das feministas negras implica aceitar que ele é uma construção social indissociável das dimensões de raça e classe (Crenshaw, 2002). Não se trata, portanto, de uma categoria universal, nem tampouco de uma oposição binária entre “mulher” e “homem” dentro dos limites de uma tradição ocidental e eurocêntrica.

O gênero deve ser entendido como um processo histórico e político profundamente atravessado pela colonialidade e pelas estruturas de poder que organizam a sociedade. Na experiência concreta das mulheres negras o gênero adquire sentidos próprios, produzidos nas intersecções entre trabalho, racismo e desigualdade. Essas experiências tensionam os referenciais hegemônicos e revelam outras formas de existir, pensar e resistir no mundo (Gonzalez, 1988; Collins, 2022)

Assim, pensar o gênero pela lente da interseccionalidade é abrir-se à complexidade das tramas sociais que moldam a vida. Significa compreender que nenhuma experiência existe isolada: raça, classe, sexualidade, território e outras dimensões se entrelaçam e produzem modos distintos de ser e existir. Essa perspectiva convida a olhar o social não a partir de categorias fixas, mas das interações e atravessamentos que sustentam as desigualdades e, ao mesmo tempo, revelam possibilidades de resistência e reinvenção (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019; Collins, 2022)

É importante esclarecer que a interseccionalidade não se resume à hierarquização de opressões, como se fosse uma tentativa de calcular quem "sofre mais" ou "sofre menos" (Crenshaw, 2002; Akotirene, 2019). Trata-se, na verdade, de compreender como a combinação dessas múltiplas opressões afeta o curso de vida do indivíduo, desde o nascimento até a morte, oferecendo a alguns privilégios e, a outros, formas variadas de opressão (Crenshaw, 2002; Collins, 2022). É uma lente que permite ver como diferentes formas de desigualdade operam juntas e se reforçam mutuamente (Collins, 2022).

Dessa forma, percebe-se que o envelhecimento no Brasil não se distribui de forma igualitária entre homens e mulheres. Segundo dados do Censo de 2022, 56% da população com 60 anos ou mais são mulheres, enquanto os homens representam 44%, e essa predominância feminina torna-se ainda mais intensa nas faixas etárias mais elevadas (IBGE, 2023).

A chamada “feminização do envelhecimento” é um fenômeno demográfico que expressa tanto uma vantagem em termos de longevidade quanto uma ambivalência em termos de qualidade de vida e vulnerabilidades acentuadas para as mulheres idosas (Ribeiro et al., 2022). As mulheres idosas são mais numerosas, mas também mais vulneráveis social e

economicamente. Essa é uma das manifestações mais paradoxais dessa condição é aquilo que se denomina o paradoxo saúde-mortalidade (*health-survival paradox*): mulheres vivem mais do que os homens, mas apresentam níveis mais elevados de adoecimento, incapacidade e sofrimento no prolongamento de seus anos (Carmel, 2019).

Entre os fatores que condicionam a própria possibilidade de envelhecer, destaca-se a violência de gênero, que, no Brasil, tem cor, território e história. O *Atlas da Violência* (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] & Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2025) revela que, entre 2013 e 2023, 47.463 mulheres foram assassinadas no país. As mulheres negras seguem sendo as principais vítimas: em 2023, 68,2% dos homicídios femininos tiveram mulheres negras como alvo (IPEA & FBSP, 2025).

É necessário ultrapassar o viés restrito ao sexismo e ao patriarcado que, historicamente, estruturam as violências de gênero. É, igualmente, importante reconhecer as desigualdades existentes entre as próprias mulheres, cujas trajetórias são atravessadas por raça, classe, território e outros marcadores que redefinem o sentido de viver, adoecer e envelhecer (Gonzalez, 1988; Collins, 2022). Esses dados, longe de representarem meras estatísticas, traduzem uma engrenagem histórica de desigualdades, na qual o gênero se entrelaça com a raça e com a classe social, produzindo vulnerabilidades que se acumulam e se reproduzem.

E essas violências são contínuas por todo curso de vida modificando-se conforma a faixa etária. Nos primeiros anos da vida adulta, predominam as violências mais visíveis: física, sexual, múltipla. Na velhice, diminui a frequência das agressões físicas, mas aumenta a negligência — uma forma de violência “silenciosa”, marcada pelo abandono, pela privação de cuidado e pela invisibilidade institucional (IPEA & FBSP, 2025). O corpo que envelhece, especialmente o corpo feminino negro, torna-se ainda mais descartável — não mais erotizado, não mais produtivo, e, portanto, desprovido de valor social. Essa transformação da violência física em negligência simbólica e material indica que, mesmo quando cessa o golpe visível, permanece a ferida da exclusão.

Ainda, o *Atlas da Violência* (2025) indica que a taxa real de homicídios femininos pode ser 17% superior à registrada oficialmente, em razão da subnotificação. Diversas ocorrências de violência não são contabilizadas, e muitas histórias permanecem sem registro. Fatores como a cultura do silêncio, a vergonha, o medo e a desconfiança nas instituições contribuem para a manutenção da invisibilidade e da opacidade desses casos (IPEA & FBSP, 2025). A invisibilidade estatística é, portanto, uma continuidade da invisibilidade política.

Já, em relação a emprego e renda, mesmo quando inseridas no mercado formal, as mulheres enfrentam índices mais altos de desemprego e subutilização, sobretudo as mães e

aquelas com baixa escolaridade. Essa exclusão se soma à chamada “dupla jornada”: enquanto os homens dedicam, em média, 46 horas semanais às atividades produtivas, as mulheres acumulam 53,6 horas, somando trabalho remunerado e tarefas domésticas (IPEA, 2024). Essas desigualdades quantitativas e qualitativas evidenciam que as mulheres não apenas trabalham mais, mas o fazem em condições menos reconhecidas e valorizadas.

Em síntese, os dados reafirmam que a desigualdade de gênero no Brasil é estrutural e interseccional. Mesmo com maior escolarização e presença no mercado de trabalho, as mulheres, sobretudo as negras, seguem acumulando desvantagens salariais, jornadas duplas e menor acesso a posições de poder.

Esse padrão revela que o envelhecimento feminino é atravessado por desvantagens acumuladas ao longo da vida, resultado de estruturas patriarcais que relegaram à mulher a sobrecarga do trabalho doméstico, do cuidado e da invisibilidade (Sousa et al., 2021). Além disso, muitas das variáveis que influenciam positivamente o envelhecer ativo dependem de recursos acumulados, acesso educacional, capital social, renda, que historicamente foram desiguais entre mulheres e homens (Carmel, 2019; Sousa et al., 2021), e entre mulheres de classes e raças distintas.

No Brasil, análises de desigualdades sociais entre idosos mostram que mulheres idosas, especialmente negras, apresentam menor renda per capita, menor escolaridade e maior vulnerabilidade social (Ribeiro et al., 2022). Bem como, enfrentam maior incidência de doenças crônicas, maior dependência funcional e menores rendimentos na velhice (Sousa et al., 2021).

Essas desigualdades não se restringem ao contexto brasileiro. Em estudo de abrangência global, Carmel (2019) analisou as desigualdades de gênero na saúde ao longo da vida e na velhice, considerando também os recursos sociais e pessoais que influenciam o bem-estar e a qualidade de vida. Os resultados indicam que, embora as mulheres apresentem maior expectativa de vida em relação aos homens, elas estão em desvantagem em quase todas as dimensões da qualidade de vida, incluindo saúde física, funcionalidade e bem-estar subjetivo.

O estudo também revelou que as mulheres sofrem mais com deficiências, solidão e depressão, além de apresentarem níveis mais baixos de satisfação e vontade de viver. Tais disparidades refletem a influência de fatores sociais, culturais e comportamentais na produção e manutenção das desigualdades de gênero, evidenciando que viver mais não significa, necessariamente, viver melhor (Carmel, 2019).

O envelhecimento, conseqüentemente, configura-se como um campo político, no qual se definem os limites da dignidade e da exclusão. Nem todos envelhecem sob as mesmas

condições: enquanto alguns são amparados por políticas de cuidado, outros permanecem à margem dos direitos. O envelhecer é também um marcador das desigualdades sociais que estruturam a vida.

### **Quando a raça define quem pode envelhecer**

A raça é uma construção essencialmente política, destituída de qualquer fundamento biológico ou natural, e só pode ser compreendida no âmbito socioantropológico e histórico. Ainda que não existam diferenças genéticas que justifiquem o uso do termo, a ideia de raça permanece como um dispositivo político, operando na manutenção das hierarquias sociais. Assim, é mobilizada para naturalizar desigualdades, legitimar práticas de segregação e sustentar processos de genocídio dirigidos a grupos historicamente racializados e sociologicamente minoritários (Almeida, 2019).

Em decorrência disso, o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, manifestando-se por meio de práticas conscientes ou inconscientes que produzem desvantagens e privilégios a depender do grupo racial ao qual o indivíduo pertence. Essas práticas atravessam instituições, relações interpessoais e estruturas simbólicas, operando tanto de modo explícito quanto sutil na organização da vida social (Almeida, 2019).

Em síntese, o racismo não é uma patologia social nem um desvio institucional, mas uma dimensão constitutiva da própria ordem social. Ele estrutura as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, definindo quem tem acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento. Trata-se, portanto, de um elemento estruturante e permanente do tecido social brasileiro, sustentando desigualdades históricas e naturalizando hierarquias raciais que se reproduzem cotidianamente (Almeida, 2019).

Assim, o racismo revela-se como uma engrenagem totalizante, que define posições sociais, regula a distribuição de bens e oportunidades e modela os modos de existir. O racismo constitui a base sobre a qual se erguem as políticas de morte, operando como um dispositivo que hierarquiza vidas e define quem é reconhecido como plenamente humano e quem é reduzido à condição de descartável (Mbembe, 2018).

No contexto brasileiro, o racismo incide de forma contundente sobre as populações não brancas (pessoas negras, pessoas indígenas etc.), cujas existências seguem marcadas por processos históricos de expropriação, violência e desumanização. Essas populações são sistematicamente submetidas a mecanismos de exclusão social, econômica e simbólica desde o Brasil colônia (Lima & Paz, 2021).

Não obstante, o colonialismo — expressão de um mundo capitalista, patriarcal, cristão e moderno — consolidado com a conquista das Américas e o apogeu dos impérios europeus, inventou e institucionalizou a subalternização de populações indígenas, africanas e muçulmanas. Esse projeto de poder não apenas classificou e hierarquizou corpos e culturas, mas também organizou modos de existir e formas de gerir a vida. As técnicas de violência, tortura e morte forjadas nesse processo tornaram-se dispositivos duradouros, reelaborados na contemporaneidade sob a lógica persistente da colonialidade (Lima & Paz, 2021).

Nesse horizonte, compreende-se que a questão racial estrutura o próprio tecido social das Américas. O colonialismo configurou-se como território da fratura e do desenraizamento — espaço onde vínculos foram rompidos e o outro racializado foi produzido como ausência, como um não-ser desterritorializado, cuja humanidade foi sistematicamente negada (Fanon, 2008).

Essa lógica de desumanização não pertence apenas ao passado colonial: ela se reinscreve nas formas contemporâneas de gestão da vida e da morte (Lima & Paz, 2021; Wermuth et al., 2020). A experiência histórica brasileira insiste em produzir a sensação de que o homem negro nunca foi plenamente reconhecido como homem, assim como a mulher negra jamais foi reconhecida como mulher. Alguns dados da segurança pública ajudam a vislumbrar, na atualidade, os contornos dessas existências socialmente desvalorizadas, vidas que o sistema insiste em classificar como “descartáveis”, reafirmando a persistência das hierarquias coloniais sob novas (velhas) roupagens.

O *Atlas da Violência* (2025) aponta que a violência e a letalidade atingem de forma desproporcional as pessoas negras no Brasil (IPEA & FBSP, 2025). O racismo estrutural constitui o eixo que sustenta essa engrenagem das dinâmicas da morte e da exclusão no país (Almeida, 2019; Mbembe, 2018). A população negra constitui o principal alvo das diversas formas de violência que estruturam a vida social.

Como expõe o *Atlas da Violência*, que mais de 75% das vítimas de homicídio no país são pessoas negras. Entre jovens de 15 a 29 anos, a taxa de mortalidade violenta é quase três vezes maior do que entre jovens brancos (IPEA & FBSP, 2025). A expectativa de vida de um jovem negro nas periferias urbanas é, em média, sete anos menor do que a de um jovem branco (Cerqueira et al., 2023), revelando que o racismo não apenas estrutura as condições de existência, mas define as fronteiras do tempo e do corpo. Esses números expressam o caráter seletivo da morte e revelam que a juventude negra é o principal alvo de um projeto histórico de aniquilação (Flauzina, 2006).

O relatório *Letalidade Policial e seus Impactos nas Infâncias Negras na Bahia e no Rio de Janeiro* (Plataforma Dhesca Brasil, 2024) evidencia o impacto da violência de Estado, expressa nas operações policiais, que têm como alvo a população negra — especialmente crianças e adolescentes residentes em territórios periféricos.

A pesquisa, conduzida entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024, documentou casos de homicídios, ferimentos e traumas psicológicos em infâncias atingidas pela violência policial denunciando que o Estado brasileiro, ao invés de garantir proteção, tem produzido medo e morte em contextos marcados pela pobreza e pela racialização. Em Salvador e região metropolitana, o relatório estimou que cerca de 17 crianças e adolescentes são baleados por mês em operações policiais, enquanto no Rio de Janeiro foram registradas 23 ocorrências envolvendo vítimas infantis e juvenis, sendo dez resultantes em mortes (Plataforma Dhesca Brasil, 2024).

A letalidade policial contra infâncias negras não se configura como evento isolado, mas como uma prática institucionalizada e racialmente seletiva, sustentada por um modelo de segurança pública que criminaliza a pobreza e transforma o corpo negro em alvo. O relatório identifica a ausência de políticas eficazes de proteção e de responsabilização dos agentes estatais (Plataforma Dhesca Brasil, 2024), evidenciando uma continuidade entre o racismo estrutural e as tecnologias necropolíticas (Mbembe, 2018; Almeida, 2019).

De modo complementar, segundo o *19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública* (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025), a letalidade policial no Brasil mantém um perfil marcadamente racial e masculino. Em 2024, 6.243 pessoas foram mortas em decorrência de intervenções policiais, das quais 82% eram negras e 99,2% homens, evidenciando a seletividade racial e a masculinização da morte violenta. As faixas etárias mais atingidas concentram-se entre 18 e 29 anos, justamente o período de transição para a vida adulta — fase que, para muitos jovens negros, é interrompida pela violência estatal. Os dados também revelam que, das 44.127 mortes violentas intencionais registradas no país, 79% tiveram pessoas negras como vítimas, o que reforça o caráter sistemático e racializado das mortes provocadas por agentes do Estado.

A morte prematura de jovens negros, seja por violência armada, pela fome, pelo encarceramento ou pela ausência de políticas públicas (Lemos, 2017; Borges, 2019), é expressão dessa gestão seletiva da vida. O racismo é a engrenagem que conecta a biopolítica à necropolítica. Como observa Carneiro (2005), o racismo estrutura uma “pedagogia da desigualdade”, em que a branquitude é ensinada a viver e o povo negro é educado para

sobreviver. O corpo negro, desde a infância, é visto pela sociedade como mais vulnerável a ações e intervenções violentas (Rabelo et al., 2018)

Como descreve Lemos (2017), o Brasil adota duas táticas de controle sobre corpos negros: “a cadeia e o caixão”. Ambas configuram faces complementares de uma política que administra a morte como rotina. A juventude negra é conduzida por políticas de segurança que operam como “*políticas de morte*” (Flauzina, 2006). As periferias tornam-se territórios de guerra, onde o Estado age não como protetor, mas como gestor da letalidade.

Para muitos jovens negros, quando a morte não os alcança precocemente, o cárcere os captura (Flauzina, 2006; Lemos, 2017). De acordo com o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH), o número de pessoas privadas de liberdade no Brasil quadruplicou ao longo das últimas duas décadas, com base em dados coletados desde os anos 2000. Esse crescimento, contudo, não se distribui de maneira homogênea entre os diferentes grupos raciais: quase 70% das pessoas encarceradas são negras (ObservaDH, 2025).

O Estado estabelece suas fronteiras de controle sobre os corpos negros. Não se trata de desvios ou excessos, mas de um projeto que opera com precisão, racializando o medo e naturalizando o extermínio (Flauzino, 2006; Lima & Paz, 2021). O racismo estrutura o funcionamento das instituições e legitima as práticas que eliminam corpos negros sob o disfarce da segurança pública (Almeida, 2019).

Em outras palavras, o racismo estrutural e a lógica da necropolítica configuram um horizonte da morte para sujeitos racializados, ou seja, há um “tempo da vida” que é constantemente ameaçado ou já antecipadamente limitado pela condição de “descarte” (Lima & Paz, 2021). Envelhecer, para populações negras e periféricas, é resistir ao projeto de aniquilamento; é disputar a vida em meio às engrenagens de um poder que transforma a sobrevivência em exceção. Pensar o envelhecimento como direito é também denunciar que para muitos, o envelhecer não é uma etapa comum do ciclo vital, mas uma impossibilidade biopolítica.

### **O direito de envelhecer como ato político**

As juventudes interseccionais, marcadas por cruzamentos de raça, gênero, classe, território, orientação sexual, entre outros, enfrentam barreiras estruturais que interrompem ou precarizam seus percursos de vida. A morte prematura de jovens negros e periféricos é expressão de um país em que o envelhecer é também um privilégio racial e socialmente localizado. Todavia, pensar políticas para o envelhecimento — e compreender o próprio

envelhecer como um processo político e atravessado por disputas — requer ampliar o olhar para a juventude, investindo em condições dignas de existência que garantam que mais pessoas, em sua diversidade, possam viver o tempo, e não apenas sobreviver a ele.

A partir daqui, é possível compreender o quanto o envelhecer no Brasil é uma experiência desigual (Rabelo, 2018; Antunes, 2017; Alves & Araújo, 2020; Domingues, 2023). Assim, as velhices são múltiplas e carregam as marcas de trajetórias sociais e políticas que, desde a juventude, definem o acesso (ou a negação) de direitos. Compreender essa continuidade histórica e estrutural é fundamental para construir políticas de envelhecimento que sejam também políticas de justiça social, racial e de gênero, capazes de garantir que viver muito não seja privilégio, mas direito.

Dessa forma, compreendemos que a luta contra o racismo é também a luta pelo direito de envelhecer com dignidade. É preciso enegrecer as políticas da vida, para que o envelhecimento não seja um privilégio, mas um direito. Como diria Gonzalez (1988), “nossa luta é por uma humanidade inteira, aquela que nos foi negada”, e talvez envelhecer sendo negro no Brasil seja exatamente isso, devolver humanidade ao tempo, inscrever dignidade no corpo e fazer de o próprio viver um ato de reparação histórica.

Em uma constatação triste, as pessoas pretas estão mais expostas às mortes violentas, ao encarceramento em massa e às múltiplas violências estruturais. Diante disso, como pensar em envelhecer se tudo parece operar para que isso não aconteça? Desde o nascimento, a população preta é marcada como alvo, e, à medida que o tempo avança, as tecnologias de morte se sofisticam, renovando os mecanismos de exclusão e de controle sobre esses corpos. Assim, pensar a velhice é, paradoxalmente, pensar a juventude que não chega até ela.

Não obstante, acrescenta-se que, as práticas contemporâneas de violência e de gestão da vida e da morte — sejam elas policiais, sanitárias ou estruturais — permanecem enraizadas na lógica da colonialidade, reiterando a vulnerabilização de corpos racializados. Não se trata apenas da morte em si, mas das formas como se morre: da violência que se repete como método, da tortura que se disfarça em política, da desumanização que se naturaliza como destino (Wermuth et al., 2020; Lima & Paz, 2021).

Portanto, conjecturar o envelhecer, exige uma leitura interseccional e necropolítica não apenas da velhice, mas de todas as fases da vida, para compreender como as desigualdades se acumulam e como certas populações são sistematicamente privadas do direito à longevidade. Reiteramos que a qualidade de vida na velhice não se define apenas por essa etapa em si, mas pelo modo como se vive ao longo do tempo e pelo conjunto de condições, recursos e oportunidades que se consegue acumular ao longo da trajetória.

E mesmo quando essas pessoas resistem e alcançam a velhice, é preciso questionar: em que condições o fazem? A necropolítica, portanto, não se limita ao ato de matar, mas também se manifesta na produção de vidas precárias, vidas que sobrevivem sob condições de não-cuidado e abandono estatal (Mbembe, 2018).

### **Algumas considerações**

Nesse texto, refletimos especialmente sobre as trajetórias das pessoas negras e sobre como o racismo e a desigualdade de gênero impactam a produção das velhices. Se a juventude negra masculina é alvo das mortes prematuras e violentas, as mulheres negras percorrem trajetórias marcadas por desigualdades ao longo de toda a vida, e essas desigualdades não se dissipam com o envelhecimento. Do mesmo modo, grande parte dos homens negros que alcançam a velhice o fazem em condições de extrema precariedade, carregando as marcas da exclusão social, da informalidade e da ausência de políticas públicas que assegurem um envelhecer digno.

Acreditamos a partir da lente interseccional que não é possível analisar as dimensões históricas e materiais que envolve o envelhecimento como peças soltas de um quebra-cabeça que, ao final, se soma para formar uma imagem completa. Elas não se adicionam: se atravessam, se friccionam, se dobram umas sobre as outras, produzindo camadas de experiência que só podem ser compreendidas em sua tessitura interseccionada. Sobreviver em um país aonde o Estado chega para homens e mulheres negros mais como força letal do que como garantia de direitos redefine radicalmente o que significa chegar, ou sequer ter a chance de chegar, à velhice.

Sugerimos que é necessário ampliar o número de pesquisas que coloquem essa problemática em evidência, de modo a fortalecer a visibilidade do tema. Que novos estudos se empenhem em compreender o envelhecimento em sua multiplicidade, para além das categorias analíticas tradicionais: pesquisas que demandem escuta, sensibilidade e compreensão política. É fundamental reconhecer que nos corpos negros que envelhecem, ou tentam envelhecer, condensam-se desigualdades, mas também potências: memórias de luta, redes de cuidado, sabedorias ancestrais e modos de existir que desafiam, continuamente, a lógica da desumanização.

*Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra etc. Só a primeira é proibida por nosso Estado (Brecht, 1935/2004).*

## 6. CAPÍTULO 2

### **O cárcere como morte em capítulos: o sequestro do envelhecer**

O sistema prisional tem suas raízes no século XIII, na Europa Ocidental, onde as lógicas punitivistas estavam ancoradas nos movimentos de centralização da Igreja Católica, no surgimento do Estado e nos primeiros movimentos do processo de acumulação de capital (Batista, 2023). Nesse sentido, Foucault (2014) mostra que a transição do suplício público para a penitenciária não foi um avanço humanitário, mas uma modulação do poder: a punição moderna deixou de ser específica, corporal e pública e tornou-se em teoria “universal e impessoal”, deslocando seu alvo “do corpo para a mente”. Esse deslocamento inaugurou um regime de normalização que não pretende apenas punir, mas produzir sujeitos. Ao isolar e vigiar corpos, a prisão fabrica identidades criminosas e regula o acesso à vida e à morte.

O biopoder, embora se apresente como promoção da vida, inclui a capacidade de “fazer viver ou deixar morrer”; este poder, engloba “toda forma de assassinato indireto: expor alguém à morte, aumentar o risco de morte ou, simplesmente, provocar morte política, expulsão ou rejeição” (Foucault, 2021). A interpretação de Pierce (2020) sublinha que o biopoder produz cisões em populações, identificando grupos “descartáveis” cujo sacrifício é considerado necessário para garantir a saúde do conjunto. Na prisão, essas formas de morte indireta manifestam-se em condições insalubres, violência institucional e negligência médica que aumentam a mortalidade e reduzem a expectativa de vida.

Enquanto anteriormente a decisão sobre a vida e a morte era concentrada na figura do soberano, na contemporaneidade presenciamos a criação de “inimigos públicos” pelo Estado, cujas mortes são, em muitos casos, decretadas pela ineficácia das políticas públicas e pela indiferença social (Foucault, 2014). Na atualização teórica proposta por Mbembe (2018) a partir do conceito de necropolítica essa gestão da morte é racializada, pois o racismo opera como princípio organizador da escolha de corpos a serem descartados, vidas a serem deixadas para morrer.

As prisões, nesse horizonte, tornam-se grandes dispositivos de execução dessa política de morte, funcionando como extensões contemporâneas da lógica colonial. No Brasil, cada unidade prisional carrega em si resquícios do porão de um navio negreiro, pois a seletividade penal se ancora no racismo como critério de criminalização, encarceramento e exclusão social (Flauzina, 2006; Borges, 2019). A política penal, assim, se apresenta como continuidade de um

projeto histórico de contenção e aniquilação de populações negras, reiterando a função necropolítica do Estado.

O encarceramento configura-se não apenas como um fenômeno jurídico ou moral, mas como uma estrutura espacial e política que distribui desigualdades, administra a morte e organiza o abandono. A prisão é uma solução geográfica para problemas políticos: uma forma de deslocar corpos excedentes para territórios de invisibilidade (Gilmore, 2007).

A carceralidade, assim, não é um “fracasso” corrigível: ela é parte de um dispositivo de poder que opera com sucesso. Como nos adverte Flauzina (2006), a leitura crítica do sistema prisional exige que ultrapassemos as falsas promessas de ressocialização, o mito da igualdade perante a lei, a retórica da segurança jurídica e todas as demais artimanhas discursivas que sustentam sua legitimidade. Mais do que acumular evidências sobre seus “fracassos”, é preciso reconhecer que a prisão funciona — e funciona bem.

Seu êxito não reside em cumprir aquilo que anuncia, mais precisamente em realizar o que sempre esteve em sua gênese: conservar as populações criminalizadas em seus lugares, administrar a permanência da desigualdade e garantir a reprodução de hierarquias raciais e sociais. Desenha-se, assim, a eficácia de uma trajetória invertida: o sucesso de um não-projeto, no qual a prisão triunfa ao reiterar cotidianamente a sua própria impossibilidade de emancipar (Flauzina, 2006; Davis, 2018)

O fracasso da prisão, longe de significar sua falência, reafirma seu papel estratégico: não corrigir, mas classificar, separar e gerir corpos considerados perigosos, transformando o insucesso em parte constitutiva de seu próprio funcionamento. A persistência do encarceramento, portanto, não se explica por ignorância dos seus efeitos colaterais, mas porque esses efeitos interessam à economia política do poder. A eficácia punitiva reside em seu caráter difuso (Foucault, 2014).

Para Davis (2018) o sistema prisional atua como uma “solução ilusória” para problemas sociais que o Estado se recusa a resolver, como o desemprego, a pobreza, o racismo e o colapso das políticas públicas. As prisões funcionam como uma extensão das antigas práticas de exclusão racial, sendo a continuidade de uma economia política que transforma corpos negros em excedentes descartáveis. Essas reflexões nos obrigam a reconhecer que o sistema de justiça criminal não se exerce de maneira neutra: ele imprime suas forças sobre corpos racial, econômica e territorialmente localizados. São, em sua maioria, homens e mulheres negros, habitantes das periferias, alvos de um projeto punitivista que seleciona quem deve ser confinado e quem pode circular (Borges, 2019; Pereira & Borges, 2020).

Se, como argumenta Flauzina (2006), a prisão realiza seu projeto não declarado — manter as pessoas onde estão — e, como nos alerta Mbembe (2018), o necropoder seleciona quais vidas devem ser ceifadas ou abandonadas, é nesse entrecruzamento que emerge a problemática do envelhecimento sob cárcere. A experiência de envelhecer nas prisões brasileiras é uma expressão radical da gestão necropolítica. A prisão, nesse sentido, captura a velhice, transformando o envelhecer em um ato de resistência diante de um dispositivo que opera tanto como máquina de morte quanto como administradora de sobrevivências precárias.

Pensar a prisão como um dispositivo que encarcera o envelhecimento acarreta assumir que ela produz uma forma de “tempo morto”. O cumprimento da pena é vivido como suspensão de ciclos vitais: corpos são submetidos a regimes alimentares, espaciais e afetivos que aceleram a deterioração física e psíquica (Aday & Maschi, 2019). Ao negar acesso a políticas de saúde, educação e trabalho, a carceragem priva os sujeitos de condições para envelhecer com dignidade. O cárcere imprime suas forças para que aqueles que ali estão “não cheguem” à velhice, não por apenas por execução direta, mas pela inflexão lenta e administrada da vida.

Este capítulo organiza-se em quatro seções: a primeira resgata o percurso histórico que antecede o encarceramento; a segunda discute a mortalidade e as condições de prisão, destacando torturas, mortes violentas e dispositivos estruturais de violação; a terceira aborda o envelhecimento sob privação de liberdade e seus efeitos sobre corpo e subjetividade; e a quarta analisa as estratégias de resistência e negociação produzidas pelas pessoas encarceradas para seguir vivas. Conjuntamente, essas seções oferecem uma leitura crítica das fronteiras entre sobreviver e envelhecer no cárcere e das condições que, mesmo de forma precária, permitem a existência da velhice nesses espaços.

### **Antes das grades, a história**

Como um aparato de tortura colonial, a prisão não apenas assumiu a função de controle de corpos, mas tornou-se também um instrumento de violência física e simbólica contra populações marginalizadas, transformando-as em alvos de políticas de exclusão e morte (Pereira & Santos, 2020). Isso é evidente na forma como o sistema prisional mantém práticas que perpetuam uma violência direcionada àqueles considerados corpos matáveis e inimigos do bem-estar social (Foucault, 2014; Mbembe, 2018; Pereira & Santos, 2020).

No Brasil, a criação do sistema penal esteve profundamente atrelada a um projeto de controle social e aniquilação das insurgências dos corpos colonizados. O medo da população branca diante de possíveis novas insurgências negras, após os levantes da população preta, foi

responsável pela criminalização de toda e qualquer manifestação que permitisse a reunião de pessoas negras, uma vez que essas organizações eram vistas como a semente de uma temida revolução (Góes, 2017). Esse processo histórico acarretou a neutralização política de sujeitos coletivos por meio da criminalização, especialmente da juventude negra, indígena e periférica. Essa estratégia visa impedir o reconhecimento deles como cidadãos plenos. Tal lógica seduz a sociedade ao reforçar a imagem de um indivíduo criminoso e perigoso, que deve ser encarcerado ou eliminado (Góes, 2015).

Esse contexto tem como pano de fundo um país que viveu quase quatrocentos anos de escravização, marcado por um projeto de embranquecimento populacional que, enquanto modelo de nação, buscava apagar as raízes culturais e identitárias das populações negras e indígenas (Ferreira & Machado, 2021). Esse projeto de embranquecimento visava legitimar a violência do sistema penal ao reforçar ideais de superioridade racial e promover o silenciamento e marginalização dos grupos que resistiam ao processo de colonização (Goes et al., 2021).

Essa política de branqueamento foi amplamente aceita e sustentada pelo mito da democracia racial, que propagava a ideia de que, sendo fruto de miscigenação, o povo brasileiro não fazia distinções raciais ou de classe, transmitindo a falsa noção de que o racismo não existia no Brasil (Nascimento, 2016; Munanga, 2019). Esse discurso também promovia a crença de uma convivência cordial entre colonizadores e povos colonizados, contribuindo para a construção de uma imagem de harmonia racial que, na realidade, ocultava as dinâmicas de dominação e exclusão impostas pela colonização (Nascimento, 2016; Munanga, 2019).

Mascarando a realidade das relações étnico-raciais no Brasil, tornando-se uma barreira ideológica à efetivação da luta por direitos dos povos escravizados (Goes, 2017). De modo complementar, essa ideologia contribui para manter os povos oprimidos em espaços definidos pela classe dominante, neutralizando suas organizações nos níveis político, cultural e ideológico (Nascimento, 2016; Munanga, 2019).

Em outras palavras, trata-se de um mecanismo de dominação que impede as populações oprimidas de reivindicarem uma igualdade substantiva e a própria condição de humanidade (Munanga, 2019; Batista, 2023). Neste sentido, as primeiras teorias criminológicas no Brasil, inspiradas em ideias eugenistas, reforçaram essas dinâmicas de opressão, classificando grupos específicos como perigosos e passíveis de eliminação (Batista, 2023). Esse cenário idealizava a construção de "corpos matáveis", ou seja, populações que poderiam ser marginalizadas e criminalizadas sem questionamento, reforçando o controle social sobre as classes dominadas e perpetuando o racismo estrutural no país (Góes, 2017; Ferreira & Machado, 2021).

Resgatando o pensamento de Fanon (2008), todo esse processo colonial não permitiu ao corpo colonizado compreender-se como sujeito. À medida que a branquitude se torna o padrão de humanidade, qualquer pessoa que desvie desse padrão é transformada em um objeto entre outros objetos. A humanidade possível é reservada ao branco, enquanto o negro é relegado a um “não ser”, privado de subjetividade. Esse processo histórico de imposição de padrões e poderes eurocêntricos produziu e continua a produzir diversas formas de violência, resultando na marginalização sistemática das identidades e dos saberes dos povos colonizados (Fanon, 2008; Nascimento, 2016).

O modelo de justiça vigente reflete estruturas de poder coloniais, perpetuando desigualdades raciais, sociais e econômicas, que moldam a atuação do sistema penal (Davis, 2018; Borges, 2019). Essa tecnologia de controle não se limita à aplicação de penas, mas se articula a uma lógica que considera certos grupos sociais – especialmente negros, indígenas e pessoas que vivem nas periferias – como objetos de disciplina e subjugação (Ferreira & Machado, 2021).

Assim, não apenas a prisão, mas todo o sistema de justiça criminal, sob uma perspectiva crítica decolonial, tornou-se uma ferramenta de reprodução das desigualdades sociais e de marginalização sistemática (Davis, 2018; Borges, 2019). Esse sistema legitima práticas de encarceramento em massa que, na realidade, têm o objetivo de promover a exclusão social e física dos que diferem do padrão da branquitude e normatividade (Foucault, 2014). Essas práticas reafirmam uma ordem social excludente e violenta, especializada em exterminar uma população que é frequentemente vista como “quase gente”, não-humanas (Góes, 2017).

Os dados sobre encarceramento no Brasil reforçam as discussões apresentadas ao longo deste texto, ilustrando a gravidade das necropolíticas que cancelam as desigualdades raciais no sistema prisional e a perpetuação de um modelo de violência e exclusão sobre os corpos dos sobreviventes do cárcere. Em 2023, o país registrou um total de 852 mil pessoas encarceradas, o que representa um aumento de 2,4% em relação a 2022. Este crescimento indica a persistência de um sistema carcerário que não apenas se expande, mas também continua reproduzindo desigualdades raciais e promovendo violências históricas.

Outrossim, cerca de 70% das pessoas presas são negras, o que reflete o impacto das necropolíticas e do racismo estrutural dentro do sistema penal brasileiro, correspondendo a aproximadamente 470 mil pessoas negras entre os encarcerados. Esses dados, extraídos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023), evidenciam como as práticas de encarceramento no Brasil são desproporcionalmente

direcionadas contra a população negra, perpetuando a marginalização e o estigma dessa parcela da população

Borges (2019) argumenta que, ao refletir sobre o encarceramento em massa no Brasil, as políticas antidrogas e o endurecimento das penas têm como foco principal o aumento do encarceramento de corpos negros, com destaque às mulheres negras. Essa perspectiva revela que a guerra contra as drogas no Brasil se manifesta de maneira territorializada, impactando desproporcionalmente as populações das periferias e evidenciando como os corpos negros se tornam alvos para o sistema penal e de justiça.

O sistema prisional brasileiro é marcado por condições desumanas, superlotação, evidente carência de recursos e falta de estrutura para garantir direitos fundamentais as pessoas que sobrevivem no cárcere (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023). Ainda por cima, somam-se as condições supracitadas a ausência de perspectivas para o futuro, a falta de projetos políticos que resgatem as perdas psicossociais essas pessoas enfrentam maus-tratos frequentemente praticados por policiais e agentes penitenciários. Esses cenários de tortura intensificam a exclusão, o sofrimento, as violações de direitos e a insalubridade no sistema prisional brasileiro, gerando um ambiente de extrema vulnerabilidade. Ademais, criam um terreno propício para a atuação de facções criminosas, que exploram essas condições para recrutar novos membros (Montolli, 2017).

### **Mortalidade e condições de encarceramento**

Ao analisarmos o sistema prisional e de justiça à luz da interseccionalidade, coloca-se em xeque um saber/poder hegemônico que norteia racionalidades e práticas (Davis, 2018; Germano et al., 2018). Ao abandonarmos a ingenuidade que sustenta o discurso de que a prisão ressocializa ou regenera, chegamos a conclusões menos confortáveis e mais verdadeiras: ela tortura e mata. Em um país onde o racismo estrutural é motor e alicerce do encarceramento, não surpreende que um sistema composto por cerca de 70% de pessoas negras privadas de liberdade não produza, para elas, outro desfecho senão a morte — seja a morte física, seja a morte social, simbólica ou lenta, inscrita no cotidiano prisional.

As condições de confinamento no Brasil, amplamente documentadas e quase naturalizadas pelo debate público, vêm sendo reiteradamente denunciadas pela literatura e pelo cinema nacionais. Um exemplo marcante é *Estação Carandiru*, livro escrito pelo médico Drauzio Varella, cuja experiência como voluntário no maior presídio da América Latina revelou a brutalidade cotidiana do encarceramento. A obra serviu de base para o filme *Carandiru*

(2003), dirigido por Hector Babenco, que levou às telas a precariedade estrutural, a superlotação e a violência institucional que atravessavam a vida dos internos.

Varella já afirmava com contundência que “cadeia não tem vocação para a saúde”, configurando aquilo que Foucault (2014) chamaria de *tecnologias de gestão dos corpos*, ou *zonas de morte* como elaborou Mbembe (2018). Espaços superlotados, celas sem ventilação adequada, alimentação insuficiente e o acesso precário a cuidados básicos de saúde compõem um ambiente onde a própria vida é administrada sob o signo do risco (Zorzetto, 2024; MNPCT, 2025). Trata-se de uma arquitetura que produz adoecimento como efeito estrutural, e não como exceção.

No dossiê “A vida insalubre nas prisões”, publicado pela *Pesquisa FAPESP*, Zorzetto (2024) sintetiza dados epidemiológicos e investigações científicas recentes que revelam a magnitude desses danos. Segundo o autor, a simples passagem pelo cárcere — essa experiência de ser capturado pela máquina penal — aumenta exponencialmente a probabilidade de adoecer ou morrer. Pessoas privadas de liberdade apresentam de duas a sete vezes mais chances de contrair doenças infecciosas, especialmente tuberculose, e um risco duas a seis vezes maior de morrer em decorrência de violências, brigas internas ou de aparentes suicídios, sobretudo entre os mais jovens.

O que emerge desses números é uma espécie de prolongamento da pena para além dos muros. Mesmo após o retorno à liberdade formal, os efeitos do encarceramento persistem como uma sombra que segue o indivíduo por anos, mantendo elevados os índices de morbidade e mortalidade quando comparados à população geral. A violência não se limita ao tempo do cativeiro institucional: as estatísticas mostram que as mortes por agressão e homicídio continuam significativamente altas após a saída da prisão (Zorzetto, 2024).

Uma análise interpretativa possível aponta que a passagem pelo cárcere confere ao egresso uma espécie de licença social para ser morto, sem gerar qualquer comoção pública, afinal, trata-se de alguém marcado pela condição de ex-presidiário. Essa marca opera como um estigma que naturaliza a violência contra esses sujeitos e legitima sua eliminação.

E dentro das prisões, denúncias de morte e tortura são continuamente registradas por órgãos governamentais e independentes responsáveis pela fiscalização das condições de encarceramento, como o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e o Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH). O MNPCT é um órgão previsto no Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura e atua realizando inspeções em unidades de privação de liberdade para identificar situações de tortura e maus-tratos. Já o ObservaDH monitora violações de direitos humanos, produzindo análises, relatórios e

recomendações que evidenciam a violência estrutural do sistema prisional brasileiro. Dois mecanismos de suma importância para a compreensão desse cenário e das violações existentes.

Em 2023, o MNPCT realizou, 36 inspeções em espaços de privação de liberdade. Em todas elas, a superlotação apareceu como elemento estrutural do sistema penitenciário brasileiro, reafirmando que, longe de ser exceção, constitui a regra que organiza o cotidiano das prisões. A análise das unidades inspecionadas evidenciou inadequações infraestruturais em 100% dos estabelecimentos, abrangendo problemas de acessibilidade, salubridade, iluminação, ventilação, temperatura, privacidade e conformidade às normativas de direitos humanos.

As unidades também revelaram precariedade no atendimento às pessoas com deficiência (PCD): os espaços ditos “exclusivos” consistiam apenas em celas comuns onde essas pessoas eram agrupadas, sem qualquer adaptação física ou de serviços — o que caracteriza mais uma lógica de segregação do que uma política de garantia de direitos. Situação semelhante foi observada em relação às pessoas idosas privadas de liberdade, muitas das quais também são PCD, uma vez que os espaços destinados a esse público não apresentavam diferenças reais em relação às demais áreas da unidade (MNPCT, 2025).

A precariedade material é igualmente alarmante. Em 78% das unidades, foi constatada privação de acesso à alimentação, configurando o que o MNPCT denomina “pena de fome”. A falta de água para consumo e higiene também se fez presente na maior parte das inspeções. Em 89% dos estabelecimentos, verificou-se desassistência material, percentual que chegou a 100% nas unidades penais e socioeducativas. Já, o acesso à saúde foi identificado como crítico em todas as unidades avaliadas: 100% apresentavam agravos de saúde física ou mental sem tratamento adequado, evidenciando falhas graves e sistemáticas na garantia do direito à saúde. Além disso, o MNPCT registrou práticas recorrentes de violência moral e psicológica, reforçando o caráter estrutural das violações que atravessam a experiência do encarceramento no país (MNPCT, 2025).

Os achados supramencionados convergem com os dados apresentados pelo ObservaDH (2025). Segundo o levantamento somente em 2023 foram registradas 3.091 mortes no sistema penitenciário brasileiro, das quais 703 resultaram de homicídios. A taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) dentro das prisões é quatro vezes superior à observada na população geral, e os casos de suicídio entre pessoas privadas de liberdade ocorrem em uma frequência três vezes maior.

O panorama torna-se ainda mais grave quando se observam as denúncias de violência institucional. Desde a implementação das audiências de custódia, em 2015, já foram registradas mais de 120 mil denúncias de tortura e maus-tratos. Entre 2020 e 2024, a Ouvidoria Nacional

dos Direitos Humanos recebeu 14.731 denúncias, somando 55.668 violações de direitos, sendo que 80% dessas ocorrências tiveram lugar dentro de unidades prisionais. As violações mais recorrentes dizem respeito à integridade física e psíquica das pessoas privadas de liberdade. Entre elas, destacam-se, em ordem de frequência, a negligência, a exposição a riscos à saúde, a tortura psicológica, os maus-tratos, as agressões e diferentes formas de constrangimento. Esse conjunto de práticas evidencia a persistência de um ambiente institucional que produz e amplia sofrimento, em vez de garantir condições mínimas de proteção e cuidado (ObservaDH, 2025)

Em análise histórica sobre as mortes sob custódia prisional, Chies e Almeida (2019) argumentam que o Brasil constrói, desde suas origens até o presente, uma questão penitenciária marcada por um paradoxo estrutural: ao mesmo tempo em que produz leis e discursos que se pretendem civilizatórios, mantém ambientes prisionais que amplificam o risco de adoecimento, violência e morte. As formulações político-criminológicas predominantes no país seguem ancoradas em concepções que naturalizam a seletividade penal e legitimam critérios diferenciados de cidadania, permitindo que determinados grupos sejam tratados como vidas descartáveis.

Esse padrão de governamentalidade opera por meio de uma seletividade punitiva racializada, fruto de continuidades entre o racismo histórico e suas manifestações contemporâneas, dirigindo-se sobretudo àqueles que a estrutura social brasileira historicamente relegou ao lugar de uma “ralé” tratada como novos escravos. São esses sujeitos que morrem — e cuja morte, em larga escala, parece mobilizar pouco ou quase nada o debate político e social. Daí a contundência do diagnóstico formulado pelos autores: “No Brasil as prisões matam; e estas mortes pouco importam” (Chies & Almeida, 2019, p. 87).

A isso se soma que, os estudiosos do encarceramento e os relatórios convergem em mostrar é que a prisão não apenas retém corpos: ela produz sujeitos atravessados por camadas de violência institucional que se estendem para muito além dos muros. Embora a lei brasileira não consagre a pena de morte, nossos cárceres operam como máquinas que desfiam a vida lentamente, fio por fio. Não se mata por decreto, mas pelo cotidiano que corrói.

Para além da metáfora, o que se observa é que as condições impostas pelo sistema prisional produzem padrões sistemáticos de adoecimento e mortalidade que equivalem, em termos concretos, a uma condenação letal. Trata-se de reconhecer que a prisão, em seu funcionamento, opera como um dispositivo estatal que expõe determinados corpos a riscos inaceitáveis, configurando uma forma estrutural de produção da morte, direta ou indireta.

Dessa forma, as precárias condições materiais e operacionais do sistema prisional são elementos centrais para compreender o fenômeno das mortes sob custódia, mas seu impacto

tende a ser encoberto pelas categorias amplas e imprecisas usadas nos registros oficiais. Nessa perspectiva, a noção de violência coletiva, especialmente aquela produzida pela privação de direitos e pela negligência estatal, emerge como chave analítica indispensável (Chies & Almeida, 2019). Constatase que a prisão não apenas retira a liberdade física, mas administra o ritmo do morrer. Cada capítulo é uma forma de morte: o isolamento, as doenças não tratadas, a fome, o abandono, a humilhação, a solidão, o racismo institucional, o corte dos vínculos familiares. Trata-se de uma morte social, simbólica e biológica, que acontece aos poucos.

Diante do cenário delineado, impõe-se a pergunta: o que se pode esperar do envelhecimento no cárcere? Como imaginar um processo de envelhecer em um ambiente que produz, de forma sistemática, adoecimento físico, psíquico e social? Que sentidos a velhice assume quando o tempo é marcado pela violência estrutural, pela superlotação, pela falta crônica de cuidados e pela suspensão permanente de direitos? E quando uma pessoa já ingressa no cárcere na velhice? Que tipo de cuidado — se é que existe — o sistema é capaz de oferecer a sujeitos cuja vulnerabilidade deveria, em tese, mobilizar proteção, e não punição?

### **Envelhecimento No Cárcere**

O processo de envelhecimento é caracterizado por sua heterogeneidade, sendo influenciado por uma ampla gama de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas idosas (Rabelo, 2020; Teixeira et al., 2024). No contexto carcerário, essa realidade se agrava, uma vez que o ambiente prisional, frequentemente inadequado e carente de estrutura para atender às necessidades específicas do envelhecimento, amplia a vulnerabilidade dessa população.

As instituições prisionais paulatinamente vêm enfrentando o desafio de lidar com um número crescente de pessoas idosas que sobrevivem/resistem ao encarceramento com necessidades físicas, cognitivas e sociais distintas dos sobreviventes mais jovens (Wilkinson & Caulfield, 2017; Aday & Maschi, 2019). É esperado que esse número aumente, dado o envelhecimento da população em geral (ONU, 2021). No Brasil, segundo dados do Censo Demográfico de 2022, a população com 65 anos ou mais cresceu 57,4% entre 2010 e 2022, passando de 14 milhões (7,4% da população) para 22,1 milhões (10,9%). Quando considerada a faixa etária a partir de 60 anos, as pessoas idosas representam cerca de 15,8% da população brasileira (IBGE, 2023; MDHC, 2024). O que gera uma série de questões complexas sobre a passagem das pessoas idosas nas prisões.

No cárcere, devido à exposição intensa às condições insalubres, como cuidados de saúde inadequados, alimentação e estilo de vida pouco saudáveis, entre outras iniquidades, há consequências relacionadas ao início acelerado e à progressão de condições crônicas associadas ao envelhecimento, tais como declínios cognitivos e demências (De Smet et al., 2017; Lopes et al., 2022). Dessa forma, devido aos danos penais e ao estresse contínuo, o envelhecimento dentro das prisões é convencionado pelos estudiosos do encarceramento normalmente entre 45 e 55 anos (Aday & Maschi, 2019). Ou seja, uma pessoa nessa faixa etária já é considerada "uma pessoa idosa" no contexto prisional, em média 10 anos antes do que na população em geral extramuros.

Assim, percebe-se que a vulnerabilidade das pessoas idosas é agravada no sistema prisional (Aday & Maschi, 2019). Esse fenômeno resulta de uma série de fatores, que incluem questões sanitárias e estruturais, além do etarismo institucional, caracterizado pela falta de preparo das instituições para acolher pessoas idosas (Araújo et al., 2023; Eduardo & Burgos, 2023). Essa ausência de adequação perpetua diversas formas de violência, ampliando ainda mais as fragilidades dessa população (Aday & Maschi, 2019).

Quando se pensa no envelhecimento no decurso do encarceramento, vários outros fatores devem ser considerados, como, por exemplo, a presença de condições crônicas, declínios, sobretudo, ocasionados por demências, estilo de vida, história de vida, questões psicológicas, além do próprio clima dentro das prisões (De Smet et al., 2017). Essas variáveis influenciam diretamente o modo como o envelhecimento é vivenciado, principalmente em contextos de privação de liberdade, onde a falta de suporte adequado pode potencializar os riscos à saúde e o sofrimento (Combalbert et al., 2017; Di Lorito et al., 2018a). Embora algumas pessoas idosas possam chegar ao encarceramento com problemas de saúde, muitas irão desenvolver ou intensificar tais condições uma vez expostas à vida na prisão (Aday & Maschi, 2019).

A literatura vigente traz um conjunto sólido de evidências de que o encarceramento não proporciona as melhores condições para o envelhecimento (Di Lorito et al., 2018; Di Lorito et al., 2018a; Aday & Maschi, 2019). Além mais, os presos idosos apresentam necessidades específicas devido às suas necessidades em saúde física, mental e de assistência social (Di Lorito et al., 2018a). Destaca-se os efeitos deletérios da prisão na saúde mental e física, e comprometimentos sociais vivenciados por essas pessoas durante seu envelhecimento (Combalbert et al., 2017; Aday & Maschi, 2019).

Combalbert et al. (2017) avaliaram 138 homens com 50 anos ou mais, recrutados em sete prisões francesas, e 138 homens de idades semelhantes da população em geral, com o

objetivo de examinar o desempenho cognitivo de homens mais velhos em situação de cárcere e seu impacto na percepção de saúde e qualidade de vida. Os resultados mostraram que o comprometimento cognitivo é mais acentuado entre os homens mais velhos na prisão em comparação com aqueles na comunidade em geral. Os pesquisadores identificaram a solidão como um fator crucial para o declínio cognitivo, juntamente com o baixo envolvimento em atividades sociais, físicas ou intelectuais. A saúde percebida e a qualidade de vida dos encarcerados mais velhos foram significativamente piores do que as dos seus pares fora da prisão. Ainda revelou que cerca de um quinto dos prisioneiros pesquisados apresentou pontuações em testes de função executiva que sugerem demência moderadamente grave, enquanto muitos outros apresentaram sinais de déficits cognitivos (Combalbert et al., 2017).

No tocante aos aspectos gerais da saúde mental dos sobreviventes do cárcere idosos, uma metanálise revelou que cerca de 38% dos prisioneiros idosos apresentam algum transtorno psiquiátrico (Di Lorito et al., 2018a), o que equivale a mais do que o dobro da prevalência observada em estudos realizados com a população idosa em geral. Os autores também verificaram uma maior incidência de depressão, esquizofrenia/psicoses e transtornos de ansiedade. Esses achados apontam para uma alta prevalência de transtornos psiquiátricos entre os homens idosos encarcerados.

Outra pesquisa de revisão realizada por Di Lorito et al. (2018b) selecionou 25 estudos de várias partes do mundo, com o objetivo principal de desvelar a experiência da prisão para o sobrevivente idoso, incluindo os aspectos que impactam essa vivência. A metassíntese derivou algumas conclusões principais: 1) A negligência sistemática das necessidades relacionadas à idade; invisibilização desse grupo e de suas demandas, como estruturas inadequadas; falta de acessibilidade e ausência de cuidados geriátricos apropriados. 2) O descaso com os aspectos psicológicos e de assistência social das pessoas idosas, os quais frequentemente permanecem sem acesso aos seus direitos sociais e enfrentam cuidados precarizados na saúde mental (Di Lorito et al., 2018b).

Somam-se a estas problemáticas à falta de preparo das equipes de custódia para fornecer cuidados geriátricos adequados. Essa carência de profissionais capacitados e a ausência de políticas públicas voltadas para as necessidades dessa população agravam ainda mais o sofrimento desses indivíduos (Queiroz et al., 2021). O que se percebe é que há um total desamparo em relação aos sobreviventes idosos, que parece ser crônico e normalizado. Não parece haver uma preocupação popular ou política para alterar esse cenário. Deixados à própria sorte nesse contexto desastroso, é previsível que o envelhecimento de pessoas idosas

encarceradas resulte em sentimentos de ruína, finitude e desvalorização social (Queiroz et al., 2021).

Tal cenário reflete a precariedade das condições carcerárias, o descaso com as necessidades das pessoas idosas e a incapacidade do sistema em proporcionar dignidade e acesso a cuidados adequados. Paradoxalmente, o Estatuto da Pessoa Idosa (Brasil, 2003), em consonância com a Lei de Execuções Penais (LEP) (Brasil, 1984), assegura direitos fundamentais às pessoas com 60 anos ou mais, incluindo aquelas privadas de liberdade, tais como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à assistência social. Além disso, a Portaria Interministerial nº 7, de 2020, dos Ministérios da Saúde e da Justiça, determina que pessoas com mais de 60 anos tenham prioridade no monitoramento da saúde nos presídios (Brasil, 2020).

A segurança das pessoas idosas no sistema prisional também requer cuidados especiais (Santana Filho, 2020). Recomenda-se a alocação em espaços adequados, com condições físicas e de saúde compatíveis com a faixa etária (Aday & Maschi, 2019). No campo da assistência social, é recomendado que os profissionais prestem apoio integral ao idoso encarcerado, a fim de prepará-lo para o retorno à liberdade (Brasil, 2023).

A falta de cumprimento do que está previsto em lei piora a situação das pessoas idosas que estão presas, tornando-as ainda mais vulneráveis (Ghigg, 2020). Quanto mais tempo essas pessoas envelhecem na prisão, mais deletérios são os efeitos que esse ambiente exerce sobre seu processo de envelhecimento (Aday & Farney, 2014). O tempo de pena recebido por esses indivíduos é outro importante marcador de vulnerabilidade a ser observado. Quanto mais tempo essas pessoas permanecem no cárcere, maiores são os danos que podem sofrer (Santana Filho et al., 2024). Ou seja, penas mais longas as tornam ainda mais suscetíveis aos impactos negativos do encarceramento, como os danos penais e a perpetuação do ageísmo institucional.

A passagem do tempo constitui um elemento crucial na mensuração da gravidade da pena e de seus efeitos, não apenas em termos físicos, mas também psicológicos e sociais, acentuando vulnerabilidades preexistentes e criando necessidades que o sistema frequentemente não é capaz de atender de maneira adequada (Aday & Farney, 2014; Santana Filho et al., 2024). Vale ressaltar que pesquisas recentes mostram que adultos com histórico de encarceramento apresentam envelhecimento fisiológico acelerado; os encarcerados são, em média, de dez a quinze anos mais velhos fisiologicamente do que seus pares na comunidade, e cada ano de encarceramento reduz a expectativa de vida em até dois anos (Novisky et al., 2025).

Esse hiato entre o ideal e o real pode ser configurado como uma forma eficaz de eliminação dos corpos "velhos". Os estigmas associados à velhice e, sobretudo, àqueles que

colocam as pessoas idosas como "não produtivas" ou "imprestáveis", somados ao idadismo institucional, fazem com que o sistema de justiça criminal crie condições aversivas e desumanas para os sobreviventes idosos, sem a devida preocupação em corrigir ou mitigar tais situações.

Isso gera, em última instância, adoecimento e morte. Essa realidade, muitas vezes desprovida de qualquer comoção social, é alimentada por necropolíticas dirigidas à população encarcerada, que anulam a cidadania dessas pessoas e as destituem de sua humanidade, perpetuando um ciclo de exclusão e violência. A prisão nos moldes que conhecemos assume um importante papel nas necropolíticas como instrumento de neutralização de corpos indesejados.

Esses achados revelam que a prisão sequestra não apenas a liberdade, mas o próprio tempo biológico: acelera o declínio físico e antecipa a morte. Do ponto de vista foucaultiano, trata-se de um sequestro da possibilidade de envelhecer; o dispositivo carcerário impede que determinados corpos completem o ciclo da vida, configurando-se como uma máquina de morte e de anulação do envelhecimento. Envelhecer no cárcere, portanto, não é um processo neutro ou universal: é experimentar o acúmulo das desigualdades históricas em condições extremas, onde a violência estrutural se soma à degradação imposta pelo confinamento.

### **A Arte de Sobreviver: Resistência para Viver, Negociações para Não Morrer**

Longe de qualquer romantização do encarceramento, o capítulo evidencia que o cárcere se distancia radicalmente de qualquer noção de saúde, cuidado ou bem-estar. Ainda assim, as pessoas que ali vivem constroem, diariamente, negociações, trocas e arranjos que lhes permitem permanecer vivas. Elaboram estratégias de sobrevivência diante da hostilidade estrutural, criando brechas, táticas e microgestos que desafiam a lógica da morte que organiza o cotidiano prisional. Há vida ali mesmo quando tudo ao redor parece desenhado para sufocá-la.

Pontuar essas vidas nos permite humanizar aqueles que vivem o cárcere e romper com a tendência de enxergá-los apenas pelas estatísticas perversas de adoecimento e morte. Trata-se de abrir espaço para outros olhares complementares sobre o mesmo fenômeno e, talvez, reconhecer como essas táticas e estratégias podem ser potencializadas para que as pessoas encarceradas continuem seguindo, apesar de tudo o que as atravessa e tenta interromper suas existências.

O estudo de Avieli (2022) destaca que, apesar das condições adversas do encarceramento, como estruturas precárias e falta de assistência à saúde, é importante observar as estratégias de enfrentamento que permeiam a experiência de envelhecimento desses atores. Nesse sentido, sua pesquisa qualitativa, conduzida por meio de narrativas com 18 homens idosos encarcerados em Israel, identificou que, para alguns deles, a prisão oferece menos vulnerabilidade do que a vida fora das grades. Além disso, esses homens conquistam um papel social relevante dentro da comunidade prisional devido à experiência de vida e ao conhecimento que possuem. Para os pessoas idosas pesquisadas, a prisão pode funcionar como uma forma de escapar da solidão, da pobreza e até mesmo da criminalidade. Isso sugere uma capacidade de negociar frestas de vida em espaços de morte durante a velhice, considerando como esses homens lidam, interpretam e respondem às suas circunstâncias no cárcere (Avieli, 2022). No entanto, o estudo mencionado apresenta uma limitação relacionada ao tamanho da amostra, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados. O que demonstra a necessidade de novos estudos qualitativos que visibilizem a narrativa dessas pessoas.

Di Lorito et al. (2018b) também concluíram que as pessoas idosas encarceradas se sentem inseguras e receosas ao deixarem o ambiente prisional, pois muitas enfrentam condições de maior vulnerabilidade fora dele. Algumas condições externas são, na verdade, mais desumanas do que aquelas vividas dentro das prisões (Aday & Maschi, 2019). Essa conclusão é bastante triste e desoladora, especialmente para aqueles que compreendem o quão violento pode ser o encarceramento. Em contrapartida, ainda que longe do ideal de dignidade, as prisões podem oferecer o mínimo necessário para a sobrevivência dessas pessoas. Com tantas incertezas e condições extremamente precárias fora das prisões, o cárcere pode ser percebido como um ambiente “protetor” (Di Lorito et al., 2018b).

Reconhecer a prisão como um ambiente que, por vezes, oferece menos vulnerabilidade do que a vida extramuros nos obriga a refletir sobre o quanto as trajetórias dessas pessoas são marcadas por desassistência e violências sistemáticas ao longo de todo o ciclo de vida. É, no mínimo, distópico admitir que, mesmo diante de todas as mazelas que emergem do encarceramento e da própria carceragem, para algumas pessoas esses espaços se mostrem menos hostis do que a vida pregressa ou pós-encarceramento.

No Brasil, esse quadro exige um adendo: sob a lente da interseccionalidade, torna-se evidente que grande parte da população que sobrevive ao cárcere já enfrentava vulnerabilidades econômicas, raciais, territoriais e sociais muito antes de sua prisão. Essas desigualdades prévias

não apenas antecedem o encarceramento, mas também o estruturam e o tornam mais provável para determinados grupos sociais.

Este contexto alerta para que as reflexões contextualizadas sobre o envelhecimento no cárcere leve em consideração elementos presentes na história de vida e, consequentemente, na narrativa dessas pessoas. Estes elementos facilitam a criação de uma estrutura para o desenvolvimento de intervenções concernentes a realidade desses sobreviventes (Avieli, 2022). Treinamento das equipes de custódia para atender às necessidades geriátricas (Queiroz et al., 2021) e programas de intervenção direcionados às necessidades dessas pessoas também se mostraram eficazes em gerar benefícios, mesmo no contexto do encarceramento (De Smet et al., 2017; Wilkinson & Caulfield, 2017).

Wilkinson e Caulfield (2017) constataram um aumento no senso de realização e motivação em homens mais velhos que participaram da oficina de arte proposta pelos autores. De Smet et al., (2017) argumentam que também é necessário oferecer dentro dos espaços prisionais abordagens que permitam que os sobreviventes mais velhos revelem seus interesses, experiências e sentimentos. Treinos cognitivos e uma abordagem adequada às questões de saúde mental também aparecem como fatores importantes para uma melhor qualidade de vida e um envelhecimento menos agressivo dentro das prisões (Combalbert et al., 2017; De Smet et al., 2017).

Na contramão da realidade vivenciada no cárcere pelas pessoas mais velhas, resta a nós, pesquisadores, profissionais, familiares, entre outros atores, criar o que chamaremos aqui de “bolhas de vida” em um ambiente de morte. Ou, de forma mais teórica, produzir espaços decoloniais e insurgentes dentro dessas instituições, gerando movimentos de afeto e cuidado. Enquanto houver prisões, o ativismo e as intervenções devem existir para oferecer aos sobreviventes mais velhos suporte e justiça social. Neste sentido, investir em programas que promovam a interação social, práticas educacionais e atividades físicas para os sobreviventes idosos, é importante (De Smet et al., 2017).

Além disso, implementar serviços de saúde específicos, com gerontólogos e geriatras, e capacitar profissionais para lidar com questões relacionadas ao envelhecimento no cárcere pode ajudar a reduzir os déficits cognitivos e melhorar a qualidade de vida (Combalbert et al., 2017). Políticas públicas e ações institucionais que favoreçam alternativas ao encarceramento para pessoas idosas e ofereçam suporte para a reparação psicossocial dessas pessoas são também caminhos promissores para mitigar os impactos negativos do encarceramento nessa faixa etária.

Outra questão relevante é que muitos estudiosos do encarceramento, por vezes, não vivenciaram situações análogas às experiências de vida das pessoas sob custódia do Estado. Talvez essa distância experiencial limite o reconhecimento das estratégias de sobrevivência e reforce a tendência de visualizar o cárcere exclusivamente como um espaço absoluto de impossibilidade da vida, desconhecendo, assim, as formas de resistência produzidas por aqueles que lutam sistematicamente pela sobrevivência, dentro e fora dos muros prisionais.

Daí decorre a necessidade de estudos que falem mais das próprias pessoas encarceradas do que apenas das interpretações verticalizadas sobre o cárcere. Reitero que não se trata de normalizar violações, mas de compreender como esses sujeitos contornam, enfrentam e negociam essas violações em sua experiência cotidiana, abrindo brechas no sistema e permanecendo vivos.

Não se trata, portanto, de considerar o cárcere um ambiente saudável; trata-se de observar o que sustenta o não-adoecer, o resistir e o existir nesses espaços. O olhar dirigido às pessoas encarceradas precisa reconhecer também os movimentos, as estratégias e as negociações possíveis de seus corpos.

Embora se possa considerar que algumas ações específicas como oficinas, atividades recreativas, lúdicas e educacionais voltadas para essa população no ambiente prisional possa proporcionar alguns ganhos durante o processo de envelhecimento e que intervenções específicas e contextualizadas possam promover emoções positivas, ressaltamos que direcionamos nossos esforços para refletir sobre alternativas que substituam a prisão, além de incentivar políticas públicas voltadas para a população idosa, tanto intra quanto extramuros.

### **Algumas considerações**

A prisão não executa a morte apenas de forma imediata, mas a produz gradualmente, em pequenas doses cotidianas. Cada capítulo dessa morte é composto por negligências, violências, privações e silenciamentos que corroem o corpo e o tempo de quem é submetido à lógica prisional.

O cárcere nunca esteve preparado para a diferença nem para o envelhecimento. Desde sua origem, foi projetado como um espaço de homogeneização, onde a singularidade é apagada, os corpos são assujeitados e a morte se torna horizonte. A prisão não foi feita para acompanhar o tempo, mas para interrompê-lo; não foi pensada para acolher a velhice, porque nela não se espera que alguém envelheça. O abandono, nesse contexto, deixa de ser acidente:

torna-se parte do próprio funcionamento do cárcere, uma política silenciosa de extermínio que se exerce pela omissão, falta de empatia e desumanização do corpo encarcerado.

Assim, não há como se pensar em formas de velhice verdadeiramente saudáveis no interior das prisões, sobretudo se considerarmos a saúde em sua concepção ampla, que envolve bem-estar físico, psicológico e social. No cárcere, o envelhecimento não se dá de maneira plena; o que ocorre é um esforço contínuo de sobrevivência. Para os que ingressam jovens, a possibilidade de alcançar a velhice diminui significativamente: a prisão acelera o desgaste corporal, intensifica a exposição a doenças e aumenta o risco de morte prematura. Para aqueles que já entram idosos, o próprio processo de envelhecer torna-se ainda mais difícil, marcado pela precarização do cuidado, pela perda de autonomia e pela ausência de condições dignas para manejar as demandas próprias da idade.

E assim, nas celas onde o tempo deveria ser medida de vida, ele se converte em sentença de morte. Envelhecer na prisão é viver a contradição mais radical do sistema penal: permanecer vivo quando já não se esperava que houvesse vida. É inscrever, na materialidade da velhice, uma brecha no dispositivo carcerário, um gesto que denuncia o cálculo necropolítico e que aponta para possibilidades de vida onde só se projetava a morte.

*O trabalho profissional do psicólogo deve ser definido em função das circunstâncias concretas da população a que deve atender (Martín-Baró, 1996).*

## 7. CAPÍTULO 3

### **Psicologia, Encarceramento e Envelhecimento: Interfaces, Desafios e Implicações Ético-Políticas**

Quando se pensa a Psicologia no interior das prisões é necessário assumir que a profissão e o cárcere não são campos apartados, mas produtos de uma mesma racionalidade histórica. Ambas emergem, no século XIX, como fenômenos contemporâneos inscritos no projeto moderno de disciplinarização dos corpos e de regulação das subjetividades (Bicalho & Kostiuk, 2011; CREPOP, 2021). Nesse processo, a Psicologia se legitimou como ciência das condutas, assumindo funções de classificação, diagnóstico e normalização, em estreita associação com os discursos biomédicos, criminológicos e jurídicos (CREPOP, 2021).

Esse enredamento inicial revela uma tensão que atravessa, até hoje, o trabalho da(o) psicóloga(o) no cárcere: a possibilidade constante de que sua prática seja capturada como engrenagem da lógica punitiva, servindo para legitimar mecanismos de controle e prolongamento da pena. A história mostra que a psicologia, quando reduzida a uma função pericial ou diagnóstica, corre o risco de reforçar as mesmas hierarquias e exclusões que sustentam a seletividade penal no Brasil (Rauter, 2017). É contra esse risco que as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no Sistema Prisional (CREPOP, 2021) se posicionam.

O documento convoca a categoria a tensionar criticamente as demandas institucionais, para que a atuação psicológica não se restrinja ao papel de vigilância ou de gestão de populações, mas se constitua como prática ético-política. Essa prática, ao se afirmar como campo de resistência, deve estar voltada à defesa dos direitos humanos, à construção de alternativas ao encarceramento e à visibilização das múltiplas subjetividades que habitam a prisão (Coelho, 2017; CREPOP, 2021).

A psicologia, nesse contexto, deve ser mais do que uma prática técnica: precisa ser crítica, comprometida e sensível às encruzilhadas éticas que atravessam a vida no cárcere, percebendo-o como um espaço que engendra vidas e subjetividades precarizadas (CREPOP, 2021). Compreender o encarceramento como produtor de sofrimento e adoecimento implica reconhecer que esse sofrimento é inseparável das violências estruturais que o constituem. Tal perspectiva exige uma prática psicológica capaz de identificar esses atravessamentos e de não se alinhar às lógicas de controle que historicamente marcam o sistema prisional (Bicalho & Kostiuk, 2011; Miranda, 2016). Desloca-se, assim, o foco da patologia individual para as

condições estruturais de violação de direitos, entendendo que a subjetividade é produzida na tensão contínua entre violência, precariedade e resistência (Coelho, 2017).

No cotidiano das políticas públicas e das práticas institucionais, isso se traduz no enfrentamento de dilemas concretos. Um deles diz respeito ao crescimento exponencial de pessoas idosas no cárcere, fenômeno que Hwang et al. (2024) denominam de “epidemia do envelhecimento nas prisões”. Tal cenário exige reconhecer que o envelhecimento em contextos de privação de liberdade ocorre de forma acelerada. Embora haja divergências na literatura, pessoas a partir dos 50 anos já podem ser consideradas idosas nesse contexto específico (Adey & Krabill, 2012; Hwang et al., 2024). Essa delimitação etária se justifica pelas evidências de que a experiência do encarceramento está associada à redução da expectativa de vida, ao surgimento precoce de agravos à saúde relacionados à idade, ao declínio funcional mais acentuado e ao aumento das necessidades de cuidados em saúde, bem como à presença de múltiplas comorbidades que se manifestam de forma antecipada entre pessoas privadas de liberdade (Reviere & Young, 2004; Adey & Krabill, 2012; Hwang et al., 2024).

No Brasil, chama-se atenção para outro fenômeno ainda pouco explorado no campo do desenvolvimento humano e da psicologia: as longas penas de privação de liberdade atribuídas a pessoas que, embora não sejam classificadas cronologicamente como pessoas idosas, permanecem por extensos períodos no sistema prisional, submetidas a violências sistemáticas e condições de vida profundamente precarizadas. Nessas circunstâncias, o encarceramento opera como um acelerador dos processos de envelhecimento. Segundo Berg et al. (2021), em situações análogas, essas pessoas apresentam, em média, uma idade biológica superior em mais de dois anos (por ano de prisão) quando comparada à sua idade cronológica. Assim, um indivíduo que ingressa no sistema prisional aos 30 anos e permanece encarcerado por uma década pode apresentar, ao final desse período, marcadores biológicos de envelhecimento mais avançados do que aqueles esperados para sua idade cronológica, evidenciando os efeitos cumulativos e deletérios da experiência prisional.

Nesse sentido, atentos à complexidade do envelhecimento e às profundas transformações demográficas e sociais, tanto no Brasil quanto no mundo, o acelerado envelhecimento populacional evidencia a necessidade de um olhar ampliado para as questões que atravessam a saúde mental, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas idosas. Em resposta a esse cenário, o CREPOP lançou, em 2025, as *Referências Técnicas para a atuação de Psicólogas(os) junto às Pessoas Idosas nas Políticas Públicas* (CREPOP, 2025), documento orientador que qualifica a inserção profissional da Psicologia na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas a esse segmento populacional.

O documento destaca que envelhecer em contexto de encarceramento impõe desafios singulares, agravando condições de saúde física e mental, especialmente diante da escassez de cuidados especializados, da precariedade das estruturas prisionais e do peso cumulativo do estigma social que recai sobre esses corpos. Adverte, ainda, que tais análises não podem se encerrar em categorias isoladas, sendo imprescindível considerar outras interseccionalidades que atravessam as experiências de envelhecer (CREPOP, 2025).

Contudo, embora as Referências Técnicas (2025) reconheçam a necessidade de um olhar interseccional que articule cárcere e envelhecimento, o tema não é desenvolvido de forma aprofundada. A menção à população idosa privada de liberdade permanece mais no campo do alerta do que da análise, sem detalhamento conceitual ou operacional que dê conta das especificidades do envelhecer sob custódia. Assim, abre-se um campo de lacuna e, ao mesmo tempo, de provocação à Psicologia, que é convocada a produzir leituras mais densas, situadas e comprometidas com as realidades concretas das velhices encarceradas.

Sem dúvida, as duas referências (CREPOP, 2021; CREPOP, 2025) constituem marcos importantíssimos para pensar o envelhecimento e a privação de liberdade de forma ampla. Todavia, admitir a ausência de um corpo consolidado não significa admitir o vazio ou a impotência. Pelo contrário, é justamente aí que se coloca o desafio ético, político e técnico da psicologia: ocupar essa zona de silêncio, produzir saberes situados e práticas que não apenas descrevam, mas intervenham nas dinâmicas de poder que atravessam esses corpos envelhecidos e encarcerados.

Assim, as discussões sobre psicologia, desenvolvimento humano, subjetividade, sofrimento e clínica no cárcere precisam ser ampliadas e pensadas com atenção às particularidades dessa população, que apresenta demandas específicas relacionadas ao envelhecimento e a velhice. Desta forma, neste capítulo interessa-nos tensionar os limites e as possibilidades da práxis psicológica diante desse cenário, em que o envelhecer é atravessado por condições de vida precárias, pela ausência de políticas públicas e pelas múltiplas formas de exclusão. Buscaremos, assim, identificar pontos de confluência entre as normativas que orientam a atuação profissional. Por fim, propomos situar a dimensão sócio-histórica e política da prática psicológica como eixo central do debate, reconhecendo que a subjetividade se constitui nas tramas de poder, violência e resistência que atravessam o tecido social e histórico fora e dentro do cárcere.

## **Interseccionalidade, Cárcere e Envelhecimento**

As duas Referências Técnicas do CREPOP (2021; CREPOP, 2025), ainda que não desenvolvam de forma aprofundada o tema do envelhecimento no cárcere, convergem em um ponto central: ambas sustentam que a atuação psicológica deve estar fundamentada na perspectiva da interseccionalidade. Em comum, os documentos reafirmam que o trabalho da Psicologia, seja no campo prisional, seja na psicogerontologia, não pode prescindir da análise dos marcadores sociais que atravessam as experiências dos sujeitos, orientando a compreensão das desigualdades, dos processos de adoecimento e das possibilidades de cuidado.

Diante disso, impõe-se a pergunta que atravessa este debate: o que significa, concretamente, sustentar a interseccionalidade quando se trata da articulação entre envelhecimento e cárcere? Que leituras, práticas e deslocamentos esse princípio exige da Psicologia frente às velhices produzidas sob regimes de privação de liberdade?

Para compreender a profundidade desse princípio, é necessário revisitar o conceito de interseccionalidade que foi inicialmente desenvolvido pelas feministas negras norte-americanas, com o objetivo de compreender as opressões vivenciadas pelas mulheres negras, que não estavam ancoradas apenas no gênero, nem exclusivamente na raça, mas justamente nas interseções entre essas identidades (Akotirene, 2019). Uma prática-conceito feminista originada na intensa dinâmica de luta e reivindicações, e fundamentada na produção de saberes que emergem de contextos de resistência e de opressão (Pocahy, 2011).

A interseccionalidade, portanto, surge como uma ferramenta teórica e prática que permite examinar como essas múltiplas dimensões de opressão se entrelaçam para moldar as experiências de grupos marginalizados (Akotirene, 2019; Collins, 2022). Não se tratando apenas de uma ferramenta de análise, mas também de um campo de ação política, onde as demandas e as práticas de resistência são construídas em constante diálogo com as realidades vividas por grupos marginalizados (Pocahy, 2011).

Esse conceito mostra-se especialmente relevante no contexto do encarceramento, pois as pessoas privadas de liberdade não são marginalizadas apenas por sua condição prisional, mas também por marcadores como raça, gênero e classe social, dimensões que, não apenas atravessam suas experiências dentro do cárcere, como também determinam o próprio percurso que as conduz até ele (Davis, 2018; Borges, 2019). O sistema prisional e de justiça brasileiro exerce violências racializadas que não atuam de forma isolada, mas se articulam com múltiplos eixos de opressão, gerando uma experiência de encarceramento opressiva para grupos específicos, como pessoas idosas (Vilela et al., 2021), pessoas com deficiência (Spinieli, 2019)

e a população LGBTQIA+ (Cinque & Dorigon, 2020) entre outros. Esses corpos estigmatizados, enfrentam processos de racialização, gênero e classe, e acumulam outras identidades marginalizadas, tornando-se alvo de dinâmicas interseccionais de exclusão.

Múltiplos eixos de opressão e vulnerabilidade se sobrepõem a essas pessoas. Por exemplo, pessoas idosas ou com deficiência no cárcere enfrentam maior exposição a arquiteturas inadequadas e pouco acessíveis, assim como a rotinas exaustivas de trabalho que ignoram suas limitações (Aday & Farney, 2014; Spinieli, 2019). Esse cenário evidencia, no mínimo, uma dupla penalização. Apesar das dificuldades e torturas comuns a todos as pessoas que resistem encarceradas, essas pessoas ainda acumulam especificidades ligadas à idade e à deficiência, que não são atendidas nesses espaços, resultando em um tratamento mais negligente e descontextualizado. Considerando que essas identidades ainda se entrecruzam com dimensões de raça, gênero e classe.

À vista disso, Hirata (2014) define a interseccionalidade geométrica como uma abordagem que, além de considerar as relações de gênero, classe e raça, incluem dimensões como idade, religião, sexualidade e região. Essa concepção amplia a análise ao reconhecer que essas diferentes categorias operam simultaneamente e interdependem na configuração das experiências de quem sobrevive ao cárcere e de seus familiares.

Assim, a interseccionalidade, ao enfatizar que as experiências de encarceramento não podem ser compreendidas de forma isolada, mas sim por meio da sobreposição de diversas identidades sociais e mecanismos de exclusão, contribui para revelar as múltiplas camadas de desigualdade que atingem grupos específicos dentro das prisões. Como reflexo das assimetrias estruturais da sociedade, o sistema prisional opera como um espaço de confinamento de populações historicamente marginalizadas, cujas existências são sistematicamente invisibilizadas (Davis, 2018; Borges 2019) Ademais, Collins (2022) destaca que a interseccionalidade não se limita a uma teoria acadêmica ou a algo abstrato; ela também atua como uma prática política e uma ferramenta investigativa.

A interseccionalidade associada a compreensão das necropolíticas, nesses espaços serve ainda como um meio de problematizar o que nos define como humanos ou não (Pocahy, 2011), para além de oferecer a possibilidade de restaurar ao outro o caráter de humanidade que lhe foi retirado pelas tecnologias colonialistas, que tratam determinados corpos como descartáveis e matáveis, sem suscitar comoção. Esses corpos, quase sempre pretos, marginalizados e desprovidos de subjetividade, são considerados os inimigos do bem-estar coletivo (Pereira & Santos, 2020). A união desses dois conceitos na práxis psicológica, é, portanto, um convite para

que a Psicologia se comprometa com uma escuta situada, crítica e sensível às desigualdades que estruturam o próprio cárcere e a diversidade do envelhecimento humano.

O que fica evidente é que impossível para o profissional da psicologia compreender o sistema prisional e de justiça sem abordar suas raízes coloniais, fundamentadas no racismo e nas desigualdades de gênero e de classe. Uma vez que, as práticas punitivas e de controle social estão historicamente ligadas a processos de dominação e exclusão (Davis, 2018a; Borges, 2019; CREPOP, 2021). Da mesma forma, ao trabalhar com o envelhecimento, o psicólogo não pode estar alheio às dimensões políticas, históricas e culturais que moldam a diversidade dos modos de envelhecer, produzindo, ao longo do curso da vida, processos de exclusão ou de privilégio, bem como a acumulação ou a escassez de recursos materiais, simbólicos e relacionais (Rabelo, 2020; CREPOP, 2025).

Para a Psicologia, adotar uma leitura interseccional do cárcere e do envelhecimento significa deslocar o olhar das individualidades para as estruturas que produzem sofrimento e exclusão. Ao considerar como os marcadores sociais incidem sobre o envelhecimento prisional, a prática psicológica passa a compreender que o adoecimento, a solidão e a desumanização não são apenas efeitos do confinamento, mas resultados de trajetórias históricas de desigualdade.

Contextualizar o envelhecimento no cárcere exige compreender que a velhice não é apenas uma etapa biológica, mas o resultado de um percurso social profundamente desigual. Envelhecer é um processo condicionado pelo acúmulo, ou pela ausência, de recursos materiais, afetivos e simbólicos que possibilitam ou limitam o bem-viver ao longo da vida (Doll et al., 2016; Wacheleski & Gershenson, 2018; Rabelo, 2020.) As pessoas que envelhecem no cárcere chegam a velhice com um histórico de privações, violências e exclusões que se prolongam dentro das prisões sob novas formas de desumanização (Aday & Farney, 2014; Vilela et al., 2021).

O envelhecer no cárcere aparece como um território de disputa simbólica e ética, onde o cuidado se afirma como gesto de resistência diante das políticas de abandono e morte. As Referências Técnicas do CREPOP (2021; 2025) orientam para uma atuação que vá além do acolhimento do sofrimento, voltando-se também ao enfrentamento das estruturas que o produzem e à criação de práticas que fortaleçam a dignidade e a existência das pessoas idosas e em situação de encarceramento.

## **Quem Cuida Também É Atravessado: Interseccionalidade do Psicólogo em Territórios de Encarceramento**

O cotidiano das pessoas que sobrevivem no sistema prisional é atravessado por múltiplas violências que se intersectam e produzem um cenário em que a violação de direitos humanos é constante (Borges, 2019; Silva et al., 2024). A superlotação das unidades prisionais, aliada à precariedade da infraestrutura, à escassez de acesso a cuidados de saúde, à alimentação inadequada e à ausência de políticas efetivas de reparação psicossocial, compõe um ambiente desumanizante (Pereira & Santos, 2020; Silva et al., 2024). Em que tais condições podem ser compreendidas, à luz de diferentes arcabouços teóricos, como formas sistemáticas de tortura e morte institucionalizada.

As estruturas das prisões não são apenas físicas; elas também se constituem no nível dos discursos e das disputas de poder, forjando práticas e subjetividades punitivistas assentadas na exclusão em nome da proteção social (Foucault, 2014). Nessa perspectiva, torna-se necessário que “certos corpos” sejam aprisionados para que o suposto bem-estar coletivo seja mantido (Foucault, 2019; Pereira & Santos, 2020). Essa modelo, de matriz colonialista, está profundamente entrelaçada a processos históricos de racismo, desigualdade social e controle político, empurrando especialmente pessoas negras e pobres para o encarceramento (Davis, 2018; Borges, 2019).

Sob essa perspectiva analítica, a prisão se configura como uma tecnologia de morte, na qual majoritariamente os corpos negros e periféricos são socialmente marcados como matáveis — alvos preferenciais do abandono e da violência (Borges, 2019; Mbembe, 2018). Esse cenário insalubre amplia vulnerabilidades já existentes e acrescenta outras tantas, afetando todos os atores que adentram esse espaço, bem como a rede de pessoas a eles vinculadas (Rauter, 2007; Silva et al., 2024).

Os efeitos devastadores do cárcere impactam cotidianamente não apenas as pessoas privadas de liberdade, mas também seus familiares e os profissionais que atuam no sistema prisional (Rauter, 2007). Todos esses sujeitos precisam enfrentar diariamente condições aviltantes e de violações de direitos, além de lidarem com as consequências objetivas e subjetivas impostas por esse contexto.

Entre os trabalhadores que integram a rede de atenção voltada a essa população, os psicólogos que atuam nas unidades prisionais também são impactados pelos efeitos nocivos dessas instituições, bem como pelas ideologias e discursos que as sustentam (Rauter, 2007; Silva et al., 2024). Esses profissionais, como apontam Oliveira e Martin (2024), enfrentam a

ádua tarefa de possibilitar o alívio e a elaboração do sofrimento psíquico em um contexto que, por sua própria natureza, é gerador de sofrimento. Os autores descrevem essa atuação, de forma popular, como um trabalho de “enxugar gelo”, mas ressaltam que ela também se configura como um gesto de resistência política, contribuindo para a construção de novas trajetórias, tanto no âmbito coletivo quanto individual (Oliveira & Martin, 2024).

Rauter (2016) destaca que a atuação do psicólogo no sistema prisional deve estar ancorada em um compromisso “ético-estético-político”, o que exige que esse profissional não se mantenha alheio à situação de calamidade e emergência em relação aos direitos humanos da população em situação de cárcere. É necessário, segundo a autora, “perambular pelo cárcere” no sentido de conhecer as condições reais de vida das pessoas privadas de liberdade e, assim, reconhecer o cárcere como uma realidade concreta, marcada por questões histórico-culturais.

De forma complementar Silva et al. (2024) destacam que a atuação do psicólogo no sistema prisional deve estar referenciada nos preceitos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005), especialmente nos Princípios Fundamentais, que afirmam: “O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.” Esses princípios orientam a prática profissional para além de um exercício técnico, reafirmando seu compromisso com a dignidade humana, mesmo em contextos marcados pela exclusão e pela violência institucional.

Além disso, as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas no Sistema Prisional (CFP, 2021) oferecem subsídios importantes para a reflexão crítica sobre o papel da Psicologia nesse contexto. Esse documento contribui para ancorar os princípios ético-políticos da profissão frente às criminologias do presente, permitindo uma leitura crítica da relação entre o fazer psicológico e o campo de saberes e práticas que sustentam, legitimam e operam o sistema prisional e de justiça vigente (Silva et al., 2024).

Esses aprofundamentos são fundamentais para que nós, psicólogos, não sejamos capturados por discursos que destituem de cidadania e solidariedade as pessoas que cometem crimes. É necessário garantir que nossa prática não se torne um instrumento de legitimação ou perpetuação de violências, além daquelas que o ambiente carcerário já impõe de forma sistemática.

Os autores supramencionados concordam que é possível ao psicólogo, por meio de reflexões éticas e técnicas, alinhar-se a práticas que contribuam para a redução da vulnerabilidade vivenciada pelas pessoas sobreviventes do cárcere e seus familiares. Dessa

forma, sua atuação pode transformar-se em um espaço de resistência e produção de sentidos, em oposição a uma lógica que frequentemente naturaliza a punição e o encarceramento como formas legítimas de gestão social.

O que talvez os textos, ou as reflexões anteriores, ainda não revelem com clareza é como o psicólogo lida com suas próprias interseccionalidades dentro do sistema prisional. Os marcadores sociais, especialmente os étnico-raciais, atravessam o corpo e a subjetividade do próprio profissional, que também é alvo de opressões e tensionamentos produzidos por esse contexto.

O psicólogo negro, enquanto sujeito “racializado”, pode ocupar simultaneamente posições paradoxais: é convocado ao cárcere na condição de cuidador, mas carrega em si marcas históricas e sociais que o aproximam dos mesmos grupos marginalizados e criminalizados. Essa presença configura-se como antítese e contradição dentro de um sistema que insistentemente direciona determinadas identidades para a exclusão, exigindo que esse profissional se sustente ética e criticamente no exercício de sua função.

Um psicólogo negro, por exemplo, encontra-se duplamente atravessado por essas forças: enquanto exerce uma função institucional, também é um corpo marcado e capturado pelos mesmos discursos que encarceram e matam corpos semelhantes ao seu. Nesse contexto, sua presença na prisão revela uma tensão constante entre a tentativa de resistir a um sistema racista e a vivência das violências simbólicas e estruturais que ele próprio carrega, mesmo ao ocupar uma posição de cuidado.

### **Onde o cuidado encontra o limite: o psicólogo frente ao envelhecimento no cárcere**

A consideração do perfil da população carcerária no Brasil torna a abordagem interseccional uma via promissora para o estudo do envelhecimento nas prisões. No entanto, essa não é uma questão simples nem restrita à dimensão individual do trabalho psicológico. A responsabilidade não pode recair apenas sobre o profissional de Psicologia, uma vez que a realidade do sistema prisional brasileiro é atravessada por entraves burocráticos, precarização institucional e ausência de políticas efetivas que dificultam a implementação de ações transformadoras.

O cenário do encarceramento no Brasil é estruturalmente avesso ao desenvolvimento humano funcional e, por consequência, ao próprio processo de envelhecimento. O cárcere organiza-se como um dispositivo voltado à mortificação do sujeito, operando por meio da restrição de direitos, da precarização das condições de vida e da produção cotidiana de

sofrimento físico e psíquico. A prisão, como dispositivo disciplinar e necropolítico, não se organiza para cuidar, mas para corroer, gerir corpos e administrá-los como descartáveis (Foucault, 2014).

Nesse contexto, o cuidado encontra limites concretos, impostos não apenas pela escassez de recursos, mas pela própria lógica punitiva que sustenta a instituição prisional. Reconhecer tais limites não significa abdicar da responsabilidade ética da Psicologia, mas situar criticamente suas possibilidades de atuação, compreendendo que o cuidado, no cárcere, é frequentemente atravessado por tensões, contradições e pela permanente disputa entre a proteção da vida e as racionalidades que a desqualificam.

Criar oficinas, rodas de conversa ou outras formas de intervenção voltadas ao enfrentamento das opressões e ao fortalecimento de estratégias coletivas não significa blindar as pessoas encarceradas das torturas institucionais nem das violências cotidianas que estruturam o cárcere. É necessário evitar qualquer romantização do cárcere, compreendendo-o como um dispositivo disciplinar e uma zona de morte que opera pela negação da humanidade (Mbembe, 2018; Foucault, 2014). A força das necropolíticas que atravessam esse contexto evidencia que a transformação não se limita à ação isolada de um profissional, mas requer um compromisso político-institucional mais amplo, capaz de ultrapassar o esforço individual e consolidar-se como uma política de cuidado e de justiça social.

Nesse cenário, sobreviver torna-se um ato de resistência, e a sobrevivência se articula a partir da alocação de recursos mínimos em pequenos pontos de vida. Não falamos, portanto, de saúde em sentido pleno, tampouco de um envelhecimento livre de agravos. Como observa Mbembe (2018), a necropolítica é justamente o exercício de decidir quem pode viver e quem deve morrer, e os espaços de encarceramento se constituem como laboratórios dessa gestão da morte.

Assim, o que se tenta produzir no cárcere são brechas, fissuras, micro-ganhos que tornam suportável a tortura institucionalizada, pequenos deslocamentos que, mesmo sem anularem a violência estrutural e institucional, permitem sustentar a existência “apesar de”. A complexidade desse cenário não permite respostas simples nem prescrições exatas sobre como deve ser a atuação do psicólogo nas prisões. As referências técnicas, contudo, orientam os profissionais a revisitar a história da Psicologia e a refletir criticamente sobre suas práticas, de modo a não se deixarem capturar pelas artimanhas coloniais e pelos mecanismos de poder que atravessam o cárcere. Ao mesmo tempo, tais diretrizes apontam caminhos mais profícuos para atuação (CREPOP, 2021).

Monteiro et al. (2024) destacam que o processo de formação em Psicologia, em sua maioria, não oferece suporte suficiente para que os profissionais possam atuar adequadamente nas instituições prisionais. Além das insuficiências formativas, evidenciam-se contradições institucionais e identitárias que atravessam o exercício profissional nesse contexto. A ausência de capacitação específica faz com que o trabalho do psicólogo seja aprendido, em grande medida, na prática cotidiana. Nessa dinâmica, a atuação tende a se burocratizar, o que pode deixar escapar naturalizações de violações de direitos das pessoas privadas de liberdade. De modo geral, a pesquisa dos autores supracitados revela que o papel do psicólogo nas prisões permanece controverso e pouco compreendido, tanto pelos próprios profissionais quanto pelas instituições que os acolhem (Monteiro et al., 2024).

Rauter (2017) evidencia que o psicólogo deve se distanciar das práticas que o reduzem à lógica punitiva, especialmente quando convocado a legitimar o encarceramento por meio de laudos que funcionam como instrumentos de punição. Nesta conjuntura, em meio às múltiplas forças que operam para institucionalizar o psicólogo e integrá-lo à lógica da carceragem, impõe-se à Psicologia o desafio de sustentar uma postura crítica. Trata-se de resistir às capturas do poder disciplinar e de combater os mecanismos mortíferos que a racionalidade prisional insiste em reproduzir.

Como aponta Martín-Baró (2017), a psicologia latino-americana não pode limitar-se a explicar a realidade, mas deve transformá-la. O compromisso é produzir vida onde tudo se organiza para a morte, afirmar dignidade em meio à degradação, instaurar processos de subjetivação contra-coloniais e emancipatórios.

Cabe ao psicólogo, refletir constantemente sobre sua prática, que não deve ser um prolongamento da engrenagem punitivista, deve se constituir como uma força contrária, uma prática de contraconduta que inscreve, no interior da máquina penal, a possibilidade de uma vida que resiste. Ao intervir nas prisões, a psicologia deve atuar como fissura, deslocando sentidos e interrompendo a naturalização da violência cotidiana (Rauter, 2017; CREPOP, 2021; Monteiro et al., 2024).

A ética, no exercício da Psicologia, deve sustentar-se como eixo orientador diante das múltiplas pressões produzidas pela instituição prisional (CREPOP, 2021). A psicologia dentro das prisões só faz sentido se significar a falha no sistema, a quebra que permite a inscrição de algo diferente: o direito à existência, à palavra, à memória, à resistência. Caso contrário, corre-se o risco de que a psicologia, ao negar o compromisso com os oprimidos, se converta em cúmplice da opressão (Martín-Baró, 2017).

Silva et al. (2024) refletem sobre os encontros da Psicologia, no cárcere, com violências estruturais e simbólicas. Ao abordarem situações de fome e insegurança alimentar vivenciadas pelas pessoas custodiadas, os autores colocam em evidência uma questão fundamental: o que pode o psicólogo diante de tais experiências-limite? Como sustentar o trabalho frente às torturas, privações e à hostilidade cotidiana que atravessam o espaço prisional? São desafios que, embora recorrentes, não encontram lugar nos manuais ou protocolos institucionais, exigindo a reinvenção constante das possibilidades de atuação e a reconfiguração das ferramentas técnicas da Psicologia, sobretudo em contextos marcados pela violência e pela desumanização.

A fome, enquanto metáfora, mas também como realidade concreta e materializada nas prisões, evidencia algo que ultrapassa o campo técnico e abraça um campo ético da Psicologia: remete à luta por outro tipo de sociedade. Ela impõe limites à atuação dos psicólogos e revela as fronteiras do próprio saber psychologizante, que não dá conta, isoladamente, das múltiplas determinações da vida encarcerada. A fome denuncia as permanências do racismo, do cis heteropatriarcado e das heranças coloniais que estruturam o sistema prisional e a própria sociedade brasileira.

O trabalho do psicólogo deve se orientar pela conscientização como horizonte ético-político de sua atuação. Isso implica reconhecer que seu fazer profissional não se limita ao atendimento individual, mas envolve contribuir para que as pessoas superem identidades pessoais e sociais marcadas pela alienação, fortalecendo processos de reflexão crítica sobre a realidade vivida. Assim, ao intervir nas dimensões subjetivas atravessadas por opressões estruturais, o psicólogo atua no sentido de favorecer a transformação das condições opressivas do contexto, promovendo autonomia, resistência e fortalecimento coletivo (Martín-Baró, 1996). Conforme afirma Martín-Baró “propõe-se como horizonte do seu que/fazer a conscientização, isto é, ele deve ajudar as pessoas a superarem sua identidade alienada, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas do seu contexto” (Martín-Baró, 1996, p.7).

O compromisso ético-político da Psicologia deve se traduzir em ações que confrontem as estruturas de exclusão e promovam a dignidade das pessoas que envelhecem sob as marcas do encarceramento. Essa intervenção não se confunde com a ilusão de produzir um envelhecimento saudável no cárcere, mas com a aposta em pequenas reorganizações subjetivas e coletivas que afirmam a dignidade contra a necropolítica. No contexto do envelhecimento prisional: o psicólogo é convocado a pensar práticas que, mesmo em meio a restrições institucionais, promovam dignidade, cuidado e escuta. É nesse horizonte que se torna necessário retomar a dimensão histórica e política da prática psicológica, compreendendo que

o fazer psicológico nas prisões não se sustenta sem uma análise crítica das condições sociais e institucionais que o atravessam.

Por fim, não há nesse texto a intenção de esmiuçar o pensamento de Martín-Baró, pois precisaríamos de um artigo exclusivo para discutir suas contribuições. Contudo, deixaremos vestígios interpretativos sobre dois conceitos propostos por ele, que ajudam a contornar a pergunta: O que ainda é possível à psicologia quando tudo falha?

Em primeiro lugar, abandono dos termos e da lógica do pensamento envolta na ressocialização e reinserção social, são conceitos que, a partir de nossas análises, devem ser abandonados, pois, além de estarem impregnados de colonialismo, partem de uma noção individual e simplista do sujeito. Como alternativa, sugerimos a assunção do trauma psicossocial, conforme proposto por Martín-Baró (1988), que nos diz que o trauma é heterogêneo e sua gênese está nas questões sociais concretas, que geram a precarização da existência dessas pessoas; ele não se manifesta da mesma maneira nos indivíduos dentro da teia social, sendo também geracional, intensificado dentro do cárcere, seus efeitos danosos são refletindo tanto para as pessoas que sobrevivem/resistem ao cárcere, tanto para seus familiares.

A noção de trauma psicossocial e a situação-limite, que, segundo Moreira e Guzzo (2015), não podem ser compreendidos de forma isolada. Segundo as autoras, Martín-Baró enfatiza a necessidade de analisar o impacto de situações concretas no desenvolvimento psíquico dos indivíduos, reconhecendo o caráter essencialmente dialético do trauma psicossocial. “O trauma psicossocial assim anunciado não se dissocia da imersão social que o constitui e deflagra” (Moreira & Guzzo, 2015 p.575).

Como uma dimensão dialética, o trauma não define um sujeito doente; ao contrário, ele destaca a especificidade da relação entre a sociedade e seus indivíduos (Moreira & Guzzo, 2015). As situações-limite são aquelas situações cotidianas que revelam o contraponto da relação entre o sujeito e a sociedade. Elas representam a possibilidade de ruptura, o momento em que se identificam as contradições e, assim, impulsionam ações conscientes. É exatamente nesse momento de crise que temos a oportunidade de criar o novo e de nos tornarmos insurgentes (Moreira & Guzzo, 2015 p.575).

Sabemos que o encarceramento e todo o sistema penal nos impõem uma situação-limite que nos confronta com todas as questões abordadas aqui. É fundamental compreender que estamos lidando, majoritariamente, com pessoas que, desde antes do nascimento, se encontram em condições de desigualdade e precarização de suas existências, gerando diferentes ordens de traumas psicossociais. Isso nos leva a insistir em processos de reparação psicossocial.

Uma psicologia que não rompe, que não desloca, que não fissa, alinha-se à engrenagem do cárcere. Por isso, afirmar o trabalho psicológico no cárcere é insistir na produção de vida contra o dispositivo da morte, é, em última instância, alinhar-se ao nosso Código de Ética e às resoluções que fundam a profissão (Rauter, 2017; CREPOP, 2021). Nota-se, portanto, a necessidade de criação de espaços coletivos de discussão crítica e qualificada sobre a prática profissional, favorecendo tanto a preservação da saúde dos psicólogos quanto o fortalecimento de seu poder de agir e a construção de alianças externas ao ambiente prisional (Monteiro et al., 2024).

### **Algumas considerações**

Em síntese, o desenvolvimento histórico da instituição prisional esteve estreitamente articulado a uma tecnologia de sofrimento, punição e morte. Essa lógica necropolítica alimenta a marginalização e desumanização de corpos historicamente vulneráveis, reforçando padrões de violência seletiva e institucionalizada dentro ou fora do cárcere. A velhice em privação de liberdade, marcada pela precarização do cuidado, pela intensificação do adoecimento e pela violência estrutural, exige da psicologia um olhar que ultrapasse a técnica e se comprometa com a vida. O profissional da Psicologia precisa se ancorar sua prática nas Referências Técnicas do CREPOP (2021;2025), que constituem marcos fundamentais para orientar a práxis psicológica. Ainda assim, ambos os referenciais deixam entrever um campo pouco explorado: o encontro entre o cárcere e o envelhecimento, marcado por lacunas normativas, tensionamentos éticos e desafios concretos à atuação profissional.

Como recomendações, destaca-se a necessidade de que a atuação da Psicologia junto a pessoas idosas privadas de liberdade seja orientada por uma perspectiva interseccional, articulada às políticas de saúde, assistência social e direitos humanos. Do ponto de vista técnico, torna-se fundamental a construção de orientações e protocolos específicos para o cuidado psicológico no cárcere às pessoas idosas, bem como a formação continuada de profissionais sobre este campo de interseção. No campo da pesquisa, são necessários estudos empíricos que investiguem os efeitos do encarceramento prolongado sobre o envelhecimento e a saúde mental, incluindo análises qualitativas que deem centralidade às experiências das pessoas idosas privadas de liberdade, de modo a subsidiar a produção de novas referências técnicas e o aprimoramento da práxis profissional.

Ao tornar visível o envelhecimento no cárcere, a psicologia reafirma sua vocação de resistência e de defesa dos direitos humanos, rompendo com o silêncio institucional e

ampliando os horizontes de cuidado. Esse gesto não é secundário: é condição para que a prática psicológica no sistema prisional se mantenha fiel ao seu compromisso ético fundamental de não ser cúmplice da morte organizada, mas, ao contrário, de afirmar a dignidade e a vida mesmo onde elas parecem ter sido negadas. Porque defender os direitos humanos não é um adendo à Psicologia, mas o próprio fundamento ético-político que a sustenta.

Assim como Davis (2018), acreditamos que as prisões são instituições obsoletas e que é necessário pensar em modelos substitutivos ao cárcere, especialmente considerando as especificidades da velhice. Todavia, insistimos que, enquanto esse modelo existir, os profissionais que atuam nesses espaços precisam criar ambientes seguros e decoloniais, capazes de erguer “bolhas de vida” dentro desses lugares marcados pela morte e pela tortura. Por fim, Basaglia (1994) nos ensinou que, quando uma instituição maltrata e mata, não há acordo possível: ou se é cúmplice ou se se age para destruir.

## **8. CAPÍTULO 4**

**Capítulo retirado pelo autor, pois o artigo encontra-se submetido a periódico acadêmico.**

*Até mesmo a dor do envelhecimento me lembra: ainda estou viva (Lorde, 1980. Tradução  
nossa).*

## 9. Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, compreendida como aquela voltada à investigação de fenômenos ainda pouco delimitados ou explorados, permitindo maior aproximação com o objeto e favorecendo a construção de interpretações abertas, processuais e contextualizadas (Cardano, 2017; Mattar & Ramos, 2021). O estudo interessa-se pela apreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais e à sua dimensão política, entendendo tais experiências como construções coletivas, historicamente situadas (Denzin & Lincoln, 2006).

Esse tipo de pesquisa parte do reconhecimento de que a realidade não se apresenta como um dado neutro ou fixo, mas como uma construção social continuamente produzida nas relações, nos discursos e nas práticas. Nessa perspectiva, o encontro entre pesquisador e participantes não é periférico, mas constitutivo do próprio processo de conhecimento. Como assinalam Denzin e Lincoln (2006), a investigação qualitativa se inscreve em contextos históricos e situacionais específicos, sendo atravessada por limites, tensões e possibilidades que moldam tanto os caminhos da pesquisa quanto os sentidos que dela emergem.

Diz respeito a uma abordagem biográfica que, segundo Araújo et al. (2016), articula diferentes modos de construção do conhecimento, tais como a história oral, a biografia, a autobiografia e a história de vida. Ainda que as Ciências Sociais utilizem terminologias distintas para designar pesquisas que mobilizam histórias de vida, tais investigações são, de modo geral, compreendidas no interior da abordagem biográfica, a qual se fundamenta prioritariamente no uso de fontes orais (Araújo et al., 2016).

Para alcançar os objetivos desta tese, foram adotadas duas estratégias metodológicas, cujos resultados se complementam e se tensionam mutuamente nas análises. Tais estratégias são aqui organizadas como Estudo 1 e Estudo 2, de modo a estruturar a apresentação dos resultados e possibilitar uma visualização mais sistemática das diferentes etapas da pesquisa. O Estudo 1 compreende a análise dos relatos de mulheres encarceradas que se dispuseram a narrar suas histórias de vida e suas experiências de envelhecer no cárcere; o Estudo 2, por sua vez, articula essas narrativas à minha própria escrevivência, assumida como dispositivo analítico e ético-político de produção de conhecimento. Ainda que a escrita se utilize da experiência vivida como ponto de partida e se enuncie, em determinados momentos, em

primeira pessoa, ela não se reduz a um exercício individual, mas expressa uma dimensão coletiva, atravessada por memórias compartilhadas, marcadores sociais e experiências historicamente situadas.

## **10. Objetivo - Estudo 1**

Analisar as narrativas de mulheres encarceradas sobre o envelhecimento, a partir da perspectiva teórica da interseccionalidade.

### **Aspectos éticos**

Todo o procedimento da pesquisa seguiu rigorosamente os critérios éticos estabelecidos pela legislação vigente que regulamenta estudos com seres humanos. O projeto foi devidamente registrado na Plataforma Brasil e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer consubstanciado do CAEE 82187324.6.0000.0055.

### **Desenho do estudo e aspectos éticos**

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, transversal, de caráter exploratório e descritivo, por buscar aprofundar a compreensão do fenômeno do envelhecimento feminino no cárcere, proporcionando maior familiaridade com a complexidade do problema investigado. Trata-se de um estudo que visa descrever as características e especificidades dessa experiência a partir das perspectivas das próprias participantes, permitindo a emergência de sentidos, subjetividades e atravessamentos sociais que compõem esse processo.

O envelhecimento compreendido como multifacetado exige uma apreensão dinâmica, historicizada e intersectada (Gueta, 2020; Rabelo, 2020). Segundo Godinho e Fernandes (2022) utilização do método narrativo na investigação desses fenômenos pode contribuir para desvelar aspectos multidimensionais e heterogêneos ligados as populações vulneráveis (Godinho & Fernandes, 2022). A vista disso, Tavares e Pasche (2022) refletem que o resgate da própria história no cárcere gera um conhecimento valioso sobre essas pessoas e sobre o ambiente prisional. Isso lhes oferece a oportunidade de avaliar as dificuldades que enfrentam e de projetar sonhos para o futuro. Ao olhar para suas memórias e significações, apesar das

adversidades e da privação de liberdade, essas pessoas têm a chance de reconstruir uma identidade que foi diluída e subjugada, e de continuar sua vida (Tavares & Pasche, 2022).

Desse modo, essa técnica pode ser utilizada para compreender as interseções entre o processo de envelhecimento e a experiência do encarceramento. Isso enfatiza a importância visibilizar às diversas experiências e formas como as mulheres vivenciam o envelhecimento dentro das instituições carcerárias (Wahidin, 2002). Além mais, a maneira como essas mulheres compreendem o envelhecimento deve ser valorizada. O silenciamento de suas vozes e os estigmas que recaem sobre essa população encobrem o conhecimento sobre elas e sobre o cárcere.

Foucault (2014) nos ensina que a história individual está intrinsecamente ligada aos discursos e às estruturas de poder que permeiam a sociedade. Ao descrever o nascimento da prisão, ele também historiciza o quanto a sociedade aprendeu a odiar aqueles que cometem crimes e a puni-los física e socialmente. O discurso social retrata a população carcerária como não humana, de modo que não surge, ao menos, o desejo coletivo de ouvi-los.

Dessa forma, o método das histórias de vida constitui um recurso metodológico privilegiado para a compreensão aprofundada das experiências sociais, na medida em que permite analisar os fenômenos a partir da perspectiva daqueles que os vivenciam. Ao favorecer o acesso aos sentidos atribuídos às trajetórias individuais, possibilita a apreensão de elementos culturais, simbólicos e sociais desde um ponto de vista interno e situado. Trata-se de um instrumento analítico relevante por operar na interseção entre as determinações sociais e as experiências subjetivas, evidenciando a articulação entre contextos históricos, relações sociais e narrativas pessoais (Araújo et al., 2016).

Conforme inspira Bosi (1994), nesta pesquisa habitamos, simultaneamente, o lugar de sujeito e de objeto. Sujeito, quando perguntávamos, investigávamos e buscávamos compreender; objeto, quando ouvíamos, registrávamos e nos constituíamos como instrumento sensível de acolher e transmitir memórias. Não se pretende aqui a rigidez de esquemas explicativos que domesticam o real; busca-se, antes, uma escrita que se permita afetar, entregar-se de corpo e alma ao drama vivido pelas pessoas que compõem esta pesquisa, reconhecendo que conhecer, neste contexto, é também implicar-se, sentir e partilhar.

## Local

A coleta de dados foi realizada em uma unidade penal feminina localizada no sertão do estado de Pernambuco, considerada de médio porte. A unidade abriga mulheres em diferentes situações jurídicas, incluindo aquelas em regime provisório e outras que estão em cumprimento de pena. A instituição onde esta pesquisa foi desenvolvida foi denominada por Santos e Rios (2018) como “cortiço-prisão”, em razão dos expressivos déficits estruturais, sanitários e humanitários que caracterizam o estabelecimento. Tal denominação evidencia um modelo de funcionamento marcado pela precariedade institucionalizada, que posiciona o espaço prisional como uma “gambiarra do sistema jurídico-penal”, na qual a improvisação e o abandono passam a operar como dispositivos recorrentes de gestão da população encarcerada.

Em analogia à canção *A Casa*, de Vinicius de Moraes, “não tinha teto, não tinha nada”, o espaço prisional analisado apresenta-se atravessada por graves déficits estruturais, institucionais e assistenciais. Trata-se de uma unidade que, a priori, deveria funcionar como espaço de custódia provisória e de passagem, destinada ao acolhimento temporário de pessoas ainda não encaminhadas para estabelecimentos prisionais definitivos, nos quais o cumprimento de pena efetivamente se daria. No entanto, na prática, a permanência prolongada torna-se regra, em flagrante descompasso com sua finalidade institucional.

O estabelecimento não dispõe de celas ou espaços específicos para pessoas idosas, mulheres gestantes ou pessoas com deficiência, tampouco apresenta áreas destinadas à visitação ou à convivência familiar. Soma-se a isso a inexistência de uma arquitetura e de uma infraestrutura adaptadas às diferentes necessidades da população custodiada, bem como a ausência de unidade de saúde interna e de equipes de atenção psicossocial, o que compromete de forma significativa o acesso às políticas públicas de saúde e assistência social e intensifica os processos de vulnerabilização no contexto do encarceramento.

## Participantes

As informantes foram 11 mulheres e a seleção caracterizou-se como não probabilística, intencional, do tipo por conveniência, considerando que a participação ocorreu de forma voluntária. Foram incluídas mulheres, acima de 30 anos, que manifestaram interesse em participar da pesquisa, soubessem ler e escrever e assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi adotado como critério de exclusão ter menos de 5 anos de privação

de liberdade para as mulheres com idade inferior a 40 anos, uma vez que o objetivo desta pesquisa é também refletir sobre o envelhecimento, e não apenas sobre a velhice.

Três dessas mulheres já haviam participado de entrevistas conduzidas no âmbito da pesquisa de mestrado, constituindo vínculos que se revelaram fundamentais para a adesão das demais participantes. Ao longo de alguns anos, foi sendo construída uma presença continuada junto a essas mulheres, seja por meio da pesquisa, seja pelas ações de extensão universitária, o que permitiu um acompanhamento mais atento de suas rotinas e experiências. As participantes mostraram-se profundamente disponíveis e confiaram suas histórias de vida, que passam a compor, de forma sensível e comprometida, a tessitura desta tese. Para assegurar o anonimato das participantes, atribuíram-se nomes fictícios inspirados em mulheres negras historicamente reconhecidas por suas contribuições políticas, sociais e culturais na luta por direitos e justiça.

### **Coleta de dados**

Os dados foram coletados em dezembro de 2024, individualmente, em uma sala cedida pela instituição, que assegurava condições de sigilo e conforto para a realização dos procedimentos da pesquisa. Utilizou-se a técnica de entrevista narrativa como instrumento de coleta de dados. Assim, as participantes foram convidadas a refletir sobre: “como é envelhecer no cárcere?” e, a partir disso, narraram suas trajetórias e experiências relacionadas ao envelhecimento no contexto prisional. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado com tópicos-guia que orientaram, sem engessar.

O papel do entrevistador é de facilitador encorajando o enunciador a contar sua história da maneira que lhe vier à cabeça e da forma como achar conveniente. Possibilitando que as vozes desses atores sejam ouvidas, considerando a complexidade, as tramas e as inter-relações existentes (Moura & Nacarato, 2017). É, pois, a reconstrução de narrativas biográficas. Nesta modalidade de pesquisa qualitativa, a escuta sensível é uma habilidade fundamental para o entrevistador. Ela permite que o entrevistador esteja atento e comprometido em compreender o ponto de vista do outro, sem julgamento ou preconceito (Passeggi et al., 2016).

Godinho e Fernandes (2022) apontam que as narrativas autobiográficas de pessoas em situação de cárcere se configuram como formas de resistência à colonialidade e suas representações. Para os autores, essas narrativas subvertem a lógica dominante e são potencialmente capazes de reescrever histórias subalternizadas, bem como possibilitam a superação das visões assistencialistas e estigmatizantes, reverberando no reconhecimento de

quem são essas pessoas e na promoção da humanização dos sujeitos em privação de liberdade. Do mesmo modo, Lima, Lima e Coroa (2016) argumentam que os discursos autobiográficos na velhice demarcam práticas de resistência identitária, onde padrões identitários hegemônicos são contestados, incluindo o modo como a pessoa idosa é identificada. Surgem aí discursos dissidentes para se pensar a velhice.

Os processos narrativos podem auxiliar o sujeito a lidar com o presente e projetar-se no futuro, um passo importante para uma reconstrução do lugar social e simbólico desses atores. A rememoração dessas histórias de vida e suas reescritas pode ser a via de construção de um novo ideal de velhice, com reconfigurações e ressignificações que podem tornar esse processo mais prazeroso. Isso implica em refazer narrativas aceitando suas limitações e impossibilidades, elaborar lutos, revisitar o passado e reconstruir-se no presente, tentando visualizar-se no futuro (Lima et al., 2015).

Além disso, foi aplicado um questionário elaborado com perguntas específicas voltadas às características sociais e demográficas das participantes, com o objetivo de proporcionar uma visão geral do grupo. Foram coletados dados sociodemográficos (como sexo, idade, escolaridade, entre outros), bem como informações referentes ao período anterior ao encarceramento, à situação jurídica, à relação das mulheres com o cárcere e aos eixos de opressão que atravessavam suas experiências.

### **Compreensão das narrativas**

As entrevistas foram integralmente transcritas e submetidas a um processo rigoroso de análise pelo pesquisador, envolvendo leituras sucessivas e ativas, com vistas à identificação de sentidos e regularidades nos dados. Após a etapa de familiarização, procedeu-se à geração de códigos iniciais, os quais subsidiaram o desenvolvimento de uma análise interpretativa. A partir desse processo, foram construídos temas provisórios, posteriormente revisados e refinados, culminando na elaboração do mapa temático (Figura 1) (Braun & Clarke, 2006; 2017).

A presente Análise Temática (AT) foi conduzida a partir de uma abordagem indutiva, orientada pelos conteúdos que emergiram das falas das participantes. Adotou-se a perspectiva da Análise Temática Reflexiva, cuja principal característica reside no caráter imersivo e interpretativo do processo analítico, possibilitando a produção de reflexões aprofundadas acerca dos discursos e do contexto do envelhecimento no cárcere. Nessa abordagem, o foco não se centra na identificação de padrões objetivos ou na quantificação de ocorrências, mas na

construção de padrões de significados e na compreensão situada do fenômeno investigado (Braun & Clarke, 2006; 2017).

### **Construção e Síntese dos Temas**

O tema “Envelhecer no cárcere como experiência de abandono institucional” sintetiza um padrão compartilhado de significados presente nas narrativas das participantes. Enquanto unidade analítica interpretativa, articula sentidos relacionados a experiências afetivas e psicossociais, expressos por códigos como medo, ansiedade, tristeza e decepção, além de percepções de declínio físico e cognitivo e da presença recorrente da morte como horizonte simbólico.

Por sua vez, o tema “Efeitos do encarceramento sobre a saúde e a aparência física” reúne um conjunto de significados associado às transformações corporais e às condições de cuidado vivenciadas no contexto prisional. Esse tema evidencia processos de deterioração relatados pelas participantes ao longo do encarceramento, abrangendo dimensões relacionadas ao acesso (ou à ausência) de cuidados em saúde e às mudanças na aparência física. Entre os códigos que o sustentam, destacam-se referências a doença, envelhecimento acelerado, frequentemente expresso em termos como “rosto envelhecido”, alterações corporais e enunciados que indicam agravamento das condições de vida, como “aqui fiquei pior”.

Embora analiticamente distintos, esses dois temas apresentam zonas de interseção, na medida em que se ancoram nas experiências corporais e subjetivas do envelhecimento em privação de liberdade. Ainda assim, diferenciam-se qualitativamente pelo foco interpretativo que mobilizam. O primeiro centra-se na percepção do envelhecer no cárcere, enfatizando dimensões simbólicas, afetivas e institucionais que configuram o abandono e a invisibilidade. O segundo, por sua vez, evidencia os efeitos concretos do encarceramento, mostrando como condições materiais, precariedade do cuidado em saúde e transformações corporais contribuem para acelerar e intensificar essa percepção. Assim, enquanto um privilegia a construção subjetiva do envelhecer, o outro explicita os processos objetivos que a sustentam e a radicalizam.

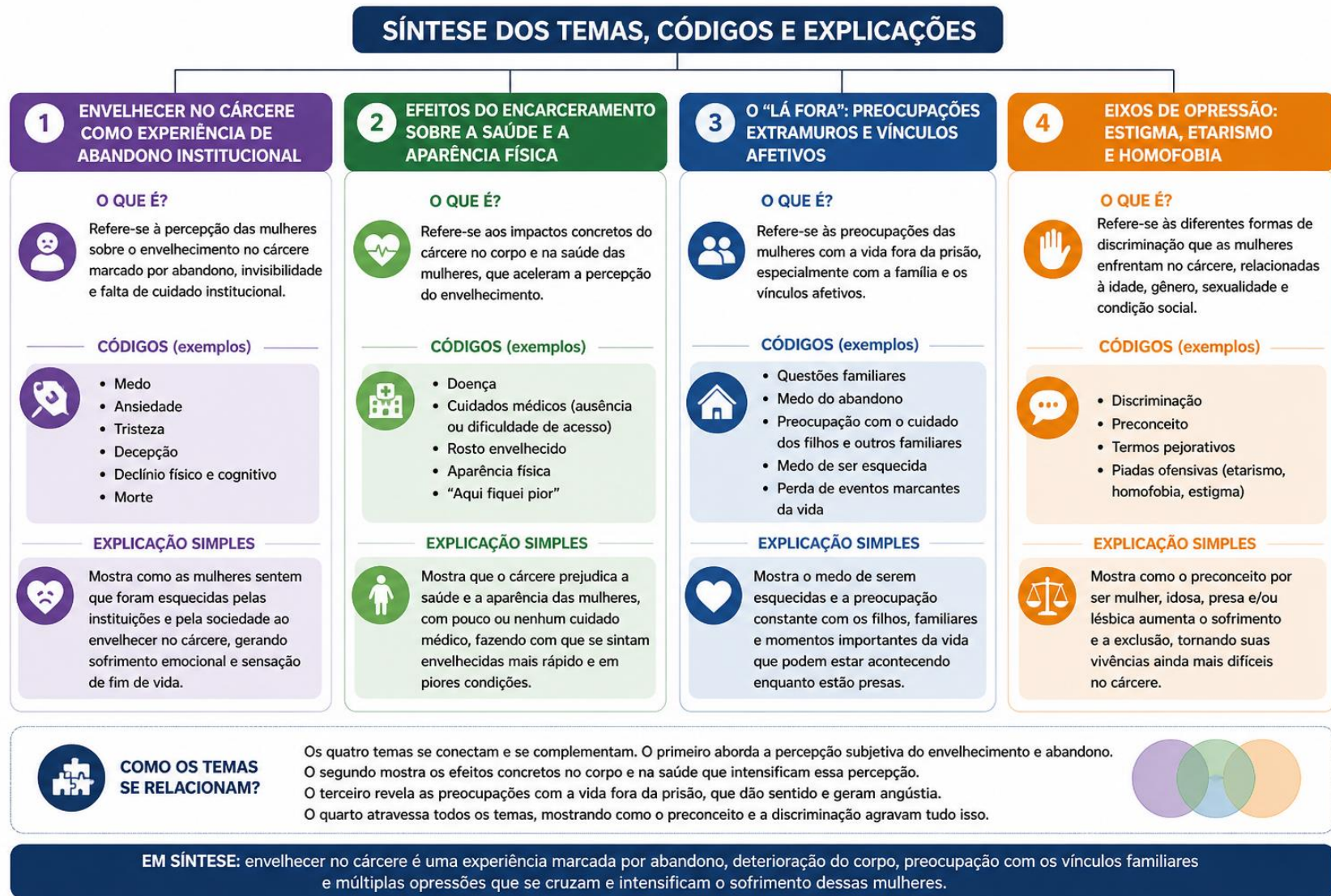
Apesar de divergirem, em alguma medida, quanto aos efeitos específicos do encarceramento sobre o corpo, a autoimagem e a saúde, as participantes convergem na compreensão de que o envelhecimento não se coaduna com o contexto prisional, sendo amplamente percebido como uma experiência negativa. Tal convergência reforça a interseção

entre os temas, ao evidenciar que tanto a dimensão subjetiva quanto os efeitos materiais do cárcere contribuem para a produção desse entendimento compartilhado.

O tema “O ‘lá fora’: preocupações extramuros e vínculos afetivos” reúne significados relacionados às inquietações que emergem nas narrativas sobre a vida para além do cárcere. Abrange dimensões vinculadas às relações familiares e aos laços socioafetivos, destacando o medo do abandono, a preocupação com o cuidado dos filhos e de outros familiares, bem como o receio de ser esquecida. Os códigos associados incluem referências à fragilização de vínculos, à perda de eventos significativos do curso de vida e à sensação de distanciamento progressivo do mundo extramuros. Desse modo, o tema evidencia a continuidade simbólica das relações, marcada por tensões entre presença afetiva e ausência física.

Por fim, o tema “Eixos de opressão” agrega um padrão de significados que atravessa as vivências das mulheres no contexto prisional, evidenciando a articulação de diferentes formas de discriminação. Engloba dimensões como estigmatização, etarismo e homofobia, revelando como esses marcadores sociais operam de maneira interseccional na produção de desigualdades e violências. Os códigos que o sustentam incluem referências a discriminação, preconceito, uso de termos pejorativos e piadas depreciativas. Assim, o tema não apenas descreve episódios isolados, mas explicita o entrelaçamento dessas experiências, contribuindo para a compreensão ampliada do envelhecimento no cárcere.

Figure 1 Apresenta de forma sistemática temas, códigos associados e respectivas explicações.



## **11. Objetivo – Estudo 2**

Articular a experiência de tornar-se psicólogo dentro de unidades prisionais a partir da perspectiva de um homem negro, considerando as interseccionalidades que atravessam sua trajetória e prática profissional.

### **(Re) Desenhando a pesquisa**

A insurgência de narrar-se, marcada pela escolha de escrever em primeira pessoa as afetações, atravessamentos e reorganizações vividas neste percurso, fundamenta-se na Escrivivência, proposta por Conceição Evaristo (2017). Esse conceito revela a potência de transformar vivências individuais em resistência política e reconfiguração subjetiva. O conceito de “Escrivivências” remete à experiência de escrever a partir das vivências pessoais e coletivas de sujeitos negros, especialmente mulheres negras. Segundo a autora, por meio da escrita, as mulheres e/ou autoras negras podem assumir o controle de suas narrativas (Evaristo, 2017).

Enquanto homem negro, simultaneamente atravessado pela lógica do sistema prisional e implicado eticamente no cuidado de outras pessoas negras, retorno às minhas próprias questões de pesquisa a partir de uma postura que se afasta dos enquadramentos metodológicos rígidos. Inspiro-me na noção proposta por Haber (2011), que compreende a investigação pode ser um exercício que não se limita à aplicação de protocolos, mas se orienta pela atenção às marcas, aos vestígios e aos silêncios que atravessam as experiências. Nessa perspectiva, investigar não significa apenas seguir trajetos já delineados, mas também acompanhar aquilo que foi apagado, interrompido ou não enunciado, reconhecendo as múltiplas possibilidades que o método convencional tende a excluir.

Constrói-se, assim, aqui neste texto, a partir da escrevivência uma tentativa de se aproximar do que Haber (2011) descreve como “metodologia indisciplinada” ou “nometodología” que é aquela que tensiona e rompe com os padrões coloniais de produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que critica a pretensa neutralidade e o caráter normativo de uma “metodologia disciplinada”, frequentemente orientada pela

contenção da experiência, pela domesticação da escuta e pela hierarquização dos saberes (Haber, 2011).

Enquanto escrevo, assumo o próprio ato de narrar a si como um processo contínuo, inacabado e sempre em devir, que não se encerra em si mesmo (Soares & Machado, 2017). Nesse movimento, vou tecendo minhas memórias sobre o cárcere, reconhecendo a escrita como espaço de elaboração, implicação e posicionamento. Trata-se de uma escolha que dialoga com o que Bell hooks (2017) enuncia ao afirmar a importância da autoinscrição como prática política e pedagógica, ao conferir centralidade à narrativa de si como instrumento de resistência, de cuidado e de transformação social. Como afirma a autora: “Falar de nós mesmos em nossos próprios termos é um gesto revolucionário” (Hooks, 2017, p. 79).

Escrever sobre si é mais do que descrever; é performar a própria existência, uma prática que revela as camadas de subjetividade em constante transformação. No escrever, há algo singular que, ao mesmo tempo, dialoga com experiências compartilhadas coletivamente. Esse processo reconhece similaridades entre autor(a) e protagonista, seja por características relacionadas a marcadores sociais, seja por vivências similares, ainda que partindo de perspectivas ou posições distintas (Soares & Machado, 2017). Configura-se como uma importante ferramenta de construção de subjetividade e autoconhecimento, sobretudo por dar visibilidade a narrativas historicamente silenciadas (Santos & Chaveiro, 2024).

Esse movimento de resgate da escrita e produção negra, ao explicitar o lugar de fala de quem escreve/narra, assume uma função essencial na construção da subjetividade de outras pessoas negras, promovendo o crescimento e o desenvolvimento social e emocional dessa população (Soares & Machado, 2017). Nas palavras de Grada Kilomba, "ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada" (Kilomba, 2020, p. 28).

Ademais, a Escrivência apresenta-se como uma metodologia relevante para a investigação e produção de conhecimento nas Ciências Humanas e Sociais, com destaque para o campo da Psicologia Social, além disso, se opõe ao epistemicídio dos saberes de pessoas negras (Soares & Machado, 2017). Para nós, pessoas negras, escrever é, acima de tudo, um ato político, o ato da escrita como o ato de tornar-se. A partir dessa escrita insurgente "eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predetermined" (Kilomba, 2020, p.28) em destaque, o sistema prisional e de justiça.

Assim, ao discordar da visão tradicionalista que impõe o distanciamento emocional, social e político como condição *sine qua non* para a validação de uma pesquisa (Kilomba,

2020), adoto o escrever como um ato de descolonização. Emergindo a escrita como um potente meio de produção de conhecimento e transformação social (Soares & Machado, 2017).

A escrita desta tese não esteve alinhada apenas a uma perspectiva contra-colonial, mas constituiu-se também como um espaço no qual os afetos foram transformados em palavras: há raiva, angústia e frustração. Nela, os afetos não são resíduos a serem silenciados, mas forças que atravessam a escrita e a impulsionam. Ao longo desse percurso, houve desvios, rupturas e reencontros, movimentos que traduzem a experiência situada de um doutorando negro no interior da pós-graduação, atravessado por dispositivos que produzem sujeição, mas também abrem frestas de resistência. Trata-se de uma escrita que expõe feridas e, ao mesmo tempo, opera como exercício de cuidado de si: sangra, mas também reconfigura, elabora e possibilita a cura.

## **12. Resultados e discussão - Estudo 1**

### **Perfil sociodemográfico**

As características das informantes são apresentadas na Tabela 2. Com base nos dados analisados, observa-se que o perfil das mulheres privadas de liberdade nesta amostra é marcado uma predominância de pessoas adultas em processo de transição para a velhice, considerando os critérios adotados para o envelhecimento no contexto prisional, com idades entre 34 a 53 anos, com a média de 42 anos (Emerson et al., 2022). Em relação ao tempo médio de prisão, os efeitos penais e o envelhecimento precoce podem equivaler aproximadamente a até 7 anos a mais, representando, em média, um ano adicional de envelhecimento para cada ano de prisão, quando comparado à idade cronológica (Berg et al., 2021).

Predominam mulheres negras, autodeclaradas pretas ou pardas, com baixa escolaridade, majoritariamente com o ensino fundamental incompleto. Esses achados dialogam com os dados do RELIPEN, referentes ao segundo semestre de 2024, que apontam esse perfil como predominante no sistema prisional brasileiro (Brasil, 2024). E revelam a face racializada do encarceramento feminino, que recai de forma desproporcional sobre essas mulheres, evidenciando um processo histórico e interseccional do encarceramento em massa em nosso país (Borges, 2019). Com o envelhecimento dessas mulheres no cárcere tornando-se uma tendência, é provável que as mulheres idosas passem a apresentar o mesmo perfil de vulnerabilidades. Assim, esse fenômeno em ascensão precisa ser aprofundado em suas especificidades (Handtke et al., 2015).

Em sua maioria, são mães e, predominantemente, solteiras, e não recebem visitas. Essa realidade evidencia como as questões de gênero influenciam a forma como essas mulheres vivenciam a prisão, marcada pela impossibilidade de exercerem plenamente a maternidade e pelo abandono sistemático por parte do Estado, da família, e de seus companheiros após a detenção (Varella, 2017). A prisão para as mulheres tende a ser um espaço marcado pela solidão e fragilização dos vínculos que na velhice podem causar ainda mais impactos (Santos, 2018; Varella, 2017). Além disso, o encarceramento feminino pode gerar implicações negativas no contexto familiar, especialmente para os filhos, dependentes e sua rede de apoio (Dornellas, 2019).

Em relação à orientação sexual, embora a maioria das participantes se identifique como heterossexual, observou-se a presença de diversidade sexual no grupo, com relatos de mulheres que se reconhecem como bissexuais. A vivência da sexualidade no contexto prisional ainda é cercada por tabus, sendo marcada por restrições e silenciamentos. A desigualdade de gênero, acentuada no ambiente carcerário, influencia diretamente essa vivência, impactando também a saúde mental das mulheres privadas de liberdade (Figueiredo et al., 2022; Varella, 2017).

**Tabela 2.** Características das informantes

| <b>P</b> | <b>Idade</b> | <b>Etnia</b> | <b>Escolaridade</b> | <b>Estado Civil</b> | <b>Filhos</b> | <b>Orientação Sexual</b> | <b>Tempo de Prisão (em anos)</b> | <b>Recebe Visitas</b> |
|----------|--------------|--------------|---------------------|---------------------|---------------|--------------------------|----------------------------------|-----------------------|
| Mariele  | 42           | Parda        | Fundamental II      | Solteira            | Sim           | Heterossexual            | 4 anos                           | Nunca                 |
| Dandara  | 40           | Parda        | Fundamental I       | Solteira            | Sim           | Heterossexual            | 10 anos                          | Às vezes              |
| Sueli    | 34           | Parda        | Fundamental I       | União estável       | Sim           | Heterossexual            | 5 anos                           | Sempre                |
| Stella   | 40           | Preta        | Fundamental II      | União estável       | Sim           | Heterossexual            | 2 anos                           | Sempre                |
| Ivone    | 42           | Parda        | Fundamental I       | Solteira            | Sim           | Heterossexual            | 10 anos                          | Nunca                 |
| Audre    | 39           | Parda        | Fundamental II      | Solteira            | Sim           | Heterossexual            | 7 anos                           | Nunca                 |
| Lélia    | 43           | Preta        | Fundamental I       | Solteira            | Sim           | Bissexual                | 8 anos                           | Às vezes              |
| Luiza    | 53           | Branca       | Fundamental I       | Solteira            | Sim           | Heterossexual            | 7 anos                           | Nunca                 |
| Carolina | 34           | Parda        | Ensino Médio        | Solteira            | Sim           | Bissexual                | 7 anos                           | Às vezes              |
| Tereza   | 48           | Parda        | Ensino Médio        | Solteira            | Sim           | Bissexual                | 8 anos                           | Sempre                |
| Ângela   | 46           | Preta        | Fundamental I       | Solteira            | Sim           | Bissexual                | 6 anos                           | Nunca                 |

P: Participante.

### **Quem são essas mulheres**

Quem são as mulheres que entrevistei e como viviam antes do cárcere? Aqui apresento um pouco de suas histórias, tal como elas mesmas as narram, até o momento em que suas trajetórias se cruzam com o encarceramento. Não se trata de estabelecer regimes de verdade, mas de possibilitar que elas narrem suas histórias a partir de outros lugares, abrindo caminhos para sentidos que, muitas vezes, lhes foram negados. Pergunto o que gostariam de me contar, quais lembranças emergem primeiro e quais fatos desejam compartilhar. Algumas retornam à infância; outras se detêm no período imediatamente anterior ao encarceramento; muitas evocam as violências sistemáticas que atravessaram suas vidas. Foi muito potente ouvi-las, sem a pretensão de julgá-las.

Às vezes, a memória nos faz escorregar na localização temporal dos acontecimentos. As linhas do tempo se embaralham e, por vezes, se desfazem, especialmente quando se trata de experiências marcantes da infância e da juventude. Nessas brechas, surgem falhas de cronologia que não diminuem a verdade vivida, mas revelam como o extraordinário também desorganiza o tempo da lembrança (Bosi, 1994).

Os fatos não são apresentados em ordem cronológica, com exatidão. São fragmentos que surgem enquanto elaboram suas narrativas. A memória conduz aquilo que é narrado. Não há indução a uma temática específica: o que aparece é aquilo que foi guardado, elaborado e significado por elas ao longo de suas vivências. A memória não é apenas depósito de lembranças; é trabalho vivo, atravessado por afetos, silenciamentos, lacunas e reconstruções, revelando o modo como a história pessoal se entrelaça às forças sociais que a constituem. Como afirma Halbwachs, “a lembrança é a história da pessoa e de seu mundo, enquanto vivenciada” (Halbwachs, 1957, as cited in Bosi, 1994, p. 68).

### **Mariele**

Mariele inicia sua narrativa reconhecendo que sua trajetória foi marcada por dificuldades intensas. Conta que, ao longo da vida, foi abandonada por parceiros íntimos que deveriam ter sido apoio, mas se tornaram ausência. Em suas lembranças, destaca-se a figura de um agressor específico, que deixou marcas que ultrapassam o corpo e alcançam sua história. É importante pontuar que essas violações não surgiram apenas na vida adulta: começaram ainda

na infância, quando o que deveria ser um espaço de proteção se transformou em cenário de vulnerabilidade.

*“Eu me juntei com ele quando tinha 10 anos de idade. Eu com 10 anos, e ele já era um homem de 50, cinquenta e poucos. Saí fugida de casa, da minha mãe, e quando ela veio me ver, eu já estava de resguardo. Eu apanhava muito dele. Não podia sair, nem abrir a porta para olhar o sol. Eu só vivia apanhando. Ele não parava de beber e quebrava tudo dentro de casa.”*

Seu relato evidencia não apenas uma experiência individual de sofrimento, mas a atuação de estruturas sociais que naturalizam a violência e silenciam histórias como a sua. A pedofilia, travestida de “escolha”, revela-se como violação brutal de direitos; o estupro e outras formas de violência emergem como consequências de um sistema que normaliza abusos, responsabiliza vítimas e legitima práticas que deveriam ser inaceitáveis em qualquer sociedade que se pretenda justa.

A vida fora do cárcere também foi atravessada pela precariedade: trabalho doméstico, cuidado dos filhos, subempregos e exploração. Ela relembra: *“Minha vida lá fora foi cuidar dos meus filhos. Quando eu não tinha trabalho certo, nem na roça nem em casa de família, eu pegava um saco, alguma coisa, e ia pedir esmola para sobreviver.”*

Depois de conviver por tanto tempo com a precariedade, sem condições de sustentar a própria existência e a de seus filhos, Mariele reencontrou um rapaz que havia conhecido cerca de cinco anos antes. Ela recorda: *“Coloquei café para ele e ele bebeu. Aí ele disse: ‘Mas, Mariele, tu tava sumida.’ E eu respondi: ‘Mais sumido tava tu, porque eu moro aqui, tu sabe que eu moro aqui. O que foi que teve contigo?’ Ele disse: ‘Eu tava preso. Porque eu vendia muita droga.’ Mas eu não sabia que ele vendia tanta droga.”*

Esse homem passa, então, a compor a história de Mariele e sua entrada no mundo da criminalidade. Ela relata: *“Depois de seis meses que eu tava com esse homem, descobri que ele vendia droga. Eu disse a ele que queria ir embora, mas ele nunca deixava eu ir. Dizia que gostava de mim e queria viver comigo. Comprou uma casa, nós tinha carro, moto, tinha tudo. Mas tudo era dinheiro de droga.”*

Depois que a venda de drogas começou a acontecer dentro de sua casa, Mariele relata que sua paz foi definitivamente interrompida. A rotina tornou-se tensa, atravessada por idas e vindas constantes, especialmente de uma mulher que aparecia a qualquer hora, inclusive na madrugada, para comprar. O incômodo foi crescendo, assim como o desgaste emocional e corporal desse cotidiano. Em um desses episódios, após uma troca de agressões, Mariele cometeu um homicídio e afirma não conseguir recordar exatamente tudo o que aconteceu. Ela

narra: *“Ela começou a me bater; pegou uma marreta de pau para jogar na minha cabeça, para me matar. Quando eu vi que ela pegou a marreta, eu saí rolando no chão e consegui me levantar; não sei como. Peguei a faca e taquei... quando eu taquei... eu achei que não tinha acontecido nada.”*

A partir daí, sua vida se cruza definitivamente com o cárcere. Quando ouvi sua história, ela já acumulava quatro anos de prisão. Falava com voz calma, mas sua dicção era difícil de compreender, revelando marcas de cansaço e de uma existência atravessada por durezas. Apresentava-se como uma mulher simples, com pouca escolaridade e com muitas marcas do tempo inscritas no corpo e na fala. Não sei se eu conseguia, de fato, “ler” sua história em toda a extensão de suas ausências e violências. A prisão lhe trouxe mágoas, arrependimentos e novas perdas, somando-se a tantas outras que já vinham antes das grades.

### **Dandara**

Dandara trabalhava como empregada doméstica e vivia entre necessidades e instabilidades. Em alguns momentos conseguia pagar o aluguel; em outros, precisava retornar para a casa da mãe. Recorda que iniciou práticas ilícitas antes mesmo de atingir a maioridade penal, por volta dos 17 anos, e que foi presa pela primeira vez aos 18. Ao rememorar a infância, lembra: *“A gente ficava tudo em casa. Minha mãe saía e deixava tudo organizado para a gente fazer as atividades de casa, enquanto ela ia trabalhar. Ela que criava nós sete.”* Desde cedo, precisou assumir tarefas domésticas e o cuidado com os irmãos menores, compondo uma infância atravessada por responsabilidades e adultificações precoces.

Ela relata que, apesar das dificuldades sociais, a infância e a adolescência foram vividas como fases boas e felizes: *“Ficava brincando com minhas irmãs, conversava. Nós não tinha tempo ruim, era só tempo bom.”* Conta que seu ingresso na criminalidade ocorreu por más influências no final da adolescência e início da vida adulta,

*“Aí tinha uma vizinha, né? A mãe dela vendia acarajé e, quando passava na frente de casa, ela ficava olhando pra dentro...”*, assim Dandara começa a rememorar o início de sua aproximação com o universo que marcaria uma virada em sua trajetória. Ela conta que, depois de algum tempo de convivência, passaram a conversar e a relação foi se intensificando. A partir daí, Dandara é levada a um ambiente marcado pelo consumo de drogas. Esse movimento inaugura uma mudança em sua vida, quando as experiências de risco passam a compor de forma mais intensa sua história: *“...e aí foi e me deu cola pra eu cheirar e, daqui pra cá, não consegui mais [parar]”*.

O uso contínuo de substâncias, somado à falta de emprego e de renda, aparece fortemente relacionado ao primeiro delito cometido por ela. Dandara narra uma cena simples, mas carregada de significados: *“Eu fui ao mercado, pedi ao homem... ele estava passando minhas compras e, por causa de 25 centavos, ele não deixou passar. Fiquei ali, precisando, porque eu realmente precisava daquela compra... fiquei precisando... aí fui, entrei, coloquei dentro da sacola e saí.”*

Penso que não se trata apenas de um gesto isolado, mas de um ato inscrito na urgência da sobrevivência, na fome que também é social, e no uso de substâncias que revela camadas muito mais profundas do que aquelas que conseguimos ver. Dandara tinha um sotaque marcante, respondia de forma sucinta, falava rápido e parecia carregar uma certa desilusão com a vida; suas palavras soavam fatalistas, quase descrentes. Passou cerca de um quarto de sua existência dentro do cárcere, de prisão em prisão, de delito em delito. Quando a entrevistei, já acumulava dez anos encarcerada. Ao falar sobre sua vida na prisão, reconhece: *“Dava muita tristeza aqui dentro, um negócio muito desagradável, um negócio que, sei lá, não é compatível com a vida de uma pessoa.”* Não é compatível com a vida, mas ainda assim se repete, inscrito na trajetória de quem passou um quarto da própria existência em um lugar incompatível com a própria humanidade, segundo suas próprias reflexões.

### Sueli

Sueli escolhe iniciar sua narrativa falando de arrependimentos e aprendizados. Fala da saudade do filho, da vida antes do crime e de como a experiência do encarceramento destoa radicalmente do que deseja para si. Ela diz: *“Antes era normal, normal, mas hoje eu entendo como uma missão. Pelo que eu passei, como um aprendizado pra não vir mais. Eu creio que essa será minha última vez, que não coloco mais os pés aqui, né? Porque não é bom! Não é bom a gente ver nossos filhos nas mãos de outras pessoas, passando por muitas coisas, e a gente não poder fazer nada.”*

Ela relata que trabalhava, mantinha um pequeno comércio e seguia o cotidiano possível dentro das condições que tinha. Havia esforço, responsabilidade e uma certa estabilidade que sustentavam sua vida antes do cárcere. Contudo, a partir de seu relacionamento, passou a se envolver indiretamente com a venda de drogas por influência do companheiro. Ela lembra: *“Eu trabalhava, trabalhava em uma loja. Tinha um pequeno comércio, trabalhava mesmo! Só que, quando o companheiro faz algo errado, querendo ou não, a gente acaba entrando também. Não pegando droga, não fazendo uso dela. Mas ele dizia: ‘vá ali e passe no depósito’, e a gente*

*ia lá e passava; ‘vá ali, pegue e receba esse dinheiro pra mim’, e eu ia. Então, o meu envolvimento foi isso, essas coisas, sabe?”*

No caso de Sueli, ela descreve que seu envolvimento não nasce do desejo de transgressão, mas de uma rede afetiva que mistura cuidado, amor e submissões silenciosas. O crime não surge como escolha, mas como extensão da vida ao lado do companheiro, como algo que ela “apenas ajudava”, sem perceber que aquele gesto cotidiano também a capturava. “[*com o marido já preso por tráfico*] *E, da gente dizer que ele estava ali preso, às vezes não tinha uma pessoa pra ir lá buscar, a gente ia. Querendo ou não, estávamos lá dentro e, quando vê, estamos aqui, né? É isso... eu sempre vivi uma vida normal, sempre trabalhei, nunca mexi com nada de errado, mas, infelizmente...*”. Entre afeto, lealdade e desigualdade de poder. Sua história revela como, muitas vezes, é no território do amor que também se inscrevem armadilhas que aprisionam. É nesse entrelaçamento entre amor, responsabilidade e violência simbólica que muitas mulheres são empurradas para trajetórias que jamais imaginaram trilhar.

Sueli era uma mulher de boa aparência, articulada, segura nas palavras. Falava com desenvoltura, detalhando os acontecimentos, quase sempre com um tom otimista. Acreditava que estava próxima de deixar o cárcere e transmitia uma certeza quase inabalável de que não voltaria a cometer crimes. A fé e a religião apareciam constantemente como sustentação, como chão possível diante de tantas perdas. Ela acreditava, e talvez acreditar fosse, também, a única possibilidade de seguir respirando um futuro. Quando a entrevistei, sua volta à penitenciária ainda era recente. Entre solturas e retornos, já acumulava, em média, cinco anos de encarceramento.

## **Stella**

Stella trabalhava por conta própria, tinha uma pequena lanchonete e morava com os filhos. Levava uma vida simples, mas marcada pela honestidade e pelo esforço cotidiano. Considerava-se uma mulher trabalhadora, alguém que construía a própria existência com aquilo que tinha. Até que conheceu um homem e, como ela mesma diz: “*Conheci uma pessoa que, através dele, estou aqui hoje. Mas já está terminando. Em nome de Jesus, daqui a uns dias eu vou embora.*”

Ela se detém um pouco mais ao narrar como conheceu esse homem, no cotidiano do trabalho. Conta que, ao sair da lanchonete, ele costumava levá-la para casa, e foi assim que a proximidade se transformou em envolvimento afetivo. Ele vendia drogas e acabou sendo preso dentro da própria residência. Stella relata que nunca havia usado drogas antes dele, que vivia

uma vida pacata, entre o cuidado com os filhos e o trabalho, sem muitos espaços para lazer ou hobbies. Lembra, porém, que a infância e a adolescência foram períodos felizes, especialmente o tempo em que viveu com os avós, desde os nove anos, após a separação dos pais: *“Fui feliz, morava com meus avós. Fui feliz.”*

Foi presa junto com o companheiro, após a droga ser encontrada em sua casa. Quando a entrevistei, já estava há dois anos no cárcere. Na conversa, era sempre muito sucinta: respondia com poucas palavras, evitava muitos detalhes e, em alguns momentos, dizia simplesmente que não tinha o que contar. Era preciso estimulá-la um pouco mais para que continuasse falando. Em seu relato, enfatizou sobretudo o medo das doenças e de adoecer dentro da prisão: *“Tem muita coisa... tem muita doença nesse lugar.”* Sua fala era levemente acelerada, com um tom agudo, e, apesar da brevidade de suas respostas, demonstrava certa inquietação e cansaço que pareciam dizer mais do que as próprias palavras.

### **Ivone**

Ivone inicia sua narrativa falando sobre o uso de substâncias, a situação de extrema pobreza e os problemas de saúde que atravessaram sua vida: *“Minha vida antes era mais droga. Eu ficava drogada, morava na rua. Aí, depois que me aposentei, minhas irmãs cuidaram de mim, aí eu ficava dentro do quartinho. Ia trabalhar avulso vendendo colar, porque eu faço colar, vendia colar de artesanato.”*

Ela descreve sua trajetória quase como uma sina, marcada por mais de dois quartos da vida entre o uso e o abuso de drogas. Recorda também a primeira gravidez e parte de seu percurso afetivo e familiar: teve a primeira filha aos 18 anos, não manteve o relacionamento com o parceiro, entregou a criança para a avó cuidar quando esta tinha cerca de dois anos e, por volta dos 20 anos, voltou a viver nas ruas.

Ivone recorda que seu primeiro delito esteve diretamente relacionado à necessidade de sustentar o uso de drogas. Relata que foi presa por roubo em um mercado, em uma tentativa de obter algo que pudesse vender para consumir substâncias: *“Eu fui presa roubando, fui presa roubando no mercado. Era um mercado... roubei uísque. Coisa pra vender, pra fumar pedra, né?”*. Desvela em suas falas está inserida em um contexto de vulnerabilidade, dependência química e precariedade que já marcava sua trajetória.

Teve sua vida marcada por sucessivas internações em hospitais psiquiátricos. Como ela mesma relata: *“Tomo remédio controlado. Já vivi em manicômio, em dois manicômios: um na Baixa de Quintas e outro em Juliano Moreira.”*. Fugiu de casa ainda na infância e foi

apreendida antes mesmo de alcançar a maioridade. Ivone rememora um relato muito forte. E que precisa ser tratado como tal. Descreve um episódio de violência sexual na infância, aos 12 anos, atravessado por ameaça, coerção, manipulação com uso de substância e abuso de poder por parte de um adulto próximo. A narrativa não exagera: ela nomeia o que aconteceu, preservando a gravidade e a dimensão humana da experiência: *“E eu disse: não, não fumo isso, não. E ele disse: é maconha, é bom. Aí eu peguei e dei um trago, né? Ele disse: ‘feche o nariz’, e eu fechei. Disse: ‘dê uma traguinha’, e eu dei. Eu disse: ‘não, já vou embora, tá bom’. Eu fiquei tonta, nunca tinha fumado. E ele: ‘não, perai, bora’, e botou minhas pernas pra cima, né? Não chegou a penetrar direito, entendeu? Mas, ainda tentou penetrar em mim e aí saí ligeiro do banheiro”*

Entre idas e vindas, sua infância e adolescência se alternaram entre a vida nas ruas, o uso de substâncias e a experiência de múltiplas violações, compondo uma trajetória marcada por rupturas precoces e vulnerabilidades profundas. Por isso, é compreensível, que em alguns momentos de seus relatos ela passa a enxergar, mesmo na precariedade do cárcere, uma espécie de pausa e possibilidade de cuidado. Sua vida anterior reunia tantas vulnerabilidades que o cárcere, em uma dolorosa inversão, começa a parecer menos cruel do que a existência fora dele.

Ivone falava quase sem ar. Sua voz carregava uma respiração asmática, cansada, adoecida. Era uma fala grave, típica de quem fuma há muito tempo. Era possível perceber as pausas, a respiração ofegante, o esforço do corpo para sustentar cada palavra. Ainda assim, mostrava-se muito espontânea, direta, sem papas na língua, como costumamos dizer. Quando nos encontramos, Ivone já somava cerca de dez anos de encarceramento, entre uma prisão e outra.

A história de vida de Ivone se assemelha àquelas tragédias teatrais em que tudo o que pode dar errado, dá. Um emaranhado de violências sucessivas, que nos faz perguntar se haveria, de fato, outro destino possível que não o cárcere diante de tantas vulnerabilidades. Gostaríamos que fosse diferente, mas, nesse contexto, parece pouco provável. É a materialização de uma contradição social: aquilo que a sociedade afirma querer combater é, ao mesmo tempo, aquilo que ela própria produz.

## **Audre**

Audre é uma velha conhecida desde 2017, quando participava das oficinas que eu desenvolvia no cárcere. Desta vez, porém, estava totalmente diferente: apática, sob forte

medicação e com um controle clínico muito intenso. Já não era mais a mesma. Falava mais lentamente, o corpo parecia pesado, e, ainda assim, mantinha a gentileza de sempre. Em seus olhos claros e belos havia um traço constante de tristeza.

Ela sente que o espírito da mulher que matou a acompanha; diz carregar todos os dias essa presença e esse peso, como um carma. Sua primeira linguagem é o choro: mal começa a narrar e as lágrimas surgem. Em suas falas, há sempre algo dessa tristeza que não a abandona. Audre também fala sobre os diagnósticos psiquiátricos que recebeu e sobre a quantidade excessiva de medicações que precisa tomar, revelando uma existência atravessada por culpa, dor e medicalização intensa.

Quando peço que traga uma lembrança significativa, algo que lhe venha imediatamente à cabeça, ela não hesita. A memória que retorna é a de 2016, e com ela vem dor, culpa e um sofrimento que ainda não cessa. Em meio ao uso intenso de álcool e drogas com uma amiga próxima, um gesto desencadeia o irreversível. Ela relata: *“A história que vem na minha cabeça é só a de 2016... que eu não consigo esquecer. Eu tava usando muita droga... ela também. A gente tava bebendo... de repente ela me deu um tapa na cara... e foi aí que eu matei ela.”*

A lembrança é como uma ferida aberta que nunca cicatriza: *“Eu não consigo colocar a cabeça no travesseiro e dormir em paz... dói demais saber que, por causa de droga, eu matei minha melhor amiga.”* Essa é a história que insiste em retornar. Voltei a entrevista realizada com ela em 2017, utilizada em meu mestrado, período em que ela tinha apenas um ano de experiência no sistema prisional, e percebi que os elementos que emergem agora continuam os mesmos. Não fiz esse retorno com a intenção de comparar relatos ou estabelecer critérios de verdade ou mentira, mas para compreender como, mesmo com o passar do tempo, a memória insiste em trazer as mesmas vivências, reafirmando dores, significados e permanências.

Audre também fala sobre o nascimento do segundo filho e sobre um episódio de violência que sofreu por parte do pai da criança: *“Quando ele soube que eu tava grávida, ele mandou me matar. Foram os capangas dele lá em casa, meteram bala lá... eu não tava em casa e tive que sair fugida pra minha cidade.”* Ainda tratando desse período, ela relata que, enquanto ainda estava grávida, o pai de seu filho foi morto: *“Foi numa quarta-feira. Eu tava sentada, assistindo televisão, e minha mãe ligou. Eu tava grávida. Ela perguntou: ‘tu tá em pé?’ Eu disse: ‘não, mainha, eu tô sentada’. Foi quando ela me falou que mataram ele.”* E, quase imediatamente após o parto, depois de sofrer ameaças, ela conta que precisou entregar o filho e nunca mais o viu. Não guarda nem mesmo a lembrança nítida de seu rosto. Ao falar sobre isso, chora intensamente, tomada pela dor dessa perda que atravessa o tempo e continua marcando sua história.

Ela conta também um episódio que a marcou profundamente no cárcere: “*Uma vez, a cadeia toda me bateu, Elias! Por uma coisa que eu não tava devendo. Caboetaram uma mulher aí e disseram que tinha sido eu, e eu apanhei... botaram pimenta nos meus olhos e todo mundo me pisou e bateu.*”. Mais uma vez, a memória traz à tona outro episódio de violência. Sua lembrança parece sempre escolher momentos marcados pela dor. Ou então é a dor que parece sempre escolhê-la, encontrando-a como destino ou desvio. Ao terminar a entrevista, dou-lhe um abraço com ternura, desejando, em silêncio, que sua memória também guarde momentos de carinho e afago, e que, quem sabe, a ternura a encontre novamente pelo caminho.

Neste último encontro, Audre já completava sete anos de encarceramento, muito próxima de atingir oito. Muita coisa mudou desde então: sua aparência, agora mais envelhecida apesar da pouca idade, e o corpo que carrega marcas do tempo e da prisão. Mas a tristeza permanece como algo que a acompanha todos esses anos. E lá estava Audre, mais uma vez, me falando sobre sua vida, só que agora com a voz mais lenta, quase dopada, e os olhos constantemente marejados.

## **Lélia**

Lélia também foi uma das mulheres que conheci em 2017, marcada por uma presença forte. Nas oficinas, realizamos um ensaio fotográfico e ela foi uma das primeiras a se permitir viver a experiência com intensidade: pouco a pouco, foi se despindo de pudores e construindo um ensaio sensual, exibindo o corpo com firmeza, autonomia e orgulho, irradiando uma potência que misturava beleza, autoestima e afirmação de si.

Sempre muito conversadeira e franca, Lélia falava sobre quase tudo, sem muitos pudores. No início, ainda em 2017, ela me perguntava com frequência se aquilo que dizia seria levado ao juiz. Eu reiterava que se tratava de pesquisa e que garantiria a integridade e a confidencialidade do que fosse compartilhado. Aos poucos, fomos construindo confiança, e seus relatos tornaram-se cada vez mais densos.

Dessa vez, Lélia começa falando de quem foi antes do cárcere. Diz que era “*uma pessoa do bem, trabalhava*”, criada com muito amor pela mãe, que sustentava os filhos lavando e engomando roupas para fora. O pai morreu quando ela tinha apenas cinco anos, e a mãe, sozinha, precisou cuidar de seis crianças. Lélia era a caçula, e ainda guarda viva a imagem dessa mãe forte, que a “*levava para o trabalho*”.

Recorda também o tempo da igreja. Aos 15 anos, estava prestes a se batizar, mas decidiu ir a uma festa com uma amiga da escola, e, para ela, esse foi o momento em que sua vida

*“começou a desandar”*. Passou a gostar da *“curtição, da balada, da bebedeira”*. Não usava drogas ainda, mas se deixou levar pelo movimento das ruas e das noites.

O ponto mais duro de sua fala surge quando relata que saiu de casa porque foi abusada pelo irmão: *“Saí de casa porque fui abusada pelo meu irmão. O meu irmão tentou abusar de mim, eu saí de casa por conta disso, minha mãe não sabia, ela não quis que eu sáísse.”* Sem apoio, carregando medo e silêncio, partiu sozinha. Foi parar em uma praça, onde passou horas sentada, observando o tempo, tentando entender por onde seguir. Procurou emprego, mas ninguém a aceitava: era menor de idade, não era da cidade, *“ninguém me conhecia”*. A fome e a sede já pesavam no corpo.

Até que, exausta, sentou-se diante de uma lojinha. A dona percebeu seu estado e perguntou o que estava acontecendo. Lélia respondeu apenas que estava com fome. A mulher ouviu, se sensibilizou e ofereceu ajuda. Perguntou se ela sabia trabalhar e, ao ouvir que faria *“qualquer coisa”*, convidou-a para cuidar de sua mãe idosa. Levou-a para casa e a acolheu. Lélia fala desse encontro com gratidão. Diz que foi bem recebida. Aprendeu a cozinhar, a fazer bolos, doces, salgados. Recorda com carinho a senhora de idade, *“bem velhinha”*, que ficava ao lado do fogão, pacientemente lhe ensinando tudo. E conclui com ternura: esse foi seu grande aprendizado, *“foi com elas”* que, por um tempo, encontrou acolhida e a possibilidade de recomeçar.

Depois que a idosa que a acolhera faleceu, Lélia retornou para sua cidade natal e, ao voltar, se envolveu com aquele que seria o pai de seus filhos. Viveu com ele por dez anos, construiu família, experimentou afetos e também dores. Ela mesma narra esse período: *“Quando ela faleceu, eu vim embora para minha cidade. Quando voltei, me envolvi com o pai dos meus filhos, morei com ele 10 anos. Tenho 3 filhos; o primeiro faleceu com 2 anos e eu fiquei com 2. Tenho um casal.”*

Com o tempo, a relação começou a se desgastar. Vieram os conflitos, as brigas constantes, até que a separação se tornou inevitável. E, com ela, um outro movimento de vida: *“Depois de 10 anos, a gente não deu mais certo. Era muita briga. A gente se separou e, depois disso, comecei a curtir festa de novo. Fui pras festas, comecei a beber, comecei a usar droga.”* Ela conta que, a partir desse momento, o envolvimento com as substâncias se intensificou: *“Aí eu já comecei a enfiar a cara na droga, comecei a cheirar pó, fumar maconha... só não usei o crack, mas pó e maconha eu cheirava, sim, eu usava, sim.”*

Nesse percurso, surgiram também novas amizades, nem sempre as melhores: *“Comecei a andar com más companhias, pessoas que não eram do bem, só pensavam em fazer o mal, em roubar, matar, destruir. E eu acompanhei o ritmo.”* Depois de sair do relacionamento anterior,

ela se envolveu com um homem que, como diz, *“foi a perdição da minha vida”*. Ele já estava preso e ela passou a visitá-lo durante anos: *“Comecei a visitar ele no presídio... visitei ele 8 anos no presídio.”* Nesse período, foi sendo introduzida no tráfico, inicialmente sem compreender totalmente a dimensão do que estava fazendo. *“Comecei a traficar para ele... ele pediu para eu viajar, pegar a mercadoria... e eu comecei a achar bom porque o dinheiro era fácil.”*

Acabou presa em 2015 e cumpriu cerca de oito meses. Ao sair, descobriu que o companheiro estava ameaçado por uma dívida alta. Movida por laço afetivo e pressão, voltou para o tráfico: *“Viajei de novo para traficar, para pagar a brecha dele, para não matarem ele.”* Mesmo em regime semiaberto, continuou sendo monitorada, até que a polícia voltou com mandado judicial, invadiu sua casa e ela relata o episódio como mais uma experiência de violência, tensão e humilhação.

Ela relata o período de permanência no cárcere após nova prisão: *“Passei 2016, 2017, 2018, 2019 e 2021... seis anos.”* Quando saiu, conseguiu permanecer um período em liberdade sem se envolver novamente com o crime: *“Passei um ano e um mês na rua, sem mexer com nada de errado. Fiquei oito meses sem fazer nada de errado.”* Mas, com o tempo, as circunstâncias e os contextos que a atravessavam a puxaram de volta. Assim, retornou ao sistema prisional, narrando uma trajetória marcada por tentativas de ruptura, recaídas e um ciclo que se repete, atravessado por vulnerabilidade e as dificuldades de reconstruir a vida fora do cárcere.

Lélia, acumulando cerca de oito anos de encarceramento, com sua voz firme e franqueza habitual, agora carrega no corpo os sinais de múltiplos adoecimentos. Precisa de uma cirurgia que não chega, vive angustiada com o contexto familiar e assiste, com dor, à repetição de trajetórias, vendo um de seus filhos se aproximar do mundo do tráfico. Afirma que não quer mais essa vida, que não deseja morrer na cadeia. A pergunta que atravessa sua narrativa é dura e insistente: o que poderá salvá-la de retornar ao cárcere? Diante de um ciclo que parece se repetir, entre impossibilidades concretas e a dureza da vida, sua história expõe o desafio de romper com destinos que a própria estrutura social insiste em produzir.

## **Luiza**

Luiza foi a mulher mais velha que entrevistei e sua memória a conduz a narrar que, antes de chegar à prisão, viveu um período como foragida. Em sua cidade, utilizava tornozeleira

eletrônica, mas acabou violando a medida porque já não suportava a discriminação constante. Como relata: *“Antes daqui, como eu falei, eu era foragida, né? Na minha cidade sempre fui discriminada. Não só eu, como meus filhos na escola, por quem me conhecia, eram discriminados. Minha filha, meu neto, que eu chamo de meu filho, porque eu criei, sempre sofreram com isso”*. Em seguida, acrescenta: *“A partir do momento que eu estourei a tornozela, por motivos que eu tinha, eu vim para outra cidade. Aqui eu me senti outra pessoa. Por quê? Porque ninguém me conhecia, ninguém sabia do meu passado”*. Esconder o passado, silenciar a marca do estigma, foi a estratégia que encontrou para sentir-se, ainda que temporariamente, acolhida e novamente possível no mundo.

Na nova cidade, pôde trabalhar, inicialmente realizando serviços de faxina. Aos poucos, seu trabalho foi sendo reconhecido, ampliando-se à medida que mais pessoas passaram a gostar do que fazia e a indicá-la para outras casas. Hoje, acredita que, quando sair, não retornará à sua cidade natal, pois lá não se sente reconhecida como pessoa. Como afirma: *“Quando eu sair daqui um dia, não sei se vou querer voltar para lá. Aqui também eu não posso mais, porque minhas fotos circularam nas reportagens, então já era. As pessoas vão querer saber. Mas aqui eu me sentia uma pessoa com dignidade”*.

Luiza traz muitas memórias relacionadas ao neto e demonstra profunda preocupação com sua criação. Sofre, especialmente, ao narrar que sua mãe, já idosa, tem sido agredida por ele. Preocupa-se mais com o que acontece “lá fora” do que com as próprias experiências no encarceramento. Em lágrimas, sente-se culpada por não poder intervir e teme que a prisão tenha afetado emocionalmente a criança. Como relata: *“Eu tenho um neto de onze anos que se transformou. Ele chegou a bater na minha mãe. Deu um murro nela, ela tem 83 anos, e ele se transformou em um monstro. Minha irmã disse que ouviu os gritinhos dela e o bracinho dela está roxo. Eu não sei o que fazer, porque isso afetou muito a cabeça da criança.”*

*“Ele mora em um apartamento com a idosa, não tem nenhuma ocupação, só o celular. Não há alguém que chegue para tirá-lo daquele foco e levá-lo para outras atividades. Ele não pratica esporte, não tem nada disso, e criança gosta de esporte, mas ele não tem suporte. A mãe dele nunca o criou. Minha filha está grávida, é deficiente, sofreu um acidente e perdeu o movimento do braço. Tem uma criança de cinco anos e, para ela, ele não é filho. E, fazendo esse tipo de coisa com a avó, tudo fica ainda mais difícil.”*

A história narrada por Luiza é daquelas em que conseguimos enxergar, com nitidez, as fissuras entre a vida “lá fora” e a vida “dentro” do cárcere. A prisão não apaga as preocupações com quem ficou fora; muitas vezes, apenas as imobiliza. Diante de situações como essa, as

mulheres encarceradas se percebem profundamente limitadas nas possibilidades de agir, sofrendo à distância, atravessadas pela impotência e pelo cuidado que não podem exercer.

Entre idas e vindas, períodos de prisão e momentos em que esteve foragida, quando encontrei Luiza já se somavam cerca de sete anos de encarceramento. Luiza articulava-se bem, reconhecia suas qualidades e sustentava um autoconceito admirável. Ela mesma conta que já havia escutado isso de outras pessoas: *“Tanto que os professores aqui me conhecem, o professor de português disse que eu falava muito bem, porque ele fala assim: ‘você sabe se expressar muito bem, seu lugar não é aqui’”*. Com firmeza, afirma: *“Eu pretendo sim abrir um negócio, porque eu tenho capacidade de abrir um negócio próprio. Para mim, é o meu sonho vender peças íntimas, tipo assim, entendeu?”*.

Ela tem muitos sonhos e aspirações: falava em arrumar outro companheiro, refazer a vida, voltar para a família. Comentava sobre os cuidados com o próprio corpo e sobre o quanto ainda tem sede de viver outras experiências. Com a fala apressada e um pouco alta, em razão da surdez, Luiza fala alto, pensa grande e insiste em escalar qualquer montanha que surja em seu caminho.

### **Carolina**

Reencontrar Carolina, desta vez, trouxe um misto curioso de graça e leveza. Na primeira conversa, sua bissexualidade e os relacionamentos que mantinha com mulheres no interior do cárcere ainda eram temas recentes, quase interditos pela timidez e pelo silêncio. Agora, havia mais voz, mais riso e uma familiaridade que permitia que o assunto emergisse com naturalidade. Antes mesmo de iniciarmos formalmente a entrevista, dedicamos um tempo a conversar sobre esses vínculos afetivos estabelecidos ali dentro: quem estava com quem, quem havia se separado, quem havia recomeçado. Entre relatos e confidências, também coube um pouco de “fofoca”, não como trivialidade, mas como gesto cotidiano de humanização, um respiro que suaviza a dureza do ambiente e nos lembra que, mesmo ali, seguem pulsando afetos, desejos e histórias que insistem em existir.

Sobre sua infância, relembra: os tempos em que pôde brincar foram bons. Sua infância, diz ela, *“foi boa até o tempo em que eu brinquei”*. No entanto, a linha se rompe cedo: *“a partir dos 12 anos, minha infância terminou”*. Depois dessa idade, o brincar cedeu lugar ao trabalho e à necessidade de *“seguir a vida”*.

Ela recorda os conselhos recebidos na infância e adolescência e, ao mesmo tempo, revisita o processo de afastamento do percurso educacional formal. Reconhece que não foi a

ausência de incentivo familiar que a distanciou da escola, mas algo mais cotidiano e difuso, que ela mesma nomeia como preguiça diante da rotina escolar. Como narra: *“Porque eu mesmo digo pra mim que eu não estudei, porque não foi nem porque eu não quis, era preguiça, só preguiça de se arrumar pra ir pra escola. Mas eles sempre incentivavam a gente ir pra escola. Meu pai mesmo, ele ia deixar a gente numa escola que ainda era um pouco longe de casa, ele tinha o prazer de levar a gente pra ir pra escola de bicicleta.”*

Sempre gostou de trabalhar com faxina, e foi assim que construiu, com dignidade e esforço, o sustento de si e de sua filha. O dinheiro do trabalho, somado ao auxílio do Bolsa Família, compunha o que garantia a sobrevivência cotidiana. A vida da família não comportava luxos nem grandes espaços de lazer; era marcada por uma rotina de duplo trabalho doméstico: aquele realizado dentro de casa e aquele que se estendia para fora dela.

Carolina vivia um relacionamento abusivo, marcado por violências que atravessavam não apenas sua vida, mas também a de sua filha. Para a justiça, ela teria sabido dos abusos e, de algum modo, consentido com eles. Há muitas camadas nessa narrativa e, aqui, não buscamos critérios rígidos de verdade ou mentira. Carolina é uma dessas presenças que revelam, no cárcere, uma contradição dolorosa: ao mesmo tempo em que o aprisionamento é sofrimento, também se converte, para ela, em espaço de reflexão e possibilidade de reinvenção de si.

Como faz emergir de sua própria experiência: *“Em partes fez bem para eu aprender a dar mais valor à minha vida e à minha família, porque era algo que eu não fazia antes. Com dificuldades, com o sofrimento, com o sofrimento da minha família. Com a saudade que eu sinto deles. Esses sete anos aqui têm sido uma benção. O que está sendo mais difícil é que só podemos ligar na terça-feira; aí temos que esperar uma semana para falar com eles. Muito difícil, às vezes quero um abraço ou falar, desabafar, e minha família está distante.”*

Sua fala tensiona os sentidos do cárcere: ele não redime, não cura, não repara plenamente as violências, mas, paradoxalmente, se apresenta como um espaço em que Carolina diz ter aprendido a “dar valor”, ainda que esse aprendizado se faça sob o peso do sofrimento, da distância e da saudade. Carolina era doce. Ainda assim, havia nela uma fala acelerada, quase ansiosa, e um certo desvio do olhar que denunciava cautela. Mantinha uma alegria contida, como se carregasse uma energia prestes a se expandir, aguardando apenas o instante certo para se deixar contagiar. Sorria com frequência, passava as mãos pelo cabelo, e nesse gesto simples revelava algo entre inquietação e delicadeza.

Nesse último encontro, já somava sete anos de encarceramento e nutria o sonho vivo de ver chegar seu alvará de soltura. Em certa medida, quase ingressamos juntos nesse universo do cárcere, ainda que por caminhos absolutamente distintos. Relembramos a filha: agora casada,

com 18 anos, despertando nela o desejo de ser avó. Quando nos vimos pela primeira vez, a menina tinha apenas 11. É nesse momento que o tempo nos atravessa com força e pensamos, inevitavelmente: quanta vida já se passou entre um encontro e outro.

## Tereza

Reencontrar Tereza foi... nossa. Esse “nossa”, sempre carregado de ênfase, era a resposta que ela dava toda vez que eu a convidava a narrar algo de sua vida, a trazer uma história, uma lembrança. E, de fato, ouvi-la novamente foi profundamente impactante. Acredito ter sido uma das entrevistas que mais me atravessaram, tanto pela clareza de suas falas quanto pela lucidez e pela força de frases que pareciam vir diretamente de um livro.

Ela depositava sua dor nas palavras, deixava a dureza escorrer pelo olhar, sustentava uma firmeza na voz que, em alguns momentos, se desmanchava em choro. Resistiu à entrevista, como na primeira vez, reiterando que detesta falar sobre si; mas, quando fala, um verdadeiro furacão se desprende de sua boca, potente, cortante e intensamente humano.

Ela inicia a entrevista descrevendo sua rotina e a intensidade do trabalho que marcava seus dias. Tereza tinha um pequeno restaurante e, entre o cuidado com os filhos e as longas jornadas laborais, sua vida era conduzida por um ritmo intenso. Em suas palavras: *“Às 5 da manhã, levantava, né? Já deixava em casa tudo preparado para os meninos, para a escola, tomavam café. Às 6 horas pegava no restaurante, de 6 às 7, até 9 horas da noite, dependendo do dia.”*

Quando pedi que me contasse uma história sobre sua própria vida, Tereza não titubeou. Seu relato emergiu com uma força que condensava dor. Ela nomeia essa história como “*decepção*”, vinculando-a ao afastamento familiar e à experiência de ser deixada para trás no cárcere. Em suas palavras: *“Se eu pudesse contar uma história sobre mim o título seria decepção. Por ter sido abandonada aqui pela minha família. Bastante constrangedor, sabe? Eu não tenho nem palavras para descrever. Porque até antes era todo mundo lá em casa. Todo mundo me tratava bem quando estava por cima da carne seca, né? Agora que estou por baixo, simplesmente me enterraram aqui dentro.”*

Com a mesma intensidade, Tereza segue sua fala. Ela reconhece a imprevisibilidade da vida e a rapidez com que tudo pode se desestruturar, como se a passagem entre “estar em casa” e “estar presa” se desse em um intervalo mínimo, quase imperceptível. Segundo sua própria narrativa: *“Eu vejo isso como algo que pode acontecer com qualquer um. Pode acontecer. Assim como aconteceu comigo: um dia eu estava em casa e, à noite, vim parar em um lugar*

*desse. Simples assim. Não sei nem como dizer isso, porque foi de imediato, em um estalar de dedos, em um piscar de olhos. Como eu te disse, uma hora eu estava em casa e, na outra, estava aqui. E até hoje eu não entendo por que ainda estou aqui. Eu tenho oito anos aqui. Desde que eu fui presa, eu estou presa.”*

Há uma linha tênue entre estar “dentro” e estar “fora”. Uma fronteira quase imperceptível que sustenta uma alteridade radical, mas que também nos convoca a perguntar o quanto, de fato, somos diferentes daqueles que estão encarcerados. O que realmente separa alguém que nunca cometeu um crime de alguém que o cometeu? Muitas vezes, apenas essa linha frágil, contingente, atravessada por circunstâncias e desigualdades.

Reencontro Tereza agora com oito anos de encarceramento. As marcas mais visíveis não estão apenas em seu corpo, mas, sobretudo, em sua subjetividade. Como testemunha: *“Minha experiência aqui, vou te falar, foi uma experiência inesquecível, inesquecível. Tem aquele ditado, né? A gente sai da cadeia, mas a cadeia não sai da gente. Essa é a verdade. Significa que a gente vai sempre lembrar disso aqui, a gente vai ter medo de pegar no telefone. A gente vai querer acordar cedo de manhã para saber se não vai ter ninguém te contando. Eu acredito, não sei outras pessoas aí, mas eu particularmente vou levar isso para mim como uma lição que eu jamais vou esquecer na minha vida. Mas a gente cresce muito aqui dentro, tanto mentalmente como espiritualmente.”* Sua fala materializa o cárcere como experiência que ultrapassa os muros e se inscreve no corpo, na memória, no modo de existir, lembrando-nos de que as prisões não se restringem às grades, mas se prolongam em afetos, medos, aprendizados e marcas que insistem em permanecer.

## Ângela

Ângela inicia sua narrativa recordando que trabalhava em casa de família e utilizava o dinheiro que recebia para comprar drogas. Ela reconhece, com franqueza, a coexistência entre o trabalho e o uso: *“Eu trabalhava e usava droga. Eu fazia o meu serviço, eu ganhava o meu dinheiro, eu ia comprar a minha droga e ia usar, sim. Não direto, mas sempre, um dia ou outro, sempre eu usava.”*. Traz também à memória a vida no interior, marcada por rotinas simples: *“As pessoas me procuravam para varrer os terreiros das roças, que são grandes, e arear os alumínio. Aí, de manhãzinha, quando eu levantava, tomava um banho e descia pra casa.”*

Até que sua memória alcança o momento em que ingressa no tráfico e, sucessivamente, sua primeira prisão. A narrativa emerge como explicação e, ao mesmo tempo, como testemunho da sedução econômica que atravessa trajetórias marcadas pela precariedade: *“Assim, né? Tudo*

*por dinheiro. Aí eu trabalhava em casa de família, a mulher me pagava 150 por mês. Aí quando foi uma vez, o rapaz pegou e disse: ‘Morena, tu passa um mês para ganhar 150, se tu for uma viagem, tu vai num dia e, no outro, você vai ganhar 3000’. E aí eu já fiquei: rapaz, um mês 150, para um dia ganhar 3000. Aí pronto, fui me acostumando. Aí rodei pela primeira vez. Não demorei muito, saí, só que quando foi dessa outra cadeia agora...”*

Sua fala evidencia o quanto escolhas criminalizadas, muitas vezes, se articulam a contextos de necessidade, desigualdade e promessas rápidas de sobrevivência, um cenário em que o risco, a captura e o encarceramento tornam-se parte da própria experiência de vida. E, de repente, Ângela começa a enumerar quantas prisões já havia passado, os lugares por onde esteve encarcerada, as reincidências. Sua trajetória se revela entre idas e vindas, habitando o cárcere, experimentando breves lapsos de liberdade e retornando novamente às grades. Como relata: *“Foi, eu rodei em [cidade], já tem uns 12 anos. Mas com o processo aberto, eu tinha outra cadeia aqui, que eu fui presa em [cidade]. Aí essa cadeia já tinha pago. Aí quando eles vão soltar a gente e vem o alvará, eles vão atrás de uma busca. Aí naquela busca vai saber se você vê outro processo.”*

As memórias de Ângela me lembram o caráter circular do encarceramento: um movimento que não se encerra na soltura, mas que permanece atravessado por processos, pendências, retornos e a constante ameaça de recomeçar tudo outra vez. Uma pergunta central, e que não comporta respostas simples, é por que tantas pessoas retornam ao cárcere mesmo após terem experimentado a dureza do encarceramento. Em que ponto a sociedade falha na chamada “ressocialização”, incapaz de conter esse movimento constante de idas e vindas?

Ângela traz essa reflexão no corpo e na voz. Sua fala, ligeiramente alterada pelo consumo de cigarro, soa mais grave, mas, ao mesmo tempo, parece faltar-lhe ar entre uma frase e outra. Ainda assim, fala com descontração, ri com frequência, transforma a própria história, por vezes, em leve ironia. O bom humor a acompanha como um recurso de sobrevivência. Quando a encontrei, ela já acumulava cerca de seis anos de prisão, carregando consigo marcas que não se limitam ao tempo contado em anos, mas que se inscrevem na vida, nas pausas da respiração e nas palavras que escolhe para narrar a si mesma.

### **Aquele que ouve – eu diante delas**

Em determinado momento, ao escutar as mulheres e acompanhar suas histórias, comecei a perceber traços de repetição. Não apenas na fala delas, mas também no percurso

teórico, quando nos debruçamos sobre produções que tratam do tema: as narrativas se aproximam, quase se tocam.

Às vezes, alguns trechos das poesias de Rupi Kaur<sup>2</sup> inundavam meu pensamento. Eu me via atravessado por versos como: *“acho difícil separar as relações abusivas das saudáveis; não sei qual é a diferença entre amor e violência, parece tudo a mesma coisa”*. Nesses momentos, suas palavras não eram apenas literatura: eram espelho para a vivência dessas mulheres.

Com frequência, a entrada das mulheres no crime, e, conseqüentemente, no cárcere, aparece vinculada aos parceiros íntimos (*“Primeiro, tentei transformá-lo na pessoa certa. Depois, demorei três anos para aceitar que não é assim que o amor funciona”*) soma-se a isso a desassistência do Estado e a ausência de acesso às políticas públicas de assistência social, saúde, habitação e alimentação; o uso de substâncias; a precariedade estrutural das condições de vida; a existência muitas vezes marcada pela ausência de dignidade.

Há, nas histórias de tantas mulheres encarceradas, uma repetição que revela algo para além do individual: evidencia problemas estruturais e coletivos. Inscritos em sua subjetividade. *“Já não tenho nenhuma lembrança de alguns anos que vivi. Minha terapeuta diz que a mente apaga o trauma para que possamos seguir em frente, mas tudo o que vivi permanece gravado na minha pele. Mesmo quando a mente esquece, o corpo lembra. Meu corpo é o mapa da minha vida; nele se inscrevem, no silêncio da carne, todas as experiências que atravessei e tudo o que vivi. [...]”*.

É nesse terreno que se desvelam as sobreposições interseccionais que moldam essas trajetórias, mostrando como gênero, classe, raça e outras marcas sociais se entrecruzam e conformam destinos. Em muitos momentos, diante das falas dessas mulheres, a sensação que me atravessa é a de que tudo falhou. Em suas histórias de vida, parece haver uma mão silenciosa que as empurra para esse destino. O cárcere surge, então, como o lugar onde pessoas são colocadas quando todas as outras formas de cuidado, proteção e justiça fracassam, quem sabe a expressão mais contundente de nossa falha enquanto humanidade.

São mulheres que, desde muito cedo, carregam em seus corpos e memórias marcas profundas de violações. Muitas foram abusadas sexualmente, introduzidas precocemente no uso de drogas e empurradas para existências atravessadas pela precariedade. A violência não lhes é externa: ela se inscreve de forma visceral em suas trajetórias, atravessando-as como

---

<sup>2</sup>Kaur, R. (2020). *Meu corpo, minha casa* [E-book]. Planeta.  
Todos os fragmentos entre aspas fazem parte desse livro.

condição histórica, social e afetiva. O lugar de onde essas mulheres seleciona suas memórias, em grande parte marcadas pela dor e pelo sofrimento, emerge diretamente do que lhes foi – e, muitas vezes, ainda lhes é – a própria vida. Essa escolha implícita revela muito sobre quem elas são, quais marcas carregam e como constituem sentidos acerca de si mesmas. Ao narrar, não apenas recordam; produzem uma forma de existir no mundo, reinscrevendo experiências em discursos possíveis.

A tarefa aqui é apresentá-las, quase desnudas, buscando afastar-me das tradições acadêmicas mais ortodoxas: menos interpretação, mais descrição. Ainda assim, cumprindo o compromisso político e ético do trabalho, essas histórias são sempre lidas pelas lentes da interseccionalidade, pela compreensão do racismo e pela produção contínua de necropolíticas. Acompanhando algumas dessas mulheres desde 2017, percebo o quanto o cárcere transforma suas aparências. Ao mesmo tempo, é evidente como a saúde precária e a falta de cuidado ampliam doenças e fragilidades.

Sentado, frente a frente, olho no olho. Muitas vezes, elas choram; o choro aparece como a única elaboração possível diante de tantas perdas. Em outros momentos, risadas tímidas surgem quando narram histórias de amor, desejos de reencontro, o anseio de cuidar novamente da família. Os relatos, muitas vezes, também me atravessaram. Em alguns momentos, meu próprio choro foi a única elaboração possível. Basta um pouco de sensibilidade para compreender a dimensão do sofrimento humano que ali se apresentava. Essas histórias também me constituíram como psicólogo, como alguém que escuta, acolhe, tenta compreender e intervir.

Eu ouvia, bebia água, respirava, preparava novamente a escuta. Ouvia, bebia água... e seguia me abrindo para ouvir. Entre lágrimas, silêncios e dores, também havia um sorrisinho, uma piada interna, uma fofoca sobre quem estava com quem, quem deixou quem. Dias e dias ouvindo narrativas de vidas intensas, marcadas pelo encarceramento, mas também pela dureza que insiste em existir fora dele.

Acompanhar, inclusive, o processo de envelhecimento dessas mulheres constituiu-se como um grande desafio. Estamos lidando com histórias de pessoas que viveram uma parcela significativa de suas vidas dentro de presídios, além de muitos outros anos marcados pela precariedade e pela desassistência fora deles. Reitero que quase todas essas trajetórias se tocam pela presença de violências sistemáticas e persistentes. O que atravessa e, em grande medida, conecta as histórias dessas mulheres é, quase sempre, a dor, uma dor histórica, socialmente produzida e continuamente reiterada.

E por que essas mulheres estavam tão dispostas a falar? Suponho que, muitas vezes, aquele era o único espaço em que podiam ser ouvidas e sentir-se seguras para existir em palavra, sem julgamento, com dignidade. Silenciosamente, torço por cada uma. Que encontrem bons profissionais do cuidado em seu caminho e que esses profissionais tenham empatia, além de compromisso técnico e teórico. Que as políticas públicas sejam capazes de sustentar novos caminhos; que suas redes de apoio sejam potentes; que consigam equilibrar essa tensão entre os inúmeros marcadores sociais que as empurram de volta para o cárcere e o desejo insistente que elas sustentam de não retornar.

Estendo esse desejo a tantas outras mulheres, majoritariamente negras, pobres e periféricas, frequentemente cooptadas pela criminalidade e desassistidas pelo Estado. Que o encarceramento não as alcance. Que possam encontrar outros caminhos possíveis, onde a vida não seja governada pela dor, pela punição e pela exclusão, mas pela garantia de direitos, pelo cuidado e pela dignidade.

“Eu quero uma passeata. Eu quero música. Eu quero confete. Eu quero uma fanfarra para quem sobrevive em silêncio. Eu quero que aplaudam de pé cada pessoa que acorda e procura o sol. Mesmo quando há uma sombra puxando-a de volta para dentro” (Kaur, 2020).

## Envelhecimento no cárcere como experiência de abandono institucional

Sobreviver ao encarceramento produz efeitos colaterais em todas as fases da vida, sobretudo no envelhecimento (Berg et al., 2021; Eduardo & Burgos, 2023). Assim, neste tema emergiram narrativas marcadas por sentimentos negativos como medo, ansiedade, tristeza e decepção. Todas as participantes compartilharam percepções que evidenciam o sofrimento psíquico associado à experiência de envelhecer em contexto prisional. Segundo a participante Tereza (42 anos), *“envelhecer na prisão é normal porque está envelhecendo, mas é triste porque está num local que não é compatível com a vida da gente.”*

O ambiente prisional é percebido como antagônico à experiência do envelhecimento. As dinâmicas prisionais obscurecem as necessidades das pessoas que envelhecem no cárcere, marcadas por carências estruturais, ausência de políticas públicas e inadequação das rotinas institucionais (Eduardo & Burgos, 2023). Em síntese, afirmar que o envelhecimento não é compatível com o cárcere é constatar, infelizmente, uma realidade evidente.

Enquanto as condições de encarceramento estiverem ancoradas na interrupção dos ciclos de vida, na violência e na utilização de tecnologias de tortura e punição, será improvável que se ouçam relatos positivos por parte das pessoas privadas de liberdade. O cárcere se constitui como um espaço em que o tempo é suspenso, os vínculos são fragilizados e as possibilidades de subjetivação positiva são continuamente minadas.

O envelhecimento na prisão também confronta as participantes com a própria finitude. O medo e a ansiedade diante da morte emergem como elementos recorrentes nos relatos, revelando a sobreposição de vulnerabilidades que o encarceramento impõe às mulheres que envelhecem no cárcere. De acordo com a participante Lélia (43 anos), *“eu tenho medo de morrer na prisão. Tenho. Nunca tive, mas agora eu tenho, depois que essas doenças apareceram e minha saúde está ruim. [...]Morrer aqui na prisão é um castigo.”*

Essas falas dialogam com os achados de Deaton et al. (2010). Diante de um cenário marcado por intensas vulnerabilidades, violências estruturais, perdas e limitações, a ansiedade diante da morte entre mulheres idosas que sobrevivem ao encarceramento revela-se significativamente mais elevada do que entre outras populações de mulheres idosas na comunidade. Além da presença constante dessa ansiedade, essas mulheres apresentam também um número expressivo de problemas de saúde (Deaton et al., 2010).

A prisão é descrita como um espaço que interrompe projetos de vida e priva as mulheres da possibilidade de vivenciar momentos significativos ao lado de seus familiares. Como destacam Balbuglio e Silva (2018), devido às múltiplas questões que atravessam o

envelhecimento de mulheres em situação de cárcere, como a precariedade no acesso à saúde, o isolamento social, a ausência de políticas públicas específicas, a sobrecarga emocional e os efeitos cumulativos da privação de liberdade, “o processo de envelhecimento de mulheres presas pode desdobrar-se não só na morte consumada e biológica, mas também em um morrer em vida” (Balbuglio & Silva, 2018, p.40).

*“Eu não vou poder ver a menstruação da minha filha pela primeira vez, não vou poder ver o filho se formando, não vou poder ver os netos crescendo, pelo menos não agora”,* relatou Tereza (42 anos). Ela continua evidenciando o impacto subjetivo do encarceramento: envelhecer na prisão é comparável a uma morte em vida — *“é tipo eu estar morta. Viva, mas estando morta.”*

Enquanto algumas mulheres verbalizam suas mortificações simbólicas ao longo do processo de envelhecimento, outras expressam o temor diante da morte consumada, revelando o medo de não resistirem aos efeitos deletérios da prisão sobre a saúde física e mental. Segundo a participante Luiza (53 anos), *“eu tenho medo de envelhecer. Medo de demorar muito tempo aqui na prisão, de não conseguir sair viva, de morrer, de adoecer, por causa desses problemas de saúde.”*

Esse medo ganha contornos concretos quando se consideram os cenários presentes nas instituições prisionais, sejam eles de ordem estrutural ou subjetiva. Trata-se de um contexto que não apenas empurra essas mulheres para a mortificação do eu e para múltiplas formas de morte simbólica, mas também as conduz ao adoecimento e à morte biológica. O medo que elas expressam não é patológico; é real, materializado e socialmente reconhecido.

Conforme observam Aday e Farney (2014), às cadeias tornaram-se um espaço catalisador da morte das pessoas que nelas envelhecem, lugares onde se pratica a lógica de “empilhar bem e deixar apodrecer”. Evidenciando a necropolítica que rege a gestão dessas vidas consideradas descartáveis. A prisão, longe de oferecer condições mínimas de cuidado e dignidade, intensifica os riscos existenciais e desumaniza o processo de envelhecer, aprofundando os efeitos da exclusão histórica que atravessa as trajetórias dessas mulheres (Balbuglio & Silva, 2018; Eduardo & Burgos, 2023).

### **Efeitos do Encarceramento Sobre a Saúde e Aparência Física**

Os relatos desse tema assumem um caráter de denúncia e desabafo, evidenciando o temor quanto aos efeitos colaterais do encarceramento sobre a saúde e a aparência física dessas mulheres. Quanto mais tempo permanecem na prisão, mais as mulheres se percebem

debilitadas e adoecidas. Por isso, encarceramento e promoção de um envelhecimento saudável caminham em direções opostas.

*“Depois que eu cheguei aqui, descobri que estava doente com hanseníase. Eu estou fazendo tratamento. Nove meses depois, meu útero começou a crescer, sendo que eu sempre fazia exames preventivos, transvaginal, nunca tive nada. Depois do útero crescendo, o nódulo nos seios voltou, e depois apareceu um cisto. Eu sei que estou impregnada de doença.”* (Lélia, 43 anos).

Segundo o estudo desenvolvido por Minayo e Constantino (2021), cujo objetivo foi descrever e discutir as condições de saúde e a qualidade de vida de pessoas idosas privadas de liberdade, os autores intitulam a seção sobre os resultados relativos à saúde no cárcere com a fala de um dos entrevistados: “Saúde? Que saúde? Você quer saber como está a minha doença?”. Esse questionamento nos provoca a refletir: “Que cuidado à saúde é possível em um ambiente tão promotor de doenças?” (Minayo & Constantino, 2021), reflexão que também emerge das falas das participantes desta pesquisa.

Ainda de acordo com os autores Minayo e Constantino (2021), “entre as mulheres idosas, (investigadas) todos os problemas de saúde apresentaram percentuais mais elevados que os dos homens” (Minayo & Constantino, 2021, p. 75). A exemplo, da prevalência de sofrimento mental, associado à angústia e à ansiedade diárias, dores de cabeça frequentes, formigamento nas extremidades, hipersensibilidade emotiva e perda do senso de humor, sintomas que aparecem com índices significativamente mais altos entre as mulheres.

O encarceramento, nesse sentido, não apenas agrava condições preexistentes, como também se configura como um ambiente propício ao surgimento de novos quadros clínicos, associados à precariedade estrutural, à insalubridade e à ausência de cuidados continuados (Balbuglio & Silva, 2018; Eduardo & Burgos, 2023). Somam-se a esse contexto as diversas barreiras enfrentadas por mulheres que envelhecem no cárcere no que diz respeito à negociação dos cuidados em saúde. Entre essas barreiras destacam-se a falta de consultas médicas, a demora no atendimento às demandas de saúde, bem como a ausência de profissionais capacitados para lidar com as especificidades do envelhecimento feminino, como gerontologistas (Aday & Farney, 2014; Handtke et al., 2015).

*“A minha saúde piorou. Foi quando eu estava aqui que lá fora eu não sentia nada. Aqui mesmo eu já fui operada[...] está aqui com dor e eles não estão nem aí pra gente. Você pode morrer aqui dentro de dor que eles não estão se importando. Pode gritar, chorar, que eles não fazem nada.”* (Ângela, 46 anos).

As recusas institucionais, marcadas pelos estigmas em relação a população encarcerada, pela negligência e idadismo institucional, em oferecer cuidados adequados, aliadas à visão de profissionais de saúde e de segurança pública sobre quais cuidados essas mulheres "merecem", podem representar formas adicionais de violência e sofrimento. Isso se agrava quando esses profissionais consideram que o sofrimento deve compor a pena, adotando uma postura pouco solidária diante das demandas de saúde e adoecimento das mulheres idosas encarceradas (Aday & Farney, 2014).

A ausência de políticas efetivas de cuidado impacta não apenas a saúde física, mas também a aparência e a autoimagem dessas mulheres, elementos centrais na construção subjetiva de suas identidades. Segundo a participante Stella (40 anos): *“Minha aparência física mudou para ruim. Lá [fora] eu me achava até mais limpa, aqui não. É fazer o quê, né? A gente está na prisão [...]”*

Quanto mais tempo em privação de liberdade, mais as participantes associam o cárcere à deterioração física e simbólica. O espelho, nesses relatos, torna-se metáfora central do processo de envelhecer em privação de liberdade, simbolizando tanto a perda de vitalidade quanto a impossibilidade de reconhecimento de si. Uma das participantes relata: *“Eu não gosto de me olhar no espelho porque eu estou sentindo que estou mais velha. Eu me lembro muito de minhas fotos antigas. Eu estou diferente.”* (Luiza, 53 anos) Outra participante complementa: *“Eu me olho no espelho hoje e é decepcionante. Eu perdi muito tempo da minha vida aqui na prisão. [...] Eu me sinto mais velha, me olho e vejo como estou acabada, cansada.”* (Tereza, 48 anos).

A aparência física e a autoimagem constituem elementos centrais na formação do autoconceito dessas mulheres, sendo, segundo Pereira et al. (2023), uma ferramenta importante no processo de reconstrução de suas vidas após o encarceramento. Essas dinâmicas afetam diretamente a forma como elas se percebem e, em geral, durante o cumprimento da pena, essas mudanças tendem a ser negativas. O contexto prisional carece de recursos essenciais ao fortalecimento do autoconceito, o que impacta negativamente na maneira como essas mulheres constroem sua autoimagem.

Os autores destacam a importância de intervenções focadas no aprimoramento do autoconceito como estratégia para estimular processos cognitivos positivos, que favoreçam a reintegração social. Sugerem, inclusive, que programas com essa finalidade sejam incorporados às rotinas das instituições prisionais, como já ocorre em alguns países (Pereira et al., 2023). Ressaltam ainda que não se trata apenas de promover melhorias na autoestima, mas de fortalecer um construto psicológico funcional, associado, em outros estudos, à diminuição

da agressividade e à prevenção do suicídio. Em outras palavras, investir no desenvolvimento do autoconceito dessas mulheres pode gerar efeitos psicológicos e sociais desejáveis, sobretudo no que se refere à reparação psicossocial e à construção de novos projetos de vida fora dos muros do cárcere (Pereira et al., 2023).

Contudo, duas participantes relataram que, paradoxalmente, o encarceramento lhes proporcionou melhores condições de cuidado com o corpo do que em liberdade. Tal contradição nos convoca a refletir sobre os contextos de vulnerabilidade e negligência que essas mulheres enfrentavam antes da prisão, marcados por pobreza, uso problemático de substâncias, abandono e violência (Handtke et al., 2015). Uma delas comenta:

*“Minha imagem mudou muito. Me olho no espelho e nem me reconheço mais. Ganhei peso, porque quando eu usava droga eu era magra e hoje já estou pesando 91 kg. Isso é bom. Pois, a pessoa lá fora bebe, usa muita droga, e aqui não. A pessoa vai se alimentando, dormindo, essas coisas. Ai a pessoa engorda e volta um pouco ao normal.”* (Ângela, 46 anos).

Outra participante relata: *“Aqui na prisão a gente se cuida, tem nossos produtos de limpeza e tudo mais. A gente usa batom, essas coisas, maquiagem na prisão. Na rua nem isso eu usava. Muito difícil, né, a pessoa enfrentar.”* (Carolina, 34 anos).

Em estudos com homens, por exemplo, verificou-se que a prisão pode, em certos contextos, funcionar como um espaço de acesso a algum nível de apoio social, proteção contra a pobreza e interrupção de trajetórias de criminalidade (Avieli, 2022). Também pode proporcionar acesso à escolarização e ao aumento do contato social (Júnior & Silva, 2022). Tais achados não visam romantizar o encarceramento, mas sim ampliar a compreensão das experiências prisionais a partir de marcadores sociais.

### **‘Lá Fora’: Preocupações Extramuros e Vínculos Afetivos**

A cisão entre o “dentro” e o “fora” somada à porosidade estrutural das prisões, intensifica o sofrimento psíquico das mulheres encarceradas no processo de envelhecimento (Balbuglio & Silva, 2018). A ausência de contato com familiares, especialmente com filhos e mães idosas, figura como uma das principais fontes de dor, revelando a sobreposição de perdas afetivas e sociais provocadas pela privação de liberdade (Balbuglio & Silva, 2018; Santos, 2018). Como expressa a participante Sueli (34 anos): *“Eu não quero ficar longe do meu filho. Se eles estivessem aqui na prisão por mim, passaria 10, 20 anos, mas eu penso neles.”*

As narrativas são atravessadas por um temor constante de abandono e esquecimento, entrelaçando-se às marcas do envelhecimento, algo recorrente no encarceramento feminino ao

longo de diferentes ciclos de vida (Becker et al., 2016; Santos, 2018). A dupla penalização das mulheres encarceradas está relacionada não apenas à privação de liberdade, mas também aos papéis de gênero historicamente construídos. O abandono dessas mulheres é recorrente e evidencia tanto o fracasso das políticas públicas voltadas para essa população quanto a persistência de uma visão sexista e estereotipada, que homogeneiza suas experiências e desconsidera suas reais necessidades (Balbuglio & Silva, 2018; Becker et al., 2016). Assim, o abandono e a solidão vivenciados pela mulher durante o encarceramento integram um processo de dupla penalização: a jurídica e a social.

A participante Audre (39 anos) sintetiza a solidão que se acentua em momentos de sociabilidade familiar, como os fins de semana: *“Quando chega o domingo, eu me sinto num vazio. Eu vejo aquelas pessoas com as visitas, com os filhos, com a mãe, e eu fico pensando: por que não eu? Eu não sou pior do que as meninas?”*

De modo geral, observa-se que grande parte das pessoas que envelhecem no cárcere tem seus vínculos familiares fragilizados, afastando-se gradualmente de seus familiares por múltiplos fatores. Esse abandono torna a vida da pessoa idosa encarcerada ainda mais desafiadora, uma vez que a família constitui uma importante rede de apoio, criando possíveis porosidades entre o aprisionamento e a vida em liberdade (Balbuglio & Silva, 2018; Eduardo & Burgos, 2023).

Embora essa realidade seja vivenciada por ambos os gêneros, a pesquisa realizada por Santos (2018) identificou diferenças significativas quanto às visitas recebidas. Entre os homens idosos, predominavam as visitas de companheiras; já entre as mulheres idosas, eram os filhos que assumiam majoritariamente esse papel. Por serem marcadas por uma dupla minoria, gênero e geração, essas mulheres idosas encarceradas vivenciam de forma ainda mais intensa a solidão e o abandono, o que potencializa sua vulnerabilidade e reforça as desigualdades estruturais presentes no sistema prisional (Handtke et al., 2015).

Entre as perdas mais significativas relatadas está a impossibilidade de participar da criação dos filhos. O encarceramento também impede o acompanhamento do envelhecimento e fim de ciclo de mães idosas, o que acentua a sensação de impotência e abandono. As participantes expressaram essas angústias: *“Eu queria estar presente na vida dos meus filhos, porque eu não tive ninguém presente na minha vida, não tive mãe, não tive pai, nem tenho irmãos”* (Tereza, 48 anos).

*“Não é bom a gente ver nossos filhos nas mãos de outras pessoas, passando por muitas coisas, e a gente não poder fazer nada.”* (Sueli, 34anos). *“Aí eu peço a Deus, Deus não me deixa morrer sem ver minha mãe não, é tudo que eu peço. E nem deixa minha mãe morrer*

*antes de eu sair da prisão. Eu peço a Deus todo dia, porque é a coisa mais importante que eu tenho lá fora”* (Lélia, 43 anos).

Eventos marcantes da vida familiar, como nascimentos, formaturas ou transformações importantes na vida dos filhos, são vivenciados com profunda dor por serem testemunhados apenas à distância ou, muitas vezes, nem sequer sabidos em tempo. A ruptura produzida pelo encarceramento reorganiza temporalidades e afetos, instaurando um modo fragmentado de acompanhar a vida que segue fora dos muros. Esse distanciamento forçado limita a participação nas experiências que estruturam a memória familiar, intensificando sentimentos de perda e impotência.

*“Nossa, aqui na prisão perdi muita coisa: perdi gravidez de filha, nascimento de neto, perdi filho se formando, o filho crescendo, primeira menstruação. Tudo isso que uma mãe deveria estar presente para aconselhar, conversar. Eu não tive essa oportunidade. A prisão roubou a minha vida”* (Tereza, 48 anos).

Essas experiências revelam como o cárcere atua não apenas como um dispositivo de tortura ao corpo, mas como uma estrutura que sequestra, avilta e nega às mulheres o direito de envelhecerem ao lado de suas famílias, rompendo laços afetivos e apagando trajetórias que, mesmo marcadas por múltiplas vulnerabilidades, reivindicam reconhecimento, cuidado e pertencimento (Gueta, 2020; Santos, 2018). Torna-se evidente a urgência de políticas públicas diferenciadas para homens e mulheres privados de liberdade, considerando suas especificidades. Isso inclui, de forma central, o desenvolvimento de políticas de enfrentamento ao abandono feminino no cárcere (Becker et al., 2016).

### **Eixos de Opressão**

Compreendemos, a partir das contribuições de Collins (2022) e outras autoras do feminismo interseccional, que as identidades são marcadas por opressões indissociáveis e cumulativas. Todavia, tal como evidencia Wacheleski e Gershenson (2018), o sistema prisional opera a partir de uma lógica de homogeneização das populações encarceradas, desconsiderando suas singularidades e apagando as múltiplas dimensões que compõem suas identidades sociais. Parte-se do pressuposto de que todas as pessoas privadas de liberdade compartilham as mesmas necessidades e características, o que contribui para a invisibilização das especificidades de grupos vulnerabilizados.

Esse processo de homogeneização não apenas compromete a formulação de políticas públicas eficazes e sensíveis às diferenças, mas também reforça estruturas de exclusão e

silenciamento que operam na manutenção da mortificação dos sujeitos privados de liberdade e sobre o apagamento das identidades em instituições totais. O estigma da passagem pelo cárcere, o etarismo e a homofobia aparecem nos relatos como violências simbólicas e estruturais que se sobrepõem às vulnerabilidades do envelhecimento em contextos de privação de liberdade. O envelhecer, por si só, já é um processo marcado por perdas e desafios, mas quando atravessado por essas camadas adicionais de opressão, como o preconceito contra a idade, a orientação sexual e a marca indelével da prisão, torna-se ainda mais complexo e doloroso.

*“Onde você chega, você vai ser sempre uma ex-presidiária. Por mais que você fale o bem, que tente mudar sua vida, mesmo que você não cometa mais erros, sempre vai ser isso. Onde você chegar, onde tiver uma coisa errada e alguém souber que você é uma ex-presidiária, a culpa é sua, mesmo sem ter cometido o erro”* (Sueli, 34 anos).

O estigma funciona como uma marca social que reduz possibilidades de inserção, reforça estereótipos e limita trajetórias de vida. Trata-se, portanto, de um mecanismo de controle social que compromete o reconhecimento da plena humanidade dos sujeitos estigmatizados, afetando diretamente suas relações sociais, sua identidade e seu acesso a direitos fundamentais (Goffman, 1988). Esse estigma reverbera de forma direta em práticas discriminatórias, apontando para o não reconhecimento social de suas dignidades. A exclusão gerada por esse estigma chega, inclusive, ao núcleo familiar, revelando como o preconceito rompe laços e aprofunda o isolamento social.

*“Eu já sofri preconceito. Quando fui pra rua agora em 2023, ligaram daqui da prisão pro telefone da vizinha, porque eu estava sem celular. Apareceu o nome ‘Cadeia Feminina’, e a vizinha falou que não dava certo deixar o celular comigo, porque ex-presidiária só faz coisa errada”* (Audre, 39 anos).

*“Se eu pudesse contar uma história sobre mim, o título seria ‘decepção’. Por ter sido abandonada aqui pela minha família. Bastante constrangedor, sabe? Eu não tenho nem palavras para descrever. Antes era todo mundo lá em casa, me tratavam bem. Quando eu estava por cima, né? Agora que estou por baixo, simplesmente me enterraram aqui dentro. Eu acredito que seja preconceito”* (Tereza, 48 anos).

Essas violências estruturais e as técnicas de disciplina e controle dos corpos, presentes ao longo do processo de aprisionamento, operam como dispositivos de poder que visam à produção de subjetividades assujeitadas (Foucault, 2024). Esse processo não se restringe ao espaço físico da prisão, mas deixa marcas profundas e duradouras no campo subjetivo, cujas reverberações ultrapassam o cumprimento da pena e continuam a operar na vida pós-cárcere. As prisões, portanto, não apenas isolam fisicamente, mas produzem identidades deterioradas,

internalizadas como formas de controle contínuo (Foucault, 2024). A experiência subjetiva do aprisionamento e a internalização do estigma de sua própria condição é evidenciada nos relatos das pessoas entrevistadas.

*“A prisão mexeu muito com meu psicológico. Quando eu sair, mesmo sem estar fazendo nada de errado, a gente fica com medo. Sempre tem aquela sensação de que uma hora ou outra a polícia vai chegar, te tratar mal, ou alguém vai te julgar, porque você é ex-presidiária. Isso pode até colocar sua vida em risco”* (Sueli, 34 anos).

Além do estigma associado à condição de encarceramento, outro eixo de opressão identificado nos relatos de duas mulheres foi o etarismo: Mariele (42 anos) e Luiza (53 anos). Ambas narram situações em que foram discriminadas por conta da idade e da aparência. Luiza, a participante mais velha da pesquisa, traz com mais detalhes as experiências de etarismo vivenciadas no cárcere, especialmente por parte de colegas de cela. As marcas dessa violência atingem diretamente sua autoestima e bem-estar psicológico. Ela compartilha: *“Uma detenta estava brigando comigo esses dias e me chamou de velha. Eu não curto mulher, só curto homem, mas as meninas dizem: ‘Tu já tá velha, arruma um namorado’, e eu disse: ‘Eu não quero, só quero quando sair daqui’* (Mariele, 42 anos).

*“Aí ela disse assim: ‘Velha é você. Sua velha acabada. Você diz que é coroa, mas já é uma velha.’ Isso me deixou triste, mas eu fiquei firme. Eu falei: ‘Eu não sou velha. Velha, que eu saiba, é a partir dos 60 anos.’ Aí ela disse: ‘Mas você é velha.’”* (Luiza, 53 anos).

As experiências de discriminação explícita narradas pelas mulheres não aparecem com frequência nas pesquisas, o que evidencia uma lacuna importante para a compreensão desse fenômeno no cárcere feminino. Vale ressaltar que essas mulheres experienciaram o preconceito e discriminação relacionados à idade antes mesmo de serem oficialmente classificadas como idosas.

No caso dos homens idosos, observa-se que o preconceito está frequentemente associado à perda de papéis sociais e a uma compreensão estereotipada sobre como as pessoas idosas devem se comportar no ambiente prisional (Júnior & Silva, 2022). O que se pode afirmar, com relativa segurança e independentemente do gênero, é que as instituições prisionais, em sua maioria, reproduzem o etarismo ao negligenciarem a oferta de serviços mínimos voltados às pessoas que envelhecem no cárcere (Eduardo & Burgos, 2023).

Apenas a participante Lélia (43 anos) relatou ter vivenciado uma experiência de homofobia, tanto dentro quanto fora do cárcere, por ter iniciado um relacionamento afetivo com outra mulher durante o período de encarceramento. Silva et al. (2022) observaram que as representações sociais de mulheres e homens em privação de liberdade sobre as condições de

vida de pessoas idosas LGBTQ+ no cárcere são marcadas pela predominância de estereótipos relacionados à orientação sexual, ao estilo de vida, à solidão na velhice e à sexualidade na terceira idade. O estudo destaca, ainda, que embora a velhice LGBTQ+ e a privação de liberdade não sejam fenômenos inéditos, ainda são escassas as pesquisas que se dedicam a compreender e contribuir para o bem-estar desses indivíduos (Silva et al., 2022).

*“Por me relacionar com outra mulher, o povo fala, né? Comenta. Mas chegar diretamente a mim, não. Mas já ouvi, sim, já falaram [...] então muitos me julgam por eu ter me envolvido com uma mulher [...] então isso aí, para muitas, foi fraqueza da minha parte. Até a minha madrinha mesmo falou: ‘Ah, porque você foi fraca. Deixou se envolver com uma mulher’”* (Lélia, 43 anos).

Assim, Rabelo (2020), nos lembra que para algumas populações, o envelhecimento é extremamente desafiador, pois é atravessado por marcadores sociais que, ao se interseccionarem, informam a localização social do sujeito e, consequentemente, seu acesso (ou não) a benefícios sociais, políticos e simbólicos. “A velhice não homogeneiza, nem suaviza as desigualdades, como se os problemas enfrentados por velhos(as) fossem exatamente os mesmos e tão semelhantes a ponto de sobressaírem à própria trajetória de vida” (Rabelo, 2020, p. 210).

As participantes revelam que esses marcadores identitários não operam isoladamente. Ao contrário, interagem e se retroalimentam, impactando diretamente a autoestima, a saúde mental e a reconstrução de vínculos afetivos. O envelhecimento no cárcere, portanto, não é apenas biológico: é socialmente moldado pelas exclusões, pelo silenciamento e pelas estigmatizações que essas mulheres acumulam ao longo da vida (Gueta, 2020; Handtke et al., 2015).

### **13. Algumas Conclusões - Estudo 1**

Os resultados deste estudo evidenciam que o envelhecimento de mulheres no contexto prisional deve ser compreendido como um fenômeno complexo, atravessado por desigualdades estruturais, marcadores interseccionais e condições institucionais que intensificam vulnerabilidades já presentes ao longo da trajetória de vida. O perfil das participantes revela predominância de mulheres negras, com baixa escolaridade, histórico de precariedade socioeconômica, maternidade e vínculos familiares fragilizados, confirmando a seletividade do sistema penal brasileiro e sua relação com processos históricos de exclusão social. A presença majoritária de mulheres adultas em processo de envelhecimento precoce, associada ao tempo

prolongado de prisão, reforça a compreensão de que o encarceramento não apenas interrompe ciclos de vida, mas acelera processos de desgaste físico, emocional e social, produzindo efeitos que ultrapassam a idade cronológica.

As narrativas analisadas mostram que as trajetórias dessas mulheres são marcadas por uma sucessão de vulnerabilidades que se iniciam muito antes do cárcere e continuam mesmo após a prisão. Violência na infância, pobreza, uso de substâncias, relações afetivas atravessadas por desigualdade, ausência de políticas públicas e discriminação social aparecem de forma recorrente, indicando que o encarceramento não pode ser compreendido de maneira individualizada, mas como resultado de processos sociais complexos e interseccionais.

O cárcere surge, nas falas, como lugar de sofrimento, perda e ruptura, mas também como espaço onde, paradoxalmente, algumas mulheres relatam experiências de reflexão, pausa ou cuidado, revelando que, para muitas, a vida fora da prisão já era marcada por condições extremas de precariedade. Essa ambivalência evidencia que a discussão sobre encarceramento feminino exige olhar ampliado, capaz de considerar não apenas o sistema penal, mas também as condições sociais que antecedem e sustentam sua existência.

A repetição de prisões, o envelhecimento dentro do sistema e as dificuldades de reconstrução da vida após a liberdade apontam para a insuficiência das políticas de reinserção social e para a necessidade de ações intersetoriais que articulem saúde, assistência social, educação e trabalho. Sem essas condições, o cárcere tende a se tornar parte do ciclo de vida de mulheres historicamente marginalizadas.

Na categoria referente ao envelhecimento no cárcere, as narrativas revelaram que a experiência de envelhecer em privação de liberdade é marcada por sentimentos de tristeza, medo, ansiedade e percepção de finitude, sendo frequentemente descrita como incompatível com a própria ideia de vida. O cárcere aparece como espaço que suspende projetos, fragiliza vínculos e limita possibilidades de construção de sentidos positivos para o envelhecimento, favorecendo processos de mortificação simbólica e, em muitos casos, o temor concreto da morte dentro da prisão. Esses relatos indicam que o envelhecimento, quando atravessado pela privação de liberdade, assume contornos de sofrimento ampliado, resultante da sobreposição entre vulnerabilidades sociais, institucionais e subjetivas.

No que se refere aos cuidados em saúde e à aparência física, os achados demonstram que o ambiente prisional é percebido como promotor de adoecimento, sendo associado ao surgimento ou agravamento de problemas de saúde, à dificuldade de acesso a atendimento médico e à sensação de negligência institucional. A deterioração da aparência e da autoimagem emerge como elemento central na experiência de envelhecer no cárcere, afetando o

autoconceito e a forma como essas mulheres percebem a si mesmas e suas possibilidades futuras. Ainda que alguns relatos apontem experiências paradoxais de melhora em determinados aspectos do cuidado corporal, tais situações parecem relacionadas a contextos anteriores de extrema vulnerabilidade, e não à existência de condições adequadas no sistema prisional, evidenciando a necessidade de políticas de saúde específicas para mulheres que envelhecem em privação de liberdade.

A categoria que aborda a relação com a família e o mundo “lá fora” revelou que a ruptura dos vínculos afetivos constitui uma das dimensões mais dolorosas do encarceramento feminino, sendo marcada pela impossibilidade de exercer a maternidade, pela ausência de visitas e pelo medo constante de abandono e esquecimento. Diferentemente do que se observa em muitos estudos com homens privados de liberdade, as mulheres relatam maior frequência de afastamento por parte de companheiros e familiares, configurando uma dupla penalização, jurídica e social, atravessada por expectativas de gênero relacionadas ao cuidado e à responsabilidade familiar. A impossibilidade de acompanhar o crescimento dos filhos, o adoecimento de familiares e os acontecimentos cotidianos da vida fora da prisão reorganiza a experiência do tempo e produz sentimentos persistentes de culpa, impotência e perda, tornando o envelhecimento no cárcere ainda mais marcado pela solidão.

Na categoria referente aos estigmas, ao etarismo e à homofobia, os resultados indicam que o envelhecimento em contexto prisional é atravessado por múltiplas formas de discriminação que se sobrepõem e se retroalimentam. O estigma da condição de ex-presidiária aparece como marca duradoura, que limita possibilidades de reinserção social e compromete o reconhecimento da dignidade dessas mulheres. O etarismo, por sua vez, manifesta-se tanto na negligência institucional quanto nas relações cotidianas, afetando a autoestima e reforçando a sensação de perda de valor social. Somam-se a essas experiências episódios de discriminação relacionados à orientação sexual, revelando que o sistema prisional tende a homogeneizar as pessoas privadas de liberdade, desconsiderando suas singularidades e reproduzindo violências simbólicas que impactam diretamente a saúde mental e a construção da identidade.

A análise integrada das categorias permite afirmar que o envelhecimento feminino no cárcere não pode ser compreendido apenas como um processo biológico, mas como fenômeno socialmente produzido, resultante da acumulação de desigualdades ao longo da vida e intensificado pelas condições institucionais da privação de liberdade. As experiências relatadas indicam que a prisão atua como dispositivo que administra corpos e subjetividades, produzindo desgaste, isolamento e estigmatização, ao mesmo tempo em que evidencia a insuficiência das

políticas públicas voltadas à população feminina privada de liberdade, especialmente àquelas que se encontram em processo de envelhecimento.

Compreender o envelhecimento no cárcere exige reconhecer que as vulnerabilidades observadas dentro da prisão são, em grande medida, continuidade das desigualdades vividas fora dela, e que enfrentar esse fenômeno implica não apenas reformar o sistema prisional, mas também questionar as condições sociais que produzem, selecionam e mantêm determinadas mulheres em trajetórias marcadas pela exclusão, pela punição e pela negação de direitos. Diante da tendência de aumento do número de mulheres envelhecendo no sistema prisional, torna-se urgente ampliar pesquisas que abordem essa temática, bem como fortalecer políticas públicas que considerem as especificidades do envelhecimento, da maternidade, da saúde mental e das desigualdades interseccionais. Compreender essas dimensões é essencial para a construção de práticas comprometidas com a garantia de direitos no contexto do encarceramento feminino.

Por fim, escutar essas mulheres, acompanhá-las ao longo do tempo e observar seus processos de envelhecimento no cárcere permite reconhecer que as marcas da prisão ultrapassam os muros institucionais, permanecendo inscritas no corpo, na memória e na subjetividade. Produzir conhecimento a partir dessas narrativas implica assumir um posicionamento ético e político, comprometido com a defesa dos direitos humanos e com a construção de políticas que não se limitem a punir, mas que sejam capazes de interromper os ciclos de violência que antecedem, atravessam e sucedem o encarceramento.

## **14. Resultados e Discussão - Estudo II**

Essa escrita emerge do encontro e das negociações do primeiro autor com o cárcere, nas inter-relações com os agentes, as pessoas privadas de liberdade e seus familiares e nos múltiplos movimentos de desconstrução e reconstrução gerados por esses encontros. Um movimento político que tensiona a lógica de narra-se dentro de um dispositivo de vigilância, ao mesmo tempo em que se lança em um dispositivo de exposição da intimidade como ferramenta crítica e analítica da própria realidade. Trata-se de um capítulo que articula a experiência de tornar-se psicólogo dentro de unidades prisionais na perspectiva de um homem negro e suas interseções, que o posicionam como alvo do sistema prisional: um corpo em constante diálogo com as contradições desse espaço.

### **O Encontro com o Cárcere**

É preciso refletir que minhas afetações e encontros com o cárcere tiveram início em 2017, quando comecei a frequentar uma unidade prisional feminina para realizar minha pesquisa de mestrado, onde permaneci até 2019. Alguns anos depois, em 2021, passei a atuar como psicólogo na equipe de atenção à saúde prisional em uma unidade masculina. Em 2024, retornei à mesma unidade feminina para dar continuidade à minha pesquisa, desta vez no doutorado. E continuo realizando pesquisa e extensão em unidades prisionais. Assim, tenho transitado entre as posições de pesquisador e psicólogo, mergulhando em um fazer prático e reflexivo sobre o cárcere, as pessoas encarceradas e seus familiares.

Recuperarei da memória e da releitura dos diários de campo que escrevi durante o percurso algumas notas sobre a minha experiência. Aqui caminho, inspirando-me em Bosi (1994), ao misturar, na minha escrita memorialista, o traço íntimo dos acontecimentos com a estilização das figuras e dos cenários que atravessam minha história, sustentando, simultaneamente, a complexa trama entre ser sujeito que narra e objeto que se deixa narrar. Segundo Bondía (2002), a experiência é aquilo que nos toca, o que nos acontece e, ao contrário do que se pensa, não é apenas o que toca ou o que acontece: é indispensável que tenhamos uma inclinação para apreciá-la. O sujeito da experiência constitui-se como um espaço onde os acontecimentos habitam,

evidenciando um dos caracteres mais fundamentais da experiência, sua capacidade de formação ou de transformação (Bondía, 2002).

Meu primeiro contato com o sistema prisional ocorreu no papel de pesquisador, posição a partir da qual supunha deter certo domínio teórico sobre aquele contexto, acreditando ser capaz de analisá-lo criticamente. No entanto, minha compreensão sobre o ambiente carcerário e sobre as pessoas privadas de liberdade carecia de fundamentos teóricos que possibilitassem uma abordagem mais contextualizada e aprofundada. À época, minha visão sobre crime e punição estava fortemente ancorada em concepções punitivistas e individualistas, ainda pouco permeadas por uma análise crítica e multidimensional da questão.

Esse tipo de visão limitada das pessoas encarceradas atravessam os espaços de cuidado e, muitas vezes, erguem barreiras invisíveis entre quem precisa ser assistida e quem se propõe a cuidar. Tais marcas sociais não apenas moldam olhares, mas podem comprometer a oferta de um cuidado ético, digno e integral por parte dos profissionais envolvidos (Aday & Farney, 2014). Naquele momento, havia uma linha moral que me separava daquelas pessoas, um limite invisível que reforçava uma visão de distanciamento e julgamento, “uma corrida para separação e para ruptura” (Mbembe, 2017, p.9). “Tendo em vista tudo que se passa, pode o outro ainda ser considerado meu semelhante?” (Mbembe, 2017, p.9).

Relembrando os ensinamentos de Fanon (2008), os discursos colonialistas produzem subjetividades, deixam marcas nos nossos inconscientes. As narrativas coloniais construídas sobre as pessoas encarceradas as apresentam como abjetas e não-humanas, reforçando a ideia de que não se deve nutrir solidariedade em relação a elas (Borges, 2019; Pereira & Santos, 2020). A lógica de criminalização, exclusão e vigilância incide, de maneira particular, sobre corpos negros e periféricos, estejam eles dentro ou fora das prisões (Mbembe, 2018; Borges, 2019).

### **A Casa Caiu**

Os primeiros dias no cárcere foram marcados por tantos sentimentos que mal consigo descrevê-los nesta tese. Contudo, algo sempre retorna quando rememoro essa experiência: como é possível viver aqui, em meio a tantas ausências, faltas e improvisações? A casa realmente caiu ou, na verdade, jamais chegou a ser construída?

Dentro do cárcere a palavra que mais ouvi, foi “caiu” e suas variações verbais. “Caiu” significa ser pego, ser preso, adentrar o sistema prisional. A queda marca o momento exato em que se inicia a passagem da pessoa pelo sistema criminal e de justiça. Por isso, nada mais

simbólico do que começar pela minha própria queda. A primeira constatação analítica que se impôs foi a de que minha subjetividade, forjada sob a influência de um discurso colonialista, estava atravessada por essa mesma lógica. Tal percepção começou a “cair” ao adentrar o ambiente prisional e reconhecer, entre as pessoas custodiadas, rostos familiares, indivíduos que remetiam ao meu próprio círculo social.

Acredito que o primeiro exercício de empatia em relação àquelas mulheres custodiadas nasceu do reconhecimento de suas semelhanças com outras mulheres de minha família e da minha comunidade. Elas não eram estranhas a mim: havia proximidades no tom de pele, nos traços, nas histórias inscritas nos corpos. Em algum momento, percebi também que compartilhávamos violências estruturais que, paradoxalmente, nos aproximavam e, ao mesmo tempo, nos separavam. No cárcere, a distância que se impunha parecia maior entre mim e os agentes, ainda que muitos deles também negros e negras, do que entre mim e as mulheres encarceradas.

A empatia que falo aqui, distancia-se de uma concepção estritamente estrutural da tradição psicológica, que tende a reconhecê-la apenas como fenômeno multidimensional, geralmente dividida entre dimensões cognitiva e afetiva. O que proponho aqui é o resgate de uma “empatia histórica”, que reconhece, em seu próprio gesto, elementos políticos e sociais que a atravessam. Aproxima-se, portanto, de uma compreensão como a pincelada por alguns argumentos trazidos por Ribeiro (2019), não como definição do termo empatia, mas como possibilidade de operacionalização: um exercício cognitivo, potencializado pela leitura, pela pesquisa e pelo compromisso crítico com o mundo.

A ampliação do repertório social, histórico e político, por meio do pensamento crítico e reflexivo, permite-nos compreender os dispositivos sociais que posicionam e hierarquizam os lugares do outro e de nós mesmos. Trata-se de uma construção que convoca uma crítica da historicidade, fazendo-nos questionar estruturalmente quais lugares ocupamos e quais lugares são atribuídos aos outros na trama social de privilégios, violências e desigualdades (Ribeiro, 2019).

Dessa forma, a queda intensificou-se diante das condições insalubres e desumanas às quais aquelas pessoas estavam submetidas. Mas como pode um psicólogo ser neutro ou indiferente em um contexto atravessado por tamanhas violências? Minha primeira memória do cárcere é a de uma estrutura precária, que mais se assemelhava a um cortiço improvisado, um “puxadinho” de sobrevivência, onde aquelas mulheres também precisavam improvisar constantemente suas existências. A desestrutura física tornava-se, ao mesmo tempo,

deestrutura emocional, social e política. Ali se vive de remendos: de coisas, de afetos, de recursos, de esperanças. Celas pequenas, muitas pessoas. Sempre falta algo. Sobra sol e calor. O sol descia sobre o pátio e, nas tardes, o calor tornava-se quase insuportável. Estar ali era, sobretudo, conviver com faltas e arranjos improvisados. Perguntei a mim mesmo: quando a psicologia encontra as faltas e as gambiarras, o que ela pode, de fato, fazer?

Quando saí da unidade, sentei-me em uma praça ao lado de uma pequena igreja e chorei. Ainda não sabia exatamente o que a psicologia poderia produzir naquele espaço, mas compreendi, naquele instante, que meus limites se apresentavam e transbordavam em forma de choro e medo. Respirei fundo e, mesmo atravessado por essas inquietações, retornei. Era preciso permanecer para pouco a pouco, aprender a existir e a atuar naquele território de dores, resistências e sobrevivências.

Um momento particularmente significativo ocorreu durante uma escuta individual, quando uma mulher, ao narrar o crime que cometera, rompeu em choro e, em meio ao relato, me abraçou. Diante daquele gesto, imobilizei-me emocionalmente e, naquele instante, questionei-me: “Como acolher e demonstrar empatia diante do sofrimento de alguém que cometeu um crime hediondo?” Abraçar alguém que havia cometido um crime era, até então, algo inimaginável dentro das concepções que eu carregava. Afinal, aprendemos que pessoas criminosas não “merecem” afeto e compaixão. Contudo, ali estava alguém que, embora autora de um ato socialmente inaceitável, apresentava-se profundamente frágil, humana, ferida. Esse paradoxo exigiu, sobretudo, um retorno cuidadoso ao meu próprio processo terapêutico e às supervisões clínicas.

A formação em Psicologia, embora fundamental, revela-se insuficiente para abarcar plenamente a complexidade das questões que emergem do cárcere (Monteiro et al., 2024). Ela não blinda o psicólogo de seus próprios limites, atravessamentos e conflitos éticos. Pelo contrário, evidencia o quanto o exercício profissional, nesses contextos, convoca permanentemente a revisitação de si, de suas crenças, preconceitos e possibilidades de cuidado (Rauter 2017; Monteiro et al., 2024).

Esses foram os primeiros passos para a reconstrução simbólica da minha queda. A partir das vivências e experiências que me afetaram profundamente, engajei-me em um movimento teórico-reflexivo voltado à (des)construção, ou, mais precisamente, à descolonização, do meu inconsciente e das representações subjetivas que eu nutria acerca da população encarcerada. Conforme reflete Fanon (2008), a descolonização do inconsciente constitui um processo fundamental de desalienação, no qual se busca libertar a mente das marcas profundas deixadas pelo colonialismo. Esse regime de dominação não atua apenas sobre os corpos, mas também

penetra na psique dos sujeitos colonizados, moldando um inconsciente coletivo atravessado por valores, imagens e narrativas coloniais.

Para Souza e Lordello (2024), ao narrarem a experiência de um psicólogo negro atuando no sistema socioeducativo, um contexto análogo ao cárcere, destacam que a pesquisa, os espaços de supervisão e os debates teóricos desafiam esse profissional a refletir criticamente sobre os processos de sua própria subjetivação no interior do dispositivo de racialidade. Tais experiências exigem o reconhecimento dos marcadores sociais que o atravessam e a elaboração de estratégias de resistência frente às dinâmicas de opressão que operam nesses contextos institucionais.

A construção do outro, a partir das políticas de inimizade, marcada por uma alteridade radical, sustenta a ilusão de que nós, extramuros, ocupamos uma posição superior em uma suposta escala de humanidade (Mbembe, 2018). Interseccionalizar essa análise permite refletir que: mesmo pessoas negras, pobres, marginalizadas que não integram o sistema prisional estão submetidas à mesma lógica de exclusão e às múltiplas violências produzidas pelas encruzilhadas de suas identidades, como gênero, classe, território e sexualidade (Akotirene, 2019). A opressão se reinventa fora dos muros e se expressa de maneira igualmente brutal, ainda que por vias simbólicas, institucionais ou estruturais.

Ocupar esse espaço na posição de psicólogo/pesquisador negro exige do profissional uma reflexão crítica acerca do lugar que ocupa na tessitura interseccional dos sistemas de opressão. Tal posição implica reconhecer os privilégios e os desafios que decorrem dessa inserção institucional (Souza & Lordello, 2024). Estar diante de sujeitos cujo perfil étnico-racial e socioeconômico se aproxima do nosso, em contexto de privação de liberdade, demanda um exercício permanente de autorreflexão. Nesse movimento, o psicólogo é convocado a olhar para si, para suas marcas, para suas experiências e para os atravessamentos que o constituem.

De forma análoga, isso também se aplica às questões de gênero, a exemplo de psicólogas que, tendo vivenciado situações de violência de gênero, precisam se colocar diante de homens condenados por agredir mulheres. O mesmo pode ocorrer com psicólogos que tiveram casos de homicídio na família e, posteriormente, se veem diante de pessoas acusadas ou condenadas por esse tipo de crime. Essas situações evidenciam o quanto o exercício profissional no cárcere convoca constantemente a elaboração de experiências pessoais e do cuidado consigo e com o outro. Nesses encontros, a própria história do profissional se entrelaça com as histórias de vida das pessoas privadas de

liberdade, exigindo cuidado ético, elaboração constante e responsabilidade com o que emerge no campo relacional. O psicólogo neutro, indiferente, apolítico e blindado de emoções existe apenas no imaginário social, quase uma figura folclórica. A neutralidade é um mito. Cuidar daquilo que pulsa dentro e fora de nós também é uma forma de posicionamento ético.

### **O racismo institucional: Negro Psicólogo**

Perguntas aparentemente simples, como questionar se “você é mesmo o psicólogo?” ou, mesmo diante de mim, perguntar “onde está o psicólogo?”, atravessavam meu cotidiano no sistema prisional e de justiça, desvelando as faces implícitas e estruturais do racismo (Munanga, 2008; Kilomba, 2020). O racismo não se manifesta apenas em atos explícitos de discriminação; ele se reproduz cotidianamente nas estruturas, nos protocolos institucionais e nas relações de poder, desumanizando sujeitos racializados e limitando seu reconhecimento profissional e subjetivo (Munanga, 2008; Kilomba, 2020).

Não ser reconhecido como psicólogo pode parecer um detalhe, algo supostamente ligado à confusão ou à informalidade do contexto. Entretanto, em uma sociedade racialmente hierarquizada, a cor da pele opera como marcador social que produz expectativas sobre o lugar que ocupamos, e, conseqüentemente, sobre as profissões que podemos exercer. Nesse sentido, o questionamento reiterado sobre minha legitimidade profissional não era mero equívoco, mas expressão de uma lógica racista que insiste em negar a competência e a escolarização pessoas negras.

O corpo negro não é imediatamente reconhecido como pertencente ao campo da Psicologia, como portador de saber e produtor de conhecimento. Não somos, à primeira vista, lidos como psicólogos, pesquisadores, mestres ou doutores. Mesmo quando qualificado academicamente, permanece sob suspeita, sendo constantemente convocado a justificar sua presença. Esse movimento de deslegitimação simbólica exige do sujeito negro um esforço permanente de reafirmação, tanto de sua competência quanto de sua humanidade (Kilomba, 2020). O que tem impacto direto sobre sua saúde mental e física.

A interseção entre raça e profissão, portanto, não pode ser negligenciada. Antes mesmo da minha chegada ao cárcere, a negritude já estava presente. O meu corpo negro, ao adentrar esse espaço, era imediatamente capturado pelo olhar institucional, sendo reconhecido não apenas como profissional, mas também como alvo de suspeição. O racismo reconhece com precisão os corpos aos quais sua violência está endereçada (Munanga, 2008; Mbembe, 2019).

Em determinado momento da minha trajetória, tornei-me psicólogo; contudo, socialmente, minha identidade racial sempre esteve em evidência. Antes de ser reconhecido como psicólogo, fui, e continuo sendo reconhecido como negro. A raça, nesse sentido, antecede e atravessa minha experiência profissional, denunciando e organizando os modos como sou percebido e interajo nos diferentes espaços sociais e institucionais.

A identidade negra não é vivida como algo privado, mas constantemente marcada e nomeada pelo olhar do outro, que racializa os corpos e os insere em uma estrutura de poder (Kilomba, 2020). Para o sujeito negro, o mundo se apresenta antes como uma experiência racializada (Fanon, 2008). A negação da nossa humanidade é acompanhada da negação da nossa capacidade de pensar, sentir e criar (Kilomba, 2020).

*A priori*, pessoas negras dificilmente estarão verdadeiramente livres enquanto o racismo estrutural persistir como alicerce das relações sociais (Davis, 2020). A prisão, portanto, não se encerra em si mesma; ela é porosa, permeável, e estabelece constantes trocas com o mundo externo (Santos, 2023). O “dentro” e o “fora” não são realidades separadas, mas dimensões interdependentes de uma mesma sociedade atravessada por desigualdades históricas e estruturais.

Ser psicólogo não me blindo das violências estruturais e simbólicas do racismo, seja dentro ou fora do cárcere. Sobre isto, Santos (2023), homem negro, psicólogo, narra sua experiência com o *baculejo*, a partir da qual vivenciou de forma direta uma das expressões mais contundentes do sistema de justiça, ocupando a posição de alvo. Essa vivência o levou a refletir criticamente sobre sua atuação enquanto psicólogo e pesquisador negro do encarceramento. Segundo o autor: “Pude sentir, de modo visceral e corpóreo, a sensação experimentada pelas mulheres que ouvi ao longo das minhas pesquisas, quando falavam da chegada da polícia às suas casas, aos seus bairros, para escrutinar seus corpos e os de seus entes” (Santos, 2023, p. 46).

A experiência supramencionada marcou uma inflexão em sua forma de compreender o sistema prisional: “Ter de levantar as mãos para o alto é sentir um pouco o que se passa na cabeça de tanta gente que, na cadeia, é lido e tido como inimigo.” (Santos, 2023, p. 46). A mesma violência sofrida por aqueles que estão dentro do sistema prisional também se manifesta sobre nós, homens negros, fora dele. O racismo nos empurra para as prisões ao mesmo tempo em que nos aprisiona simbolicamente. Há, fora dos muros, uma dimensão de encarceramento que se impõe sobre nossos corpos. E, dentro deles, nossos corpos seguem capturados, seja na condição de detentos, seja como profissionais negros que atuam no sistema.

Ao refletir sobre minha trajetória no cárcere, recordo que, em diversas ocasiões, fui submetido a escrutínios minuciosos durante as revistas realizadas antes de ingressar na unidade para desenvolver as oficinas. Em uma dessas abordagens, até mesmo os compartimentos internos da minha carteira foram revistados, sob a suspeita infundada de que eu poderia estar tentando introduzir substâncias ilícitas no presídio. Além disso, não foram raras as vezes em que fui impedido de entrar ou interrogado sobre o que estaria fazendo naquele espaço. Era evidente o incômodo institucional diante da minha presença e as diversas formas de violência simbólica e institucional às quais fui submetido.

Em um episódio emblemático, dois agentes armados com fuzis adentraram abruptamente a sala onde ocorriam as oficinas e, após dizerem apenas “Podem continuar”, permaneceram imóveis por cerca de dez minutos, em silêncio, com as armas em punho. Eu e os demais mediadores permanecemos atônitos, sem conseguir reagir ou compreender imediatamente o que se passava. A violência simbólica daquela intervenção, embora silenciosa, produziu efeitos profundos de intimidação e desconforto.

Ademais, após algumas oficinas, eram realizadas revistas surpresas nas celas, muitas vezes durante a madrugada. Embora oficialmente tratadas como coincidência, tais ações produziam graves impactos emocionais. As mulheres encarceradas passaram a me interpelar, questionando se eu estaria colaborando com os agentes penitenciários e repassando informações sobre possíveis infrações. Diante disso, fui associado à figura histórica do "capitão do mato", o que atrapalhava o processo de confiança e a vinculação que vinha sendo construída ao longo das intervenções.

Em inúmeros momentos, senti-me violado em minha integridade durante o tempo em que atuei no cárcere como pesquisador e psicólogo, funções que, simbolicamente, poderiam me posicionar em uma condição de privilégio frente às pessoas privadas de liberdade. Contudo, as grades simbólicas e as mãos invisíveis do racismo estrutural tornaram evidente que, apesar da minha posição institucional, meu corpo negro jamais esteve isento dos mecanismos de controle e vigilância que caracterizam o sistema penal.

Santos (2023) revela que a experiência de ser abordado e revistado pela polícia, em um momento de lazer, ainda lhe impõe custos emocionais significativos, estando em processo de elaboração subjetiva. Tal vivência nos convida a refletir sobre a posição dual ocupada pelo psicólogo negro que atua no sistema carcerário: ao mesmo tempo em que é reconhecido como profissional, é também atravessado pelas marcas históricas e estruturais do racismo que o posicionam como alvo.

A dor compartilhada pelo autor não é apenas individual, mas coletiva. Também sigo em processo de elaboração das revistas vexatórias e excessivamente rigorosas e outras violências às quais fui submetido no presídio, que reiteravam continuamente a distinção entre os corpos legitimados e os corpos suspeitos. Essas experiências permitem compreender que nós, psicólogos negros, estamos vinculados às pessoas encarceradas não apenas por uma aproximação teórica ou pelo compromisso ético-político com os direitos humanos, mas também, e tragicamente, por vivências comuns de dor e exclusão.

O *baculejo* relatado por Santos (2023) e as revistas que me foram direcionadas não são eventos isolados ou meras coincidências: são expressões concretas de um sistema estruturalmente racista, que naturaliza o controle e a suspeição sobre corpos negros, inclusive os que ocupam lugares institucionais de cuidado e escuta. Nós, pessoas negras, vivemos sob os efeitos psíquicos produzidos pela emergência do racismo, enraizado na construção sócio-histórica e cultural do nosso país.

Como nos aponta Souza (2021) em “*Tornar-se negro*”, o processo de subjetivação do indivíduo negro é profundamente atravessado por experiências de desqualificação, negação e inferiorização, que afetam diretamente sua saúde mental e seu senso de pertencimento. Diante disso, é importante cultivar estratégias de resistência e resiliência como formas de enfrentamento e de afirmação da nossa humanidade.

Ainda segundo Souza (2021), é fundamental que nós, pessoas negras, sejamos protagonistas na construção de nossos próprios discursos sobre a vida emocional que experienciamos, rompendo com as narrativas hegemônicas que historicamente nos silenciaram. Reivindicar a legitimidade de nossas vivências psíquicas e produzir sentidos próprios sobre elas é um ato político de libertação (Souza, 2021). Assim, a dor sentida por psicólogos(as) negros(as) ao serem constantemente interpelados nesses espaços não é individual, mas coletiva, e reflete a estrutura racista que insiste em invisibilizar e deslegitimar nossas existências.

### **As negociações e os espaços possíveis de afeto dentro do cárcere**

Como já supramencionado no corpo desse artigo as prisões se configurem como instituições de sequestro, operando como dispositivos de controle por meio de técnicas disciplinares voltadas à docilização dos corpos, elas são sustentadas por discursos inscritos nas lógicas do biopoder (Foucault, 2014). Espaço onde se condensam as forças

da necropolítica, um território no qual a gestão da vida e da morte se exerce cotidianamente sobre corpos racializados e marginalizados (Mbembe, 2018; Borges, 2019).

Emerge, assim, a necessidade de negociar com a instituição prisão e de afirmar movimentos contracoloniais. Diante de um cenário tão complexo, marcado pela mortificação do ser, cabe perguntar: o que pode um psicólogo negro, diante de tais encruzilhadas históricas e estruturais? Mbembe (2018), ao refletir sobre as tecnologias de morte que regem a vida moderna, lembra que resistir é também criar novos modos de estar no mundo, reconfigurando os limites do que é possível.

Nas palavras de Foucault (2021), "jamais somos aprisionados pelo poder; podemos sempre modificar sua dominação, em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa" (Foucault, 2021, p. 241). A partir dessa compreensão, passei a utilizar e reafirmar o lugar da Psicologia dentro da lógica do biopoder, valendo-me de suas ferramentas a meu favor. É necessário afirmar: sou psicólogo, investido do jaleco e de sua representação simbólica como expressão do biopoder, para poder negociar com a instituição. Trata-se de esquadrihar, a partir da racionalidade do biopoder, os agentes envolvidos e reorganizar o panóptico em suas múltiplas dimensões.

Afirmar o lugar do "doutor", do sujeito portador de saber, dentro do cárcere, diante de um sistema que nos captura de múltiplas formas, é mais do que um gesto de arrogância, como frequentemente somos lidos, nós pessoas negras, quando apresentamos nossos currículos e conhecimentos. Trata-se, antes, de mobilizar as próprias contradições do sistema em nosso favor, tensionando hierarquias, reivindicando legitimidade e rompendo, ainda que parcialmente, com as narrativas que historicamente nos negam autoridade intelectual e reconhecimento profissional. Estar ali, naquele entre-lugar, significava operar com o saber psicológico não para reforçar a lógica institucional, mas para criar brechas, deslocamentos, fissuras possíveis. Era a chance de afirmar a possibilidade de fazer algo, ainda que pequeno, frente à engrenagem cotidiana de desumanização.

Recordo um episódio: em determinado dia, recebemos a notícia de que o filho de uma das mulheres encarceradas havia sido assassinado. A informação fora trazida por sua irmã, que viera de fora e se apresentara à portaria do presídio. Os agentes rapidamente disseram que não era horário de visita e que caberia ao psicólogo, a mim, comunicar a morte. Naquele instante, compreendi que não era eu o corpo mais adequado para aquela travessia. Por mais que estivesse investido de um saber institucionalizado, era a irmã quem compartilhava com aquela mulher a linguagem silenciosa da dor, a frequência íntima do luto. Acolhendo esse reconhecimento ético e sensível, negocieei com os agentes: eu comunicaria a notícia, mas somente se fosse permitido

que a irmã entrasse por alguns minutos para acompanhá-la. E assim foi feito. Mesmo fora do horário previsto, usei da minha posição institucional não para controlar, mas para mediar uma possibilidade de cuidado real, aquele que rompe, ainda que provisoriamente, com a necropolítica do cotidiano prisional.

Assim, em muitos momentos, meu trabalho implicou negociações silenciosas e persistentes com a estrutura prisional. Negocieei, por exemplo, que pessoas encarceradas pudessem retornar à laborterapia, frequentar a escola novamente, ser inseridos em atividades que, embora simples em aparência, carregavam em si um gesto de restauração simbólica. Cada retorno à sala de aula, cada possibilidade de expressão na oficina, era também um movimento contracolonial, uma tentativa de restituição da humanidade negada.

Nas oficinas com as mulheres, os temas não se restringiam ao cárcere. Ali, trabalhávamos aspectos da vida: o afeto, o cotidiano, os vínculos, o desejo e a dor. Introduzíamos também discussões interseccionais sobre raça, gênero e classe social, dimensões atravessadas por camadas históricas de opressão. Nesse campo de disputas, o saber psicológico não era usado para condicionar o controle dos corpos, mas para subverter sua lógica. Embora sejamos frequentemente convocados a operar como gestores da disciplina e da ordem, é preciso assumir uma prática insurgente, uma psicologia que recuse a função de vigia e se comprometa com a dignificação dos corpos e das vidas. Em contextos em que a vida é sistematicamente administrada e descartada, o cuidado torna-se uma prática radical de resistência.

Sempre é necessário pontuar que não cabe ao psicólogo, isoladamente, transformar toda uma estrutura social. Diante da complexidade de questões que emergem do encarceramento, sua prática não será, por si só, a responsável por libertar as pessoas. Não é disso que se trata. Não se romantiza aqui uma ação individual quando sabemos que o problema é coletivo e demanda mudanças estruturais e políticas profundas. Ainda assim, paira sobre nós a responsabilidade ética de oferecer o cuidado possível. Não eliminaremos as violências que compõem esse cenário, mas podemos tensioná-las, denunciá-las, minimizar seus efeitos e produzir, onde for viável, pequenas fissuras que afirmem dignidade, humanidade e vida.

Ao adentrar este cenário, acolhi uma orientação já discutida ao longo deste texto, a qual se materializa na conceituação proposta por Mbembe (2018): abandonar o que é conhecido e empreender o movimento em direção ao desconhecido absoluto. Significa deixar o conforto de tudo aquilo que sabemos para, assim, nos vulnerabilizarmos conscientemente diante do que ameaça desestabilizar nossas verdades e certezas

Diz respeito a uma caminhada em oposição ao que o autor denomina políticas de inimizade, constituindo um percurso voltado à construção daquilo que ele apresenta como política do vivente, a qual se fundamenta justamente naquilo que integra, que reúne, na poética da partilha radical, pois viver é, agregar, unir, articular (Mbembe, 2018). Assim, a existência se afirma não na exclusão ou na separação, mas na capacidade de reconhecer a interdependência e de tecer, a partir dela, novas possibilidades de convivência e criação coletiva.

Mesmo sob o peso da violência institucional e do sofrimento psíquico, o espaço prisional não é apenas lugar de aniquilamento: é também chão de insurgência e vida. Ali, a vida insiste, resiste e se reinventa, elaborando projetos de futuro que desafiam a ordem que pretende reduzir esses corpos à condição de mera sobrevivência.

O poder, como já indicou Foucault (2021), não é estático: ele circula, muda de lugar, reorganiza-se. Reconhecer isso é fundamental para quem ocupa posições institucionais. Saber negociar com a instituição prisional e com seus agentes requer a compreensão de que o conhecimento também é biopoder, e, por isso, pode e deve ser mobilizado em favor de movimentos de resistência e afirmação da vida.

Exige o desmantelar profundamente as estruturas psíquicas e sociais impostas pela colonialidade. Reafirma-se, assim, a importância das práticas de resistência e da contínua atualização das formas de existência. Esse caminho é também um reencontro com a própria negritude, com os traumas coloniais que nos atravessam e com a urgência de transformar dor em potência, luto em linguagem, e presença em projeto político.

O encarceramento, por si só, não fala, quem fala é a pessoa encarcerada, atravessada por múltiplas identidades, afetos e memórias que moldam suas demandas e modos de sofrimento. A prisão me ensinou que existem mil formas de privação, mas também me mostrou que a única liberdade real é a de conseguir se reinventar, por mais improvável que isso pareça.

### **Os outros, interdisciplinaridade e interseccionalidade**

Para além dos olhares vigilantes dos agentes do controle, os carcereiros do cotidiano que sustentam a lógica necropolítica do Estado, é preciso reconhecer que também entre os chamados profissionais do cuidado opera-se, muitas vezes, uma forma sutil e persistente de desumanização. Em minha trajetória no cárcere, encontrei não apenas a brutalidade direta da repressão, mas também o silêncio e a naturalização da exclusão por parte de colegas da saúde e da assistência social, sujeitos cuja prática deveria, em tese, estar comprometida com a vida.

Ao contrário, o que emergia em muitas falas era o eco de uma colonialidade interiorizada: o estigma, a indiferença e a negação do outro como sujeito pleno.

Recordo o dia em que, caminhando pelos corredores do presídio, uma mulher em situação de cárcere me perguntou por que eu a tratava com respeito, já que os outros profissionais não o faziam. Naquela pergunta habitava uma dor antiga moldada pela naturalização do desprezo como destino possível para certos corpos. Pareceu-me perturbador que alguém se visse impelida a questionar o motivo de ser tratada com dignidade, quando, na verdade, o mais urgente seria indagar as razões daqueles que escolhem tratar com violência e desumanidade. Quantas camadas de agressão e silenciamento cabem nessa frase? Como nos lembra Fanon (2008), é no corpo que o colonialismo imprime suas marcas mais profundas; e é também nesse corpo ferido, atravessado por múltiplas violências, que o afeto, longe de ser ingenuidade, emerge como gesto político, como resistência e como afirmação radical de humanidade.

Com frequência, também escutei comentários racistas, elitistas e completamente descontextualizados por parte de colegas do campo do cuidado. Embora este trabalho não tenha como foco central essa discussão, é necessário abordá-las mesmo que de forma breve. Essas experiências não apenas me atravessavam com indignação, mas também produziam efeitos subjetivos de cansaço, solidão e esgotamento.

Essa conjuntura em que profissionais que deveriam prestar assistência acaba produzindo mais violência gera iatrogenias e dificulta a oferta de cuidados adequados por parte da própria equipe (Aday & Farney, 2014). Na prática, estamos falando da sobreposição de novas camadas de punição e sofrimento a pessoas que já se encontram submetidas à penalidade institucional. Assim, Investir na formação continuada das equipes e criar espaços de diálogo sobre o cuidado em saúde no cárcere pode operar como um deslocamento ético e político: amplia-se o olhar, complexificam-se as percepções e, pouco a pouco, abre-se a possibilidade de enxergar essas pessoas não apenas como corpos punidos, mas como sujeitos de direitos, dignidade e cuidado (Aday & Farney, 2014; Techy et al., 2020).

Como estratégia de cuidado coletivo, torna-se indispensável que a interseccionalidade, o letramento racial e a crítica às necropolíticas constituam eixo estruturante dos debates e dos processos formativos de profissionais que atuam no sistema prisional. No cotidiano do cárcere, os trabalhadores da saúde precisam reconhecer, em suas práticas, as dimensões históricas do racismo que sustentam o encarceramento em massa da população negra (Borges, 2019; Davis, 2020);

compreender que as prisões não foram pensadas para mulheres e que as questões de gênero atravessam, de maneira contundente, a saúde e a qualidade de vida das mulheres encarceradas (Davis, 2020); admitir que o sistema prisional negligencia as especificidades do envelhecimento, agravando o sofrimento e degradando a saúde de pessoas idosas privadas de liberdade (Vilela et al., 2021).

É igualmente necessário considerar as experiências singulares de pessoas LGBTQIA+, cujas vivências são marcadas por processos de homofobia que se convertem em uma dupla penalização (Silveira, 2021), bem como as de pessoas com deficiência, submetidas ao capacitismo institucional e à ausência de acessibilidade adequada (Silva et al., 2018). Essas múltiplas camadas de opressão não apenas atravessam a experiência do encarceramento, como também a intensificam, produzindo vulnerabilidades acumuladas e dores que se sobrepõem. A prisão não foi pensada para a diversidade, nem para a preservação da vida: seu desenho estrutural insiste em negar a pluralidade dos corpos, das histórias e das existências que ali sobrevivem.

Em um espaço onde o racismo institucional e a lógica da necropolítica operam de forma constante, sustentar uma prática ética exige não apenas resistência individual, mas também alianças coletivas. A ética profissional implica comprometer-se com práticas mais sensíveis que se alinhem a movimentos de resistência coletivos, atentos às desigualdades estruturais que atravessam os corpos e subjetividades encarceradas. Precisamos de profissionais que não apenas atue no cárcere, mas que atue *contra* o cárcere.

### **Estratégias de cuidado de si**

A ideia de que estamos sozinhos e de que nosso sofrimento é individual constitui, talvez, uma das mais persistentes armadilhas subjetivas da colonialidade. Estratégias individuais, como a reconstrução da autoestima enquanto afirmação subjetiva insurgente são importantes (Carneiro, 2005), a qual envolve o letramento racial e o aprofundamento nas questões teóricas relacionadas à temática. Contudo, a resistência frente à colonialidade e às formas contemporâneas de desumanização racial articula-se também de forma coletiva a partir da recuperação da memória histórica como gesto de reapropriação epistêmica e existencial, e da organização política coletiva enquanto expressão do agir comunitário contra as estruturas opressoras.

Assim, reconhecer que esse sofrimento apresenta uma dimensão coletiva pode ser uma das estratégias de autocuidado mais potentes que nós, pessoas negras, podemos exercitar. Trata-

se, simultaneamente, de compreender a dor como compartilhada e de conceber o cuidado também como uma prática coletiva. Que nos convoca a reviver e atualizar a estratégia do aquilombamento (Nascimento, 2020).

Neste cenário, o quilombo não deve ser compreendido apenas como forma de resistência histórica, mas também como espaço de cuidado, apoio mútuo e pertencimento coletivo. O aquilombamento expressa não apenas a fuga, mas a construção de uma nova organização social, pautada na autonomia, na solidariedade e na insurgência frente à ordem colonial. Os quilombos, enquanto espaços de liberdade, devem ser atualizados como estratégias coletivas de resistência e reexistência. Cuidar, portanto, é também aquilombar-se, isto é, construir redes de afeto, solidariedade e proteção que rompem com a lógica individualizante do sofrimento e afirmam a vida negra como projeto político (Nascimento, 2020).

O quilombo, nesse contexto, não apenas protege aqueles que cuidam, mas configura-se como um espaço de suporte mútuo, que retroalimenta a reciprocidade e o cuidado coletivo. Eu não apenas oferecia apoio a essas pessoas; elas também me apoiavam, me ofereciam suporte e aprendizado. O cárcere, paradoxalmente, possibilitou trocas subjetivas profundas e fortaleceu meu caminho rumo à cura no sentido fanoniano, uma cura que não se limita à restauração individual, mas implica um processo de reconstrução da dignidade, da identidade e da capacidade de ação frente às marcas da colonialidade (Fanon, 1968; Fanon, 2008).

A descolonização é sempre um processo de ruptura violenta, mas também de reconstrução subjetiva, em que os sujeitos oprimidos recuperam sua capacidade de agir sobre o mundo (Fanon, 1968; Fanon, 2008). No cárcere, essa dinâmica se manifesta na recusa a ser reduzido ao estatuto de objeto, tanto para mim, enquanto psicólogo negro inserido nesse contexto, quanto para as pessoas que resistem ao encarceramento e para seus familiares, que afirmam cotidianamente a potência de existir apesar das tentativas sistemáticas de desumanização.

Escrever sobre esse percurso é, para mim, também uma forma de elaborar sentidos e compreender as camadas ético-políticas que atravessam essa experiência (Evaristo, 2017). A memória constitui a narrativa da pessoa e do universo que a habita, inscrita nas experiências que se desenrolam no tempo vivido (Bosi, 1994). É nessa narrativa das minhas escrevivências, como psicólogo negro, que identifico movimentos emancipatórios de cuidado, tanto individuais quanto coletivos. Falar de mim é romper o silêncio imposto pelas estruturas que desautorizam a experiência daqueles que habitam as margens (Kilomba, 2020; Evaristo, 2017). Narrar-se, portanto, torna-se uma

estratégia de resistência epistêmica e existencial, um modo de reconfigurar o lugar do negro na produção de saberes sobre o humano.

É necessário retomar uma ideia já anunciada neste texto, mas que não deve perder sua centralidade: o cárcere, tal como o conhecemos, não se sustenta por acaso. Ele é mantido por uma estrutura histórica e política que se alimenta de disputas de poder e de regimes de verdade que legitimam sua existência (Foucault, 2014; Pereira & Santos, 2020). Problemas dessa magnitude não se resolvem por meio de esforços isolados. Um conselho que deixo especialmente aos psicólogos que iniciam suas trajetórias nesse campo é o reconhecimento dessas dimensões macroestruturais, para que não sejamos capturados pela ilusão de que nossas ações individuais, por si só, transformarão o sistema.

Centrado no pensamento de Martín-Baró (1996), compreende-se que não está nas mãos do psicólogo, enquanto tal, mudar as injustas estruturas socioeconômicas. Contudo, cabe-lhe intervir nos processos subjetivos que sustentam e viabilizam essas estruturas injustas; e, mesmo que não lhe caiba conciliar as forças e os interesses sociais em disputa, compete-lhe ajudar a encontrar caminhos que substituam hábitos violentos por práticas mais racionais. Em outras palavras “propõe-se como horizonte do seu que/fazer a conscientização, isto é, ele deve ajudar as pessoas a superarem sua identidade alienada, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas do seu contexto” (Martín-Baró, 1996, p.7).

Insisto: práticas individuais não desmantelam a lógica prisional. Contudo, podem produzir fissuras, deslocamentos e impactos concretos, ainda que discretos, no cotidiano das pessoas privadas de liberdade, e isso não é pouco. Paralelamente, é imprescindível pensar em estratégias mais amplas, que envolvam a construção e a efetivação de leis e políticas públicas comprometidas com a garantia de direitos dessa população, bem como com o enfrentamento do racismo, da violência de gênero e de outras formas de opressão que atravessam e sustentam o encarceramento.

Lidar com o racismo institucional não é uma tarefa técnica, é um enfrentamento cotidiano que não está escrito nos manuais e nem nas normas e referências dos conselhos de classe. Exige vigilância constante para não sucumbir ao plano da colonialidade, para não adoecer na tentativa de cuidar. Por isso, é urgente também aquilombar o cuidado do próprio cuidador. Reconhecer que nós profissionais precisamos de redes de apoio, espaços de escuta e práticas restaurativas que sustentem nossa integridade psíquica.

A saúde mental de psicólogos e psicólogas negros, assim como de profissionais da psicologia em suas múltiplas interseccionalidades, especialmente aqueles atravessados por identidades historicamente marginalizadas, no contexto do cárcere, depende da possibilidade

de nomear a dor, politizar o sofrimento e partilhar afetos com outros corpos que também resistem. Cuidar de si torna-se, então, um gesto contracolonial: movimento ético e político que sustenta a continuidade do cuidado com o outro.

## **15. Algumas Conclusões - Estudo II**

O presente trabalho buscou problematizar, a partir de uma escrita situada, os atravessamentos éticos, políticos e subjetivos produzidos pelo contato prolongado com o sistema prisional, articulando memória, escrevivência e reflexão teórica como ferramentas de análise crítica da atuação da Psicologia nesse cenário. Ao longo do percurso analítico, tornou-se evidente que a aproximação com as unidades prisionais, inicialmente na condição de pesquisador e posteriormente como psicólogo, produziu deslocamentos significativos na compreensão do crime, da punição e das pessoas privadas de liberdade, exigindo uma leitura interseccional, histórica e descolonial da realidade penal.

No primeiro movimento reflexivo, dedicado ao encontro inicial com o universo prisional, evidenciou-se que a inserção nesse território mobiliza processos intensos de revisão subjetiva, tensionando concepções moralizantes e punitivistas frequentemente naturalizadas na formação social e profissional. A convivência com as pessoas encarceradas rompe a ilusão de neutralidade e revela que o cuidado, nesses espaços, só se torna possível quando atravessado por implicação crítica, reconhecimento das próprias marcas sociais e disposição para transformar as formas de olhar e de escutar. O contato direto com a prisão mostrou que as fronteiras entre quem cuida e quem é cuidado são menos rígidas do que se imagina, sendo atravessadas por histórias comuns de exclusão, racialização e desigualdade.

No momento seguinte, ao abordar a queda como metáfora do confronto com a realidade institucional, destacou-se que o cotidiano prisional se apresenta marcado por precariedade material, improvisação permanente e ausência sistemática de direitos. O impacto desse encontro produz efeitos emocionais e políticos que ultrapassam o campo individual, revelando que o sistema penal se sustenta por discursos históricos de criminalização e desumanização dirigidos, sobretudo, a corpos negros e periféricos. Nesse processo, a empatia deixa de ser compreendida como habilidade individual e passa a ser entendida como construção histórica e social, dependente de um posicionamento crítico diante das estruturas que produzem o encarceramento em massa.

Ao discutir as marcas do racismo institucional na trajetória do psicólogo negro, tornou-se evidente que as relações de poder presentes na prisão não se dirigem apenas às pessoas custodiadas, mas também atravessam os trabalhadores, especialmente quando estes ocupam lugares socialmente racializados. As situações relatadas demonstram que o reconhecimento profissional do corpo negro permanece constantemente sob suspeita, exigindo reafirmações contínuas de legitimidade. Tal dinâmica evidencia que a prisão não constitui um espaço isolado, mas prolonga, em sua forma mais explícita, as hierarquias raciais e sociais que estruturam a sociedade brasileira, tornando visível que o controle exercido dentro dos muros encontra continuidade fora deles.

No eixo dedicado às negociações institucionais e aos espaços possíveis de afeto, discutiu-se que, embora a prisão opere como dispositivo disciplinar e necropolítico, ela não se apresenta como estrutura totalmente fechada. Mesmo sob forte vigilância, emergem brechas que permitem a construção de práticas de cuidado e de resistência. A atuação do psicólogo, nesse cenário, implica negociar continuamente com a lógica institucional, utilizando o próprio saber como instrumento para produzir deslocamentos, ainda que limitados, na engrenagem cotidiana da desumanização. Gestos aparentemente simples — favorecer um encontro familiar, sustentar um espaço de escuta, garantir o acesso à educação — assumem dimensão política, pois afirmam a possibilidade de vida em um ambiente organizado para a contenção e o controle.

Na discussão sobre interdisciplinaridade, interseccionalidade e práticas de cuidado, evidenciou-se que a violência institucional não se restringe às ações repressivas, podendo também ser reproduzida por profissionais do campo da saúde e da assistência quando estes operam a partir de concepções estigmatizantes ou descontextualizadas. A ausência de formação crítica favorece a naturalização do sofrimento e contribui para a produção de iatrogenias, reforçando a necessidade de incorporar, na atuação profissional, perspectivas que considerem as interseções entre raça, gênero, classe, sexualidade, envelhecimento e deficiência. Reconhecer essas camadas de opressão é condição fundamental para que o cuidado não se transforme em mais um mecanismo de controle.

No último eixo, voltado às estratégias de cuidado de si e de resistência coletiva, foi possível compreender que a atuação no sistema prisional também produz impactos profundos sobre quem cuida, exigindo a construção de formas de sustentação subjetiva e política. O reconhecimento do sofrimento como fenômeno coletivo, e não apenas individual, permite deslocar a lógica da culpabilização e abrir espaço para práticas de apoio mútuo. Nesse sentido, a noção de aquilombamento surge como imagem potente para pensar o cuidado como construção compartilhada, capaz de articular memória, pertencimento e resistência diante das

violências estruturais. Cuidar de si, nesse cenário, deixa de ser gesto individualizante e passa a constituir prática ética e política de sobrevivência.

Tomadas em conjunto, as discussões apresentadas indicam que o sistema prisional deve ser compreendido como parte de uma engrenagem histórica de controle social, na qual se articulam racismo, desigualdade econômica, colonialidade e políticas de exclusão. A atuação da Psicologia nesse território não pode limitar-se à aplicação de técnicas, sendo convocada a assumir posicionamento crítico diante das condições que produzem sofrimento e desumanização. Ainda que intervenções individuais não sejam capazes de alterar, por si só, a estrutura penal, elas podem produzir fissuras importantes no cotidiano institucional, afirmando a dignidade onde ela é sistematicamente negada.

Por fim, escrever a partir da própria trajetória, articulando memória e teoria, revela-se também um gesto epistemológico e político. A escrevivência permite produzir conhecimento comprometido com a realidade vivida, rompendo com narrativas que silenciam sujeitos historicamente marginalizados. Pensar o cárcere, portanto, não implica apenas descrevê-lo, mas reconhecer os modos pelos quais ele nos atravessa, nos transforma e nos convoca a reinventar práticas de cuidado, resistência e produção de vida, mesmo em territórios marcados pela violência.

## 16.Considerações Finais

Adotar uma perspectiva feminista permite utilizar a interseccionalidade como categoria de análise, possibilitando problematizações que escapam à abordagem científica tradicional. Desvelou-se, na análise das narrativas, as múltiplas camadas de opressão e as penalizações adicionais à pena jurídica, associadas ao gênero, à geração e a outras formas de subalternização que se somam às identidades dessas mulheres.

A priori, conclui-se que mulheres que envelhecem em situação de cárcere estão aprisionadas não apenas pelas grades, mas também por prisões estruturais e simbólicas que reforçam desigualdades históricas e intensificam as violências no decurso do encarceramento. Ao invés de tratarmos o envelhecimento como uma etapa universal ou linear da vida, o estudo reconhece os envelhecimentos e as velhices como construções socialmente situadas, múltiplas e atravessadas por relações de poder.

Embora as mulheres investigadas ainda não estejam na faixa etária convencionalmente caracterizada como velhice (60 anos ou mais), os danos provocados por longas penas já se manifestam em seus discursos, revelando os efeitos penais sobre seus corpos e subjetividades. Ademais, torna-se necessário o incentivo a novos estudos, com abordagens metodológicas variadas que aprofundem a compreensão do fenômeno do envelhecimento no cárcere contribuindo para o desenvolvimento de estratégias intersetoriais de cuidado e justiça.

Reforça-se não apenas a necessidade de reformulação das prisões para que se adequem às especificidades do envelhecimento feminino, mas também a urgência da adoção de medidas alternativas ao encarceramento. Contudo, diante do atual cenário fazemos coro à provocação de Balbuglio e Silva (2018), que, frente a tantas iniquidades em saúde, jurídicas e sociais, defendem a liberdade como a única medida possível para mulheres idosas em situação de prisão.

Ademais, falar da atuação de um psicólogo negro no cárcere é também falar dos impactos subjetivos e emocionais que esse lugar imprime. Estar cotidianamente exposto à dor, à violência institucional e à reprodução de práticas desumanizadoras afeta profundamente a saúde mental de quem se recusa a naturalizar o sofrimento. Para o psicólogo negro, com letramento racial, esse peso se intensifica: não se trata apenas de assistir ao sofrimento alheio, mas de reconhecê-lo como um espelho que devolve fragmentos de si mesmo, uma dor que reverbera, atravessa e compromete.

Ao longo dos últimos oito anos em constante contato com pessoas privadas de liberdade e com o ambiente carcerário, participando de suas rotinas, em conversas informais, mediando oficinas, realizando atendimentos individuais e conduzindo entrevistas, fui construindo um cenário marcado pela diversidade de afetos e saberes.

Encerrar essa reflexão exige reconhecer que ocupar o lugar de psicólogo negro dentro do sistema prisional é, por si só, um ato político. É também um enfrentamento constante às forças do racismo institucional, que não apenas atravessam os corpos encarcerados, mas também tentam silenciar e disciplinar aqueles que, como eu, ousam tensionar as estruturas desde dentro. Somos interpelados a operar como gestores da ordem, mas escolhemos afirmar práticas de escuta, cuidado e resistência.

É nesse espaço de tensão que minha existência profissional se ancora: entre a dor que me atravessa como homem negro e o compromisso ético de não reproduzir os dispositivos de exclusão que sustentam a necropolítica. Atuar nesse campo é buscar fissuras onde ainda se possa respirar, onde se possa aquilombar, sustentar afetos e produzir formas de vida.

Ubuntu, filosofia africana, nos ensina que não se trata apenas de sobreviver individualmente, mas de construir caminhos coletivos de dignidade. Ser psicólogo negro nesse cenário é, pois, resistir com o corpo, com a palavra e com os movimentos contracoloniais. É transformar a prática psicológica em instrumento de insurgência e em linguagem de cuidado que reconhece, na dor compartilhada, a possibilidade de reconstruir o mundo.

Do ponto de vista acadêmico, recomenda-se o fortalecimento de pesquisas que tratem os envelhecimentos e as velhices como construções socialmente situadas, incorporando abordagens qualitativas, interseccionais e decoloniais. Estudos longitudinais, etnográficos e narrativos podem aprofundar a compreensão dos efeitos cumulativos das penas prolongadas e subsidiar análises mais complexas sobre saúde mental, gênero, raça e envelhecimento em contextos de privação de liberdade.

No âmbito técnico, é imprescindível a formulação de políticas e práticas intersetoriais que reconheçam as especificidades do envelhecimento feminino no cárcere, com protocolos de cuidado em saúde física e mental sensíveis ao gênero, à raça e ao curso de vida. Recomenda-se, ainda, a ampliação e priorização de medidas alternativas ao encarceramento, especialmente para mulheres que apresentam sinais de adoecimento decorrentes do tempo de prisão, alinhando-se às evidências que apontam a inadequação estrutural das prisões para o cuidado e a promoção de saúde.

Sob a perspectiva ética, a atuação profissional no sistema prisional, em especial da Psicologia, exige posicionamento crítico frente às violências institucionais e ao racismo

estrutural que atravessam tanto as pessoas encarceradas quanto os profissionais. Reforça-se a necessidade de práticas comprometidas com os princípios dos direitos humanos, da não naturalização do sofrimento e da recusa em operar exclusivamente como dispositivos de controle e disciplinarização. Para psicólogos negros, esse compromisso ético é indissociável de uma prática politicamente situada, que reconhece os impactos subjetivos do trabalho no cárcere e legitima estratégias de cuidado de si, supervisão, apoio coletivo e aquilombamento profissional.

### **17. Notas finais: sobre permanecer vivo em territórios de morte**

Há algo no cárcere que parece empurrar essas mulheres em direção à morte. No entanto, ao acompanhar suas histórias de vida, torna-se evidente que a morte não surge apenas como efeito da prisão, mas como horizonte que as atravessa muito antes da entrada no sistema penal. O que se pode concluir é que essas mulheres estão, permanentemente, lutando para permanecer vivas. Reiteradas vezes, em diferentes momentos de suas trajetórias, encontram-se em situações nas quais a morte aparece como possibilidade concreta, seja pela violência, pela fome, pelo abandono, pelo sofrimento psíquico, pelo uso de drogas, pelas relações abusivas ou pela própria estrutura social que as empurra para as margens.

Há também uma repetição de padrões, uma circularidade de destinos e um cenário persistente de desesperança, no qual a prisão de uma mulher frequentemente significa deixar para trás mães idosas sem cuidado, filhos e filhas jovens desassistidos, famílias fragilizadas que, não raramente, serão também capturadas pela maquinaria punitiva do Estado. Diante de tudo isso, impõe-se uma pergunta difícil: é possível romper com esse ciclo? É possível imaginar outros destinos em meio a um cenário que parece constantemente reorganizar as mesmas trajetórias de exclusão? E, nesse lugar, surge uma tarefa inquietante: como cuidar de quem parece ter sido marcado para morrer? Como sustentar práticas de cuidado em um sistema que administra vidas como se algumas fossem descartáveis? Como manter viva quem o próprio ordenamento social empurra para a morte?

Essas perguntas não dizem respeito apenas às pessoas encarceradas. Dizem respeito também a nós, profissionais, especialmente quando somos atravessados pelas mesmas estruturas que produzem o sofrimento que tentamos cuidar. Para nós, pessoas negras, o racismo não se limita ao cárcere; ele atravessa os espaços de cuidado, as instituições, a universidade, o trabalho, a vida cotidiana. E, em meio a tantas violências explícitas e silenciosas, talvez a

pergunta mais radical seja outra: como nos manter vivos? Como não adoecer? Como não sucumbir aos efeitos psíquicos do racismo e de suas intersecções? Como permanecer vivos, física e mentalmente, em meio à desesperança?

Falar sobre manter-se vivo em contextos atravessados pelo encarceramento, pelo racismo estrutural e pelas múltiplas formas de exclusão não é um exercício retórico, mas uma exigência ética e política. Ao longo deste trabalho, tornou-se evidente que a ameaça da morte não se apresenta apenas como evento biológico, mas como horizonte social que acompanha determinadas vidas desde muito cedo. As trajetórias dessas mulheres revelam a repetição de violências, ausências e precariedades que se acumulam ao longo do tempo, produzindo um cenário no qual sobreviver deixa de ser algo dado e passa a ser uma conquista cotidiana. O cárcere torna esse processo mais visível, mais duro e mais imediato, mas a análise interseccional permite perceber que ele é apenas um dos elos de uma cadeia mais extensa de dispositivos que administram quem pode viver e quem pode morrer. Permanecer vivo, nesse contexto, é sempre um trabalho, um esforço contínuo, uma luta que se dá ao mesmo tempo no plano individual e coletivo

Esse movimento de permanecer vivo exige também enfrentar a desesperança. Em cenários marcados pela repetição de ciclos de pobreza, violência e encarceramento, a sensação de que os destinos já estão traçados torna-se uma das formas mais potentes de controle. Como nos lembra Paulo Freire (2014), a esperança não é espera passiva, mas prática histórica, gesto ativo de quem se recusa a aceitar que o mundo está definitivamente dado. Manter-se vivo implica sustentar a capacidade de imaginar futuro mesmo quando o presente parece fechado, implica recusar a naturalização da morte social que atinge determinados corpos e insistir na possibilidade de outros caminhos. Nesse sentido, falar de vida em contextos de morte é também uma forma de interromper a repetição e abrir fissuras no que parece inevitável.

O corpo, nesse cenário, torna-se território central dessa disputa. Como indicam Fanon (2008) e Mbembe (2018), a violência colonial e racial incide sobre corpos específicos, transformando-os em alvos preferenciais de controle, vigilância e punição. Permanecer vivo, muitas vezes, é simplesmente continuar habitando o próprio corpo quando tudo parece organizado para torná-lo descartável. Mesmo quando algumas vidas são consideradas menos dignas de luto, menos reconhecidas como vidas plenamente humanas. Resistir, portanto, é afirmar a própria existência diante de um mundo que insiste em negar seu valor. As histórias dessas mulheres mostram que sobreviver não é ausência de sofrimento, mas capacidade de continuar existindo apesar dele.

Nesse processo, o cuidado assume uma dimensão contracolonial. Em espaços organizados pela lógica do controle e da punição, cuidar deixa de ser apenas um ato técnico para se tornar um gesto político, implicado na defesa da vida e na afirmação da humanidade. Nessa perspectiva, o amor, o cuidado e a solidariedade podem ser compreendidos como práticas de liberdade, capazes de sustentar a existência mesmo em cenários marcados pela violência institucional. Nesses espaços de desumanização, cuidar, escutar, acolher e construir vínculos tornam-se atos profundamente subversivos (Hooks, 2006). Abdias Nascimento (2020), ao retomar a ideia de aquilombamento, mostra que sobreviver nunca foi um gesto solitário, mas coletivo, construído em redes de solidariedade, memória e resistência. Deixar o outro vivo, portanto, é também condição para permanecer vivo.

Essa reflexão não se aplica apenas às pessoas encarceradas, mas também àqueles que trabalham nesses territórios. Para quem cuida, sobretudo quando atravessado pelas mesmas marcas de raça, classe e gênero que produzem o sofrimento que se tenta acolher, manter-se vivo também se torna uma tarefa. Nesses contextos, o sujeito ocupa simultaneamente o lugar de cuidador e de alvo, sendo afetado pelas mesmas estruturas que produzem a dor que ele busca escutar e sustentar.

Mecanismos como o racismo, o biopoder e as tecnologias de controle não atuam apenas sobre o corpo, mas também sobre a psique, produzindo processos de docilização das subjetividades e deixando marcas profundas que exigem elaboração constante (Fanon, 2008; Foucault, 2014). O sofrimento, portanto, não é apenas individual, mas socialmente produzido, inscrito nas relações de poder que organizam a vida.

Nesse sentido, narrar a própria experiência torna-se uma forma de romper o silêncio imposto pela colonialidade e de recuperar a possibilidade de existir como sujeito. Como lembra Kilomba (2020), falar, escrever, lembrar e partilhar são gestos que desafiam o apagamento e permitem reinscrever a própria história. Essas práticas funcionam como estratégias de sobrevivência, especialmente para aqueles que vivem e trabalham em contextos marcados pela violência estrutural. Cuidar de si, nesse cenário, não se confunde com individualismo. Trata-se de uma condição ética e política para continuar cuidando do outro. Sustentar a própria vida, elaborar as próprias feridas e preservar a possibilidade de sentir e de pensar tornam-se parte do trabalho de cuidado, sobretudo em territórios onde a morte, simbólica ou concreta, se apresenta como horizonte permanente.

Manter-se vivo implica elaborar a dor, reconstruir sentidos, reinventar formas de existir; deixar o outro vivo exige sustentar práticas de cuidado, produzir vínculos, criar brechas onde a estrutura insiste em produzir morte. Trata-se de um movimento contínuo de resistência que

não se faz sozinho, mas na relação, na partilha, na construção de redes de apoio, na possibilidade de reconhecer no outro não um inimigo, mas alguém igualmente atravessado por histórias de violência e sobrevivência Talvez seja esse o trabalho ético que atravessa tanto as mulheres que resistem ao encarceramento quanto aqueles que, implicados nesse campo, tentam sustentar práticas de cuidado sem sucumbir ao desânimo: insistir na vida quando tudo parece organizado para negá-la

As histórias dessas mulheres, marcadas por perdas, rupturas e recomeços, mostram que a vida insiste mesmo onde tudo parece organizado para negá-la. Há nelas sinais de que sobreviver é um gesto repetido ao longo das gerações, uma tentativa constante de escapar da morte social que se reinventa sob diferentes formas. Talvez por isso, falar de vida neste cenário seja também um modo de interpelar a desesperança, de recusar a ideia de que certos destinos são inevitáveis. Conceição Evaristo sintetiza esse movimento histórico de resistência ao afirmar que “eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”. Permanecer vivo, aqui, não significa apenas continuar respirando, mas sustentar a possibilidade de existir com dignidade, de cuidar e de ser cuidado, de criar laços, de imaginar futuro.

Este trabalho não oferece respostas definitivas sobre como nos manter vivos, nem poderia. Mas aponta para a necessidade de que essa pergunta permaneça aberta e orientando nossas práticas. Em contextos atravessados pela necropolítica, insistir na vida torna-se um projeto ético, coletivo e permanente. Manter-se vivo e deixar o outro viver talvez seja, afinal, a tarefa mais complexa que nos resta.

*Acima de tudo e de todos, inconstante em seu próprio lugar. Todavia, transparente aos nossos olhos: há tempo para todas as coisas. Há tempo para tudo se iniciar e terminar. O tempo do plantio, o tempo da colheita. O tempo não acontece exatamente da maneira que você quer. O tempo é o melhor que se pode ser. Portanto, respire, inspire, respire de novo e aguarde mais uma vez. Viva o tempo das coisas. (Majur, 2025).*

## **18. Iroko (o tempo) dos pretos: um adendo para pensar meu próprio envelhecer**

Na cultura afro-brasileira, Iroko é reconhecido como árvore sagrada e, no Candomblé, especialmente na nação Ketu, também como orixá vinculado ao tempo e à ancestralidade. Ao mobilizar Iroko como referência simbólica, falo, inevitavelmente, de mim. Falo do modo como o tempo atravessa meu corpo, minha trajetória e minha experiência enquanto homem preto. Estar vivo, nesse contexto, não é apenas um dado biológico, mas um acontecimento político: é privilégio, mas também é precariedade. Viver mais, para nós, não equivale, necessariamente, a viver melhor. O tempo que desejo é o mesmo que me interpela com medo, pois alongar a vida não suspende as violências que a moldam. Assim, minha relação com o tempo é ambígua: anseio pela duração, mas reconheço que ela se constrói sob condições históricas que produzem desgaste, vigilância e cansaço. Envelhecer, aqui, é também negociar com Iroko os limites entre resistência, sobrevivência e permanência.

Foi a partir de uma provocação feita na banca de qualificação desta tese, pela professora Doris Rabelo, que fui instado a explicitar minha perspectiva sobre o envelhecimento, ou, mais precisamente, a pensar sobre o meu próprio envelhecer. Ao situar-me como homem negro, de 34 anos, gay, oriundo do Recôncavo da Bahia, revisei não apenas categorias analíticas, mas também feridas abertas, medos persistentes e angústias que atravessam minha trajetória. Naquele momento, vi-me frente a frente com o tempo e com a minha própria velhice. O reflexo ainda jovem no espelho foi inundado por inúmeras reflexões, e aquilo que antes sequer atravessava meus pensamentos fez-se linguagem, desvelando-se agora nesta escrita. Entre choros, angústias e múltiplas afetações, permiti-me realizar essa travessia.

Percebi, então, que a dificuldade em olhar para o meu envelhecimento e em projetar minha própria velhice se ancora, ao menos, em dois lugares. O primeiro diz respeito aos estigmas e preconceitos historicamente associados à velhice. O segundo, mais profundo e estrutural, remete à constatação de que sujeitos como eu, marcados por interseções de raça, sexualidade, território e classe, têm, historicamente, o direito ao envelhecimento negado.

Pensar o envelhecer sendo um homem negro, no contexto brasileiro, implica confrontar um projeto social que reserva a muitos dos meus pares destinos precocemente interrompidos: o caixão ou a prisão. Trata-se de um país em que o Estado, por meio de suas forças de segurança, figura entre os principais produtores de morte, incidindo de forma desproporcional sobre corpos pretos jovens. Soma-se a isso a violência sistemática dirigida à população

LGBTQIA+, que reforça a mensagem de que certas existências são descartáveis. O racismo, articulado à homofobia, opera como violência estrutural que não apenas precariza o presente, mas também sequestra o futuro, afastando-me, e a tantos outros, da possibilidade concreta de envelhecer.

Em diálogo com o pensamento de Bell Hooks<sup>3</sup>, quando afirma que “nós, negros, temos sido profundamente feridos, feridos até o coração, e que essa ferida emocional afeta nossa capacidade de sentir e, conseqüentemente, de amar”, ao referir-se aos efeitos da colonialidade, das divisões raciais e da escravização sobre a subjetividade das pessoas negras, tenho expandido essa reflexão para o campo do tempo e do envelhecimento. Esse contexto histórico não apenas produziu dores psíquicas e afetivas, mas minou, de forma persistente, nosso desejo de viver o tempo, nossa perspectiva de futuro e nossa capacidade de imaginar velhices negras possíveis, e, sobretudo, velhices negras atravessadas por amor, afeto e dignidade.

Aquele a quem é negada a perspectiva de futuro, a quem é subtraído o privilégio do tempo, encontra-se, de certo modo, morto. Trata-se de uma morte simbólica, operada pela morte social e pela negação sistemática de direitos; uma morte produzida pelo encarceramento, que sequestra projetos de vida e limita radicalmente as possibilidades de existência; ou ainda pela morte concreta, instituída como destino provável. Muitos homens pretos não chegam à velhice. E, ainda jovens, privados da possibilidade de imaginar o amanhã e de projetar o próprio envelhecer, passam a habitar uma condição de mortos em vida, sobrevivendo em um presente contínuo, sem horizonte temporal que lhes permita sonhar, durar ou envelhecer.

As feridas coloniais e as múltiplas reverberações de um sistema que opera inumeráveis violências sobre nossos corpos inscrevem-se, também, em nossa subjetividade. Muitas vezes, de forma não consciente, produzem a velhice, ou a possibilidade de uma boa velhice, como algo distante, quase inalcançável. Venho de uma família de configuração marcadamente matriarcal, na qual as figuras mais representativas sempre foram as mulheres mais velhas, sustentáculos afetivos e materiais, verdadeiras matriarcas. Sou, ainda, fruto de uma trama familiar inter-racial: a família de meu pai é composta majoritariamente por pessoas pretas, enquanto a de minha mãe se constitui pelo entrelaçamento entre pessoas brancas e pardas de pele clara. Ao interrogar minhas referências e ancestrais idosos, retorno, inevitavelmente, às mulheres negras que atravessaram minha história.

---

<sup>3</sup>Hooks, b. (n.d.). *Vivendo de amor* (M. Mendonça, Trad.). Geledés – Instituto da Mulher Negra. <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>

Minha bisavó materna viveu até aproximadamente os 80 anos. Minha avó materna exerceu a maternidade reiteradas vezes e, mesmo já se aproximando da velhice, seguia cuidando dos netos. Em muitos momentos, dividiu com minha mãe os cuidados e os afetos dirigidos a mim. Morreu aos 60 anos, vítima de um infarto, uma idade ainda jovem, embora socialmente naturalizada como propensa a esse tipo de adoecimento em mulheres, dadas as condições culturais e sociais que atravessam suas trajetórias. Mulher negra, mãe de sete filhos, minha avó sustentou, ao longo de toda a vida, o trabalho do cuidado de forma ininterrupta. Sofreu violências emocionais perpetradas por meu avô, homem branco, que mantinha outras relações afetivas e transitava entre duas famílias. Ela não foi sua primeira esposa e arcou com o ônus de viver com um homem “casado” com outra mulher, branca.

Ainda assim, cuidou dele até o fim da vida, quando passou a enfrentar graves problemas respiratórios. Cuidou de sua própria mãe acamada e com deficiência; cuidou dos filhos e dos netos. Talvez, no entanto, nunca tenha cuidado de si. Não teve o privilégio de usufruir de sua velhice. Ao longo de todo o curso de sua existência, foi atravessada por violências estruturais que sequestraram o tempo que poderia ser seu. Do outro lado, meu avô branco gozou de inúmeros privilégios, inclusive o de ser socialmente reconhecido como um homem “bondoso”. Coube à minha avó assumir o ônus das lutas, do trabalho dentro e fora de casa, como meio possível para garantir a sobrevivência da família.

Em uma conversa telefônica com minha mãe, ao falar sobre a escrita deste trecho da tese, emergiu de sua memória mais elementos sobre a trajetória de minha avó. Os fatos que aqui se inscrevem chegam mediadas pelas lembranças maternas: minha avó começou a trabalhar aos nove anos de idade, em casas de família, nas plantações e no cultivo do fumo. Ainda jovem, assumiu o cuidado de sua própria avó.

Chegamos, com pesar, à constatação de que ela foi uma mulher privada do direito à infância, à juventude e, posteriormente, à velhice de forma plena. Sua história entrecruza-se com a de tantas outras mulheres negras no Brasil, cujas trajetórias são marcadas por interrupções, silenciamentos e sobrecargas precoces. Recordo, ainda, o aspecto envelhecido que minha avó apresentava, as marcas inscritas em seu corpo como vestígios de uma vida atravessada por múltiplas violências. A velhice não se constitui apenas na velhice: ela é produzida ao longo da vida, e minha avó não dispôs de recursos materiais, simbólicos ou sociais que lhe permitissem chegar a essa etapa de forma digna e saudável.

Nessa reflexão, consigo identificar, com tristeza, as marcas do racismo e do patriarcado operando concretamente na vida de minha avó, conformando limites, destinos e possibilidades. Hoje, acompanho o processo de envelhecimento de minha mãe e de minhas tias, ainda que sob

condições menos vulneráveis. Minha mãe agora com 60 anos, ingressa oficialmente na velhice. Meu desejo é que ela possa usufruir de uma velhice digna e plena, sem os atravessamentos econômicos e sociais que pesaram de forma tão contundente sobre as mulheres que a antecederam.

Contudo, minha mãe segue trabalhando como agente de serviços gerais em uma escola, desempenhando atividades que já não se mostram compatíveis com sua idade, em evidente contramão às garantias sociais formalmente asseguradas. Ainda lhe faltam alguns anos para que possa se aposentar e, finalmente, descansar das exigências do trabalho formal. Minha mãe, por sua vez, ingressou há alguns anos na universidade pública, no curso de Serviço Social, o que me provoca profunda alegria e orgulho. Trata-se de um movimento que lhe foi interdito na juventude, período em que, assim como minha avó, esteve majoritariamente situada em posições de cuidado e responsabilização precoce. Sua entrada no ensino superior inscreve outra possibilidade de velhice, que não se reduz à precariedade, mas se constrói também a partir do acesso às políticas públicas, da ampliação de direitos e da afirmação da vontade de viver.

Da família paterna, guardo poucas lembranças, uma vez que fui criado, majoritariamente, no seio da família materna. Ainda assim, lembro-me de minha avó paterna, mulher negra, silenciosa, de afetos contidos, quase sempre sentada à porta. Recordo-me também de meu avô paterno, homem negro, com importantes declínios cognitivos decorrentes de um acidente vascular cerebral. Assim, minhas referências de velhice se constroem, sobretudo, a partir das mulheres negras. São essas mulheres que moldam minha compreensão do envelhecer, as mesmas cujos envelhecimentos acompanho, hoje, no cárcere.

As histórias das minhas avós, mulheres pretas, ainda que acionadas aqui como recurso para pensar a minha própria velhice, não se configuram como narrativas individuais. Trata-se de trajetórias coletivas, inscritas no tempo histórico e compartilhadas por tantas outras mulheres negras. Suas experiências não dizem apenas de si, mas refletem, de forma contundente, as velhices possíveis no Brasil.

Ao retornar à reflexão sobre o envelhecimento a partir da perspectiva masculina, aciono fragmentos da minha memória. Lembro-me, com nitidez, da ausência de acesso adequado à saúde vivenciada por meu avô paterno, das internações recorrentes em hospitais públicos e das limitações impostas por esse sistema. Em contraste, recordo o acesso à saúde privada e as internações em hospitais particulares de meu avô materno. Essas experiências evidenciaram, desde cedo, desigualdades que não eram apenas econômicas, mas profundamente racializadas. Também me recordo do estranhamento que sentia diante das expressões de afeto na família materna e da rigidez, da contenção emocional e da solidez normativa presentes na família

paterna. Essas diferenças tornaram-se mais inteligíveis à medida que dialoguei com as reflexões de Bell Hooks, já mobilizadas neste texto, especialmente no que tange aos efeitos do racismo e da colonialidade sobre a capacidade de sentir, amar e expressar afeto.

A velhice negra de meu avô paterno foi atravessada por vulnerabilidades múltiplas; a velhice de meu avô materno, por sua vez, foi sustentada pelos privilégios da branquitude. Essa assimetria revela como raça organiza, de maneira estrutural, não apenas as condições de vida, mas também as possibilidades de envelhecer.

Ao pensar a velhice de homens negros a partir da juventude, minha memória se amplia para além da família. Lembro-me de cada amigo, jovens do meu bairro, da minha escola, cujas vidas foram interrompidas precocemente, seja pela ação direta de agentes do Estado, seja pela violência associada ao tráfico. Recordo-me também de amigos cujos caminhos foram atravessados pela criminalização e pelo encarceramento. E de outros jovens, casos noticiados nas mídias, que não tiveram a possibilidade de inscrever-se em outra temporalidade, de projetar um futuro, de imaginar a própria velhice. São vidas marcadas por uma juventude abreviada e por um tempo sequestrado, que ajudam a compreender por que, para tantos homens negros, envelhecer permanece menos como expectativa e mais como exceção.

Trago à memória também todas as vezes em que retorno à minha cidade natal e reencontro outros jovens senhores que, assim como eu, seguiram percursos diferentes. Sempre me impressiono: como fulano está diferente, fulana se casou, o filho de ciclano já tem dez anos e me chama de tio. Esses encontros me fazem perceber, de forma quase repentina, que eu também estou envelhecendo. Faz dez anos que não via alguém, e, de repente, o tempo se revela no rosto, nas histórias, nos caminhos que cada um construiu.

Há, nesses reencontros, algo de celebração e de espanto. Celebrar a vida e as conquistas daqueles que ousaram envelhecer, que atravessaram dificuldades, mudanças e incertezas, e ainda assim seguem presentes, reinventando-se. Envelhecer, nesse sentido, deixa de ser apenas passagem do tempo e se torna também marca de permanência e de continuidade.

Ao pensar as interseções entre envelhecimento e sexualidade, reconheço-me como parte da geração pós-boom do HIV, talvez a primeira geração de homens gays que, em número e visibilidade inéditos, poderá chegar à velhice afirmando publicamente sua sexualidade. Trata-se de uma geração que sobreviveu a um projeto histórico de extermínio simbólico e material, mas que ainda envelhece sem referências consolidadas. São escassas as imagens, as narrativas e os lugares sociais destinados aos

homens gays velhos. As sexualidades não normativas e suas velhices permanecem, em grande medida, situadas em um limbo histórico, pouco pensadas, pouco representadas, pouco desejadas.

Ao revisitar minhas memórias em busca de homens gays velhos que tenham atravessado minha vida, encontro o vazio. Não consigo nomeá-los. Minhas referências são, quase exclusivamente, artistas, cantores e figuras midiáticas, existências deslocadas do cotidiano comum, que não se confundem com a experiência ordinária do envelhecer. Talvez porque, desde a juventude, imaginar a velhice gay tenha sido atravessado pelos estigmas mais cruéis associados ao envelhecimento: o declínio do corpo, a exclusão dos padrões hegemônicos de beleza e desejo e a solidão como destino quase naturalizado. Assim, a velhice gay, longe de se constituir como horizonte possível, foi historicamente produzida como ausência, um tempo que não se ensina a desejar, nem se autoriza a viver.

Em meio a essas recordações que emergem acerca de minha família e das referências de envelhecimento que atravessam minha trajetória, convoco os leitores também a reflexão proposta por Chimamanda Ngozi Adichie (2019), cuja experiência narrativa me desloca da tendência de compreender a vida apenas a partir de histórias marcadas pela dor. A autora evidencia o quanto somos vulneráveis e impressionáveis diante das narrativas que nos são apresentadas, sobretudo na infância, período em que se constituem muitas das imagens que orientam nossa forma de perceber o mundo e a nós mesmos.

Segundo Adichie (2019), quando consumimos apenas histórias que não refletem nossa realidade, ou que representam determinados povos e lugares exclusivamente sob a ótica da catástrofe, da carência ou da violência, corremos o risco de produzir uma visão empobrecida e unilateral do mundo, reduzindo a complexidade da experiência humana a um repertório limitado de significados. Tal redução não apenas distorce a realidade, mas também atua na constituição subjetiva, delimitando os horizontes do possível e do imaginável.

Para enfrentar esse perigo, torna-se necessário buscar o *equilíbrio de histórias*<sup>4</sup>, isto é, o reconhecimento de que, embora as tragédias façam parte da existência, elas não esgotam a experiência humana. Há, simultaneamente, múltiplas narrativas de resistência, de invenção, de cuidado e de vida cotidiana que precisam ser contadas para que possamos construir

---

<sup>4</sup> Chinua Achebe foi um escritor nigeriano e importante referência da literatura pós-colonial, conhecido por criticar representações únicas e estereotipadas sobre a África. A ideia de “equilíbrio de histórias”, retomada por Chimamanda Ngozi Adichie, refere-se à necessidade de múltiplas narrativas para compreender a complexidade das experiências humanas.

compreensões mais amplas, éticas e plurais sobre o envelhecimento, sobre a memória e sobre a própria possibilidade de permanecer vivo em contextos marcados pela adversidade.

Nosso grande desafio consiste em não patologizar nem essencializar essas trajetórias; trata-se, antes, de sustentar um olhar que permita humanizar essas histórias, resgatando dignidades que foram reiteradamente fragmentadas pelas múltiplas formas de violência social, institucional e simbólica, e, ao mesmo tempo, reconhecendo as potencialidades que persistem mesmo em contextos marcados pela exclusão (Rabelo & Santos, 2022). Nesse sentido, pensar o envelhecimento exige deslocar a análise de perspectivas deficitárias para abordagens que considerem a historicidade, a memória e a produção coletiva da vida.

Como afirmam Rabelo e Santos, “as(os) velhas(os) carregam não apenas a resistência, mas a ancestralidade, a memória coletiva e a conexão entre as gerações” (Rabelo & Santos, 2022, p. 256). Tal compreensão contribui para evitar a patologização ou a essencialização desses sujeitos, frequentemente reduzidos, na literatura e nas práticas institucionais, a corpos marcados apenas pela doença, pela dependência ou pela vulnerabilidade. Ainda que seja necessário reconhecer o cenário de sofrimento e as dinâmicas de abandono que atravessam essas existências, muitas vezes inscritas em regimes de gestão da vida e da morte que podem ser compreendidos à luz da noção de necropolítica, torna-se igualmente fundamental afirmar que tais experiências não se esgotam na dor.

Nessa direção, torna-se fundamental trazer esses aspectos para pensar a memória dos meus velhos e das minhas velhas, reconhecendo que as velhices que atravessam minha história não podem ser compreendidas a partir de uma perspectiva única, homogênea ou marcada apenas pela perda. Falar dessas memórias implica reconhecer a existência de velhices plurais e potentes, constituídas por experiências diversas, atravessadas por dor, mas também por sabedoria e continuidade. É nesse sentido que compreendo que a velhice negra pode ser tomada como lugar de ancestralidade, de memória coletiva e de resistência histórica, no qual se preservam saberes, modos de existir e estratégias de sobrevivência que conectam diferentes gerações.

Trazar essa compreensão para o campo da memória familiar e das referências que me constituem é também um exercício político e afetivo, pois exige deslocar o olhar de narrativas centradas apenas na falta, na fragilidade ou na doença, para uma leitura que reconheça a dignidade e as potencialidades inscritas nessas trajetórias. A partir daqui ao revisitar as histórias dos meus velhos e das minhas velhas, procuro afirmar suas forças, seus modos de permanecer vivos e suas formas de sustentar a vida.

Assim como, em um primeiro momento, apresentei minha avó materna como personagem principal a partir de suas vulnerabilidades, sinto agora a necessidade de retomá-la sob outra perspectiva, voltando o olhar para sua trajetória em suas potencialidades. Revisitar sua história não apenas pelas marcas de sofrimento, mas também pelas forças que a sustentaram, permite reconhecer nela os gestos de reinvenção, os aprendizados acumulados ao longo da vida e a capacidade de permanecer viva apesar das adversidades. É nesse movimento que procuro narrá-la novamente, não para negar as dores que a atravessaram, mas para afirmar as potências que fizeram de sua existência um lugar de memória e continuidade.

Eu não consigo pensar em uma mulher mais doce do que minha avó materna. Tinha tudo para ter sido embrutecida pela vida, mas carregava uma doçura e uma sensibilidade próprias de quem havia aprendido muito com as experiências que atravessou. Caridosa e profundamente católica, ia às missas, às romarias, e quase sempre me levava consigo. Na missa das crianças, orgulhosa, me observava ler o evangelho. Olhava atenta e sonhava que eu deveria ser padre ou doutor. Dizia que esse era o grande desejo que tinha para mim, e gosto de imaginar que, em memória, deve estar muito orgulhosa.

Mãe de sete filhos, fez-se e refez-se muitas vezes para criá-los. Todos seguiram seus caminhos com dignidade; a maioria tornou-se funcionária pública, e três dos quatro filhos alcançaram a universidade, contando agora também com minha mãe, que voltou a estudar recentemente. Suas conversas eram longas, tão longas quanto seus sermões. Ensinava a caridade, o amor ao próximo e a importância dos bons valores. Aprendeu, com a própria vida, que era preciso lutar para ser alguém, e lutou com todas as armas que tinha para que nós pudéssemos ser tudo aquilo que poderíamos ser.

Sua comida era tão boa quanto o seu licor. Minha mãe herdou essas habilidades e as passou para mim, como quem transmite, junto com a receita, uma forma de cuidar. Mesmo tendo estudado pouco na juventude, minha avó decidiu, já na velhice, voltar a aprender a ler e a escrever. Guardo memórias muito bonitas de nós dois sentados, eu ainda criança, ajudando-a a aprimorar a leitura e a escrita. Talvez daí tenha nascido meu desejo de ser professor.

Lembro também do São João e de como ela era conhecida pelo desejo pulsante de festejar e dançar forró. Dançava e cantava com alegria. Tenho viva a cena dela no corredor, com o rádio ligado, dançando músicas juninas enquanto limpava a casa e preparava tudo com cuidado. Talvez esse seja o traço mais forte da minha família materna: o cuidado, a união e aquele espírito de que é um por todos e todos por um. Talvez minha avó não pensasse sobre legado, nem imaginasse o quanto estava construindo para além de sua própria vida, mas seus valores e seus exemplos nos deram alicerce. Não há ninguém na minha família que não se

lembre dela feliz, cantando e sorrindo. Uma matriarca, um pilar. As histórias contadas debaixo do pé de manga, partindo castanha ou rezando o terço, tanto aprendizado, tanto amor.

Minha bisavó, por parte de mãe, sempre dizia que eu era o bisneto preferido. Meu avô materno me pedia para coçar suas costas em troca de algumas moedas. Era nesses pequenos gestos que construíamos vínculos, escutas e afetos. Foi nesse cotidiano simples, feito de cuidado e presença, que aprendi, antes mesmo de entender, o que significa pertencer a uma história, a uma família e a uma memória que continua viva em mim.

Eu nunca fui muito próximo da minha família paterna e acompanhei a velhice de meus avós com certa distância. De algum modo, também acompanhei meu pai à distância, sempre muito calado, assim como foram seus pais. Há em mim uma energia de espontaneidade que certamente vem da minha família materna, dessa herança de afeto, de festa, de fala e de encontro. Mas, mesmo no silêncio, sigo buscando compreender meu pai, sua forma contida de existir, e as questões raciais e de gênero que atravessam sua história e sua maneira de estar no mundo.

Hoje percebo que acompanhar a velhice, ainda que de longe, também é uma forma de permanecer ligado, de continuar aprendendo, de elaborar memórias e afetos que nem sempre puderam ser vividos com proximidade. Seguirei acompanhando a velhice dos meus pais com mais consciência do que ela significa, reconhecendo que ainda há muito a aprender com ambos, com o que dizem e também com o que silenciam. Talvez seja justamente nesse movimento, entre distâncias e aproximações, entre heranças diferentes que me constituem, que continuo compreendendo quem eu sou e de onde vem a força que me sustenta.

Nas minhas memórias, muitas vezes emergem cenas marcadas pelo sofrimento, pelas ausências e pelas violências que atravessam as histórias familiares. No entanto, não é apenas a dor que se faz presente quando revisito essas lembranças. Trago também as alegrias, as reinvenções e a potência daqueles que permaneceram vivos, seja de forma objetiva, continuando a existir apesar de tudo, seja de forma metafórica, sobrevivendo nas histórias, nos gestos, nos ensinamentos e nos modos de viver que seguem atravessando as gerações.

Recordar, para mim, tem se tornado um exercício de recusar a narrativa única da falta ou da tragédia. É reconhecer que houve criação, cuidado, humor, fé, trabalho e insistência em seguir adiante. Há uma força silenciosa nas trajetórias dos meus velhos e das minhas velhas, uma força que nem sempre aparece nos relatos oficiais, mas que sustenta a vida cotidiana e permite que a existência continue. Assim, quando olho para essas memórias, não vejo apenas perdas, mas também continuidades. Vejo a capacidade de se refazer, de inventar caminhos possíveis, de permanecer vivo, no corpo, na palavra, na memória e nos afetos. Talvez seja essa

a maior herança que recebo: a de compreender que viver, para muitos de nós, sempre foi também um ato de resistência.

A partir daqui, retorno, então, ao pensamento de Conceição Evaristo<sup>5</sup>, quando afirma que “minha trajetória de vida é uma trajetória perigosa”. Tal enunciação pode ser facilmente capturada por leituras meritocráticas, como se sua história fosse uma exceção bem-sucedida em meio à regra. No entanto, em um país marcado pelo racismo estrutural, essa trajetória perigosa revela menos um triunfo individual e mais a violência de um sistema que transforma a sobrevivência em façanha. Ao revisitar minha própria história, compreendo que ela também pode ser nomeada como uma trajetória perigosa. Perigosa não porque tenha sido marcada por feitos heroicos individuais, mas porque rompi, ainda que parcialmente, com destinos socialmente esperados para corpos como o meu. Saí de um lugar improvável, racializado, territorializado e atravessado por múltiplas vulnerabilidades, para alcançar um espaço que, historicamente, não foi pensado para pessoas como eu. Hoje, professor efetivo em uma universidade pública, escrevo e penso sobre envelhecimento a partir desse lugar tensionado entre exceção e estrutura, entre conquista e denúncia.

Em diálogo com Conceição Evaristo, a pergunta que se impõe não diz respeito apenas ao meu percurso individual, mas à lógica que organiza o mundo social: por que alguns precisam trabalhar e estudar exaustivamente para alcançar esse “lá”, enquanto outros já nascem nele? Por que o direito à velhice, entendido como possibilidade de durar, cuidar de si e projetar o futuro, é assegurado a uns, enquanto outros precisam lutar cotidianamente para simplesmente chegar até ela?

Mas vale destacar, como metáfora, a série *Todo Mundo Odeia o Chris*<sup>6</sup>, na qual, em muitos episódios, as leituras raciais feitas sobre o personagem, especialmente por sua professora, partiam do pressuposto de que ele vivia em constante vulnerabilidade familiar. Supunha-se que seus pais faziam uso de substâncias, que sua família era desestruturada, que sua mãe poderia ser alcoólatra ou que havia filhos de pais diferentes, como se essas narrativas fossem automaticamente atribuídas a uma família negra. Essas interpretações revelam o modo como certos estereótipos são mobilizados socialmente para definir trajetórias antes mesmo que elas sejam conhecidas.

---

<sup>5</sup>Evaristo, C. (2022, January 7). *Conceição Evaristo – sobre o discurso da meritocracia* [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=-JQ5lCqXTP8>

<sup>6</sup> *Todo Mundo Odeia o Chris* é uma série de televisão estadunidense inspirada na infância do comediante Chris Rock, ambientada no Brooklyn dos anos 1980. A obra retrata, com humor e crítica social, experiências marcadas por desigualdades raciais, estereótipos e expectativas sociais frequentemente atribuídas a famílias negras.

No entanto, minha experiência não se deu sob esses estigmas. Não convivi com essas formas de desestruturação ou com vulnerabilidades dessa natureza no seio da minha família. Não vivi, de forma explícita, situações de abuso, violências intrafamiliares ou outros fenômenos frequentemente associados, de maneira estereotipada, às famílias negras. Ao contrário, sempre tive a possibilidade de estudar. Meus pais compreendiam a importância da educação e, dentro de suas condições, sempre me incentivaram a seguir por esse caminho.

Quando passei na universidade, minha família se organizou para que eu pudesse estudar em outra cidade. Cada um contribuiu como pôde, oferecendo apoio financeiro, afetivo e moral. Nunca estive sozinho nesse percurso. A educação, para mim, foi uma possibilidade concreta, mesmo vindo de uma família com pouca escolarização formal. Foi também um projeto coletivo, sustentado pelo esforço de muitos, que acreditavam que estudar poderia abrir caminhos que antes não tinham sido possíveis para eles.

Por fim, pensar meu próprio envelhecer, portanto, ultrapassa o exercício autobiográfico. Trata-se de um gesto político de afirmação da vida. Reivindicar o tempo como direito, afirmar a duração como forma de inscrever minha existência em uma temporalidade que recuse a excepcionalização da sobrevivência e exija justiça e equidade social. Se minha trajetória é perigosa, é porque ela denuncia a violência de um sistema que transforma o simples ato de envelhecer em conquista, quando deveria ser condição garantida de existência.

É nesse ponto que Iroko retorna como chave simbólica e política. O tempo que nos foi roubado, pela racialização da vida, pela normatividade sexual e pelas violências que regulam quais corpos podem durar, não é apenas passado, mas também futuro sequestrado. Iroko, enquanto orixá do tempo e da ancestralidade, não representa apenas o ciclo natural da vida, mas a possibilidade de reinscrever o tempo como experiência coletiva, reparadora e insurgente. Se o racismo e a heteronormatividade e tantas outras opressões estruturais operam como tecnologias de roubo do tempo, invocar Iroko é reivindicar a restituição daquilo que nos foi negado: o direito de envelhecer com dignidade, afeto e memória, inscrevendo nossas existências em uma temporalidade que não seja apenas de sobrevivência, mas de permanência.

## 19. Referências

- Aday, R. H., & Dye, M. H. (2018). Examining predictors of depression among older incarcerated women. *Women & Criminal Justice*, 29(1), 32-51. <https://doi.org/10.1080/08974454.2018.1443870>.
- Aday, R. H., & Farney, L. A. (2011). *Women aging in prison: A neglected population in the criminal justice system*. Lynne Rienner Publishers.
- Aday, R. H., & Krabill, J. J. (2012a). Aging offenders in the criminal justice system. *Marquette Elder's Advisor*, 7(2), Article 4. <https://scholarship.law.marquette.edu/elders/vol7/iss2/4>
- Aday, R. H., & Krabill, J. J. (2012b). Older and geriatric offenders: Critical issues for the 21st century. In L. Gideon (Ed.), *Special needs offenders in correctional institutions* (pp. 203–233). Sage.
- Aday, R. H., & Maschi, T. (2019). *Aging, mental health, and the criminal justice system*. Springer.
- Aday, R., & Farney, L. (2014). Malign Neglect: Assessing Older Women's Health Care Experiences in Prison. *Journal of Bioethical Inquiry*, 11(3), 359–372. <https://doi.org/10.1007/s11673-014-9561-0>.
- Adichie, C. N. (2019). O perigo de uma história única. Companhia das Letras.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial.
- Almeida, L. S., Santana, J. B. D., Silva, S. O., & Melo, M. I. B. D. (2017). Acesso ao exame de mamografia na atenção primária. *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, 11(12), 4885–4894. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v11i12a15023p4885-4894-2017>
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen.
- Alves, A. S., & Araújo, L. F. (2020). Velhices dissidentes: Envelhecer em contextos de vulnerabilidade social. *Revista Kairós Gerontologia*, 23(4), 101–118.
- Andrade, M. de M. V. (2018). Perspectivas feministas em criminologia: A interseccionalidade entre gênero, raça e classe na análise do estupro. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, (146), 435–455.

Andrade, V. R. P. (2005). A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Seqüência: estudos jurídicos e políticos*, 26(50), 71-102.

Antunes, M. C. (2017). A velhice LGBT: Estigmas, silêncios e resistências. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 550–564. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002732016>

Aragão, J. (1986). *Identidade* [Canção]. In *Perfil*. RCA Records.

Araújo, M. F., et al. (2023). Velhices encarceradas: Saúde e vulnerabilidade. *Revista Brasileira de Saúde Mental*, 15(2), 89–105.

Araújo, P., et al. (2016). O método das histórias de vida na investigação qualitativa em psicologia. In *Atas do CIAIQ2016*.

Avieli, H. (2022). ‘A sense of purpose’: Older prisoners’ experiences of successful ageing behind bars. *European Journal of Criminology*, 19(6), 1660–1677. <https://doi.org/10.1177/1477370821995142>

Balbuglio, V., & Silva, A. C. M. (2018). Amanhã é outro dia”: uma história e algumas reflexões sobre mulheres idosas em situação de prisão. *Mais 60: estudos sobre envelhecimento*, 71(29), 32-45.

Balbuglio, V., & Silva, M. A. (2018). Velhice encarcerada, direitos humanos e saúde: Por uma política de desencarceramento. *Revista Katálisis*, 21(3), 563–573.

Barbosa, J. P. M., Lima, R. D. C. D., Santos, G. D. B. M., Lanna, S. D., & Andrade, M. A. C. (2021). Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de COVID-19. *Saúde e Sociedade*, 30(2), 1–13. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200367>

Bardin, L. (2013). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Basaglia, F. (1994). *A loucura e a instituição*. Hucitec.

Batista, V. M. (2023). Criminologia na periferia. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, (198), 349–366.

Becker, A., Spessote, D. V., Sardinha, L. S., Santos, L. G. M., Chaves, N. N., & Bicalho, P. P. G. (2016). O cárcere e o abandono: Prisão, penalização e relações de gênero. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 5(2). <https://doi.org/10.17267/2317-3394rps.v5i2.1050>

Berg, M. T., Rogers, E. M., Lei, M.-K., & Simons, R. L. (2021). Losing years doing time: Incarceration exposure and accelerated biological aging among African American adults. *Journal of Health and Social Behavior*, 62(4), 460–476. <https://doi.org/10.1177/00221465211052568>

Bicalho, P. P., & Kostiuk, L. (2011). *Psicologia e práticas de punição: Saberes, poderes e subjetividades*. NAU.

Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista brasileira de educação*, 20-28.

Borges, G. M. C., Toporowicz, L. G., Duarte, F. M. T., Ferreira, A. F., Horvath, B. S., & Mecabô, G. (2024). Síndrome Metabólica e Menopausa: Uma revisão de literatura. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 6(10), 3637-3653.

Borges, J. (2019). *Encarceramento em massa*. Pólen Produção Editorial..

Bosi, E. (1994). Memória e sociedade: lembranças de velhos.

Brandão, E. R. (2015). Velhice e sistema penal: Invisibilidade e violações de direitos. *Revista Kairós Gerontologia*, 18(3), 11–28.

Brasil. (1984). *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal)*. Diário Oficial da União.

Brasil. (2003). *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa)*. Diário Oficial da União.

Brasil. (2020). *Portaria Interministerial nº 7, de 18 de março de 2020*. Ministério da Saúde; Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Brasil. (2023). *Relatório de execução das políticas de atenção à pessoa idosa privada de liberdade*. Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Brasil. (2024). *Relatórios de informações penais (SISDEPEN)*.  
<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>

Braun, V., & Clarke, V. (2017). *Evaluating and reviewing TA research: A checklist for editors and reviewers*. The University of Auckland

Brecht, B. (2004). Há muitas maneiras de matar uma pessoa. In B. Brecht, *Poemas 1913–1956* (P. César de Souza, Trad.). Editora 34. (Obra original publicada em 1935)

Camarano, A. A. (2022). *Envelhecimento populacional e políticas públicas no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Cardano, M. (2017). *Manual de pesquisa qualitativa: A contribuição da teoria da argumentação* (E. da R. Conill, Trad.). Vozes.

Carmel, S. (2019). Health and well-being in late life: Gender differences worldwide. *Frontiers in Medicine*, 6, Article 218. <https://doi.org/10.3389/fmed.2019.00218>

Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In *Racismos contemporâneos* (pp. 49–58). Takano Editora.

Carneiro, S. (2005). A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. In S. Carneiro (Org.), *Reflexões sobre o racismo*. Geledés.

Cerqueira, D., et al. (2023). *Atlas da violência 2023*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Chies, L. A. B., & Almeida, B. R. (2019). Mortes sob custódia prisional no Brasil: Prisões que matam, mortes que pouco importam. *Revista de Ciencias Sociales*, 32(45), 67–90.

Cinque, H., & Dorigon, A. (2020). O encarceramento de pessoas LGBT frente à dupla penalização. *Akrópolis: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, 28(2).

Coelho, M. T. A. (2017). *Sofrimento psíquico no cárcere: Desafios para a clínica e os direitos humanos*. Cortez.

Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.

Collins, P. H. (2022). *Bem mais que ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica*. Boitempo.

Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade* (R. Souza, Trad.). Boitempo.

Combalbert, N., Pennequin, V., Ferrand, C., Vandevyvere, R., Armand, M., & Geffray, B. (2016). Mental disorders and cognitive impairment in ageing offenders. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 27(6), 853–866. <https://doi.org/10.1080/14789949.2016.1244277>

Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo\\_etica.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf)

Conselho Federal de Psicologia. (2021). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no sistema prisional*. CFP/CREPOP. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-psicologas-os-no-sistema-prisonal/>

Conselho Federal de Psicologia. (2025). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) junto às pessoas idosas nas políticas públicas*. CFP/CREPOP. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/11/RT\\_Politicas\\_Publicas\\_Pessoas\\_Idosas\\_web.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/11/RT_Politicas_Publicas_Pessoas_Idosas_web.pdf)

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

Crenshaw, K. (2004). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In *Cruzamento: Raça e gênero* (Vol. 1, pp. 7–16). UNIFEM.

Danzmann, P. S., Vestena, L. T., & Carlesso, J. P. P. (2023). Consequências sociais, psicológicas e físicas na saúde mental das pessoas idosas na pandemia da COVID-19. *Perspectivas em Psicologia*, 26(1), 1–17.

Davis, A. (2011). *As mulheres negras na construção de uma nova utopia*. Geledés – Instituto da Mulher Negra. <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.

Davis, A. (2020). *Liberdade é uma luta constante*. Boitempo.

Davis, A. Y. (2018a). *Estarão as prisões obsoletas?* (M. Vargas, Trad.). Difel.

Davis, A. Y. (2018b). *A liberdade é uma luta constante*. Boitempo.

de Andrade, V. R. P. (2005). A soberania patriarcal: O sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, 26(50), 71–102.

de Oliveira, P. A., & Martin, M. A. F. (2024). Relato de Experiência: Psicodrama, Educação e Cárcere-Encruzilhadas Emergentes. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 24.

De Smet, S., et al. (2017). Ageing prisoners' health problems, health care and other support: A review. *International Journal of Prisoner Health*, 13(1), 16–27.

Deaton, D., Aday, R. H., & Wahidin, A. (2009). The effect of health and penal harm on aging female prisoners' views of dying in prison. *OMEGA – Journal of Death and Dying*, 60(1),

Debert, G. G. (2019). *A reinvenção da velhice: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. EDUSP.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens*. Artmed.

Di Lorito, C., Völlm, B., & Dening, T. (2018a). The experiences of older people in prison: A literature review and future research directions. *Aging & Mental Health*, 22(1), 1–10.

Di Lorito, C., Völlm, B., & Denning, T. (2018b). Understanding the mental health needs of older prisoners. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 29(2), 157–173.

Doll, J., et al. (2016). Multidimensionalidade do envelhecimento e interdisciplinaridade. In E. V. Freitas & L. Py (Eds.), *Tratado de geriatria e gerontologia* (Vol. 4, pp. 107–108).

Domingues, M. (2023). Transfobia e envelhecimento: O direito à velhice negado. *Revista Brasileira de Estudos de Gênero*, 13(1), 45–59.

Dornellas, M. P. (2019). Os efeitos do encarceramento feminino para a família da mulher presa: Aspectos da transcendência da pena. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, (46). <https://doi.org/10.22409/antropolitica2019.0i46.a575>

Eduardo, C. H., & Burgos, R. (2023). O encarceramento de mulheres idosas sob a ótica da dignidade humana. *Revista Foco*, 16(12), e3865. <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n12-055>

Emerson, A., Lipnicky, A., Comfort, M., Lorvick, J., Cropsey, K., Smith, S., & Ramaswamy, M. (2022). Health and health service needs: Comparison of older and younger women with criminal-legal involvement in three cities. *Journal of Aging and Health*, 34(1), 60–70. <https://doi.org/10.1177/08982643211025443>

Evaristo, C. (2007). Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In *Representações performáticas brasileiras: Teorias, práticas e suas interfaces* (pp. 16–21). Mazza Edições.

Evaristo, C. (2017). *Becos da memória*. Pallas.

Fair, H., & Walmsley, R. (2022). *World female imprisonment list* (5th ed.). Institute for Crime & Justice Policy Research. <https://www.prisonstudies.org>

Fair, H., & Walmsley, R. (2024). *World prison population list* (14th ed.). Institute for Crime & Justice Policy Research.

Fanon, F. (1968). *Os condenados da terra*. Civilização Brasileira.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas* (L. T. Ventura, Trad.). EDUFBA. (Obra original publicada em 1952)

Ferreira, A. L. M. (2021). *Velhice atrás das grades: Condições de saúde de mulheres idosas nas unidades prisionais do estado do Rio de Janeiro* Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz]. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49248>

Ferreira, C. C., & Amaral Machado, E. B. L. (2020). Da crítica à criatividade: Reflexões sobre o realismo de Eugenio Raúl Zaffaroni diante dos desafios da criminologia crítica brasileira. *Revista Brasileira de Direito*, 16(2), 11.

Figueiredo, A. C. C., Stengel, M., & Oliveira, A. (2022). Sexualidade das mulheres em um presídio misto brasileiro: Relações de poder e violências múltiplas. *Sociedade e Estado*, 37(2), 531–549. <https://doi.org/10.1590/S0102-6992202237020007>

Flauzina, A. (2006). *Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].

Fórum Brasileiro de Segurança Pública, & Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2025). *Atlas da violência 2025*. FBSP.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *Anuário brasileiro de segurança pública 2023*. FBSP.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2025). *19º Anuário brasileiro de segurança pública*. FBSP.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (R. Ramallete, Trad.). Vozes.

Foucault, M. (2021). *Microfísica do poder* (R. Machado, Org.). Paz e Terra.

Freire, P. (2014). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Editora Paz e Terra.

Germano, I. M. P., Monteiro, R. A. F. G., & Liberato, M. T. C. (2018). Criminologia crítica, feminismo e interseccionalidade na abordagem do aumento do encarceramento feminino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 27–43.

Ghigg, S. (2020). Direitos humanos e envelhecimento no cárcere. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 28(165), 233–256.

Gilmore, R. W. (2007). *Golden gulag: Prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California*. University of California Press.

Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade*. LTC.

Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, (92/93), 69–82.

Gueta, K. (2020). Exploring the promise of intersectionality for promoting justice-involved women's health research and policy. *Health & Justice*, 8(1), Article 19. <https://doi.org/10.1186/s40352-020-00120-8>

Haber, A. (2011). Nometodología payanesa: notas de metodología indisciplinada.

Handtke, V., Bretschneider, W., Elger, B., & Wangmo, T. (2015). Easily forgotten: Elderly female prisoners. *Journal of Aging Studies*, 32, 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2014.10.003>

Handtke, V., Bretschneider, W., Elger, B., & Wangmo, T. (2015). Easily forgotten: Elderly female prisoners. *Journal of Aging Studies*, 32, 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.jaging.2014.10.003>

Haugebrook, S., Zgoba, K. M., Maschi, T., Morgen, K., & Brown, D. (2010). Trauma, stress, health, and mental health issues among ethnically diverse older adult prisoners. *Journal of Correctional Health Care*, 16(3), 220–229. <https://doi.org/10.1177/1078345810367482>

Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61–73.

Hirata, H. (2018). O cuidado e as desiguais relações de gênero. In H. Hirata & D. Kergoat (Orgs.), *Divisão sexual do trabalho, gênero e precarização* (pp. 123–138). Boitempo.

Hongo, A., Katz, A. e Valenti, K. (2015). Arte: Trauma para terapia para presidiárias idosas. *Traumatologia*, 21 (3), 201–207. <https://doi.org/10.1037/trm0000042>

Hooks, b. (2006). Love as the practice of freedom. In b. hooks, *Outlaw culture: Resisting representations* (pp. 204–205). Routledge.

Hooks, b. (2017). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (M. B. Cipolla, Trad.). Martins Fontes.

Hwang, Y. I. J., Hagos, A. K., Harris-Roxas, B., Withall, A. L., Butler, T. G., Hampton, S., & Elmer, S. (2025). “Equipping and enabling” health literacy during a “time of change”: Understanding health literacy and organisational health literacy responsiveness for people leaving prison in later life. *Health & Justice*, 13(1), Article 21.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Censo 2022: Número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos*. Recuperado em 9 de abril de 2026, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>

Jorge, S., Yuka, M., & Capilé, A. (2002). *A carne* [Canção]. In *De pé no chão*. Universal Music.

Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Leigey, M. E., & Hodge, J. P. (2012). Gray matters: Gender differences in the physical and mental health of older inmates. *Women & Criminal Justice*, 22(4), 289–308. <https://doi.org/10.1080/08974454.2012.716358>

Leigey, M. E., & Hodge, J. P. (2012). Gray Matters: Gender Differences in the Physical and Mental Health of Older Inmates. *Women & Criminal Justice*, 22(4), 289–308. <https://doi.org/10.1080/08974454.2012.716358>

Lima, L., & Paz, F. P. C. (2021). A morte como horizonte? Notas sobre suicídio, racismo e necropolítica. *Teoria e cultura*, 16(1), 95-109.

Lispector, C. (1969). *Uma aprendizagem ou o livro dos prazeres*. Rocco.

Lorde, A. (1980). *The cancer journals*. Spinsters Ink.

Majur, A. (2025). *Iroko (o tempo) dos pretos: Um adendo para pensar meu próprio envelhecer*.

Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2, 7–27.

Massoglia, M., & Remster, B. (2019). Linkages Between Incarceration and Health. *Public Health Reports*, 134(1\_suppl), 8S-14S. <https://doi.org/10.1177/0033354919826563>

Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade* (M. Lança, Trad.). Antígona.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica* (R. Santini, Trad.). n-1 edições.

MC Tha. (2019). *Oceano* [Canção]. Em *Rito de passagem*. Deckdisc.

Minayo, M. C. S., & Constantino, P. (2021). *Condições de saúde e qualidade de vida dos presos idosos do Estado do Rio de Janeiro: Sumário executivo* (Relatório técnico). Fundação Oswaldo Cruz/ENSP. <https://arca.fiocruz.br/handle/icict/68412>

Minayo, M. C. S., & Constantino, P. (Orgs.). (2015). *Deserdados sociais: Condições de vida e saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro*. Editora Fiocruz.

Miranda, A. M. N. (2016). *Subjetividade e encarceramento: Notas para uma psicologia crítica do sistema prisional*. Editora UFSC.

Monteiro, C., et al. (2024). Atuação da Psicologia nas prisões: Desafios éticos e formações precárias. *Psicologia & Sociedade*, 36(1), 1–14.

Munanga, K. (2008). *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. Autêntica.

Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. Perspectiva.

Nascimento, A. (2020). *O quilombismo*. Perspectiva.

Novisky, M. A., et al. (2025). Accelerated aging among formerly incarcerated adults. *Journal of Aging & Health*.

Novisky, M. A., et al. (2025). Accelerated aging among formerly incarcerated adults. *Journal of Aging & Health*.

Page, M. J., et al. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 372, n71. <https://doi.org/10.1136/bmj.n71>

Pereira, E. F. M., & Santos, L. D. P. B. (2020). População Penitenciária: necropolítica e a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). *REALIS: Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pos-Coloniais*, 10(2), 174-184.

Pereira, E. F. M., & Santos, L. D. P. B. (2021). População Penitenciária: necropolítica e a pandemia do novo coronavírus (Covid-19). *Revista de Estudos AntiUtilitaristas E PosColonais*, 10(2), 174-188. <https://doi.org/10.51359/2179-7501.2020.247873>

Pereira, E. F. M., Souza, C. V. B. de, & Tavares, J. S. C. (2021). Sistema de justiça criminal e população negra: contribuições para uma prática antirracista: contributions to an antiracist practice. *Direito.UnB - Revista de Direito Da Universidade de Brasília*, 5(2), 133–152. <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/36490>

Prost, S. G. (2023). Racial disparities in visitation and health among older adults incarcerated in prison. *Aging & Mental Health*, 27(6), 1086-1094. <https://doi.org/10.1080/13607863.2022.2098923>

Rabelo, D. F. (2020). Violência e trajetórias de envelhecimento das populações negras, do campo, da floresta e das águas. In E. Cerqueira-Santos, J. P. da Silva, & A. Faro (Orgs.), *Gênero, violência e saúde: Processos de envelhecimento* (pp. 209–231). Scortecci.

Rabelo, D. F., & Santos, N. R. da P. (2022). Racismo e envelhecimento: Invisibilidades, desigualdades e questões de gênero. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia brasileira na luta antirracista* (Vol. 1, cap. 11). Conselho Federal de Psicologia.

Rabelo, D. F., da Silva, J., Rocha, N. M. F. D., Gomes, H. V., & de Araújo, L. F. (2018). Racismo e envelhecimento da população negra. *Revista Kairós-Gerontologia*, 21(3), 193-215.

Rauter, C. (2007). Clínica e estratégias de resistência: Perspectivas para o trabalho do psicólogo em prisões. *Psicologia & Sociedade*, 19, 42–47.

Rauter, C. (2016). O trabalho do psicólogo em prisões. *O Trabalho da (o) psicóloga (o) no sistema prisional: Problematizações, ética e orientações*, 43-53.

Rauter, C. (2017). Psicologia e punição: A captura da subjetividade. *Psicologia & Sociedade*, 29(3), 1–13.

Reviere, R., & Young, V. D. (2004). Aging behind bars: Health care for older female inmates. *Journal of Women & Aging*, 16(1–2), 55–69. [https://doi.org/10.1300/J074v16n01\\_05](https://doi.org/10.1300/J074v16n01_05)

Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* São Paulo, SP: Pólen Livros.

Ribeiro, M. A., et al. (2022). Envelhecimento, políticas públicas e desigualdades sociais no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(5), 1789–1798.

Santana Filho, J. (2020). Envelhecimento sob custódia: desafios contemporâneos. *Revista Direitos Humanos e Práticas Penais*, 2(1), 85–101.

Santana Filho, J. et al. (2024). Tempo, pena e envelhecimento no cárcere. *Revista Brasileira de Execução Penal*, 3(2), 70–91.

Santos, L. de P. B. (2023). *Quando a vida teima a persistência: uma etnografia com mulheres sobreviventes da prisão no sertão* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório Institucional da UFPE.

Silva, A., Mattos, D., & Chaves, D. G. (2018). Deficiência na prisão frente a uma revisão crítica criminológica. *Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas*, 18(30), 195–213.

Silva, C. A. F. D., Leite, E. G., Silva, G. M. D. P. D., Queirós, J. G. P., Póvoa, M. B. D. S., & Bicalho, P. P. G. D. (2024). Quando a Psicologia encontra a fome: Cartografias insurgentes no sistema prisional. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 24.

Silva, D. M. D., Cavalcante, Y. A., Oliveira, B. L. C. A., Lopes, M. V. O., Fernandes, A. F. C., Pinheiro, A. K. B., & Aquino, P. S. (2025). Determinantes sociais de saúde associados à realização de mamografia segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 e 2019. *Ciência & Saúde Coletiva*, 30, e11452023.

Silva, D. S. M. D., Assumpção, D. D., Francisco, P. M. S. B., Yassuda, M. S., Neri, A. L., & Borim, F. S. A. (2021). Doenças crônicas não transmissíveis considerando determinantes sociodemográficos em coorte de idosos. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 25, 1-10. <https://doi.org/10.1590/1981-22562022025.210204.pt>

Silveira, E. V. (2021). Dignidade da pessoa humana: A condição da população LGBT encarcerada. *Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade*, 3.

Soares, L. V., & Machado, P. S. (2017). "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, 17(39), 203-219.

Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Companhia das Letras.

Souza, W. G. G., & Lordello, S. R. (2024). Projeto de Vida, Dispositivo de Racialidade e Prática Antirracista: Relato de Experiência Profissional na Socioeducação. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 24.

Techy, E.P., da Silva, G. O., Pabis, J. L., da Silva, L. M., May, Y., & da Costa Portes, E. C. (2020). O CÁRCERE E A POPULAÇÃO IDOSA. *Revista Journal of Health-ISSN 2178-3594*, 1.

Tricco, A. C., Lillie, E., Zarin, W., O'Brien, K. K., Colquhoun, H., Levac, D., Moher, D., Peters, M. D. J., Horsley, T., Weeks, L., Hempel, S., Akl, E. A., Chang, C., McGowan, J., Stewart, L., Hartling, L., Aldcroft, A., Wilson, M. G., Garritty, C., ... Straus, S. E. (2018). PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): Checklist and explanation. *Annals of Internal Medicine*, 169(7), 467-473. <https://doi.org/10.7326/M18-0850>

Varella, D. (2017). *Prisioneiras*. Companhia das Letras.

Vilela, D. D. S. D., Dias, C. M. D. S. B., & Sampaio, M. A. (2021). Idosos Encarcerados no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Contextos clínicos*, 14(1), 304-332. <https://doi.org/10.4013/ctc.2021.141.14>

Vilela, D. da S. D. (2020). *A mulher idosa e a criminalidade: uma compreensão na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Universidade Católica de Pernambuco, Pernambuco, Brasil.

Wermuth, M. Â. D., Marcht, L. M., & de Mello, L. (2020). Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. *Revista de Direito da Cidade*, 12(2), 1053-1083.

Williams, B. A., Lindquist, K., Sudore, R. L., Strupp, H. M., Willmott, D. J., & Walter, L. C. (2006). Being old and doing time: Functional impairment and adverse experiences of

geriatric female prisoners. *Journal of the American Geriatrics Society*, 54(4), 702–707.  
<https://doi.org/10.1111/j.1532-5415.2006.00662.x>

Williams, B. A., Lindquist, K., Sudore, R. L., Strupp, H. M., Willmott, D. J., & Walter, L. C. (2006). Being Old and Doing Time: Functional Impairment and Adverse Experiences of Geriatric Female Prisoners. *Journal of the American Geriatrics Society*, 54(4), 702–707. <https://doi.org/10.1111/j.1532-5415.2006.00662.x>

Williams, J. (2010). Fifty - the new sixty? The health and social care of older prisoners. *Quality in Ageing and Older Adults*, 11(3), 16–24. <https://doi.org/10.5042/qiaoa.2010.0525>

## 20. Apêndices

### Apêndice 1. Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Análise Interseccional do Envelhecimento Feminino no Cárcere

**Pesquisador:** Elias Fernandes Mascarenhas Pereira

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 82187324.6.0000.0055

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 7.170.827

##### Apresentação do Projeto:

A masculinidade e a juventude como centro das discussões acerca da criminalidade e do encarceramento escanteiam as reflexões sobre outras populações. Invisibilizando demandas específicas e gerando uma lacuna teórica e prática, por exemplo, sobre o encarceramento de mulheres e de idosos. Os dados referentes a estas duas populações mostram um crescimento exponencial do encarceramento feminino em todo o mundo e paulatinamente aumento de idosos encarcerados. No geral, a crescente entrada de mulheres no cárcere adiciona a problemática do encarceramento questões específicas ligadas ao gênero da mesma forma que o envelhecimento e a velhice no cárcere acrescentam questões singulares dessa fase da vida. E dentro das interseções entre esses subgrupos (idade e gênero) existe um grupo ainda menor que parece estar esquecido dentro das prisões que necessita de intervenções sociais e de saúde personalizadas que atendam às suas necessidades: as mulheres mais velhas e idosas encarceradas. A interseccionalidade é um conceito fundamental na compreensão das dinâmicas sociais complexas que moldam as experiências desiguais e, conseqüentemente, das diferentes formas de envelhecer. As questões de gênero somadas as demandas da idade configuram-se como sistemas interligados de opressão. Contudo, outras identidades permeiam a vida dessas mulheres fazendo emergir a necessidade de integrar e analisar esses aspectos. Assim, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo principal analisar a luz do conceito de interseccionalidade a experiência de mulheres que envelhecem no

**Endereço:** 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da UESB, Avenida  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



Continuação do Parecer: 7.170.827

cárcere, Pretende-se ainda: a) Mapear as evidências disponíveis na literatura acerca da velhice e do envelhecimento de mulheres vivenciados em contextos de cárcere.; b) Analisar como mulheres idosas e as que envelhecem no cárcere narram suas experiências de envelhecimento; c) Caracterizar o perfil sociodemográfico, jurídico e de saúde de mulheres idosas e que envelhecem no cárcere; d) Explorar a percepção de mulheres idosas e que envelhecem no cárcere sobre múltiplos aspectos do envelhecimento em uma perspectiva

interseccional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, transversal, exploratória e descritiva. Cuja a amostra será composta por mulheres encarceradas, com 40 anos ou mais, que cumprem pena em no Conjunto Penal de Jequié-Ba e na Cadeia Pública de Petrolina-PE. A seleção da amostra se caracteriza como não probabilística, do tipo conveniente, na medida que a participação é voluntária. Como instrumento de coleta de dados serão utilizados: a) entrevista narrativa; b) questionário de informações sobre as mulheres envelhecendo no cárcere; C) notas de campo e observações; e d) escalas e questionários. Vale salientar que o projeto será submetido ao Comitê de Ética e Deontologia em Estudos e Pesquisas

CEDEP. E somente após a aprovação do CEDEP, as coletas e as intervenções serão realizadas. Este projeto de pesquisa assume-se como uma importante ferramenta para a compreensão do envelhecimento de mulheres encarceradas, assim como um instrumento que potencializa e dar voz a vivência dessas mulheres. Espera-se que a partir dele sejam ampliados os debates sobre envelhecimento e velhices encarceradas tanto na esfera política quanto nas esferas popular e acadêmica. Do mesmo modo, ampliar o conjunto de evidências e práticas sobre a temática contemplando especificidades legislativas, políticas, culturais e regionais. E por fim, incorporar os achados dessa pesquisa as avaliações, políticas públicas e intervenções no cárcere.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Analisar a luz do conceito de interseccionalidade a experiência de mulheres idosas e que envelhecem no cárcere.

Objetivo Secundário:

a) Mapear as evidências disponíveis na literatura acerca da velhice e do envelhecimento de mulheres vivenciados em contextos de cárcere.; b) Analisar como mulheres idosas e as que envelhecem no cárcere narram suas experiências de envelhecimento.; c) Caracterizar o perfil sociodemográfico, jurídico e de saúde de mulheres idosas e que envelhecem no cárcere; d) Explorar a percepção de mulheres idosas e que envelhecem no cárcere sobre múltiplos aspectos do envelhecimento em uma perspectiva interseccional.

**Endereço:** 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da UESB, Avenida  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



Continuação do Parecer: 7.170.827

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A participação nessa pesquisa oferece risco baixo as participantes, como por exemplo, um desconforto, ou talvez, algum constrangimento por fornecer informações sobre si mesmas. Podem ainda ocorrer riscos de caráter psicológico e de ordem subjetiva, como desânimo, incômodo e insatisfação em decorrência da participação na pesquisa, mas os pesquisadores são qualificados para reverter essa possível situação, caso seja necessário e fazer o encaminhamento das participantes para os serviços competentes para o tratamento e cuidado, caso seja necessário.

Caso haja algum dano, os participantes possuem o direito a assistência psicológica, que inicialmente será prestada pelo grupo de pesquisadores e a posteriori encaminhada para os serviços competentes. Caso venha a sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito a indenização.

Serão tomadas as medidas necessárias para evitar e/ou reduzir condições adversas que possam causar dano aos colaboradores, tais como treinamento da equipe de pesquisa para realizar a aplicação dos instrumentos seguindo os parâmetros éticos, lugar adequado para aplicação dos instrumentos que garantam o sigilo e tenha infraestrutura adequada. A identidade dos participantes será mantida sob sigilo em todas as etapas do projeto como consta no TCLE que será devidamente assinado e recebido pelo participante que aceitar participar da pesquisa.

É garantido o sigilo e confidencialidade aos sujeitos da pesquisa. O Participante poderá retirar-se da pesquisa a hora que assim o desejar. Não é esperada remuneração por parte dos sujeitos que colaborarem com a pesquisa, já que não há ônus para este fim. Todos os envolvidos que se dispuserem a colaborar nos estudos receberão todas as análises gratuitamente, sem que exista cobrança por qualquer tratamento prestado e sem

qualquer tipo de ônus financeiro e/ou danos morais, físicos ou psicológicos para as colaboradoras.

Ressalta-se que os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Entretanto, caso haja possibilidade de danos imediatos ou posteriores, no plano individual ou coletivo, o pesquisador responsável se encarregará de prestar devidos esclarecimentos, ajuda ao participante, indenização (cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa) e ressarcimento (compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais

**Endereço:** 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da UESB, Avenida  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



Continuação do Parecer: 7.170.827

como transporte e alimentação).

Esclarecemos ainda que após a conclusão da pesquisa as informações e todo material a ela relacionado, de forma gravada, filmada ou equivalente ficarão sob a guarda pessoal do pesquisador responsável e será destruído cinco anos após a coleta, não restando nada que venha a comprometer o anonimato de sua participação agora ou futuramente.

**Benefícios:**

São muitas as questões que emergem do encarceramento de pessoas, especialmente as que se interseccionam múltiplos eixos de opressão.

Exigindo que vários setores atuem de maneira integrada para contribuir com o enfrentamento dessa cadeia de vulnerabilidades, amplamente conhecidas, que rodeiam os estabelecimentos penais e a população prisional no Brasil e no mundo.

Quando se trata do encarceramento de mulheres adicionam-se processos sociais que criam um cenário ainda mais complexo marcado pelo apagamento e silenciamento das demandas específicas ligadas ao gênero. Adicionalmente, o envelhecimento dessas mulheres no cárcere emerge como um fenômeno ainda mais enigmático e insipiente. O que torna abstruso a compreensão das necessidades e das várias camadas de vulnerabilidades vivenciadas durante o envelhecimento de mulheres no cárcere.

No Brasil a literatura científica registra poucas pesquisas que incluam essa população como objeto de estudo, o que traz um caráter de urgência a realização deste projeto. Uma vez que o conhecimento teórico e prático emanado desta pesquisa pode nortear um olhar ampliado sobre o envelhecimento de mulheres no cárcere ajudando a desvelar demandas, compreensões, fragilidades e estratégias de enfrentamento dessa população.

Subsidiando assim a construção de políticas públicas, a formulação e o acompanhamento de programas de intervenção, e estratégias de promoção de saúde para esta população. Além mais, espera-se que esse projeto contribua para a consolidação dos direitos dessas mulheres, promovendo seu bem-estar no decurso da pena e fortalecendo seu processo adaptação às demandas do cárcere até sua reintegração social.

Ademais o presente projeto de pesquisa, justifica-se na medida em que traz benefícios a esta parcela da população, não somente de forma imediata como também em longo prazo. Visto que poderá dar subsídios para que outras unidades de atendimento a mulheres encarceradas, como também ao poder público, possam replicar nossas ações e disponha de alternativas simples e pouco onerosas que ajudem no desenvolvimento holístico dessas mulheres.

Os benefícios desta pesquisa superam os riscos, por considerar que essa pesquisa oferece risco

**Endereço:** 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da UESB, Avenida  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA**



Continuação do Parecer: 7.170.827

baixo as participantes. Ademais, as participantes ajudarão a construir e solidificar os conhecimentos acerca do envelhecimento de mulheres no cárcere

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de um Projeto de Pesquisa vinculado ao Departamento de Ciências Humanas e Letras (DCHL), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Jequié

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2396087.pdf 26/09/2024 16:53:18;ok

portaria\_silvana.pdf 26/09/2024 16:51:39 ok

declaracaodecompromisso.pdf 26/09/2024 16:50:29ok

Carta\_CEP\_UESB.pdf 26/09/2024 16:48:28

TCLE\_CEPassinado.pdf 26/09/2024 16:46:34;ok

PB\_PARECER\_CONSUBSTANCIADO\_CEP\_2263016.pdf 06/08/2024 16:46:25;ok

Projeto\_Elias\_CEP\_mergedassinado.pdf 06/08/2024 16:45:07;ok

Anuencia.pdf 06/08/2024 16:44:22;ok

TERMO\_DE\_CONFIDENCIALIDADE\_E\_SIGILOassinado.pdf 06/08/2024 16:40:48;ok

Orcamento\_e\_cronogramaassinado.pdf 06/08/2024 16:39:59;ok

folhaDeRosto\_Elias\_\_assinado.pdf 06/08/2024 16:22:38

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há pendências. No entanto, este Comitê orienta que durante a execução do projeto e ao seu final o/a pesquisador/a deve estar atento/a às seguintes orientações:

1) Relatórios:

- Durante a execução do projeto e ao seu final, anexar na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parciais e final, de acordo com o que consta na Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V).

2) Emendas

- Para realizar alterações de quaisquer sorte (acrescentar membros/assistentes, alterar um instrumento ou inserir um campo de coleta, mudar aspectos metodológicos, etc) em projetos já aprovados, você precisará submeter uma EMENDA para avaliação do CEP.

**Endereço:** 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da UESB, Avenida  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



Continuação do Parecer: 7.170.827

As instruções para tanto estão nas páginas 67 a 78 do Manual do Pesquisador da Plataforma Brasil. Mas cuidado! Emendas não podem fazer mudanças profundas, que descaracterizem o projeto em execução. Pequenas alterações textuais podem ser informadas nos relatórios.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Em reunião por videoconferência, autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB autorizou a liberação deste parecer por ad referendum.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

| Tipo Documento                                            | Arquivo                                         | Postagem            | Autor                               | Situação |
|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|---------------------|-------------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto                            | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2396087.pdf   | 26/09/2024 16:53:18 |                                     | Aceito   |
| Outros                                                    | portaria_silvana.pdf                            | 26/09/2024 16:51:39 | Elias Fernandes Mascarenhas Pereira | Aceito   |
| Declaração de Pesquisadores                               | declaracaodecompromisso.pdf                     | 26/09/2024 16:50:29 | Elias Fernandes Mascarenhas Pereira | Aceito   |
| Outros                                                    | Carta_CEP_UESB.pdf                              | 26/09/2024 16:48:28 | Elias Fernandes Mascarenhas Pereira | Aceito   |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_CEPassinado.pdf                            | 26/09/2024 16:46:34 | Elias Fernandes Mascarenhas Pereira | Aceito   |
| Parecer Anterior                                          | PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_2263016.pdf      | 06/08/2024 16:46:25 | Elias Fernandes Mascarenhas Pereira | Aceito   |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador                 | Projeto_Elias_CEP_mergedassinado.pdf            | 06/08/2024 16:45:07 | Elias Fernandes Mascarenhas Pereira | Aceito   |
| Outros                                                    | Anuencia.pdf                                    | 06/08/2024 16:44:22 | Elias Fernandes Mascarenhas Pereira | Aceito   |
| Declaração de Pesquisadores                               | TERMO_DE_CONFIDENCIALIDADE_E_SIGILOassinado.pdf | 06/08/2024 16:40:48 | Elias Fernandes Mascarenhas Pereira | Aceito   |

**Endereço:** 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da UESB, Avenida  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
SUDOESTE DA BAHIA -  
UESB/BA



Continuação do Parecer: 7.170.827

|                |                                     |                        |                                        |        |
|----------------|-------------------------------------|------------------------|----------------------------------------|--------|
| Cronograma     | Orcamento_e_cronograma_assinado.pdf | 06/08/2024<br>16:39:59 | Elias Fernandes<br>Mascarenhas Pereira | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaDeRosto_Elias__assinado.pdf    | 06/08/2024<br>16:22:38 | Elias Fernandes<br>Mascarenhas Pereira | Aceito |

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JEQUIE, 20 de Outubro de 2024

---

**Assinado por:**  
**Carla Patricia Novais Luz**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** 1º andar módulo Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP) da UESB, Avenida  
**Bairro:** Jequiezinho **CEP:** 45.206-510  
**UF:** BA **Município:** JEQUIE  
**Telefone:** (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepjq@uesb.edu.br

## Apêndice 2. Questionários

### QUESTIONÁRIO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS IDOSAS E MULHERES ENVELHECENDO NO CÁRCERE

Cara participante, este questionário tem o objetivo coletar informações sobre sua história de vida, seu histórico criminal e de encarceramento. E mais especificamente compreender como é envelhecer no cárcere na sua perspectiva. Este questionário tem questões interseccionais que exploram as interações entre diferentes formas de opressão, como raça, gênero, classe social e orientação sexual. Não existem respostas boas ou ruins, certas ou erradas, queremos saber apenas sua opinião e a sua experiência sobre o que será perguntado. Suas respostas serão tratadas com confidencialidade e em nenhum momento dessa pesquisa estes dados serão cedidos para terceiros. Por favor, responda de maneira honesta e completa. Contudo, se preferir não responder a alguma pergunta, sinta-se à vontade para pular.

#### A. DADOS PESSOAIS:

|                                                                                                                                            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Nome:                                                                                                                                   |
| 2. Idade:                                                                                                                                  |
| 3. Cidade de origem:                                                                                                                       |
| 4. Bairro:                                                                                                                                 |
| 5. Possui alguma deficiência? 1. ( ) Sim. Qual? _____ 2. ( ) Não                                                                           |
| 6. Raça/Etnia: 1.( ) Preta 2.( ) Parda 3.( ) Branca 4.( ) Indígena 5.( ) Amarela                                                           |
| 7. Estado Civil? 1. ( ) Solteira 2. ( ) Casada 3. ( ) Divorciada 4. ( ) Viúva 5. ( ) Convivente                                            |
| 8. Tem filho(s)? 1. ( ) Sim. Quantos? _____ 2. ( ) Não                                                                                     |
| 9. Orientação sexual: 1. ( ) Heterossexual 2. ( ) Homossexual 3. ( ) Bissexual 4. ( ) Outro.<br>_____                                      |
| 10. Religião: 1. ( ) Católico 2. ( ) Evangélico 3. ( ) Espírita 4. ( ) Outra. _____                                                        |
| 11. Participa de atos religiosos ou cultos? 1. ( ) Sim. 2. ( ) Não                                                                         |
| 12. Sabe ler e escrever? 1. ( ) Sim. 2. ( ) Não                                                                                            |
| 13. Qual a última série cursada e concluída: _____                                                                                         |
| 14. Frequenta a escola? 1. ( ) Sim. 2. ( ) Não                                                                                             |
| 15. A Sra. desenvolvia alguma atividade/profissão antes de entrar na prisão? 1. ( ) Sim. Qual? _____ 2. ( ) Não                            |
| 16. A Sra. possui alguma renda? 1. ( ) Sim. Valor? _____ 2. ( ) Não                                                                        |
| 17. Qual a origem da sua renda? 1. ( ) Aposentadoria 2. ( ) BPC (Benefício de Prestação Continuada 3.( ) Bolsa Família 4. ( ) Outra. _____ |
| 18. Hábitos:                                                                                                                               |
| Fuma: 1. ( ) Sim. 2. ( ) Não                                                                                                               |
| Consome ou consumia álcool: 1. ( ) Sim. 2. ( ) Não                                                                                         |
| Consome ou consumia algum outro tipo de droga? 1. ( ) Sim. 2. ( ) Não                                                                      |
| Qual? 1. ( ) Maconha 2. ( ) Cocaína 3. ( ) Crack 4. ( ) outros _____                                                                       |

## B. INFORMAÇÕES PRÉ-ENCARCERAMENTO

|                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Com quem morava antes de vir para o cárcere ? 1. ( ) Sozinha 2.( ) Esposa/ marido/ companheiro(a) 3. ( ) Filhos(as)/ enteados(as)/ noras/ genros 4. ( ) irmãos(as)/sobrinhos(as) 5. ( ) Netos 6. ( ) Agregados não-parente 7. ( ) Outros _____ |
| 2. Quantidade de pessoas na casa: _____                                                                                                                                                                                                           |
| 3. O local que você reside era? 1. ( ) Próprio 2. ( ) Alugado 3.( ) Cedido 4. ( ) Invasão 5. ( ) Outro _____                                                                                                                                      |
| 4. Quem era o (a) o Principal provedor de sua família? (a pessoa que mais contribui na renda familiar) 1. ( ) Você mesma 2. ( ) Cônjuge 3. ( ) Pai/Mãe 4. ( ) Avô/Avó 5. ( ) Filhos 6. ( ) Outros _____                                           |
| 5. Como você avalia o bairro que você morava? 1. ( ) Seguro 2. ( ) Violento 3.( ) Outros _____                                                                                                                                                    |
| 6. Como você avalia suas condições de vida antes do cárcere ? 1. ( ) Muito Boa 2. ( ) Boa 3.( ) Regular 4. ( ) Ruim 5. ( ) Muito Ruim                                                                                                             |
| 7. Como você avalia sua aparência física antes do cárcere ? 1. ( ) Muito Boa 2. ( ) Boa 3.( ) Regular 4. ( ) Ruim 5. ( ) Muito Ruim                                                                                                               |
| 8. Como você avalia sua saúde antes do cárcere ? 1. ( ) Muito Boa 2. ( ) Boa 3.( ) Regular 4. ( ) Ruim 5. ( ) Muito Ruim                                                                                                                          |
| 9. _____                                                                                                                                                                                                                                          |
| 10. Como você avalia sua vida amorosa/sexual antes do cárcere ? 1. ( ) Muito Boa 2. ( ) Boa 3.( ) Regular 4. ( ) Ruim 5. ( ) Muito Ruim                                                                                                           |
| 11. Você já sofreu algum tipo de violência ? 1. ( ) Física. 2. ( ) Psicológica 3.( ) Sexual 4. ( ) Moral 5. ( ) Patrimonial                                                                                                                       |

## C. INFORMAÇÕES JURÍDICAS

|                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Tipo de crime: _____                                                                                                                                         |
| 2. Com quantos anos foi você foi encarcerada? _____                                                                                                             |
| 3. Pena: _____                                                                                                                                                  |
| 4. Tempo de Prisão: _____                                                                                                                                       |
| 5. Já foi preso ou encarcerada anteriormente? 1. ( ) Sim. 2. ( ) Não Idade _____                                                                                |
| 6. Já teve algum registro criminal que não resultou em condenação? 1. ( ) Sim. 2. ( ) Não                                                                       |
| 7. Tipo de Réu: 1. ( ) Primário 2. ( ) Reincidente Qual crime? _____                                                                                            |
| 8. Existe alguém da sua família que cometeu algum ato infracional? 1. ( ) Sim Quem? _____ 2. ( ) Não                                                            |
| 9. Recebe visitas? 1. ( ) Sempre 2. ( ) As vezes 3.( ) Nunca                                                                                                    |
| 10. Quem te visita? 1. ( ) Esposa/ marido/ companheiro(a) 2. ( ) Filhos(as)/ genros /noras 3.( ) Netos(as) 4. ( ) Irmãos(ãs) / cunhados(as) 5. ( ) Outros _____ |
| 11. Como você se sente nos dias de visita? 1. ( ) Feliz 2. ( ) Apreensiva 3.( ) Triste 4. ( ) Outros _____                                                      |

## D. RELAÇÃO DAS MULHERES COM O CÁRCERE

|                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                              |        |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| 1. A instituição organiza atividades físicas? .                                                              | 1. ( ) Sim.                                                                                                                                                                                                                  | Quais? |
| _____                                                                                                        | 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                                   |        |
| 2. A instituição organiza atividades de lazer/recreativa?.                                                   | 1. ( ) Sim.                                                                                                                                                                                                                  | Quais? |
| _____                                                                                                        | 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                                   |        |
| 3. A instituição organiza atividades de trabalho?                                                            | 1. ( ) Sim.                                                                                                                                                                                                                  | Quais? |
| _____                                                                                                        | 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                                   |        |
| 4. A instituição organiza atividades de educativas?                                                          | 1. ( ) Sim.                                                                                                                                                                                                                  | Quais? |
| _____                                                                                                        | 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                                   |        |
| 5. Quais atividades você participa?                                                                          | 1. ( ) Física 2. ( ) Lazer 3. ( ) Trabalho 4. ( ) Educativas 5. ( ) Outras _____                                                                                                                                             |        |
| 6. Tem alguma atividade que a sra. não consiga fazer por limitação física?                                   | _____                                                                                                                                                                                                                        |        |
| 7. Como utiliza seu tempo?                                                                                   | 1. ( ) Não faz nada 2. ( ) Realiza atividades domésticas 3. ( ) Realiza trabalhos manuais 4. ( ) Assiste TV/ Ouve rádio/ música 5. ( ) Bate-papo 6. ( ) Leitura de livros, revistas, jornais 7. ( ) Outros _____             |        |
| 8. Como a Sra. avalia a instituição prisional?                                                               | 1. ( ) Muito Boa 2. ( ) Boa 3. ( ) Regular 4. ( ) Ruim 5. ( ) Muito Ruim                                                                                                                                                     |        |
| 9. Em se tratando de atendimento à saúde como a Sra. avalia o atendimento aqui no presídio?                  | 1. ( ) Muito Boa 2. ( ) Boa 3. ( ) Regular 4. ( ) Ruim 5. ( ) Muito Ruim                                                                                                                                                     |        |
| 10. Em se tratando de atendimento à questões psicológicas como a Sra. avalia o atendimento aqui no presídio? | 1. ( ) Muito Boa 2. ( ) Boa 3. ( ) Regular 4. ( ) Ruim 5. ( ) Muito Ruim                                                                                                                                                     |        |
| 11. Em se tratando de atendimento a assistência social como a Sra. avalia o atendimento aqui no presídio?    | 1. ( ) Muito Boa 2. ( ) Boa 3. ( ) Regular 4. ( ) Ruim 5. ( ) Muito Ruim                                                                                                                                                     |        |
| 12. Na sua opinião, o que precisaria melhorar na instituição prisional?                                      | 1. ( ) Não precisa melhorar nada 2. ( ) Limpeza 3. ( ) Alimentação 4. ( ) Atividades oferecidas 5. ( ) Instalações 6. ( ) Atendimento oferecido pela equipe 7. ( ) Relacionamento com as demais internas 8. ( ) Outros _____ |        |
| 13. Qual a sua principal preocupação hoje?                                                                   | 1. ( ) Não tem preocupações 2. ( ) Saúde 3. ( ) Família 4. ( ) Dinheiro 5. ( ) É o dia de amanhã (Futuro) 6. ( ) Qualidade da alimentação 7. ( ) Amor 8. ( ) Nada é importante 9. ( ) Outros _____                           |        |
| 14. Atualmente você contribui para renda da sua família?                                                     | 1. ( ) Sim. 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                       |        |
| 15. Sua família te ajuda financeiramente?                                                                    | 1. ( ) Sim. Quem _____ 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                            |        |
| 16. Com quem você pode contar caso precise de alguma ajuda?                                                  | _____                                                                                                                                                                                                                        |        |
| 17. Atualmente, está participando de algum programa de reintegração ou recebendo apoio psicológico?          | 1 ( ) Sim. Qual? _____ 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                            |        |
| 18. Você identifica mudanças positivas em si mesma durante o período de encarceramento?                      | 1 ( ) Sim. Qual? _____ 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                            |        |
| 19. Há alguma preparação para a reintegração na sociedade antes da libertação?                               | 1 ( ) Sim. Qual? _____ 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                            |        |

## E. EIXOS DE OPRESSÃO

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Já experimentou preconceito ou discriminação racial ou étnica? 1 ( ) Sim.<br>Como? _____ 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                                                      |
| 2. Você já enfrentou preconceito ou discriminação com base em sua orientação sexual? 1 ( ) Sim.<br>Como? _____ 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                                   |
| 3. Você já enfrentou preconceito ou discriminação com base em sua classe social? 1 ( ) Sim.<br>Como? _____ 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                                       |
| 4. Você já enfrentou preconceito ou discriminação por ser mulher? 1 ( ) Sim.<br>Como? _____ 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                                                      |
| 5. Você já enfrentou preconceito ou discriminação por ser mais velha? 1 ( ) Sim.<br>Como? _____ 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                                                  |
| 6. Você já enfrentou preconceito ou discriminação por ter sido encarcerada? 1 ( ) Sim.<br>Como? _____ 2. ( ) Não                                                                                                                                                                                                                            |
| Agradecemos por dedicar seu tempo para responder a este questionário. Suas respostas são cruciais para compreendermos melhor as experiências individuais e coletivas de envelhecimento de mulheres no cárcere. Visamos com o resultado dessa pesquisa contribuir para possíveis melhorias nos sistemas prisionais e de reintegração social. |